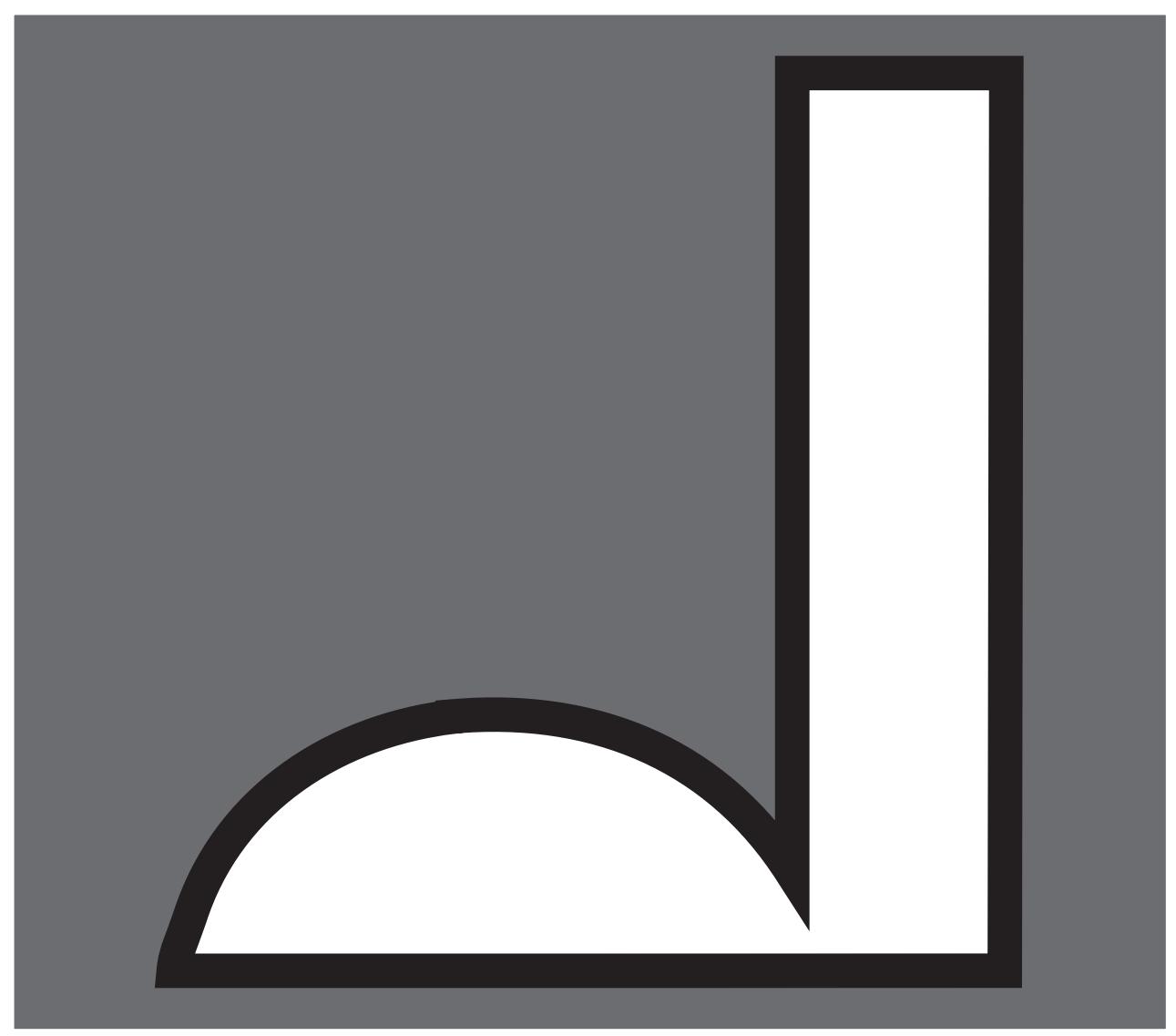




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

---

ANO LX - Nº 136 - QUARTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 2005 - BRASILIA-DF

---

MESA DO SENADO FEDERAL		
<b>Presidente</b> Renan Calheiros – PMDB – AL <b>1º Vice-Presidente</b> Tião Viana – PT – AC <b>2º Vice-Presidente</b> Antero Paes de Barros – PSDB – MT <b>1º Secretário</b> Efraim Morais – PFL – PB <b>2º Secretário</b> João Alberto Souza – PMDB – MA	<b>3º Secretário</b> Paulo Octávio – PFL – DF <b>4º Secretário</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO <b>Suplentes de Secretário</b> 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
<b>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23</b>  <b>LÍDER</b> Ney Suassuna  <b>Vice-Líderes</b> Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes  <b>LÍDER DO PMDB – 23</b> Ney Suassuna  <b>VICE-LÍDERES DO PMDB</b> Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 <b>LÍDER DO PTB – 3</b> Mozarildo Cavalcanti  <b>VICE-LÍDER DO PTB</b> Sérgio Zambiasi  <b>LÍDER DO PDT – 4</b> Osmar Dias  <b>VICE-LÍDERES DO PDT</b> (vago) <b>LÍDER DO PP – 1</b> Valmir Amaral  <b>LÍDER DO PL – 3</b> Marcelo Crivella  <b>VICE-LÍDER DO PL</b> Aelton Freitas  <b>LÍDER DO PSB – 3</b> João Capiberibe  <b>VICE-LÍDER DO PSB</b> (Vago)  <b>LÍDER DO P-SOL</b> Heloisa Helena  <b>VICE-LÍDER DO P-SOL</b> Geraldo Mesquita Júnior  <b>LÍDER DO GOVERNO</b> Aloizio Mercadante – PT	 <b>VICE-LÍDERES DO GOVERNO</b> Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido  <b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27</b>  <b>LÍDER</b> José Jorge – PFL  <b>VICE-LÍDERES</b> Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL  <b>LÍDER DO PFL – 15</b> José Agripino  <b>VICE- LÍDERES DO PFL</b> Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro  <b>LÍDER DO PSDB – 12</b> Arthur Virgílio  <b>VICE- LÍDERES DO PSDB</b> Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
<b>Agaciel da Silva Maia</b> Diretor-Geral do Senado Federal <b>Júlio Werner Pedrosa</b> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <b>José Farias Maranhão</b> Diretor da Subsecretaria Industrial	 <b>Raimundo Carreiro Silva</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <b>Ronald Cavalcante Gonçalves</b> Diretor da Subsecretaria de Ata <b>Denise Ortega de Baere</b> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

# SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 885, DE 2005(\*)

**Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos dos quais possam resultar alteração ou revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

\* O texto do Acordo acima citado está publicado no **DSF** de 22-7-2005.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 146<sup>a</sup> SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 30 DE AGOSTO DE 2005

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

##### 1.2.1 – Ofícios

Nº 91/2005, de 29 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito dos “Bingos”. .... 29269

Nº 850/2005, de 22 do corrente, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. .... 29269

Nº 869/2005, de 29 do corrente, da 1<sup>a</sup> Vice-Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. .... 29269

Nº 879/2005, de 30 do corrente, da Liderança do Partido Liberal na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. .... 29269

Nº 92/2005, de 30 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da “Compra de Votos”. .... 29269

##### 1.2.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.663/2005, de 30 do corrente, informando a assunção do Deputado Fernando Ferro na Liderança da Maioria daquela Casa, desde 10 de agosto último, pelo motivo exposto. .... 29269

##### 1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 944, de 2005, de autoria do Senador João Batista Motta, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pastor Zózomo Malta, ocorrido no dia 23 de agosto do corrente ano, em Teresina-PI. .... 29270

Nº 945, de 2005, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 487, de 2003, e 108, de 2005, por versarem sobre a mesma matéria. .... 29270

Nº 946, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. .... 29270

##### 1.2.4 – Avisos do Ministro de Estado da Justiça

Nº 1.779/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 527, de 2005, dos Senadores Augusto Botelho e Mozarildo Cavalcanti. .... 29271

Nº 1.781/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 672, de 2005, do Senador José Jorge. .... 29271

Nº 1.782/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 228, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. .... 29271

Nº 1.783/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 246, de 2005, do Senador Álvaro Dias, e esclarecendo que posteriormente serão enviadas informações complementares. .... 29271

##### 1.2.5 – Aviso do Tribunal de Contas da União (Autuação)

Nº 29, de 2005 (nº 6.384-GP/TCU), de 26 de julho último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, informando que foi protocolizada, junto àquela Corte de Contas, Representação oferecida pelo Deputado Federal João Alberto Fraga Silva, que denuncia uma série de irregularidades, que estariam sendo perpetradas por Fundos de Pensão, conforme discrimina. .... 29271

##### 1.2.6 – Parecer

Nº 1.543, de 2005, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808/2003, na Casa de origem), que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985. .... 29271

##### 1.2.7 – Discursos do Expediente

**SENADOR PAULO PAIM** – Preocupações com as tempestades que vêm assolando o Rio Grande do Sul. Defesa da adoção de política pública para que o Brasil se ajuste à nova realidade trazida pelo processo irreversível de envelhecimento da população. .... 29272

**SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI** – Homenagem pela presença dos 90 anos da Igreja Assembléia de Deus no Estado de Roraima. .... 29276

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Cobranças ao Governo Federal para a concessão de salvaguardas à indústria têxtil nacional, que estaria amargando prejuízos com a entrada de tecidos chineses no mercado interno.....	29284	SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Protestos contra a intenção do Governo Federal de transferir o criminoso Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira Mar, para uma cela da Polícia Federal em Florianópolis, conforme noticiou o jornal <b>Diário Catarinense</b> . Registro das comemorações da Semana Nacional dos Excepcionais, pelas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) .....	29304
SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Críticas à Revista <b>Veja</b> devido às matérias que vem publicando durante a crise política do país. .....	29285	SENADOR EDUARDO SUPILCY – Referências ao pronunciamento do Senador César Borges sobre pedido de auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, na Controladoria-Geral da União. Elogios ao trabalho realizado pelo Ministério dos Esportes no sentido de reverter o quadro de exclusão social no País.....	29305
SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Encaixamento de proposta de emenda constitucional que obriga a transferência para os municípios de 10% do produto da arrecadação provenientes das contribuições sobre Movimentação Financeira (CPMF), de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e de Financiamento da Seguridade Social (COFINS).....	29288	O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Considerações sobre a reunião realizada com os Presidentes e Relatores das CPMI para tratar da racionalização dos trabalhos. .....	29314
SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO – Apelo para a superação da crise política e pela busca de soluções para os problemas da Nação, como a precariedade dos sistemas de educação e de saúde, bem como da malha rodoviária federal. .....	29289	SENADOR ALMEIDA LIMA – Esclarecimentos sobre sua ausência dos trabalhos da Casa, em razão de tratamento de saúde.....	29316
SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro dos 90 anos da Igreja Assembléia de Deus em Roraima, dirigida pelo Pastor Isamar Ramalho. A transferência de terras devolutas no Estado de Roraima e a solução da questão indígena. .....	29292	<b>1.2.8 – Leitura de requerimento</b> Nº 947, de 2005, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie. ....	29323
SENADOR CÉSAR BORGES – Justificativas a requerimento apresentado na última semana, solicitando a realização, pelo Tribunal de Contas da União, de auditoria na Controladoria-Geral da União.....	29293	<b>1.2.9 – Leitura de projetos</b> Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, para criminalizar a fraude em concurso público ou em qualquer exame de interesse público. ....	29324
SENADOR SÉRGIO ZAMBIAZI, como Líder – Registra o sucesso da feira Expointer 2005, que está sendo realizada em Esteio, no Rio Grande do Sul, apresentando as últimas novidades dos setores agropecuário e agroindustrial. .....	29296	Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2005, de autoria do Senador César Borges, que altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para ampliar a competência do Juizado Especial de Cível, e dá outras providências.....	29324
SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Apelo ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, para que não permita uma “operação abafa”, que tem como intenção evitar a cassação dos Deputados denunciados por corrupção nas Comissões Parlamentares de Inquérito.....	29297	<b>1.2.10 – Leitura de requerimentos</b> Nº 948, de 2005, de urgência para o Projeto de Resolução nº 74, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos brasileiros junto ao Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no valor equivalente US\$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.....	26326
SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Reclamos sobre a demora do Governo Federal em liberar verbas orçamentárias vinculadas a emendas que apresentou em favor do Ministério das Cidades...	29298	Nº 949, de 2005, de urgência para o Projeto de Resolução nº 75, de 2005, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo	
SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Denúncias de má gestão do Governador do Tocantins, que, através de um chamado “Governo Itinerante”, tem deixado inúmeros municípios sem atendimento médico. .....	29300		
SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Críticas ao posicionamento do Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Severino Cavalcanti, com relação à punição aos implicados nas CPMI's. .....	29301		
SENADOR EDISON LOBÃO – Sugestões ao Ministério da Saúde para a instalação de hospitais de câncer no interior do Estado do Maranhão.....	29303		

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Nordic Investment Bank – NBI, destinada a financiar, parcialmente, a segunda fase do “Programa Multisectorial NIB II”.....	29327
<b>1.3. – ORDEM DO DIA</b>	
<b>Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)</b>	
Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005 (nº 1.094/2001, na Casa de origem), que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997. Aprovado. À promulgação.....	29328
<b>Item 1</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. <b>Aprovada a Emenda nº 1-CCJ</b> , após usarem da palavra os Srs. Eduardo Siqueira Campos, Sibá Machado, Geraldo Mesquita Júnior, Magno Malta, Aloizio Mercadante, José Jorge, as Srs. Patrícia Saboya Gomes e Heloísa Helena, o Sr. Sérgio Cabral, a Sra. Lúcia Vânia, os Srs. João Capiberibe e José Agripino. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para redação para o 2º turno. <b>(Votação nominal)</b> .....	29328
<b>Item 4 (Preferência para apreciação nos termos do Requerimento nº 950, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). <b>Aprovada</b> com a rejeição da expressão “ou estadual”, destacada, tendo usado da palavra os Srs. Mozarildo Cavalcanti, Valdir Raupp, a Sra. Fátima Cleide, os Srs. Romero Jucá, Tião Viana, Ney Suassuna e a Sra. Ana Júlia Carepa. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para redação para o 2º turno. <b>(Votação nominal)</b> .....	29334
<b>Item 6 (Preferência para apreciação nos termos do Requerimento nº 952, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)</b>	
Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. <b>Não houve oradores</b> na primeira sessão de discussão, em segundo turno. ....	29344

**Item 2**

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). **Transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 31.**.....

29345

**Item 3**

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 31.** .....

29345

**Item 5**

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. **Transferida para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 31.** .....

29345

**1.3.1 – Leitura de requerimentos**

Nº 953, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 90, de 2002, e 120, de 2005, por regularem a mesma matéria. .....

29345

Nº 954, de 2005, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 394, de 2003, e 98, de 2005, por regularem a mesma matéria. .....

29345

**1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação**

**SENADOR VALMIR AMARAL** – Congratulações com os bancários pela passagem do dia 28 de agosto, dedicado a homenagear aquela categoria profissional.....

29345

**SENADOR ROMERO JUCÁ** – Homenagem e agradecimentos à Polícia Rodoviária Federal, destacado patrimônio de confiança, respeito e admiração nacional.....

29346

**1.3.3 – Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, a realizar-se hoje, às 18 horas e 50 minutos, destinada à discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003. ..

29347

**1.4 – ENCERAMENTO****2 – ATA DA 147ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 30 DE AGOSTO DE 2005****2.1 – ABERTURA****2.2 – EXPEDIENTE****2.3 – ORDEM DO DIA****Item único**

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador

Pedro Simon, que altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Não houve oradores na segunda sessão de discussão, em segundo turno.

29349

### 2.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão deliberativa extraordinária, a realizar-se hoje, às 18 horas e 53 minutos, destinada à discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003....

29349

### 2.4 – ENCERRAMENTO

## 3 – ATA DA 148<sup>ª</sup> SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 30 DE AGOSTO DE 2005

### 3.1 – ABERTURA

### 3.2 – EXPEDIENTE

### 3.3 – ORDEM DO DIA

### Item único

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Aprovada** em segundo turno. (Votação nominal). À Câmara dos Deputados. ....

29351

### 3.3.1 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 948 e 949, de 2005, lidos em sessão anterior. **Aprovados**.....

29353

Mensagem nº 161, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Luciano Ozório Rosa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Malta, desde que obtido o agrément do governo desse país. Aprovado o Parecer nº 1.544, de 2005-CRE. ....

29354

Mensagem nº 169, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Sérgio Gama Figueira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Estônia. desde que obtida a aprovação do governo desse país. Aprovado o Parecer nº 1.545, de 2005-CRE. ....

29356

Mensagem nº 183, de 2005, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Isnard Penha Brasil Junior, Ministro de Segunda

Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã e na República do Iêmen, desde que obtidos os agréments dos governos desses países. **Aprovado o Parecer nº 1.546, de 2005-CRE**.....

29357

### 3.3.2 – Comunicação da Presidência

Cancelamento da sessão deliberativa extraordinária, anteriormente convocada para as 10 horas de amanhã, dia 31.....

29357

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, dia 31, às 14 horas, com Ordem do Dia designada.....

29357

### 3.4 – ENCERRAMENTO

### 4 – EMENDAS

Nºs 1 a 104, apresentadas ao Projeto de Lei nº 35, de 2005-CN.....

29361

Nºs 1 e 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 36, de 2005-CN. ....

29467

Nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 37, de 2005-CN. ....

29471

### 5 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 122, de 2005. ....

29472

### 6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.405 a 3.423, de 2005. ....

29472

## SENADO FEDERAL

### 7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

#### – 52<sup>ª</sup> LEGISLATURA

##### 8 – SECRETARIA DE COMISSÕES

##### 9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

##### 10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

##### 11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

##### 12 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

##### 13 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

##### 14 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

## CONGRESSO NACIONAL

### 15 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

### 16 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 17 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

### 18 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

### 19 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

# Ata da 146ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 30 de agosto de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Eduardo Siqueira Campos,  
da Sra, Serys Shessarenko, e do Sr. Romeu Tuma*

**ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESEN-  
TES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:**

### REGISTRO DE COMPARCIMENTO

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 30/8/2005 07:32:22 até 30/8/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LÂNDIO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VÍRGILIO	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BURARQUE	X	X
Bloco-PT	MS	DELCIDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LÔBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILY	X	X
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOÍSA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉREZ	X	X
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	X
	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SHESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		

**Compareceram: 79 Senadores**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

Of. nº 91/05-GLPFL

Brasília, 29 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Demóstenes Torres pelo Senador Heráclito Fortes, como suplente, na Comissão Parlamentar de Inquérito – “Bingos”.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

Of. nº 850/05 – LPL

Brasília, 22 de agosto de 2005

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que o Partido Liberal indica o Deputado Medeiros (PL – SP), como titular, em substituição ao Deputado Welinton Fagundes (PL – MT); indica, ainda, o Deputado Welinton Fagundes (PL – MT), como suplente, em substituição ao Deputado Medeiros (PL – SP), para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido Liberal.

Of. nº 869/05 – LPL

Brasília, 29 de agosto de 2005

Senhor Presidente:

Por motivo de doença, comunico o afastamento do Deputado Welinton Fagundes (PL – MT) da Suplência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, ingressando em seu lugar o Deputado Inaldo Leitão (PL – PB).

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, – Deputado **Miguel de Souza**, 1º Vice-Líder do Partido Liberal.

Of. nº 879/05 – LPL

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex<sup>a</sup> que o PL indica, como titular, o Deputado Inaldo Leitão (PL – PB) em substituição ao Deputado Medeiros (IPL – SP), e como suplente o Deputado Medeiros (PL/SP) em substituição ao Deputado Inaldo Leitão (PL – PB) para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e consequências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Aproveito o ensejo para reiterar-lhe meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido Liberal.

Of. nº 92/05-GLPFL

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Paulo Octávio pelo Senador César Borges, como suplente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 7, de 2005-CN, “Compra de Votos”.

Cordialmente, – **José Agripino**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1.663/05

Brasília, 30 de agosto de 2005

Senhor Presidente,

Com a finalidade de atualizar a estrutura da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, conforme preceitua o § 1º do art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, informo a Vossa Excelência que o Deputado Fernando Ferro (PT/PE) assumiu, desde 10 de agosto último, a Liderança da Maioria nessa Casa.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.

– **Severino Cavalcanti**, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 944, DE 2005**

##### **De registro em Ata de voto de pesar pelo falecimento do Pastor Zózomo Malta.**

Senhor Presidente

Requeiro o registro em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Pastor Evangélico Zózomo Malta, ocorrido no dia 23 de agosto do corrente ano, em Teresina, Estado do Piauí, bem como de apresentação de votos de condolências à família, residentes no Conjunto Park Piauí, Quadra 88, Casa 1 – Bairro Park Piauí – Teresina-PI, CEP. 64000-00

O Pastor Zózomo Malta, era Assessor da Secretaria de Assistência Social do Estado do Piauí, tendo desempenhado papel importante para a implementação de projetos sociais e de assistência no Estado do Piauí.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005 – **João Batista Motta.**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 945, DE 2005**

Requeiro, nos termos do art. 258 e do art. 260, inciso II, alínea b, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 487/2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 108/2005, por versarem sobre a mesma matéria, com precedência do último sobre o primeiro, dada sua maior amplitude.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 2005. – Senadora **Ana Júlia Carepa.**

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, **c**, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 946, DE 2005**

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Fazenda as informações abaixo explicitadas, referentes às atividades da Receita Federal do Brasil:

1) Os portadores de fibrose cística (mucoviscidose) estão contemplados na isenção de imposto de renda de que trata o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1998, em observância ao disposto no § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995?

2) No caso de resposta negativa à primeira indagação, informar qual o fundamento jurídico para a não-observância da isenção prevista no mencionado § 2º do art. 30 da Lei nº 9.250, de 1995, não revogada expressamente pela Lei nº 11.953, de 29 de dezembro de 2004.

#### **Justificação**

O inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1998, prevê a isenção de imposto de renda para portadores das doenças que menciona. Em 1995, foi editada a Lei nº 9.250, que estendeu a mencionada isenção aos portadores de fibrose cística (mucoviscidose).

Recentemente, foi editada a Lei nº 11.953, de 29 de dezembro de 2004, cujo único propósito foi o de incluir na relação de isenções os portadores de hepatopatia grave. Todavia, em virtude da vigência da Lei Complementar nº 95, de 1998, houve a necessidade de a Lei nº 11.953, de 2004, reproduzir todo o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 1998, para nele inserir a expressão “hepatopatia grave”.

Não contém, entretanto, a referida Lei nº 11.953, revogação da Lei nº 9.250, de 1995. Se fosse para excluir os portadores de fibrose cística do rol de isenções, deveria constar expressão revogação da Lei nº 9.250, de 1995, consoante o disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Com o propósito de reforçar essa linha de interpretação, anexo ao requerimento cópia do Nota Técnica nº 210, de 2005, da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – Senador **Romeu Tuma.**

*(À Mesa, para decisão.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, avisos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**AVISOS  
DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA**

- Nº 1.779/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 527, de 2005, dos Senadores Augusto Botelho e Moarildo Cavalcanti.
- Nº 1.781/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 672, de 2005, do Senador José Jorge.
- Nº 1.782/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 228, de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.
- Nº 1.783/2005, de 19 de agosto de 2005, encaminhando resposta ao Requerimento nº 246, de 2005, do Senador Álvaro Dias, e esclarecendo que posteriormente serão enviadas informações complementares.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

**AVISO Nº 29, DE 2005**

Aviso nº 6.384-GP/TCU

Brasília, de julho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, informo que foi protocolizada junto a esta Corte de Contas Representação (TC-012.886/2005-2) oferecida pelo Senhor Deputado Federal João Alberto Fraga Silva que denuncia uma série de irregularidades, potencialmente danosas ao Erário, as quais estariam sendo perpetradas por Fundos de Pensão, a saber: Previ, Petros e Funcf, cujos patrocinadores são empresas públicas ou estatais, conforme já bastante divulgado pela mídia nacional.

Trata-se de acordo celebrado entre os aludidos Fundos de Pensão e o Citigroup, no qual tais fundos

se comprometem a comprar a participação acionária do Citigroup junto à empresa Brasil Telecom ao preço de R\$1,045 bilhão, corrigido pela variação do IGP-DI e acrescido de 5% ao ano, direito a ser exercido a partir de novembro de 2007.

Tal negociação, conhecida como “put” – compromisso segundo o qual os Fundos de Pensão já citados assumiriam o dever de comprar a participação do Citigroup no período acima mencionado – poderia gerar elevados prejuízos aos já aludidos fundos e, de conseqüente, ao Erário, porquanto, conforme informação extraída da Bovespa, o lote de mil ações da Brasil Telecom S/A fechou a R\$24,87, ao passo que o preço ajustado entre as partes corresponde a R\$90,00.

A par disso, informo que, por meio de Despacho por mim proferido, determinei a oitiva de membros da direção dos Fundos Previ, Petros e Funcf no sentido de prestarem os esclarecimentos necessários a este Tribunal e também de juntarem a documentação pertinente aos fatos ora narrados, a fim de serem detalhadamente analisados por esta Corte de Contas.

Cumpre informar, ainda, que o Representante requereu a suspensão cautelar da Assembléia Geral Extraordinária que se realizará amanhã, 27-7-2005, pela Brasil Telecom para nomeação da nova direção da Sociedade, o que não foi acatado por esta Presidência, visto tratar-se de tema alheio aos fatos potencialmente danosos ao Erário, como também não ter sido preenchido o requisito fundamental do **periculum in mora**, para a concessão da cautelar.

Assim, tendo em vista ser competência exclusiva do Legislativo Federal a sustação de contratos, conforme reza a Constituição Federal, além de ser o Congresso Nacional o titular do Controle Externo, levo os fatos em questão ao conhecimento de Vossa Excelência.

Respeitosamente, **Adylson Motta**, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O Expediente lido, autuado como Aviso nº 29, de 2005, vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

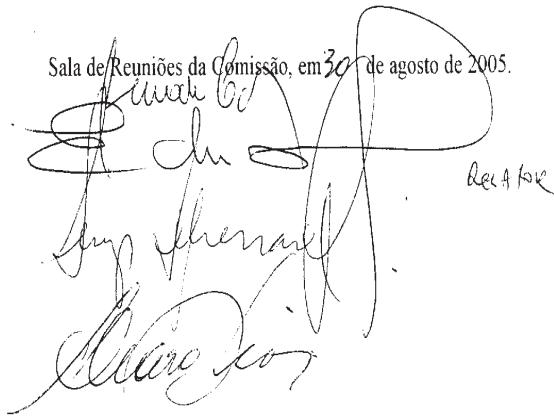
**PARECER Nº 1.543, DE 2005**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808, de 2003, na Casa de origem).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808,

de 2003, na Casa de origem), que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, consolidando as Emendas de nºs 1 a 4, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovadas pelo Plenário.



#### ANEXO AO PARECER Nº 1.543, DE 2005

#### **Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 38 de 2004 (nº 808, de 2002, na Casa de origem).**

**Altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, para obrigar a identificação do corretor de imóveis responsável pela venda na respectiva escritura pública.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que “dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências”, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 1º-A. As escrituras públicas de compra e venda de bens imóveis conterão a identificação do corretor, pessoa física ou jurídica, e o valor da corretagem.

§ 1º A identificação do corretor conterá:

I – o endereço completo;

II – o número de cadastro de pessoa física ou jurídica no Ministério da Fazenda;

III – o número de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis;

IV – o valor pago a título de honorários de corretagem.

§ 2º Ocorrendo compra e venda sem intermediação, na escritura pública, as partes

declararão, sob as penas da lei, que aquela se realizou sem intermediários.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há oradores inscritos.

Como primeiro orador da sessão de hoje, com a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Pela ordem, Srª Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem.) – Srª Presidente, eu gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável, quando possível.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Exª será atendido.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, Senadoras e Senadores, Mozarildo Cavalcanti, Papaléo Paes, Rodolpho Tourinho, quero comentar na tribuna da Casa, no dia de hoje, as minhas preocupações com os fortes ventos e a tempestade que atingem o meu Estado, o Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, no meu Estado, um tornado com ventos de 110 km/h e chuvas muito fortes com granizo provocaram o destelhamento de casas, a derrubada de postes de energia e, infelizmente, também muitas árvores, com dezenas de feridos.

Segundo dados da Defesa Civil do Estado, houve, por exemplo, a destruição de 70% do município de Muitos Capões.

As cidades de Bagé, Candiota e Santana do Livramento também foram atingidas por ventos fortes acompanhados de chuva com granizo.

Lamentavelmente, o resultado foi desastroso, com um prejuízo enorme para as residências, deixando, assim, muitas famílias desabrigadas e alguns feridos.

Solicitamos, Sr. Presidente, à Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul e também da União, em âmbito Federal, que adote as medidas urgentes e necessárias, para minimizar o sofrimento da população gaúcha tão atingida por esse tornado.

A expectativa também, Srª Presidente, não é das melhores, dizem que o pior virá de quarta para quinta-

feira. Naturalmente, sei que o Governo do Estado e o Governo Federal estão se movimentando de forma a orientar a população e de prestar o atendimento devido a todos aqueles que, de uma forma ou outra, forem atingidos por esse tornado.

Sr<sup>a</sup> Presidente, depois desse apelo que faço aos nossos governantes, queria falar hoje sobre o envelhecimento populacional no nosso País, principalmente no Rio Grande do Sul.

A **Carta de Conjuntura** deste mês da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul traz pesquisa assinada pela especialista em estatística Maria Lourdes Teixeira Jardim sobre a mudança no perfil etário da população gaúcha. O trabalho da Professora Maria de Lourdes sinaliza para o caráter de irreversibilidade do processo de envelhecimento da população do Rio Grande.

Informações prestadas pela professora revelam que os idosos vão alcançar a marca dos dois milhões até 2020 e acrescenta que:

... o contingente de pessoas com sessenta anos ou mais cresceu no Rio Grande do Sul de 5,8% para 10,5% no período de 1970 a 2000. Essa população tem peso cada vez maior na sociedade gaúcha devendo representar 16,4% da população total do Estado nos próximos quinze anos.

Nacionalmente, as pesquisas mostram que, em 2050, o Brasil será o quarto país do mundo de mais intenso processo de envelhecimento da população. A população brasileira está envelhecendo a passos rápidos. A fração de cidadãos com mais de 60 anos de idade é o que mais cresce.

A questão que deve ser encarada por todos nós é que políticas públicas devem ser implantadas para que a nossa gente obtenha um envelhecimento saudável com qualidade de vida.

Mas antes, Sr<sup>a</sup> Presidente, é fundamental termos consciência de que as condições socioeconômicas são fatores preponderantes. Para se ter uma idéia, a revista **Conjuntura Econômica**, também de julho de 2004, cita os principais problemas para a terceira idade: abandono, abuso ou violência. As formas de abuso podem ser física, psicológica, sexual e econômica. Existem registros de maus tratos por parte de familiares, de profissionais da saúde, motoristas, cobradores e usuários de transportes coletivos, atendentes de órgãos do aparato do Estado, atendentes do sistema bancário e, ainda, responsáveis por asilos – já havia destacado – inclusive dos familiares.

Senador Mozarildo Cavalcanti, V.Ex<sup>a</sup> é um estudioso dessa matéria, e eu não teria como eu negar o aparte. Recebo-o com satisfação.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PTB – RR) – Quero cumprimentá-lo pelo tema que aborda, porque realmente na maioria das vezes passa despercebido esse fato importante para a população brasileira. V.Ex<sup>a</sup> disse que a nossa população está envelhecendo, o que significa que estamos vivendo mais, apesar de tudo. Quer dizer, apesar de não haver investimentos em saneamento, apesar de não haver investimentos no pré-natal, na assistência neonatal, de não haver uma adequada cobertura vacinal, apesar de tudo isso, o Brasil tem aumentado a faixa etária de sua população. Assim, quero cumprimentá-lo por abordar esse tema e para alertar as autoridades para a importância dele. Nós acabamos de aprovar, ainda em primeiro turno, a questão do aumento da compulsória para os 75 anos. Por quê? Porque mais pessoas chegam a essa faixa etária com lucidez, com capacidade de trabalho. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> mais uma vez e desejo que esse tema realmente seja mais analisado pelas autoridades do Brasil.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo seu belo, pequeno mas preciso aparte. V. Ex<sup>a</sup> mostra que tem que haver mais investimentos nessa área.

Sr. Presidente, o Estado tem que assumir as suas responsabilidades. A realidade revela filas na Previdência.

Quero dar um destaque a respeito desse assunto. Ou seja, recebi uma denúncia, ainda ontem, de um funcionário da Casa: a Previdência havia anunciado que, depois da greve, seus funcionários iriam trabalhar aos sábados. Pois bem, ele, um jovem, foi para a fila. Ele disse que por ele não havia problema. Mas, como anunciaram que iriam trabalhar aos sábados, teriam que ir trabalhar! Vejam que eu sempre defendo e vou continuar defendendo os trabalhadores e os servidores. Nem um posto estava funcionando, eu diria, aqui em Brasília, e na maioria dos Estados.

Falaram que trabalhariam os três sábados após o fim da greve, mas não o fizeram. Soube que pessoas idosas, de 70 ou 80 anos, ficaram esperando o posto abrir, mas isso simplesmente não ocorreu. Assim não dá.

Senadora Serys Sihessarenko, nós que defendemos tanto a Previdência temos de ser coerentes. Terminou o movimento. Se se comprometeram a trabalhar no sábado para pagar horas devidas e consequentemente não terem desconto na folha, têm de ir trabalhar ou não anunciassem que o fariam.

A responsabilidade não é apenas dos trabalhadores, mas também do gerente e do superintendente. Existem os gerentes regionais, então, que esses assumam sua responsabilidade. No Rio Grande do Sul, por exemplo, havia uma superintendência e, atualmente, quem precisar resolver alguma questão mais grave terá de voar até Santa Catarina, pois é o gerente regional desse Estado quem resolverá questões de outros Estados. Cito como exemplo a Região Sul, mas o mesmo deve ocorrer nas outras regiões. Não importa onde ficou o gerente regional. Se desejam ter apenas um gerente regional, devem criar um subgerente ou um gerente adjunto em cada Estado, para que respondam em momentos como esse.

Não há tempo para falar de tudo o que eu gostaria, mas quero insistir nestas questões: a inflação para o idoso é mais alta do que a dos outros setores da sociedade e há defasagem nas aposentadorias – continuam não recebendo o mesmo índice de aumento dado ao salário mínimo.

O Estatuto do Idoso não é de minha autoria, mas de nossa. Todos trabalhamos por sua aprovação, mas alguns artigos, infelizmente, não estão sendo cumpridos.

Sr<sup>a</sup> Presidente, volto a ratificar a necessidade de políticas públicas efetivas. E aqui listo algumas questões que entendo importantes, que os especialistas na área apontaram como o caminho para melhorar muito a situação de nosso idoso:

É preciso incentivar pesquisas para monitorar as mudanças de composição da nossa população.

É preciso estabelecer diretrizes políticas para a formação de profissionais na área de crescimento demográfico e prepará-los para a implantação de programas de melhoria da qualidade de vida dos nossos idosos.

É necessário que haja a implementação de mudanças educacionais que insiram o tema nas instituições de educação superior.

Os ensinos básico e médio devem também abordar a questão do envelhecimento. As crianças devem ser educadas nesse sentido, para respeitar, amar, serem solidárias com os mais idosos já nos bancos escolares.

Os idosos precisam cuidados especiais nas ruas, em casa, no seio da sociedade. É preciso otimizar as condições para que o idoso possa se locomover melhor, ou usar próteses para ouvir melhor, enfim, todos os casos que forem necessários.

Legislação não falta. Está aí o Estatuto do Idoso e tantas outras leis que aponto nesse sentido.

Peço o engajamento dos cidadãos brasileiros nesta luta para que o Estatuto do Idoso seja cumprido

na íntegra, como exige hoje, corretamente, o Ministério Público, que tem sido parceiro nosso.

Segundo o Ministério Público, não é preciso nenhuma lei complementar, pois o Estatuto do Idoso é auto-aplicável, inclusive no transporte interestadual, municipal e semi-urbano, que se subentende intermunicipal.

O Estatuto estabelece que a prevenção e a manutenção da saúde do idoso será efetivada por meio de unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e de gerontologia social. Estabelece também que seja vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde, o que ainda continua acontecendo por cobrança indevida, muito maior que a do cidadão mais jovem.

Para concluir, que seja aprovado pela Casa o nosso Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, que garantirá ao aposentado e ao pensionista voltar a receber o número de salários mínimos que recebia na época da aposentadoria.

Termino, Sr<sup>a</sup> Presidente, dizendo que há uma poesia muito bonita do Mário Quintana sobre envelhecer. Não vou lê-la toda. Ela inicia desta forma:

Antes, todos os caminhos iam,  
Hoje, todos os caminhos vêm...  
A Casa é acolhedora, os livros poucos  
E eu mesmo sirvo o chá para os fantasmas...

Silêncio, solidão, serenidade.  
Quero morrer na selva de um país distante (...)

Para terminar, até pela generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, vou dizer a última frase, que é famosa:

(...) E todos esses que aí estão  
Atravancando meu caminho,  
Eles passarão...  
Eu passarinho!  
(Mário Quintana)

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Carta de Conjuntura deste mês da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul traz pesquisa assinada pela especialista em estatística Maria de Lourdes Teixeira Jardim sobre a mudança no perfil etário da população gaúcha.

O trabalho da professora Maria de Lourdes sinaliza para o caráter de irreversibilidade do processo de envelhecimento da população do Rio Grande do Sul.

Informações prestadas pela professora revelam que os idosos vão alcançar a marca dos dois milhões até 2020, e acrescenta que "o contingente de pessoas com 60 anos ou mais cresceu de 5,8% para 10,5% no período 1970-2000.

Esta população tem peso cada vez maior na sociedade, devendo representar 16,4% da população total do Estado nos próximos quinze anos".

Nacionalmente as pesquisas mostram que em 2050 o Brasil será o quarto país do mundo de mais intenso processo de envelhecimento da população. A população brasileira está envelhecendo a passos rápidos. A fração de cidadãos com mais de 60 anos de idade é a que mais cresce.

A questão que deve ser encarada por todos nós é que: políticas públicas devem ser implantadas para que a nossa gente obtenha um envelhecimento saudável com qualidade de vida.

Mas antes, Sr. Presidente, é fundamental termos consciência que as condições socioeconômicas são fatores preponderantes. Para se ter uma idéia, a revista *Conjuntura Econômica*, de julho de 2004, cita os principais problemas para a terceira idade: abandono, abuso ou violência. As formas de abuso podem ser física, psicológica, sexual e econômica.

Existem registros de maus tratos por parte de familiares, de profissionais da saúde, motoristas, cobradores e usuários de transportes coletivos, atendentes de órgãos do governo, atendentes do sistema bancário, responsáveis por asilos e muitos outros.

Mas o Estado também deve fazer a sua parte. A realidade revela filas do INSS, inflação, defasagem nas aposentadorias, aposentadorias não vinculadas ao mínimo, além do Estatuto do Idoso ser constantemente infringido sem consequências aos infratores.

Sr. Presidente, volto a ratificar a necessidade de termos políticas públicas efetivas para o envelhecimento populacional. Passo a citar algumas medidas que acredito serem de suma importância: É preciso incentivar pesquisas para monitorar as mudanças de composição da nossa população.

É preciso estabelecer diretrizes políticas para a formação de profissionais na área de crescimento demográfico, e prepará-los para a implantação de programas de melhoria da qualidade de vida dos nossos idosos.

É necessário que haja implementação de mudanças educacionais que insiram o tema nas instituições de educação superior.

O ensino básico e médio também devem abordar a questão do envelhecimento. As crianças devem ser educadas neste sentido por seus familiares e pelas escolas.

Os idosos precisam cuidados especiais nas ruas, em casa, no seio da sociedade. É preciso otimizar as condições para que o idoso possa se locomover melhor, ou usar próteses para ouvir melhor e assim por diante.

Legislação não falta. Todos os abusos, violência e abandono levaram à necessidade da criação do Estatuto do Idoso. O MEC também fez constar que deve haver ensino sobre geriatria nas Universidades, mas nem sempre a legislação é cumprida. Apenas 1/3 das escolas de medicina oferecem algum conteúdo geriátrico.

Como autor do Estatuto do Idoso, quero reiterar a necessidade urgente de se fazer cumprir a Legislação. Todos podem e devem cooperar: a CAPES, os Conselhos de Idosos, a população, enfim, todos que acreditam numa sociedade mais humana, mais solidária, sob pena de tornar letra morta as disposições contidas na lei.

Peço o engajamento dos cidadãos brasileiros nesta luta para que o Estatuto do Idoso seja cumprido. O estatuto estabelece:

"que a prevenção e a manutenção da saúde do idoso será efetivada por meio de unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social".

"que seja vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados e que a gratuidade de duas passagens nos transportes interestaduais seja cumprida.

A nossa bandeira inclui, também, a aprovação do projeto de lei nº 58/2003, que prevê a recuperação da defasagem nos proventos de aposentados e pensionistas.

Mas não quero só pedir engajamento. Quero confirmar o meu comprometimento com toda luta que se propõe a melhorar as condições de vida dos nossos idosos.

É louvável a preocupação do MEC em discutir a questão do envelhecimento populacional. Essa mobilização, sem dúvida, é de grande importância.

Sr. Presidente, termino este pronunciamento com um poema do inesquecível poeta Mário Quintana que um dia escreveu sobre o envelhecer:

Antes, todos os caminhos iam,  
hoje, todos os caminhos vêm...  
A casa é acolhedora, os livros poucos  
E eu mesmo sirvo o chá para os fantasmas...  
Silêncio, Solidão, Serenidade.  
Quero morrer na selva de um país distante...  
Quero morrer sozinho como um bicho!  
Adeus, Cidade maldita.  
Que lá se vai o Teu Poeta.  
Adeus para sempre, Amigos...  
Vou Sepultar-me no Céu!  
E todos esses que aí estão  
Atravancando meu caminho,  
Eles passarão...  
Eu Passarinho!

Era o que eu tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Eu gostaria de anunciar que está inscrito para uma comunicação inadiável, em primeiro lugar, o Senador Rodolpho Tourinho, em segundo lugar, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Com a palavra, pela inscrição, o Senador Moarildo Cavalcanti.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – Sr<sup>a</sup> Presidente, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pela ordem.) – Após a fala do Senador Moarildo Cavalcanti, eu gostaria de falar pela Liderança do PSB.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Mesa aguarda.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, quero hoje prestar uma homenagem à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, do Estado de Roraima, que, há poucos dias, comemorou os seus 90 anos de existência no meu Estado.

Na verdade, a história da Igreja Assembléia de Deus de Roraima teve início no ano de 1915, no antigo Rio Branco – Município do Amazonas, hoje Estado de Roraima.

Chegava àquela Vila uma família crente da Assembléia de Deus, oriunda do Estado do Ceará, composta de onze pessoas, chefiada pelo Irmão Cordolino Teixeira Bastos.

O Irmão Bastos, como ficou conhecido, aceitou Jesus por meio do Evangelho anunciado pelos mis-

sionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, com os quais conviveu por algum tempo.

A família Bastos, em busca de trabalho, fixou residência na Ilha de Maracá, no rio Uraricuera, próximo à fazenda Altamira, de propriedade do Sr. Antonio Pinheiro Galvão.

O Irmão Bastos trabalhava de dia na roça e, à noite, realizava cultos em frente à barraca onde residia.

Alguns meses depois, o Irmão Bastos realizou o primeiro batismo nas águas do igarapé Sangrador.

Morreram de malária quatro de seus filhos. Depois a sua esposa, acometida de uma febre desconhecida, também morreu.

Mesmo diante de tantas dificuldades, com a morte dos entes queridos, o Irmão Bastos, por amor às pessoas sem Cristo, não desistiu da sua missão e do compromisso com a obra de evangelização. Convicto de sua chamada, continuou o seu Ministério Missionário, aquecido pela chamada ardente do Evangelho.

As muitas doenças naquela região deram motivo para que o Irmão Bastos fosse residir na fazenda Iracema. Depois, na fazenda Triângulo, na margem esquerda do rio Amajari, onde veio a falecer aos 77 anos, em 1925.

O Irmão Bastos não foi nem será esquecido na história da Assembléia de Deus do Estado de Roraima. Ainda existem parentes e amigos que transmitem parte desta história, participando e colaborando para o conhecimento dos primórdios desta Igreja.

Esses registros nos levam a valorizar os pioneiros da Igreja, em respeito aos sofrimentos, à dor e à morte dos heróis da fé.

Depois de sua organização formal, a Assembléia de Deus de Roraima recebeu o seu primeiro Presidente, em 1946, o Pr. Quirino Pereira Peres, que exerceu o ministério até o ano de 1950.

Hoje, a Assembléia de Deus de Roraima tem, na pessoa do Pr. Isamar Pessoa Ramalho, o seu décimo-primeiro Presidente, a certeza firmada de que o objetivo semeado na trilha dos pioneiros continua e ilumina os caminhos futuros.

As atividades de evangelização espraiaram-se por todo o Estado ao lado de uma fulgurante ação na área social e de educação.

A preservação da causa história assegura aos fiéis de hoje o espírito de união e a verdadeira comunhão cristã como garantia da história e a certeza do amanhã.

São 90 anos marcados por lutas e sofrimentos, dedicação, humildade e submissão ao chamado de Deus da pujante Igreja Assembléia de Deus do Estado de Roraima.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Augusto Botelho, com muito prazer.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, estou lhe aparteando para também parabenizar a Igreja Assembléia de Deus e testemunhar aqui que ela, realmente, é o maior templo evangélico de meu Estado, que hoje já não comporta seus fiéis. Quando existe um culto mais elaborado, mais importante, tem que ser fechada a avenida que passa ao lado da Assembléia para caberem todas as pessoas que lá vão. Isso significa que as pessoas estão pregando o Evangelho, a mensagem de Jesus, de forma que estão angariando mais fiéis. Eu gostaria de parabenizar os pastores e todos os membros da Assembléia de Deus. Sei que é uma bênção de Deus mesmo o que estão conseguindo. Faço votos de que continuem realizando suas obras sociais, lutando contra as drogas e orientando os casais, como têm feito, e Deus os abençoará. Espero que cresçam cada vez mais, como todas as igrejas cristãs que pregam a palavra de Cristo. Muito obrigado.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Agradeço-lhe o aparte e quero aqui também mandar meu abraço a todos os irmãos evangélicos da Assembléia de Deus, a suas famílias, na pessoa do atual presidente, o pastor Isamar Ramalho, e também do nosso Deputado Federal Pastor Frankembergen, uma pessoa que, no exercício do mandato parlamentar, tem demonstrado que não se afastou dos princípios, porque faz, inclusive, da tribuna da Câmara dos Deputados, freqüentemente, como se fosse um púlpito, a pregação dos ensinamentos que faz questão de espargir por todo o Estado de Roraima.

Para finalizar, Sr<sup>a</sup> Presidente, eu gostaria que fosse dado como lido o material anexo. São dez folhas contendo todo o histórico da Igreja Assembléia de Deus do Estado de Roraima, em homenagem aos seus 90 anos de existência.

Era o que eu tinha a dizer, Sr<sup>a</sup> Presidente.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**EDITORIAL**

Nossa Igreja teve seu início marcado pela obra missionária. Em 1915, o irmão Cordolino Bastos e família vieram do Ceará. Em 1918, o missionário Samuel Nystron, chega até o extremo Norte do Brasil ao Município Amazonense, o Rio Branco, hoje Estado

de Roraima. Eles fazem parte da História dos nossos heróis da fé, do princípio.

É preciso guardarmos em nossas lembranças os heróis aqui descritos, para valorizarmos a nossa Igreja, sabermos que Ela não foi edificada no mar de rosas, mas no vale de lágrimas, e você faz parte da alegria do amanhã. Nossas lembranças, saudades e gratidão aos Pastores incluídos nesta História: Querino Pereira Peres, Bejamim Matias Fernandes, Jovinino Rodrigues Lobato, Samuel Bezerra Cavalcante, Otoniel Alves de Alencar, Elizeu Feitosa de Alencar, José Guedes dos Santos, Manoel Antonio Batista, Fernando Granjeiro de Menezes, Geraldo Francisco dos Santos e Isamar Pessoa Ramalho. Todos obedeceram ao chamado do Senhor Jesus. Jamais serão esquecidos.

Todos marcados pelo vínculo da fé, que contribuíram e contribuem para o nosso presente vitorioso.

Assim começa a nossa História, marcadas por lutas e sofrimentos, dedicação, humildade e submissão ao chamado de Deus.

A nós, cabe a responsabilidade e o compromisso de mantermos viva em nossa lembrança, o preço que muitos pagaram. Alguns desgastando o seu físico, outros doando suas próprias vidas.

Hoje, temos na pessoa do Pastor, Isamar Pessoa Ramalho a certeza que o objetivo continua. Que a causa é a mesma. Que a vitória é certa. Que a recompensa é garantida. Resta-nos o espírito de união e verdadeira comunhão cristã, para contarmos a História do nosso amanhã.

As transformações, de acordo com a evolução nesta Área Territorial foram as seguintes:

1. Vila do Rio Branco – Município do Amazonas;
2. Território Federal do Rio Branco;
3. Território Federal de Roraima;
4. Estado de Roraima;

Nossa História: Início: 1915 = 90 anos! Registro: 1948 = 57 anos

A História da Assembléia de Deus no antigo Rio Branco – Município do Amazonas, hoje Estado de Roraima, tem o seu início, ano de 1915.

Chegava a esta Vila, uma família crente da Assembléia de Deus, oriunda do Estado de Ceará, composta de 11 (onze), pessoas, chefiada pelo Irmão Cordolino Teixeira Bastos.

O Irmão Bastos, (como ficou conhecido), aceitou à Jesus através do Evangelho anunciado pelos Missionários Daniel Berg e Gunnar Vingren, com os quais conviveu por algum tempo.

A família Bastos em busca de trabalho, fixou residência na Ilha de Maracá, próximo do Rio Uraricue-

ra, Fazenda Altamira, de propriedade do Sr. Antonio Pinheiro Galvão.

O Irmão Bastos trabalhava de dia na roça, e a noite, realizava cultos em frente a barraca a onde residia.

Naquele local, muitos se converteram ao Senhor Jesus, entre eles, a Irmã Rita Maria de Jesus Galvão, esposa do Sr. Antonio Pinheiro Galvão e uma boa parte da família Galvão, também aceitaram Jesus como salvador. Então o Sr. Antonio Pinheiro Galvão cedeu a sala de sua casa, a onde os cultos eram realizados, na base da lamparina que era a iluminação da época, sem Som Amplificador ou lugar para os irmãos assentear, mas o Espírito Santo se fazia presente no meio de um povo humilde e sincero.

Alguns meses depois, o Irmão Bastos realizou o primeiro Batismo nas águas, no Igarapé “Sangrador”. Deus abençoou o trabalho, confirmando com o batismo no Espírito Santo. Entre os Batizados estava a Irmã Rita Maria de Jesus Galvão.

A obra continuava... Os desafios também...

### OS DESAFIOS

O Irmão Bastos continuou com os trabalhos de dia na roça, de noite a pregação do Evangelho.

Morreu de Malária 4 (quatro), de seus filhos. Depois a sua esposa acometida de febre “braba”, também morre.

Diante de tantas dificuldades, a morte dos entes queridos, o Irmão Basto por amor às pessoas sem Cristo, não desiste da sua missão e compromisso com a obra de evangelização. Convicto de sua chamada continua o seu Ministério Missionário, aquecido pela chamada ardente.

Um ano depois, o Irmão Bastos casa-se, com uma das filhas do Sr. Antonio Pinheiro Galvão, a Irmã Avelina Pinheiro Galvão.

### A VISITA DO MISSIONÁRIO SAMUEL NYSTRON

No ano de 1918, a Igreja de Belém-Pará, enviou a Boa Vista-Rio Branco – Município do Amazonas, o Missionário Samuel Nystron, para atender o chamado de pessoas interessadas em conhecer o evangelho. Neste ano de 1918, realizou o primeiro Batismo em águas (em Boa Vista), quando desceram as águas pessoas da família Ramalho.

Em seu trabalho missionário, teve conhecimento do trabalho que o Irmão Bastos realizava no Alto Uraricuera. Resolveu visitar o Irmão Bastos, viajando durante uns 15 (quinze) dias. Ajudou na organização da Igreja, reconheceu o trabalho dando o apoio necessário.

### ANO DE 1921

Em 1921, o Irmão Bastos realizou o último Batismo nas Águas no mesmo Igarapé “Sangrador”, com a presença da família Galvão, quando batizou a irmã Rosa Pinheiro Galvão, com oito anos de idade, (mãe dos Pastores: Isac e Íris).

As muitas doenças naquela região, dão motivos para o Irmão Bastos vir residir na fazenda “Iracema”. Depois, na fazenda “Triângulo a margem esquerda do Rio Amajari. Faleceu aos 77 anos de idade, em 1925.

### NA HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA DE DEUS

O Irmão Bastos não foi e nem será esquecido na História da Assembléia de Deus – Estado de Roraima. Ainda existem parentes e amigos que transmitem parte desta História, participando e colaborando para conhecimento desta Igreja. Ainda porque, através destes registros, nos leva a amar e valorizar a nossa Igreja em respeito aos sofrimentos, dor e morte de nossos heróis da fé, (desconhecidos sofrimentos), por muitos que hoje fazem parte do corpo de Membros desta época.

Que Deus desperte este povo para amar e respeitar esta Igreja, que é minha, é nossa e é vossa – Amém!

### BOA VISTA – SEDE DO TRABALHO IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS ANO 1946

O trabalho missionário continuou crescendo. Os pioneiros enfrentaram muitas dificuldades e perseguições.

Em 1925, morre o irmão Cordolino Teixeira Bastos. Sua família passa a residir em Boa Vista, Capital do então Território Federal do Rio Branco.

Em 1946, começa a organização da Igreja Evangélica Assembléia de Deus com a chegada de vários irmãos que vieram residir neste Território, de acordo com a relação a seguir:

- Alberto Albuquerque
- Antonio Camilo dos Santos e família
- Antonio Ferreira da Silva e família
- Antonio Gomes Silva
- Antonio João dos Santos e família
- David Teixeira Ramalho e família
- Eduardo Bastos Cavalcante e família
- Firmino Camilo dos Santos e família
- Francisco Saraiva e família
- Hermínia Torres de Amorim
- Honório Amorim Teixeira e família

- João Camilo dos Santos
- José Ana
- José Maria Pereira
- Katarina Gomes da Silva
- Luis Leandro da Silva e família
- Maria de Jesus dos Santos
- Maria José Rocha dos Santos
- Maria Saraiva
- Miguel Raimundo
- Odete Guimarães
- Pedro José dos Santos
- Raimundo Bispo de Souza
- Raimundo Gomes da Silva Nonato
- Rosa Galvão Ramalho
- Vicente Pedro, entre outros...

A Igreja de Belém do Pará recebe informações da existência destes irmãos que residiam em Boa Vista, Território Federal de Roraima e envia o primeiro Pastor para assumir os trabalhos à frente da Igreja.

### NOSSA HISTÓRIA PRESIDENCIAL

Nossa História referente aos Presidentes tem o seu início no ano de 1946.

O 1º Presidente Pr. Quirino Pereira Peres, chegou a Boa Vista no ano de 1946 até o ano de 1950.

Enviado pela Igreja de Belém-Pará, através do Pr. Alcibiades Pereira de Vasconcelos, continuou os trabalhos da Igreja evangélica Assembléia de Deus sob sua responsabilidade e orientação, em uma casa alugada entre a Rua Cecília Brasil e N. Sra. da Consolata. O aluguel era dividido e pago por 20 (vinte) irmãos que contribuíam com o valor de Um Mil Réis.

No dia 2-11-1948, faleceu o primeiro crente, a irmã Maria Ferreira, mãe do Eli Ferreira da Silva e Jeziel Ferreira da Silva.

O Pr. Quirino Pereira Peres, era casado com a irmã Maria Amaral Peres e pai de dois filhos.

No ano de 1948, a Igreja foi transferida para a Rua Cecília Brasil esquina com Benjamim Constant, para um terreno doado pelo irmão Francisco Saraiva, a onde existia uma casa pequena, coberta de palha de Anajá, paredes de Taipa e chão batido.

A iluminação era feita por dois Lampiões a Carbureto e água. Ali Jesus salvava e Batizava com o espírito Santo.

A Igreja assumiu sua Personalidade Jurídica, no dia 28 de agosto de 1943, já no Território Federal do Rio Branco no Governo do Capitão Cloves Nova da costa, e foi publicado o Estatuto da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Diário Oficial de nº 36, com as assinaturas dos irmãos:

- Quirino Pereira Peres
- Francisco Alves Saraiva
- Alberto Meio de Albuquerque
- Domingos Pereira e Araújo
- Maria Amaral Peres e Raimundo Bispo de Souza.

O Pr. Quirino Pereira Feres realizou Batismo em águas no Igarapé do Caxangá entre as Av: Benjamim Constant e N.Sra da Consolata.

Permaneceu em Boa Vista, até os primeiros dias de janeiro de 1950.

### A GALERIA PRESIDENCIAL REGISTRA

1º Presidente:

**Pr. Quirino Pereira Peres: 1946 a 1950**

2º Presidente:

**Pr. Benjamim Matias Fernandes: 1950 a 1952**

3º Presidente:

**Pr. Joviniano Rodrigues Lobato: 1952 a 1964**

4º Presidente:

**Pr. Samuel Bezerra Cavalcante: 1954 a 1957**

5º Presidente:

**Pr. Otoniel Alves de Alencar: 1957 a 1962**

6º Presidente:

**Pr. Eliseu Feitosa de Alencar: 1962 a 1965**

7º Presidente:

**Pr. José Guedes dos Santos: 1965 a 1967**

8º Presidente:

**Pr. Manoel Antonio Batista: 1967 a 1983**

9º Presidente:

**Pr. Fernando Granjeiro de Menezes: 1983 a 1997**

10º Presidente:

**Pr. Geraldo Francisco dos Santos: 1997 a 1998**

11º Presidente:

**Pr. Isamar Pessoa Ramalho: 1999. Atual Presidente**

2º Presidente

**Pr. Benjamim Matias Fernandes**

Período em que presidiu – 1950 – 1952.

Nascido em 30 de setembro de 1914, chegou à Boa Vista /T.F.RB, no final do mês de janeiro de 1950. Recebeu Omo patrimônio da igreja, uma casa coberta de palha de anajá, paredes de taipa e chão batido.

Casado com a irmã Maria de Oliveira Fernandes, pai de José de Oliveira Fernandes, Ruth Maria Fernandes e Miquéias Matias Fernandes.

Pastor Benjamim Matias Fernandes, incentivou a igreja para construir um Templo que comportasse o número de irmãos da igreja naquele tempo.

Deu inicio a construção do primeiro Templo de alvenaria, enfrentando muitas dificuldades para adquirir o material necessário para a obra. Os transportes dos tijolos eram realizados nas costas dos irmãos, da Olaria do Bairro do Calunga, até Av. Cecília Brasil, sempre a noite, nos dias que não havia cultos, nos horários das 19:0hs às 22:00hs.

O Pastor Benjamim Matias Fernandes, deixou o Templo na altura da cobertura.

Em 23 de março de 1951, recebeu a visita do Pastor Alcibíades Pereira de Vasconcelos. No inicio de 1952, fundou o trabalho da Assembléia de Deus, na Colônia Fernando Costa, hoje, Cidade de Mucajáí.

Foi substituído em 24 de junho de 1952, pelo Pastor Joviniano Rodrigues Lobato.

### **AMAMOS A NOSSA IGREJA EM RESPOSTAS AOS SOFRIMENTOS DOS NOSSOS IRMÃOS**

3º Presidente

**Pr. Joviniano Rodrigues Lobato**

Período em que presidiu – 1952 – 1954.

Pr. Joviniano Rodrigues Lobato, casado com a irmã Joana de Oliveira Lobato, pai de: Dorcas de Oliveira Lobato Pacheco, Jeremias de Oliveira Lobato, Eunice Lobato Ferreira e Osmundo de Oliveira Lobato.

Nasceu em dezembro de 1901, em Rio Preto Charapucu, Ilha de Marajá.

No ano de 1912, aceitou Jesus como salvador.

Em 1928, foi separado como Presbítero na Igreja de Charapucu.

Em 1936, 15-6-1936, foi separado Omo Pastor, servindo na Igreja – Bela Vista do Jupati – Município de Afuá.

Em 1943, pastoreia a Igreja na Cidade de Óbidos, no Baixo Amazonas.

Em 1946, foi transferido para o Território do Guaporé, hoje Estado de Rondônia.

Em 24-6-1952, ao assumir a Igreja em Boa Vista, deu continuidade ao trabalho da construção do Templo, inaugurado em 18 de abril de 1954.

Em 1953, recebeu a visita do missionário Nelys J. Nelson.

Consagrou ao Diaconato os Irmãos: José Mergulhão e Francisco nogueira Duarte.

Retornou para a cidade de Óbidos – Pará, por motivo de doença. Esta área Territorial era dominada pela Malária e Hepatite.

Trabalhou em Itaboraí – RJ, Manaus – AM, e em Castanhal – PA.

No dia 19-6-1977, o Pastor Joviniano Rodrigues Lobato, foi recebido nas Mansões Celestiais e desde então descansa no Senhor.

### **AMAMOS NOSSA IGREJA EM RETRIBUIÇÃO AOS NOSSOS PIONEIROS**

4º Presidente

**Pr. Samuel Bezerra Cavalcante**

Período em que presidiu – 29-5-1954 à 2-6-1957

O Pr. Samuel Bezerra Cavalcante, assumiu a Igreja em 29-05-1954, substituindo o Pr. Joviniano Rodrigues Lobato.

Organizou a bancada Igreja com bancos cedidos pela Guarda Municipal Territorial.

O Regente do Coral da Igreja, era o irmão João Vieira Pessoa.

Deu assistência ao trabalho em Mucajai e Caracaraí viajando de bicicleta, que era o transporte daquela época pela inexistência de estradas e pontes nos rios.

Enviou o irmão Antonio Ferreira da Silva (Juvenal) para auxiliar os trabalhos da Igreja do mucajáí, antiga Colônia Fernando Costa.

Construiu o Tanque Batismal.

Jesus continuava batizando com o Espírito Santo e salvando os pecadores.

Deixou a Presidência da igreja em 2-6-1957, sob a responsabilidade do irmão Rubens Arrais Sindeaux, até o dia 18-6-1957, quando assumiu os trabalhos o Pr. Otoniel Alves de Alencar.

Foi um líder querido e amado por todos e deixou muitos exemplos.

### **AMAMOS NOSSA IGREJA PORQUE ELA MERCE**

5º Presidente

**Pr. Otoniel Alves de Alencar**

Período em que presidiu – 18-6-1957 à 19-2-1962

O Pr. Otoniel Alvas de Alencar, casado com a irmã Augusta Alencar, pai de 5 filhos:

Otoniel, Olson, Otton, Otini e Oriza.

Deu continuidade ao Conjunto Coral regido pelo irmão João Vieira Pessoa.

Realizou um culto oficial em Caracaraí, em 1958.

Deu posse ao irmão Antonio Ferreira (Juvenal) à frente do trabalho em Mucajáí em 1958.

Em 19 de fevereiro de 1962 deixou este Território Federal do Rio Branco, para trabalhar em Macapá.

### **NOSSA IGREJA DEVE SER AMADA PELOS FIEIS. ELA MERCE O NOSSO RESPEITO!**

6º Presidente

**Pr. Elizeu Feitosa de Alencar**

Período em que presidiu – 19-2-1962 à 19-7-1965

Boa vista Território Federal de Boa Vista, foi o primeiro Campo Eclesiástico do Pr. Elizeu Feitosa de Alencar.

Pastor jovem e dinâmico que enfrentava, sol e chuva para visitar irmãos que residiam em Colônias distantes, quando não existia pontes sobre os rios, não existia estradas e nem transportes.

José Consagrou a diácono o irmão Antonio Ferreira da Silva (Juvenal) a Presbítero o irmão Mergulhão a Evangelista o jovem irmão Jessé Leandro da Silva.

O Conjunto Coral era regido pelo irmão Javan Arrais Sindeaux.

Reformou a fachada do Templo Central, e construiu a Galeria como base para as instalações da Escola 'Lídia Nelson'.

Construiu a casa pastoral ao lado do Templo a onde está a EPOAD e Livraria Missionária.

Fundou a "Escola Lídia Nelson que atendia cren tes e não cren tes, e o primeiro Diretor foi o Professor Jesiel Ferreira da Silva, todas as realizações foram pela fé, pois a arrecadação da igreja era insuficiente para tanto. Vale registrar a dedicação de muitos irmãos, que não mediam os esforços. Trabalhavam noite e dia.

O Pr. Elizeu Feitosa de Alencar, possuía a visão missionária, alcançou a Região da Serra do Sol, ganhando muitos Indígenas nas proximidades do Rio Aylan, deixando duas Igrejas organizadas.

Envio u m a caravana de irmãos para fundar o trabalho na Vila do Cantar. Esta Caravana estava sob a responsabilidade do Irmão Juvenal que era acompanhado dos irmãos:

Javan Arrais Sindeaux;  
Rubens Arrais Sindeaux;  
José Feitosa de Alencar;  
Elias Fernandes;  
Eli Rodrigues;  
Jessé Landro, entre outros...

O trabalho do Cantar ficou sendo assistido pelo irmão Luis Mondes. Esporadicamente, era visitado por caravanas de irmãos, José Mergulhão, Eudo Mergulhão e outros.

Expandiu esta missão até a Vila do Taiano.

Adquiriu uma casa em Caracaraí a onde está instalada o Templo Sede naquela Cidade.

Seu Ministério, foi próspero, abençoado e vitorioso.

O seu tempo de missão neste Estado foi até 19 de julho do ano de 1965.

### **POR ESTES OUTROS MOTIVOS, NÓS AMAMOS NOSSA IGREJA**

7º Presidente

**Pr. José Guedes dos Santos**

Período em que presidiu – 19-7-1965 à 26-4-1967

O Pr. José Guedes dos Santos, paraense, nasceu 18 de setembro de 1910.

Filho de Ricardo Antonio dos Santos e Apolinária Guedes dos Santos. Casado com a irmã, Guiomar Brito dos Santos, os 12 filhos: Elizabeth dos Santos Mourão, Elizeth dos Santos Aranha, Edileuza dos Santos Ribeiro da Silva, Samuel Britto dos Santos, Eliacy Guiomar dos Santos Sindeaux, José Britto dos Santos, Ester Eunice Britto dos Santos, Josué Britto dos Santos, Edilza Beth dos Santos Pimentel, Eliete Britto dos Santos e Edineide dos Santos Ferreira.

Consagrou a Presbítero irmão Antonio Ferreira da Silva (Juvenal) e a diácono o irmão Elias Arrais Sindeaux.

Reorganizou o Conjunto Musical e organizou o Grupo de Visitadoras.

Enviou na responsabilidade do Presbítero Antonio Juvenal, o irmão Manoel Dantas da Silva à Vila do Taiano, para assistir aquela obra em toda Região.

Implantou o trabalho na Vila do Bonfim, enviado para lá o irmão Eli Rodrigues da Silva.

Enviou para a Região do Aylan, Serra do Sol o irmão Andrelino Rocha dos Santos.

O Pastor José Guedes dos Santos, expandiu o Trabalho de Evangelismo de forma definitiva em Caracaraí, na casa que o Pr. Elizeu Feitosa de Alencar, havia adquirido, colocando à frente daquele trabalho, o irmão José Carlos.

Com amor, e responsabilidade e dedicação até 26 de abril de 1967,

### **POR TUDO ISTO, NÓS AMAMOS A NOSSA IGREJA. ELA MERECE O NOSSO AMOR!**

8º Presidente

**Pr. MAnoel Antonio Batista**

Período em que presidiu – 26-4-1967 à 6-4-1983

Pastor Manoel Antonio Batista, nasceu no Rio Grande do Norte, 8 de setembro de 1915. Casado com a irmã Rosalina Almeida Batista. Pai de três filhas: Cleonice Almeida dos Santos, Eunice Batista da Silva e Ruth Almeida Batista.

Inaugurou as Congregações: Bairro da Aparecida; 13 de Setembro; Bairro dos Estados e Bairro da Liberdade.

Consagrou ao Ministério os seguintes irmãos:

- a)** Pastores: José Mergulhão; Elias Arrais Sindeaux; José Rodrigues Correia, Edilson Pereira da Silva; Eli Rodrigues da Silva e Osmar Rodrigues de Araújo.
- b)** Presbíteros: Javan Arrais Sindeaux; Laurentino Ramos de Moraes; Cícero Gil; Luis Moraes e Jorge Guimarães.
- c)** Diáconos: José Roberto da Silva (Zé Lucio); Joaquim Santos Silva; Manoel da Conceição Gaia;

Almiro Gomes; Isac Galvão Ramalho e Davi Gonçalves.

**d) Evangelista Autorizado:** Clodoaldo Alves da Costa.

Organizou o Conjunto “Rosa de Saron” com 15 componentes. Este Conjunto tinha como Regente a irmã: Nair Vieira Pessoa Ramalho (Nazinha), consagrado em uma Escola Dominical, 5 de agosto de 1974.

O Coral da Igreja foi regido durante o seu ministério, pelos irmãos: Elias Arraes Sindeaux; Ataíde Adão e Saturnino.

Em 1975, enviou o Presbítero Antonio Ferreira da Silva (Juvenal) para atender o trabalho no Tepequem, Região de Garimpo.

Fundou o Trabalho de Evangelismo até a Vila do Alto Alegre.

Levou o Trabalho Missionário até a Maloca do Araçá.

Fundou um Trabalho em Serra da Moça. Em umas dessas viagens houve um acidente, e faleceu o Irmão Eudo Mergulhão e seu filho.

Fundou os Trabalhos de Evangelismo em Normandia; São Luiz do Anauá; São João da Baliza; Vila Iracema e outro...

Adquiriu o 1º Veículo para a Igreja, um Jippe, e depois, uma Pik-Up, e por último uma Belinda que servia para os transportes em visitas aos Campos.

Reformou o Templo: Construiu a Galeria; forrou toda a nave do Templo e colocou o piso todo de cerâmica, doações do Governador: Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto.

No dia 6-4-1983, foi substituído pelo Pastor Fernando Granjeiro de Menezes.

Jubilado, passou a residir em Manaus Amazonas, onde faleceu.

Todo o seu ministério teve duração de 16 anos dedicado a este trabalho de Evangelização à toda área Territorial.

### **POR ISSO E OUTRAS COISAS, NÓS AMAMOS A NOSSA IGREJA**

8º Presidente

**Pr. Fernando Granjeiro de Menezes**

Período em que presidiu – 6-4-1983 à 27-7-97

Pastor Fernando Granjeiro de Menezes, nasceu 5 de julho de 1942, em Manaus -AM. Filho de Durval Pungtory de Menezes e de Ana Granjeiro de Menezes, Criado em lar cristão.

Em 1965, participou efetivamente do Ministério Eclesiástico. Foi Presidente da Mocidade Evangélica amazonense, liderou várias Congregações. Presidiu a

Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Maués/AM. Em 1974 foi oficializado como Ministro do evangelho.

Em 23 de abril de 1974, casou-se com Áurea Evangelista de Menezes, e desta união nasceram: Lúcio Evangelista de Menezes; Luciana Evangelista de Menezes e Fernando Granjeiro de Menezes Júnior.

No dia 6 de abril de 1983, assumiu a Presidência da Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Boa Vista, com três Congregações, dois Ponto de Pregação e oito Obreiros no Interior.

As mudanças necessárias, só aconteceram após um período de oração.

### **ORGANIZAÇÕES**

Atualizou a Escola Bíblica Dominical, quando foram administrados Cursos de Aperfeiçoamento aos Professores.

Organizou a Diretoria de Educação Cristã.

Reestruturou o Serviço Social através do CESAS-MAF (Centro de Serviço Social Maria Fernandes).

Fundou o Serviço de Biblioteca (Samuel Nystron).

Criou a Secretaria de Missão que mantém os nossos Missionários Estadual e Internacional.

Idealizou o Projeto Missionário, Brasil; África; Venezuela e Peru.

A Evangelização atingiu o Beiradão e a Região do Baixo “Rio Branco” com aquisição dos Barcos: Mensageiro da Paz-I e Mensageiro da Paz-II.

Em 1990, enviou como Missionária, Maria Rizelda de Oliveira para (BeiraMoçambique/África).

Em 1991, iniciou os Trabalhos Missionário na Venezuela, enviando os Missionários: Severino Honório da Silva e Família.

Em 1995, enviou para Lima Capital do Peru, o evangelista Osmar de Sousa Corrêa e Família e a Missionária, Marta Paulino de Lima.

Outros Missionários foram enviados para fortalecer os Trabalhos de Missões em outros Países: Nina Ocioli Wiebusk – África; Ivonete Ivo – África; Ubaldo Lobato de Nazaré e Família – Venezuela; Edivaldo Santos Enes e Família – Venezuela; Aparecido Tavares e Família -Venezuela; Domingos Ferreira Gomes (Quezinho) e Família – Punta de Mata Venezuela; Frakembergen Galvão da Costa e Família – Cumanã – Venezuela; José Santana Santos e Família – Venezuela; Arnaldo Matos de Lima e Família – Carúpano – Venezuela; Ruth Geovane Brito Sobrinho – Cumanã – Venezuela e José Ferreira de Souza e Família – Venezuela.

Investiu na área de Comunicações mantendo os Programas “Voz da Assembléia de Deus” pela Rádio Roraima, e o Programa “Boas Novas” pela Rádio Tropical.

Em 1990 implantou o Sistema Computadorizado que atende as necessidades de todos os Departamentos.

Adquiriu um Prédio na Rua Ajuricaba, 754 Centro, onde funcionam: Gabinete Pastoral; Tesouraria da Igreja; Secretaria Geral; Secretaria Convencional; Secretaria Missionária; Tesouraria Missionária e Tesouraria Convencional.

Adquiriu uma casa na rua Ajuricaba, nº 606 – Centro, que serviu como Casa Pastora.

Foi autor do Livro “Quebrando o Gesso”, impresso em 1995.

Organizou o Conselho de Ministros Evangélicos “Comevan”, visando a união entre as igrejas.

Conseguiu junto as Autoridades, incluir Professores Evangélicos para ministrar aulas de Religião no ensino Público.

Construiu a Casa dos Idosos, “Samuel Nystron”.

Construiu o Centro Evangélico Pr. José Guedes dos Santos, na Congregação – Asa Branca-I.

Adquiriu uma Casa de Apoio Pastoral no Conjunto Pricumã.

Comprou uma Casa em Anaco – Venezuela, que serviu como Base Missionária.

Adquiriu por doação do Governador Ottomar de Souza Pinto, duas casas no Conjunto Totolândia.

Comprou uma casa no Conjunto Caçari.

Adquiriu uma Chácara para o Centro de Treinamento “Peniel”.

Organizou a Banda de Música, com todos os Instrumentos necessários, adquiridos pela Igreja.

Organizou o Conjunto Coral “FilaDélfia”.

Organizou o Coral “Missionário da Última Hora”, que foi transformado no “Grande Coral” composto por irmãos de todas as Congregações.

Comprou uma F-1000 para atender os trabalhos da Igreja.

Adquiriu um automóvel – adquiriu uma Motocicleta para o Campo de Três Corações – CG-125, adquiriu uma Kombi (branca), para atender o Círculo de Oração e Centro Social.

Adquiriu uma Caminhonete – Cabine Dupla – cor verde, para atender a Missão.

Adquiriu uma F-4000, e dois automóveis Ford Fiesta – cor Branca.

A Igreja presenteou para ele, um veículo 0/Km (Gol Mil). Depois uma Parati 0/Km.

Organizou o departamento Infantil “Pastor Elias Arrais Sindeaux”.

Inaugurou o Templo da Vila Surumú.

Oficializou as Congregações: Paraviana, Jardim Floresta; Mecejana II; Jóquei Clube II; Tancredo Neves I; Santa Tereza I e Alvorada.

Consagrou ao Ministério Pastoral os evangelistas: Raimundo Nonato Lopes; Ubaldo Lobato de Nazaré; Geraldo Francisco dos Santos; Boanevio José dos Santos; Jônatas Carneiro de Souza; José Ferreira de Souza; Clodoaldo Alves da Costa; Macário Nery dos Santos; José do Livramento Medrado de Jesus.

Consagrou a Evangelista: Isamar Pessoa Ramalho; Adão Pereira do Nascimento; Elizeu Soares Belido; Eliel Pessoa da Silva; Francisco das Chagas Soares; Osmar de Souza Corrêa; Raimundo Nascimento Alves; Vicente Celestino de Lima; Edivaldo Santos Enes; José Alves Pereira Filho; Cícero Gil; Almiro Gomes e José Ferreira dos Santos.

Organizou o Quadro de Diaconisas, prestando ao Plenário as primeiras irmãs: Ângela Pereira da Silva; Elvira Vieira Lima; Iraci Lemos de Lima; Leonisia Farias; Maria Silva Carvalho; Maria José da Silva Santiago; Marinalva de Jesus Mineiro e Vera Maria Monteiro de Souza.

Pastor Fernando Granjeiro deixou esta Igreja com a seguinte organização de trabalhos implantados – Congregações em Boa Vista: Aparecida; Bairro dos Estados-I; Liberdade; 13 de Setembro; Buritis-I; Asa Branca-I; Mecejana-I; São Francisco; Buritis-II; Pricumã-I; Caimbé; Asa Branca-II; Aeroporto; Tancredo Neves-I; Caranã; Nova Canaã; Santa Tereza-I; Pricumã-II; Tancredo Neves-II; Cauamé; Santa Tereza-II; Jardim Primavera; Calunga; Jardim Equatorial; São Sebastião; Cinturão Verde; Jóquei Clube-I; Pintolândia-I; Pintolândia-II; São Vicente; Pintolândia-III; Cabos e Soldados; Jardim Floresta; Jardim Caranã; Jóquei Clube-II; Santa Tereza-III; Alvorada; Bairro dos Estados-II; Paraviana; São Pedro; 31 de Março; Mecejana-II. Igrejas implantadas no Interior: Mucajá; Caracaraí; Vila Moderna; São Silvestre; Entre Rios; Apiaú; Vila do Equador; Vila Pacaraima; Vila Surumú; Colônia São Francisco; Vila Brasil; Normandia; Uiramutá; Água Fria; Mutun; Cajú; Socó; Três Corações; Médio Rio Branco; Boqueirão; Maloca da Raposa; São Luiz do Anauá; Caroebe; Rorainópolis; Bonfim; Araçá (Maloca); Taiano; Taopará; Alto Alegre; Baixo Rio Branco; Cantá; Confiança; Balça; Vista Alegre; Vila Iracema; Vila Nova Colina; Santa Maria do Boiaçú; Trairão.

Seu tempo de ministeriado e dedicação somam 15 anos.

No dia 27 de julho de 1997, Deus o chamou para a eternidade.

Hoje, vivemos de lembranças e recordações referentes ao Pr. Fernando Granjeiro de Menezes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Será igualmente atendido o Senador Paulo Paim, que fez seu pronunciamento momentos atrás.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, por permuta com o Senador Alvaro Dias.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no fim do ano passado, foram suspensas as cotas para entrada no Brasil de artigos têxteis de procedência chinesa. Os tecidos e confecções da China passaram a entrar mais livremente no nosso País, e aprofundou-se o clima de inquietação no setor têxtil brasileiro.

Nós queremos registrar aqui a nossa grande preocupação. Sentimos como justa e legítima a intensa mobilização de empresários e também de trabalhadores da área têxtil do Brasil que está acontecendo neste exato momento, com o nobre objetivo de defesa do setor contra o que eles chamam de “concorrência desleal” de parte dos manufaturados chineses. O presidente do Sindicato dos Têxteis de São Paulo, Sérgio Marques, vem argumentando que os produtos têxteis chineses são de boa qualidade e que o Estado chinês tem criado facilidades para seu parque têxtil. Além disso, diz ele que “a carga horária dos trabalhadores de lá é muito severa”, ou seja, argumenta que muito do avanço naquela indústria foi feito à custa dos operários, e que não é possível competir dessa forma.

Não pretendemos entrar aqui nesse terreno, o que poderia nos conduzir para discussões diplomáticas desnecessárias com um parceiro comercial da importância da China e que tem o nosso respeito. O que pretendemos é chamar a atenção do Governo brasileiro para a urgente necessidade da adoção de medidas de salvaguardas em prol da nossa indústria têxtil. Este é um setor de máxima importância para o Brasil, e não apenas pelo seu valor histórico de parque industrial que deu o pontapé inicial na nossa industrialização, mas também porque, no final da cadeia, o moderno setor têxtil brasileiro é constituído de pequenas e médias indústrias intensivas em mão-de-obra, de capital genuinamente nacional e cuja importância para nós, como Nação, é estratégica.

No total, são mais de 30 mil empresas no Brasil, empregando 1,5 milhão de trabalhadores e representando mais de 17% do PIB industrial brasileiro. É muita coisa. E as exportações têxteis renderam, só no ano passado, mais de US\$2 bilhões. Atualmente, o Brasil

é o terceiro produtor mundial de malha têxtil, só superado pela Índia e pelos Estados Unidos.

O perigo, para o nosso País, é que o Governo vem se movendo com muita lentidão, em termos de criar salvaguardas perante a OMC para proteger o futuro promissor da nossa produção têxtil e dos nossos empregos, em um momento em que cada emprego industrial tem importância social e econômica crítica, num mundo em recessão.

O diretor da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) vem alertando o Governo, argumentando que, quanto mais o tempo passa, pior é a situação para a indústria nacional e que as salvaguardas, diante da competição hostil da China, são urgentíssimas. Os norte-americanos já tomaram medidas de proteção do seu parque industrial, e países como Tunísia, Marrocos, Jordânia e Turquia, que exportam têxteis para o mercado europeu, estão pressionando a OMC para regular o comércio do setor.

O Brasil tem estado calado, e, na nossa opinião, é preciso agir. A concorrência chinesa é forte. Eles contam com o capital estatal de longo prazo a custo baixo, contam com máquinas e equipamentos de alta qualidade, comprados com financiamento atrativo. Levando em conta todo esse contexto, é da máxima urgência que o Governo brasileiro se mobilize pelo estabelecimento de um acordo Brasil-China em prol da saúde do setor têxtil em nosso País.

Afinal de contas, Sr<sup>a</sup> Presidente, ou melhor, Sr. Presidente – agora está na Presidência o Senador Romeu Tuma –, apesar de toda a vitalidade do nosso setor, apesar de o Brasil ser o sexto produtor mundial de artigos de confecção, o sétimo produtor mundial de fios e filamentos têxteis e o oitavo produtor mundial de tecidos planos, estamos diante de uma absoluta desproporção de forças: a China é o primeiro produtor mundial de fios e filamentos têxteis, o primeiro produtor mundial de artigos de confecções, o primeiro produtor mundial de tecidos planos e, como já disse, conta com o apoio financeiro aberto de seu governo, por meio do China Eximbank.

Por isso, nessa questão de têxteis, toda demora em agir é perigosa, toda lentidão põe em risco o emprego de milhares de trabalhadores têxteis no Brasil e, por fim, compromete todo o empenho do empresariado nacional em modernizar e preparar o setor para ser mundialmente competitivo. Contamos com a compreensão e a rápida ação do Ministério do Desenvolvimento para que o pior não termine acontecendo, especialmente depois do fim das cotas de importação dos têxteis chineses, que vigoravam até dezembro do ano passado.

Sr. Presidente, é necessário, urgente e imprescindível que o Governo se debruce sobre esse assunto relativo às salvaguardas dos produtos têxteis em nosso País. Afinal de contas, vivemos uma crise, é bem verdade. Uma crise política provocada por atos de corrupção, por atos de leviandade de alguns que não souberam entender a nova etapa que o Brasil está vivendo, uma etapa que o povo brasileiro exige de todos nós: a do desenvolvimento, do progresso, do emprego, da segurança pública, da educação e da saúde. E nada disso pode ser desvirtuado pelo desvio do dinheiro público, que poderia ser muito bem utilizado em proporção considerável para resolver os graves problemas sociais em nosso País.

O Brasil não pode parar, apesar das CPIs, notadamente quando um setor tão sensível, tão importante como o setor têxtil, que emprega tantos trabalhadores, está sendo prejudicado por falta de ação do Governo, que não se mobiliza, que não se movimenta no sentido de proporcionar segurança para o setor, o que significa segurar o trabalhador no emprego e gerar renda e arrecadação mediante os impostos pagos pelas indústrias do setor.

Por isso, Sr. Presidente, manifesto a minha recomendação, a minha sugestão ao Governo para que dê caráter urgente urgentíssimo a essa questão que vem provocando preocupações no setor têxtil e, por via de consequência, entre os trabalhadores do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Antonio Carlos Valadares, peço apenas um minuto. Desculpe-me. Eu não poderia interferir, e o Carreiro vai ficar bravo.

Participei, ontem, de uma reunião dos líderes de todos os segmentos empresariais do Brasil, com um almoço-debate que eles sempre fazem. E eles estavam muito voltados para as CPIs: 99% da discussão era sobre o comportamento dos Parlamentares nas CPIs. Um dos participantes conversava comigo sobre o problema dos têxteis, que me chama muito a atenção, porque comecei minha vida na área têxtil. Ele dizia, Senadora Serys Slhessarenko, que na China há a “operação cama quente”. Perguntei o que era a cama quente. Um trabalhador fica na cama enquanto o outro trabalha; quando termina o turno, ele volta para a cama e o outro vai. A cama nunca esfria. Então, a produção na China é assustadora. Não dá para concorrer com o preço dos chineses. Algumas indústrias

brasileiras conseguem sucesso porque ainda estão com um nível de qualidade muito bom. Na hora em que a China atingir a primeira qualidade, vamos passar mais apertado ainda.

Então, penso que V. Ex<sup>a</sup> está numa linha importantíssima para que possamos debater.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (PSB – SE) – Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>,

peço a inclusão do comentário de V. Ex<sup>a</sup> no meu discurso, porque, realmente, V. Ex<sup>a</sup> trouxe informações preciosas para todo o Brasil, para todos aqueles que estão nos ouvindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Ribamar Fiquene, por dez minutos.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT)

– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, na semana passada fiz uma fala com relação a algumas posturas da revista **Veja**.

Hoje, volto ao assunto porque, quando tratei do tema, o tempo foi bastante exíguo e só iniciei o meu discurso, que vou continuar hoje.

Estes tempos de crise têm propiciado a ampliação do interesse dos cidadãos brasileiros sobre as práticas e os costumes da política. Neste sentido, a atual crise nos presta uma contribuição, porque é um momento de aprendizado para o povo brasileiro, em geral, para a nação petista, em particular, e para tantos quantos lutam pela retidão na coisa pública.

Só que alguns, na afoiteza de se valer da crise para tentar desacreditar o Governo Lula, só conseguem demonstrar o quanto são oportunistas.

Refiro-me, diretamente, à revista **Veja**, publicação da Editora Abril, que, semana após semana, vem-se desacreditando aos olhos de tantos quantos têm o mínimo de compostura neste País.

Se existe uma crise que precisa ser esclarecida, ela precisa ser esclarecida com responsabilidade. São muitos os jornalistas e os veículos que atuam nessa linha. Está aí a nossa TV Senado que não me deixa mentir, realizando a cobertura das CPIs de forma exemplar. Mas a prática cotidiana da **Veja** só nos dá demonstração de leviandade, de um jornalismo comprometido com interesses sórdidos.

Já tive oportunidade de comentar o episódio **Veja**-Buratti-Palocci, em que as pretensas denúncias alinhavadas contra o Ministro da Fazenda desmancharam-se no ar mal a revista chegou nas bancas e tão logo o

Ministro Palocci recebeu a imprensa, para a histórica coletiva no domingo, dia 14 de agosto.

Hoje, apelando para a paciência dos Srs. Senadores e das Sras. Senadoras, eu gostaria de comentar mais um malfeito da **Veja**. Para tanto, vou citar aqui uma história retratada, com riqueza de detalhes, no Observatório da Imprensa e mais diretamente no **blog** do jornalista Alceu Nader – um jornalista que já foi repórter da **Veja**, que já foi editor assistente da **Veja**, que já foi correspondente da **Veja** em Buenos Aires e que nos conta uma história chocante, que mostra como o oportunismo mais barato tomou conta da redação da revista **Veja**.

Os donos da Editora Abril, se tiverem o mínimo de espírito público, haverão de tomar sérias providências para que a **Veja** passe por uma mudança de rumo, porque histórias como essa que vou lhes contar só confirmam aquela frase que repeti aqui, na semana passada, de autoria do jornalista Luis Weiss, segundo a qual a **Veja** pratica hoje um jornalismo de esgoto.

Vamos à história, na qual a pessoa atingida é uma garota gaúcha, estudante do segundo ano de uma escola técnica de Porto Alegre, chamada Hannah Beineke.

A garota Hannah Beineke, no dia 4 de agosto, animou-se para participar da primeira passeata de sua vida, uma manifestação estudantil que tomou conta das ruas de Porto Alegre e que tinha como palavra de ordem “Com Lula, contra a corrupção”. Entendam bem: com, com Lula, contra a corrupção.

Hannah com milhares de colegas saíram às ruas em defesa de Lula e em combate contra a corrupção. Mas, quando foi ler a edição do dia 16 de **Veja**, o que encontrou lá foi a sua foto, publicada naquela edição que tinha na capa o nome do Lula escrito com os tais dos dois eis de Fernando Collor, trazendo debaixo da foto de Hannah Beineke a seguinte legenda: “Os estudantes se rebelam contra a corrupção no Governo, promovem manifestações e pedem a saída do Presidente. Na semana passada, neocaras-pintadas de verde-e-amarelo começaram a se manifestar contra o Governo Lula.”

Quer dizer, a garota Hannah foi à passeata e gritou: “Com Lula, contra a corrupção”, mas a **Veja** escutou Hannah gritando contra o Governo Lula.

Claro que, politizada como é, a garota tratou logo de escrever uma carta para redação da revista dizendo que a **Veja** estava manipulando os fatos e cometendo uma violência inaceitável contra ela ao transformá-la em adversária de um Governo que só interessava a ela defender.

A revista publicou a carta e, num dos trechos da resposta que deu, disse que iria apurar se houve um erro da agência, tentando transferir a responsabilidade

pela mancada ao repórter fotográfico Jefferson Bernardes, da Agência Preview, autor da foto comprada e publicada pela **Veja**.

Claro que a garota Hannah, que é uma garota politizada, não engoliu as explicações e está acusando a revista de má-fé, pois a mesma manifestação, antes de ser manipulada pela **Veja**, já havia sido noticiada pelas tevés gaúchas e pelos maiores jornais do Rio Grande do Sul – **Zero Hora** e **Correio do Povo** – e pela **Folha de S.Paulo**, que mostraram a realidade dos fatos: milhares de jovens como Hannah foram às ruas defender o Governo Lula e não tentar derrubá-lo.

O que se percebe, então, Sr. Presidente, é que a **Veja** trabalha despidoradamente no sentido de passar para os brasileiros uma imagem de Lula idêntica à de Collor. E não apenas isso: a **Veja** não vacila em tentar manipular o movimento social, distorcendo os fatos o ponto de usar a imagem de Hannah Beineke exatamente no sentido oposto ao da manifestação expressa pela jovem. Tudo isso ficou mais evidente quando, nessa sexta-feira, o mesmo **blog** de Alceu Neder publicou um esclarecimento assinado pelo fotógrafo Jefferson Bernardes, da agência Preview, responsável pela foto publicada na **Veja**. São palavras de Jefferson Bernardes:

Fotos Caras-Pintadas.

Caro Nader, sou autor da foto de Hannah Beineke publicada na **Veja**. Aproveito este espaço para esclarecer que não foi mancada minha, pois a foto levava a legenda correta, descrevendo o ato como aconteceu. Já citado aqui que outros veículos cobriram a manifestação, a **Folha de S.Paulo** também publicou uma de minhas imagens para ilustrar sua matéria naquele dia e não fez a mesma comparação.

Sr. Presidente, Sras. Senadoras, o que a **Veja** está fazendo, na cobertura desta crise, é um escândalo, é um acinte, é um crime. Está distorcendo os fatos, tentando forjar um clima de golpe contra o Presidente Lula, contra o Governo do PT.

Todos sabemos que houve dirigentes do PT que cometem erros. Não estamos titubeando. Temos exigido – pessoalmente, já ocupei esta tribuna inúmeras vezes – realmente a punição rigorosa de todos aqueles que cometem erros dentro do meu Partido, fora do Partido, em qualquer situação. Nesta crise, queremos uma punição rigorosa e, dentro do nosso Partido, mais rigorosa ainda. Já deixei aqui esses motivos justificados.

Independentemente disso, não podemos compactuar com um jornalismo da estirpe da **Veja**. Que essa revista faça um jornalismo semelhante ao de

outros órgãos de comunicação de grande, média ou pequena envergadura, como os jornais regionais, mas com decência. Que a imprensa seja investigativa, sim, que vá às últimas consequências, investigue, apure e contribua grandemente para o avanço do processo democrático neste País, mas que não deturpe os fatos, como vem fazendo a revista **Veja**.

Não temos titubeado em defender punição imediata e rigorosa para culpados como Delúbio Soares, Silvio Pereira e outros dirigentes do campo majoritário do meu Partido, que passa atualmente por um processo de reciclagem que culminará, no dia 18 de setembro, na eleição direta de uma nova direção partidária. Participo da chapa que pretende eleger a companheira Maria do Rosário, que faz parte do Movimento PT, Presidente Nacional do nosso Partido, embora não faça parte desse movimento. Sei que esta é uma conjuntura muito grave e muito dura para todos nós do PT, mas não podemos nos calar diante dessas manipulações da **Veja**.

A revista **Veja** está se sujando, se degradando. Temos de perguntar que moral tem essa revista para cobrar ética de quem quer que seja? Queremos cobrar ética e moralidade, sim, de todos os políticos, dos partidos políticos, mas também da imprensa. Parte dela, entre elas a revista **Veja**, mostra uma compostura realmente degradada não sabemos muito bem a serviço de quem – para mim, isso não está muito claro; com certeza, não é a serviço da sociedade brasileira ou da democracia de nosso País. Não tenho dúvida disso.

Temos que levantar a cabeça e questionar, sim. Não podemos continuar participando de um processo em que parece que todos nós estamos...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Nós, Parlamentares, especialmente, estamos aqui graças à determinação, cada um de nós, e à vontade do nosso povo, do nosso Estado. Estou aqui graças ao povo do meu Estado de Mato Grosso, um Estado grandioso, sobre o qual sempre que estou na tribuna não posso deixar de falar. Trata-se de um Estado grande, gigante, de um Estado economicamente viável, que precisa de uma força na área estrutural. Mas é um Estado que produz matéria-prima para exportação em grande quantidade – soja, carne, algodão. Trabalha atualmente, hoje, com retorno, com a construção de usinas de álcool, com a questão do biodiesel. Enfim, trata-se de um Estado extremamente promissor. Cada um de nós no Senado viemos representar o nosso Estado. Temos o compromisso com o bem maior do povo brasileiro, que é o avanço do processo democrático.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Temos que ter a coragem, temos que acabar com essa história de ter medo da imprensa. A imprensa séria, responsável não nos ameaça, e daquela que não é séria e nem responsável, eu não tenho medo. Temos que realmente nos posicionar. Aquilo que é certo, temos que apoiar e estar junto com a imprensa. Mas, aquilo que está errado, temos que ter a coragem de realmente olhar de frente e nos posicionar. Chega de ficarmos dizendo “sim, senhor” para determinados órgãos, às vezes muito por aquela história: “Estou com medo, porque, se bater em mim, realmente vai ficar difícil”.

Não tenho medo, não. Nós todos temos que enfrentar. A imprensa corajosa e séria, estamos com ela. A imprensa irresponsável, estamos contra.

Muito obrigada.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa e, em seguida, ao Senador Osmar Dias.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a inscrição, no momento adequado, para breves comunicações, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Para uma comunicação inadiável, Senadora?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Sim, para uma comunicação inadiável no momento em que a Mesa achar adequado, antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrita em terceiro lugar.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> minha inscrição para falar como Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> já pode falar, se assim o desejar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se me permitir.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, diversas entidades estão nos corredores a nos perguntar se, efetivamente, amanhã, haverá sessão de discussão e votação dos vetos. Solicito que V. Ex<sup>a</sup> possa esclarecer para que, perante a sua fala, na Presidência, não só os presentes, mas os que estão nos Estados saibam se

vai ocorrer amanhã a sessão conjunta para apreciação de mais de 400 vetos, conforme o nosso sempre tão prestativo Carreiro nos informou.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Senador Renan Calheiros disse-me, quinta-feira, que seria na quarta. De acordo com o Dr. Carreiro, consta na Ordem do Dia de hoje: “A Presidência comunica, ainda, que está convocada sessão do Congresso Nacional, a realizar-se amanhã, dia 31/08/2005, às 11 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação de vetos presidenciais”.

Portanto, amanhã, às 11 horas, todos os Srs. Parlamentares estão convidados, porque a votação dos vetos é muito importante.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias, como Líder do PDT.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Srs e Srs. Senadores, falo hoje sobre uma proposta de emenda à Constituição que apresento ao Senado Federal, de extrema importância.

V. Ex<sup>a</sup>, como eu, defende o municipalismo, defende os Municípios. Como todos aqueles que não se conformam com a péssima distribuição dos recursos arrecadados por meio de impostos, tributos ou contribuições, queremos uma alteração nessa concentração dos recursos nas mãos da União, porque já é possível constatar a deterioração dos serviços públicos em nosso País em função dessa concentração.

Vou repetir um número já conhecido de todos: em nosso País, 61% dos recursos totais ficam com a União; 25% dos recursos arrecadados ficam com os Estados; e apenas 14% – um pouquinho mais de 14% – são repassados aos Municípios.

Ao contrário dessa tendência de diminuição dos recursos para os Municípios, houve, com a Constituição de 1988 e depois dela, uma transferência sistemática de atribuições, de tarefas, enfim, de responsabilidades que antes não eram dos Municípios para os Municípios.

O transporte escolar, por exemplo, deveria ser providenciado pelo Município após recebimento de recursos da União. No entanto, os Estados recebem os recursos da União e deveriam repassá-los aos Municípios. Ocorre que, quase sempre, os Estados retêm esses recursos. E os governadores inclusive fazem a sua própria política, desrespeitando, muitas vezes, as prioridades municipais.

No meu Estado isso acontecia, vem acontecendo. E o transporte escolar tem que ser visto como instrumento de combate ao êxodo rural, por ser uma de suas principais causas. O transporte escolar é deficiente, uma vez que os Municípios, por não disporem de

recursos, acabam improvisando com veículos velhos. A incapacidade financeira dos Municípios brasileiros é ocasionada justamente pela concentração de recursos nas mãos dos Estados.

Fiz um estudo, Senador Augusto Botelho, e cheguei à seguinte conclusão: em 1994, as contribuições – Cide, Cofins, da CPMF – somavam 44% dos recursos totais administrados pela Receita Federal. Em 2001, as contribuições já significavam 48%. Então, de 44% passaram a 48%. E o pior, hoje elas já estão ultrapassando 50% dos recursos administrados pela Receita Federal. Por que isso? Porque todas as reformas feitas aqui, a PEC 135, as outras de que não lembro o número, todas elas trataram de contribuições. Quando se fala em reforma tributária no Brasil, fala-se de correção de contribuições.

Os impostos destinados diretamente aos Municípios, como por exemplo, o Imposto Territorial Rural (ITR), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), dos quais o Município participa através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), não têm nenhuma correção. Então, estou apresentando, Senador Augusto Botelho, uma emenda constitucional – e já pedindo o apoio de V. Ex<sup>a</sup>; sei que contarei com isso, por seu espírito municipalista –, no sentido de também transferir ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) pelo menos 10% das arrecadações resultantes das contribuições CPMF, Cide e Cofins. Isso porque hoje nada, praticamente, vai para os Municípios, a não ser uma parcela pequena da Cide – depois da reforma que fizemos aqui –, em que 25% são destinados aos Estados e 25% desses 25%, aos Municípios. Então do total, 6,25% da Cide são transferidos exatamente para os Municípios.

Mas precisamos de mais: precisamos da Cofins e da CPMF, para que os Municípios sejam obrigados, sim, a investir os recursos da CPMF para o fim a que se destina: a saúde. Precisamos destinar os recursos da CPMF para a saúde. Mas que seja possível aos Municípios arrecadarem esses 10% da CPMF. Essa verba precisa ser repassada aos Municípios e diretamente administrada por eles. E não como ocorre hoje, através da União, o que torna todos os Parlamentares dependentes do próprio Governo Federal. Quando o Parlamentar faz uma emenda, tem que implorar aos Ministros do Governo a liberação de algo que é direito garantido a ele constitucionalmente.

Se nós conseguirmos aprovar essa emenda constitucional que eu estou apresentando, significa tornar disponível para os Municípios – Senador Romeu Tuma, Presidente desta sessão – 10% das contribuições. Com isso, vamos resolver um grave problema, uma distorção

enorme, porque as contribuições somaram 135 bilhões em 2004. Seriam R\$13,5 bilhões a mais para os Municípios administrar, o que eles poderão fazer com muito mais competência do que faz hoje a União...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço mais um minuto para concluir.

Os Municípios farão com muito mais competência do que hoje o faz a União, porque estão mais próximos dos problemas das comunidades. Assim, o Prefeito terá melhores condições de administrar, de gerenciar, de repassar esses recursos para atender a saúde, a segurança, para atender as necessidades básicas da população. E a população brasileira será beneficiada diretamente com essa medida.

Por isso, estou apresentando, e peço o apoio a todo o Senado Federal, a proposta de emenda constitucional, que estabelece 10% das contribuições para os Municípios brasileiros, o que representaria hoje cerca de R\$13,5 bilhões a mais de arrecadação.

Eu conto com o apoio de todos para a proposta de emenda constitucional que acabo de apresentar, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Eu gostaria de ser signatário também da medida.

Concedo a palavra a nobre Senadora Íris de Araújo, ilustre representante de Goiás, por cessão do Senador Valdir Raupp. Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

**A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, eu comenta-va, agora há pouco, com o Senador Augusto Botelho, que esta Casa reflete o pensamento do povo e que nós temos que obedecer a esse pensamento. Por isto, eu me apresento hoje com esta camiseta, na qual está estampada a seguinte frase: “O Brasil é maior.” E, lógicamente, faço um pronunciamento ao usar esta camiseta com base no que nela está escrito.

Sr. Presidente, está claro que as CPIs desempenham um papel determinante para elucidar as muitas denúncias que comprometem o Governo e o seu Partido. Mas o grave momento vivido pelo País não nos deve levar apenas à atitude de exigir a profunda apuração dos fatos denunciados, o seu consequente julgamento pelas instâncias competentes e a punição dos culpados.

Muito além dos episódios revelados, está um novo sentido de Nação a ser redescoberto, a ser moldado a partir de um debate igualmente importante que

precisa ser travado de maneira paralela ao ciclo das investigações.

Depois de quase três meses, Senador Mozarildo Cavalcanti, é preciso constatar que nós não podemos continuar a viver praticamente em função de depoimentos que, reconheçamos, se transformaram em espetáculos de surpreendentes índices de audiência na televisão.

O Brasil não pode mais continuar vivendo em função desses fatos extraordinários que surgem no noticiário dia após dia, alimentando essa cadeia sem fim desses escândalos. Ao lado das ações que elucidam o esquema de corrupção, é preciso que prospere o debate a respeito do país do bem, do país a dar certo, das saídas e alternativas que nos devolvam a esperança, que reforcem os nossos sonhos, jamais permitindo que prospere na sociedade o descrédito em nossas próprias forças, em nossas potencialidades, Senador e Presidente Romeu Tuma.,

O perigo de dar exclusividade ao debate da crise é justamente este: semear um sentimento de descrença que só leva angústia à alma do povo brasileiro.

A atividade incorreta de alguns pode acabar por penalizar a própria ação pública no Brasil. Corremos o risco de nos envolver com essas denúncias que são muito freqüentes, levando-se em conta que todos nós, políticos, na sua grande maioria, temos bons propósitos, estamos trabalhando e nos empenhando para que este grande País tenha o merecido crescimento.

O perigo é justamente o eleitor estabelecer um conceito geral a partir de exemplos específicos, passando a menosprezar a ação política ou até mesmo chegando a limitar a sua própria participação nas definições dos caminhos do País.

As eleições estão chegando. Penso que é extremamente perigoso que esse tipo de pensamento se dissemine, um pensamento único em relação ao que está acontecendo nesta Nação. A punição, a investigação, o que se faz corretamente dentro desta Casa, é o caminho certo, mas temos que pensar no Brasil como um todo.

Fui procurada por um grupo de empresárias, mulheres, que me pediu que usasse esta camiseta – eu brinquei com o Senador dizendo que me enviaram um número menor do que o meu tamanho. Mas, de qualquer forma, a finalidade, a causa é justa e eu a assumi, usando este símbolo aqui.

Essa hipótese de descrédito amplo precisa ser urgentemente analisada. Cabe ao Congresso Nacional, desde já, repensar o seu calendário, bem como a prioridade que está destinando à análise dessas denúncias. O Brasil não pode girar apenas em torno da crise! Não pode torná-la ainda mais gigante; não pode

esquecer que os problemas e as dificuldades do nosso povo permanecem aí – nos seus locais de origem –, a exigir dos agentes públicos, nós, alternativas.

Meu medo é que se torne incontrolável essa guerra de cunho partidário que se manifesta, até com alguma selvageria, nos ambientes das CPIs. A linguagem vai se tornando mais áspera. E, à medida que são divulgadas as pesquisas sobre a avaliação do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a tensão no cenário cresce mais ainda.

O fato é que o confronto eleitoral se antecipou, Senador Romeu Tuma, de maneira drástica, o que é muito prejudicial ao País.

Há o risco evidente de as investigações nas CPIs deixarem de ser técnicas para se transformarem em instrumentos de paixões políticas. Afinal, somos mesmo assim: muito mais paixão e coração.

Mas a racionalidade precisa ser invocada para que não percamos o enfoque central, que é a apuração imparcial das denúncias, sem que esse trabalho comprometa a análise dos diversos outros projetos em tramitação no Congresso, cujo conteúdo representa significativos avanços para o Brasil.

De fato, alguns analistas já concluem que, em face da extensão da crise, o Governo do Presidente Lula esgota a sua capacidade de prosseguir no caminho das reformas. Daqui para diante, só restaria, portanto, o “empurrar com a barriga”, à espera de algo inusitado que lhe possa salvar a imagem.

Esta conclusão pode até ter fundamento, mas nossa consciência de agentes públicos não nos deve deixar em paz diante da realidade além deste plenário, além deste Congresso. Ou seja, as altas taxas de juros que infernizam as empresas; a infra-estrutura do País mergulhada no caos – especialmente as rodovias –; o desemprego ainda abundante; a falta de perspectivas e de oportunidades para os nossos jovens; a violência urbana com todas as suas atrocidades; enfim, a família brasileira, que permanece à espera de dias melhores.

O Governo pode até estabelecer como tática de sobrevivência o popular “empurrar com a barriga”. Mas nosso povo exige soluções rápidas e eficientes. Afinal, foi com esse propósito que escolheu seu Presidente.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> pode prorrogar, Sr. Presidente? (Pausa.)

Obrigada.

Cabe ao Congresso Nacional, como esteio primeiro da democracia, mudar essa perspectiva, remodelar o curso do atual debate, priorizando também, por exemplo, a discussão sobre reformas imprescindíveis

que recomponham a fé de nosso povo num futuro de maior qualidade.

É aquele instante em que devemos, sim, deixar de lado as nossas vaidades, invocando os mais caros ideais para, num esforço amplo, fazermos com que este País siga adiante em sua maratona de crescimento.

A saída para a crise está sempre na atividade cidadã, capaz de transformar este momento em verdadeiro aprendizado a funcionar como reforço de nosso amor pelo País.

Já se disse que nosso povo é melhor do que suas elites e é essa essência que deve inspirar as atitudes a serem tomadas daqui para diante.

O salto de qualidade que o País espera implica uma mudança de costumes. E de mentalidade.

Não se trata apenas de enxergar as próximas eleições. É preciso repensar o Brasil como um todo, independentemente dos objetivos partidários. Nossa meta precisa ser o interesse nacional.

Felizmente, os últimos acontecimentos parecem ter mostrado de maneira definitiva que a economia está mesmo assentada em fundamentos sólidos e que não será abalada pelos desdobramentos desta crise política. Mas a gradativa fragilização da liderança do Presidente Lula não pode servir de pretexto para que nos acomodemos diante da evidente paralisia imposta por essa perda de força política. Mesmo num cenário que revele um certo vazio de poder, os problemas nacionais precisam ser agilizados e administrados.

É necessário refletir. O Governo Lula tem ainda pela frente um ano e quatro meses. Trata-se de um período considerável, um espaço de tempo precioso. Não dá para imaginar um hiato de tamanhas proporções. As políticas nacionais e os programas específicos precisam ser tocados e aperfeiçoados. Não podemos permitir, Sr. Presidente, que a crise política tudo engula.

Está aí o produtor rural curvado por dívidas...

Cadê os projetos sociais destinados às famílias carentes? Ninguém mais deles dá notícias.

Quando a saúde e a educação voltarão a ser objeto de apreciações mais detidas?

Esperemos, enfim, que as CPIs...

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senadora Iris de Araújo, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Concedo um aparte, neste momento, com o maior prazer, ao Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senadora Iris de Araújo, esta é a oportunidade primeira que tenho de saudá-la e o faço no instante de sua vibração cívica em favor do País. Realmente, vamos apurar, vamos punir os responsáveis, vamos acabar com a impunidade, mas, por favor, vamos administrar o País. Esse é

o apelo que V. Ex<sup>a</sup> faz em favor de melhores estradas, em favor de saúde, em favor de educação. V. Ex<sup>a</sup> cresce aos olhos dos seus conterrâneos. Aliás, deixe-me dizer que tenho um pouco de ciúmes de Goiás porque V. Ex<sup>a</sup> é nascida na minha cidade, Três Lagoas. Mas V. Ex<sup>a</sup> está empolgando Goiás e é motivo de orgulho dos seus conterrâneos e do Brasil. Muito obrigado.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) –** Obrigada, Senador Ramez Tebet.

Sr. Presidente, solicito que meu discurso seja publicado na íntegra.

Para encerrar, gostaria apenas de dizer que aqui estou usando o que me pediram: a camiseta em que se lê “O Brasil é maior”. Eu também considero que o nosso Brasil é maior que qualquer crise, é maior que qualquer situação que possamos viver. E nós, não sómente aqui no Senado, mas em todas as instâncias, nós que estamos dentro deste plenário e em todos os recantos deste País devemos ter a coragem, a competência de nos colocar de pé e, em voz bem alta, dizer: “Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil”.

Muito obrigada a todos.

***SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DA SRA. IRIS DE ARAÚJO.***

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO).** Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, está claro que as CPIs desempenham um papel determinante para elucidar as muitas denúncias que comprometem o governo e o seu Partido. Mas o grave momento vivido pelo País não nos deve apenas levar à atitude de exigir a profunda apuração dos fatos denunciados, seu consequente julgamento pelas instâncias competentes e a punição dos culpados.

Muito além dos episódios revelados, está um novo sentido de Nação a ser redescoberto e a ser moldado a partir de um debate igualmente importante que precisa ser travado de maneira paralela ao ciclo das investigações.

Depois de quase três meses, é preciso constatar que não podemos continuar a viver praticamente em função de depoimentos que – reconheçamos! – se transformaram em espetáculos de surpreendentes índices de audiência na TV.

O Brasil não pode mais continuar vivendo em função destes fatos extraordinários que surgem no noticiário dia após dia alimentando a esta cadeia sem fim de escândalos. Ao lado das ações que elucidam o esquema de corrupção, é preciso que prospere a discussão a respeito do País do Bem, do País a dar certo, das saídas e alternativas que nos devolvam a esperança, que reforcem nossos sonhos, jamais per-

mitindo que prospere na sociedade o descrédito em nossas próprias forças, em nossa potencialidade.

O perigo de dar exclusividade ao debate da crise é justamente este: semear um sentimento de descrença que só leva angústia à alma do brasileiro.

A atividade incorreta de alguns pode acabar por penalizar a própria ação pública no Brasil. E aí mora outra enorme preocupação: o perigo é justamente o eleitor estabelecer um conceito geral a partir de exemplos específicos, passando a menosprezar a ação política ou até mesmo chegando a limitar a sua própria participação nas definições dos caminhos do País.

Esta hipótese do descrédito amplo precisa ser urgentemente analisada!

Cabe ao Congresso Nacional desde já repensar o seu calendário, bem como a prioridade que está destinando à análise destas denúncias.

O Brasil não pode girar apenas em torno da crise! Não pode torná-la ainda mais gigante. Não pode esquecer que os problemas e as dificuldades de nosso povo permanecem aí, a exigir dos agentes públicos alternativas.

Meu medo é que, por exemplo, se torne incontrolável esta guerra de cunho partidário que já se manifesta, até com alguma selvageria, nos ambientes das CPIs. A linguagem vai se tornando mais áspera. E na medida em que são divulgadas pesquisas sobre a avaliação do governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a tensão no cenário cresce ainda mais.

O fato é que o confronto eleitoral se antecipou de maneira drástica – o que é muito prejudicial ao País!

Há o risco evidente de as investigações nas CPIs deixarem de ser técnicas para se transformarem em instrumentos de paixões políticas.

Afinal, somos mesmo assim: muito mais paixão e coração.

Mas a racionalidade precisa ser invocada para que não percamos o enfoque central, que é a apuração imparcial das denúncias, sem que este trabalho comprometa a análise dos diversos outros projetos em tramitação no Congresso, cujo conteúdo representa significativos avanços para o Brasil.

De fato, alguns analistas já concluem que, em face da extensão da crise, o governo do presidente Lula esgota a sua capacidade de prosseguir no caminho das reformas. Daqui para diante, só restaria, portanto, o “empurrar com a barriga”, à espera de algo inusitado que lhe possa salvar a imagem.

Esta conclusão pode até ter fundamento, mas nossa consciência de agentes públicos não deve nos deixar em paz diante da realidade além deste plenário, além deste Congresso. Ou sejam, as altas taxas de juros que infernizam as empresas; a infra-estrutu-

ra do País mergulhada no caos – especialmente as rodovias; o desemprego ainda abundante; a falta de perspectivas e de oportunidades para nossos jovens; a violência urbana com todas as suas atrocidades; enfim, a família brasileira que permanece à espera de dias melhores.

O governo pode até estabelecer como tática de sobrevivência o popular “empurrar com a barriga”. Mas nosso povo exige soluções rápidas e eficientes! Afinal, foi com este propósito que escolheu o seu presidente...

Cabe ao Congresso Nacional, como esteio primeiro da democracia, mudar esta perspectiva, remodelar o curso do atual debate, priorizando também, por exemplo, a discussão sobre as reformas imprescindíveis que recomponham a fé de nosso povo num futuro de maior qualidade.

É aquele instante em que devemos, sim, deixar de lado as nossas vaidades, invocando os mais caros ideais para, num esforço amplo, fazermos com que este País siga adiante em sua maratona de crescimento.

A saída para a crise está sempre na atividade cidadã, capaz de transformar este momento em verdadeiro aprendizado a funcionar como reforço de nosso amor pelo País!

Já se disse que nosso povo é melhor do que suas elites e é esta essência que deve inspirar as atitudes a serem tomadas daqui para diante.

O salto de qualidade que o País espera implica numa mudança de costumes. E de mentalidade.

Não se trata apenas de enxergar as próximas eleições. É preciso repensar o Brasil como um todo, independente dos objetivos partidários. Nossa meta precisa ser o interesse nacional!

Felizmente, os últimos acontecimentos parecem ter mostrado de maneira definitiva que a economia está mesmo assentada em fundamentos sólidos e que não será abalada pelos desdobramentos desta crise política. Mas, a gradativa fragilização da liderança do presidente Lula não pode servir de pretexto para que nos acomodemos diante da evidente paralisia imposta por esta perda de força política. Mesmo num cenário que revele um certo vazio de poder, os problemas nacionais precisam ser agilizados e administrados!

É necessário refletir... O governo Lula tem ainda pela frente 1 ano e quatro meses. Trata-se de um período considerável... Um espaço de tempo precioso... Não dá para imaginar um hiato de tamanhas proporções. As políticas nacionais e os programas específicos precisam ser tocados e aperfeiçoados. Não podemos permitir que a crise política a tudo engula!

Está aí o produtor rural curvado por dívidas...

Cadê os projetos sociais destinados às famílias carentes? Ninguém mais deles dá notícias...

Quando a saúde e da educação voltarão a ser objeto de apreciações mais detidas?

Esperemos, enfim, que as CPIs não se transformem naquelas novelas emocionantes em que seus autores tudo fazem para esticar os capítulos, num enredo que jamais chega ao fim. Neste caso, aliás, esperemos que o apagar das luzes seja breve e que tenha o final clássico do bem vencendo o mal!

Até porque, a vida real nos mostra que o nosso Brasil é capaz de encontrar saídas a partir do esforço de seus filhos. Independente de governos.

O País é mais forte do que seus dirigentes, é mais forte do que suas crises, está acima das atitudes inaceitáveis dos que traem a confiança do povo!

Portanto, não vamos empurrar com a barriga... Vamos, sim, vencer as dificuldades com o suor de nosso trabalho e a nossa vontade de fazer e de realizar!!!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, pela Liderança do Governo. V. Ex<sup>a</sup> fará uso da tribuna por cinco minutos, nos termos do parágrafo único do art. 66 do Regimento Interno.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro e um apelo.

O registro é em nome da Liderança do Governo e também em meu nome e de todo o PMDB de Roraima. Desejo saudar a Igreja Assembléia de Deus, que comemora 90 anos e realizou, no último final de semana, uma festa comandada pelo Pastor Isamar Ramalho, com vários convidados, com vários pastores que se deslocaram até a Capital Boa Vista. Nessa ocasião, sem dúvida alguma, foi demonstrada a força, a competência, a integridade, o caráter e a importância da Assembléia de Deus para o Estado de Roraima. É a maior igreja evangélica do Estado. Está presente em cada Município, em cada localidade e realiza importante trabalho social, um trabalho de equilíbrio, um trabalho muito forte de construção da sociedade em nosso Estado.

Portanto, aqui ficam o meu reconhecimento, os meus parabéns e o meu compromisso de continuar atuando no sentido de fortalecer o trabalho das igrejas evangélicas, não só especificamente da Assembléia

de Deus, mas também das outras igrejas evangélicas, que são tão importantes em nosso Estado.

Outro apelo que quero também fazer é no sentido de que, nesta semana iniciada no Congresso Nacional, seja encaminhada definitivamente a legalização das terras do Estado de Roraima. Existe um grupo de trabalho do Governo Federal, com representantes do Estado, que está discutindo essa matéria há muito tempo. Entendo que é chegado o momento de o Presidente Lula baixar um decreto regulamentando de que forma vão se transferir as terras para o Estado. É preciso iniciar esse processo de transferência para que efetivamente, ao longo do tempo, todas as terras devolutas, todas as terras que precisam compor a base física do Estado sejam transferidas a Roraima. Essa solução é importante para o desenvolvimento e também para indicar o rumo da nossa produção.

A regularização fundiária, não só no que se refere à legalização das terras, mas também no que tange à solução da questão indígena, é um ponto crucial que, infelizmente, até hoje tem atrapalhado o desenvolvimento do nosso Estado. Estamos atrasados em relação a esse problema, que deveria ter sido resolvido há anos. Em 1991, quando se instalou o Estado, as terras deveriam ter sido regularizadas. Infelizmente, isso não foi feito. Mas é sempre hora de recuperar o tempo perdido e de resolver uma pendência que é fundamental, volto a dizer, para Roraima.

Portanto, fica o apelo para que o Presidente Lula baixe o decreto que regulamenta a transferência das terras, para que se inicie o processo de regularização. O Incra deve entregar os títulos aos trabalhadores, aos empresários, aos ocupantes de terras produtivas, para que a base fixa do Estado possa se engajar no processo produtivo da Amazônia. Nesta semana, vamos acompanhar, no Palácio do Planalto, exatamente o encaminhamento e a solução dessa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romero Jucá, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Presidência concede a palavra ao próximo orador inscrito, nobre Senador César Borges, que fala por cessão do nobre Senador Marco Maciel e por permuta com o Senador Alberto Silva.

S. Ex<sup>a</sup> disporá de até dez minutos.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do PTB.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito como próximo orador, de acordo com o Regimento Interno.

V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, na quinta-feira passada, apresentamos um requerimento ao Senado, que foi aprovado na mesma data, solicitando que o Tribunal de Contas da União realizasse uma auditoria na Controladoria-Geral da União. Explico o porquê do nosso requerimento, cuja justificativa seguia junto com ele.

Consideramos a realização dessa auditoria de fundamental importância para encontrarmos a resposta para uma pergunta que não quer calar, Sr. Presidente: por que a Controladoria-Geral da União, criada exatamente para investigar e combater a corrupção dentro do Governo Federal, não tem cumprido com a sua função?

O Presidente Fernando Henrique criou a Controladoria-Geral da União para fazer investigação interna, a fim de impedir, inclusive, que houvesse atos de corrupção, a partir de um acompanhamento permanente da administração direta, da indireta, das estatais, do Governo Federal. A Controladoria estava pronta para receber denúncias, que poderiam ser feitas por qualquer Parlamentar, por qualquer cidadão brasileiro. Essa foi a função.

Ora, essa função foi modificada no atual Governo. Modificada para quê? Para melhorar essa função, que é importantíssima, que poderá inclusive prevenir ações danosas ao Erário federal? Não, ela foi ampliada para que a Controladoria-Geral da União, antes denominada Corregedoria, porque era uma efetiva Corregedoria dentro do Governo Federal, para o controle interno dele, pudesse atuar também controlando as verbas que o Governo Federal destinava às prefeituras municipais.

Pois bem. E aí se deteve o trabalho único e exclusivo da agora Controladoria-Geral da União, cujo titular foi intitulado ministro. A Controladoria, antes Corregedoria, não precisa ter **status** de ministério, mas o Presidente Lula, quando alargou o número de ministérios para trinta e cinco, resolveu criar mais um, porque o Sr. Waldir Pires só aceitava essa situação. E ele foi para a tal Controladoria-Geral da União, mas não para auditar, não para fazer a correção interna do Governo Federal, como ocorria no início, quando a Corregedoria-Geral da União foi criada, no Governo passado. A

Controladoria-Geral da União passou a fazer isso nas prefeituras municipais. E realizava um sorteio, que raramente pegava o PT, porque, das 5.500 prefeituras, só havia 200 do PT – agora só há 400. Então, era algo para pegar prefeituras dos outros Partidos – PMDB, PSDB, PFL, PDT e assim por diante –, menos do PT.

Durante este Governo, não vimos uma só ação da Controladoria-Geral da União para apurar os diversos escândalos que são do conhecimento da Nação brasileira. Talvez, se a Controladoria tivesse feito seu papel, não estivesse o Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores passando por tantos constrangimentos, diante de tantos escândalos não esclarecidos para todo o Brasil.

Vou citar alguns. Onde estava a Controladoria enquanto Waldomiro Diniz e Rogério Buratti disputavam a propina da GTech? Por que não estava acompanhando a renovação de contratos na Caixa Econômica Federal? Onde estava a Controladoria nas denúncias envolvendo o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que inclusive está sendo processado pelo Supremo Tribunal Federal, que abriu investigação? Nunca se ouviu um pio, uma palavra da Controladoria-Geral da União. Só se ouviu quando ela agiu contra as prefeituras municipais em todo o País. Onde estava a Controladoria quando ocorreram as fraudes do programa Bolsa-Família, de que toda a Nação tomou conhecimento? Onde estava a Controladoria quando houve o favorecimento de empreiteiras no Ministério dos Transportes, no DNIT (Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes), que foi escandalizado, inclusive, por ex-gestores daquele órgão. Também não se ouviu uma palavra sequer, nem uma abertura de sindicância por parte da Controladoria se fez.

Onde estava a Controladoria no caso tão conhecido das organizações não-governamentais, como a Ágora, que foi denunciada a todo o País?

Onde estava a Controladoria na “máfia dos vampiros”, que aconteceu no Ministério da Saúde, com pessoas que eram da estrita confiança do ex-Ministro Humberto Costa, que precisou demiti-las, mas que foram trazidas por ele?

Onde estava a Controladoria na famosa “máfia dos Correios”, como agora nós sabemos? Agora, a Controladoria diz que fez lá as suas investigações, uma auditoria, e chega a desvios de milhões, R\$56 milhões. Ou a Controladoria não faz nada, ou, quando faz, sempre chega atrasada; anda lentamente e chega quando o escândalo já é do conhecimento nacional.

Onde estava a Controladoria no escândalo do “mensalão” e de todas essas ramificações, com a utilização do “valerioduto”, inclusive com a utilização da Secretaria de Comunicação para direcionar contratos

às empresas do Sr. Marcos Valério, contratos esses que eram, inclusive, superfaturados?

Quando aprovamos esse requerimento aqui, Sr. Presidente, o Sr. Waldomiro Diniz declarou à imprensa a sua indignação com a nossa solicitação, no cumprimento do nosso papel democrático de parlamentar. Mas ele não deu essas explicações sobre onde estava a Controladoria, que deveria estar cumprindo o seu dever. Ele não disse nada, preferiu atacar o Senador César Borges, preferiu tachar o meu ato de pequeno, que eu não conseguia ver o grande trabalho de combate à corrupção deste Governo.

Onde está este trabalho? O que se vê pelo País inteiro é a corrupção nos órgãos federais, que foram tomados de assalto pelo Partido dos Trabalhadores, que imagina que o Governo Federal, porque foi ganha a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pertence ao Partido dos Trabalhadores. Nunca se viu simbiose tão grande entre um partido e um governo.

Então, o Sr. Waldir Pires, em lugar de dizer o que a Controladoria-Geral da União fez ou está fazendo e o que deve fazer, preferiu atacar o Senador, é mais cômodo para ele. E atacou de forma inclusive desleal, porque mentiu de forma deslavada. Disse que eu propus ao Plenário do Senado uma legislação, a modificação constitucional, para permitir que políticos corruptos não fossem inelegíveis enquanto não fosse transitado em julgado. Isso é loucura! Só na cabeça do Sr. Waldir Pires. Nós propusemos, sim, a modificação da legislação eleitoral, que prevê que o político que tenha alguma acusação sobre vício eleitoral seja afastado na primeira instância de pleno. Aí, ele vai recorrer, e logo em seguida ele volta, porque um juiz que tenha qualquer divergência ou interpretação equivocada faz o afastamento daquele que foi eleito com a maioria dos votos. Basta que se arrumem duas ou três testemunhas e que se diga que houve um crime eleitoral, como a compra de votos, e ocorre o afastamento.

Então, o que nós pretendíamos, Sr. Presidente, era exatamente que houvesse, como há, o mesmo direito aplicável a qualquer cidadão brasileiro: que ele só fosse afastado após recorrer aos Tribunais Superiores. Então, isso hoje traz um desassossego às administrações públicas estaduais.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, a Controladoria não funciona, e o Sr. Waldir Pires está muito mal colocado. O que este País, na verdade, precisava é que acabasse essa Controladoria, que não resolve absolutamente nada, e que este Governo estivesse impregnado daquilo que ele prometeu a toda a Nação brasileira: caráter, moralidade, ética para assumir o Governo Federal, fato esse que, infelizmente, a Nação brasileira não tem assistido.

Portanto, Sr. Presidente, o Senado Federal aprovou, e aprovou muito bem – não vi aqui ninguém do Partido dos Trabalhadores, da Base do Governo, ser contra nosso requerimento para que seja aberta uma investigação pelo Tribunal de Contas da União e seja feita uma auditoria à Controladoria-Geral da União, para que ela possa dizer a que veio, porque ela está em pleno desvio de função. E é isto que queremos que toda a Nação conheça: que o Sr. Waldir Pires e a Controladoria-Geral da União não vêm cumprindo seu papel, porque, se estivessem, muito do que tem acontecido e trazido inquietação à Nação brasileira já teria sido dado conhecimento pelo que seria o resultado do trabalho dessa Controladoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Permite um breve aparte, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – A Mesa já havia prorrogado por três vezes, para não causar prejuízo. Está V. Ex<sup>a</sup> inscrito, Senador Eduardo Suplicy, e, de fato, a Presidência prorrogou por três vezes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo, se V. Ex<sup>a</sup> permitir. Primeiro, para informar que consideramos mais do que legítimo que o Senador César Borges, da Oposição, possa fazer um requerimento sobre as atividades da Controladoria-Geral da União como de qualquer Ministério. Então, não poderíamos aqui ser contrários a isso. Sabe V. Ex<sup>a</sup> que eu tenho pelo Ministro Waldir Pires o maior respeito. Respeito as críticas que formula...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Houve inúmeras iniciativas de S. Ex<sup>a</sup> que tiveram resultados importantes, mas V. Ex<sup>a</sup> pede uma ação mais efetiva. E é interessante...

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Pode V. Ex<sup>a</sup> citar alguma ação dele que redundou em algo efetivo?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – São do conhecimento público dezenas de operações que...

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Não resultou absolutamente em nada, sequer encaminhou ao Tribunal de Contas da União, o que seria sua obrigação.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Por exemplo, foram efetuadas inclusive prisões no Estado de Alagoas relativamente a prefeitos que haviam desviado recursos para outras finalidades, e, em muitos Estados, foram realizadas detenções de operações que decorreram da coordenação de investigação tanto da

Controladoria-Geral da União quanto da Polícia Federal. Infelizmente, como eu prometi ser muito...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Encerrando, Sr. Presidente. As ações que o Senador Eduardo Suplicy disse que são de autoria do Sr. Waldir Pires, são, na verdade, da Polícia Federal e que ele está tomando a si. Agora, o único setor que ele destinou a sua ação, Sr. Presidente, foi olhar para os municípios porque não tinha nenhum município do PT envolvido, porque só tem duzentas prefeituras – é uma questão estatística. E ele não fez nenhuma denúncia em relação a sua ação precípua, que é olhar internamente e fiscalizar o Governo Federal a que ele pertence. Então, ele estava coadunando com todos esses escândalos que estavam aí. Chego a desconfiar de que ele tinha conhecimento de muitos deles e não quis revelar para proteger o Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem ordem, tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex<sup>a</sup> me inscreva para que eu possa falar pela Liderança do PL antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito para falar pela Liderança do PL antes da Ordem do Dia.

Neste momento, falará o nobre Senador Sérgio Zambiasi, para uma comunicação de interesse partidário.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem.) – É que estou inscrito pela Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – De fato, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito. Como V. Ex<sup>a</sup> não tinha chegado ao Plenário para, efetivamente, pedir o horário – se era antes ou após a Ordem do Dia –, a Presidência já inscreve V. Ex<sup>a</sup> e vai lhe conceder a palavra, de acordo com o disposto no Regimento Interno.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB-TO) – Senador José Jorge, tem a palavra pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela Minoria, o Senador Antonio Carlos vai falar antes da Ordem do Dia, e eu gostaria de me inscrever para falar depois da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Inscrevo V. Ex<sup>a</sup> para depois da Ordem do Dia. A Mesa já havia dado o esclarecimento a S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que já está devidamente inscrito.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por cinco minutos para uma comunicação de interesse partidário.

**O SR. SÉRGIO ZAMBIASI** (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, desde o último dia 27 deste mês de agosto, o setor agropecuário gaúcho vive um dos momentos mais importantes do ano. Apesar das quebras nas safras, devido à estiagem, a 28<sup>a</sup> edição da Expointer iniciou em clima de superação. A expectativa dos organizadores e dos participantes é de que a feira se consagre como o início da recuperação da economia gaúcha.

A Expointer, que neste ano se realiza até o próximo dia 4 de setembro, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, apresenta as últimas novidades da moderna tecnologia agropecuária e agroindustrial. É a maior mostra agropecuária do Sul e uma das mais importantes exposições do mundo.

Neste ano, a venda de animais durante o evento deve superar os três milhões de reais contabilizados na última edição da feira, graças à realização de cinco remates de cavalos e uma inédita feira de novilhas.

Aliás, quando se fala em superação, devemos lembrar que o número de animais inscritos na exposição bateu recorde neste ano: 5.956. Durante nove dias de feira, cerca de 2.400 expositores de animais, máquinas, implementos, insumos e produtos veterinários, veículos, equipamentos, serviços e artesanato mostraram a qualidade da sua produção. E o público também contribui para o sucesso do evento: nos primeiros três dias, apesar da instabilidade do tempo, mais de 160 mil pessoas circularam pelo Parque de Exposições Assis Brasil.

Apesar da descapitalização e das *commodities* em baixa, o setor primário se organizou e levou novos negócios para a Expointer, na tentativa de driblar a crise. O resultado foi a expansão da feira em dimensão, em número de eventos e em participação. O Parque

Assis Brasil recebeu investimentos de cinco milhões de reais, em uma parceria entre o Governo do Estado e a iniciativa privada.

Uma das novidades das instalações é a Central da Imprensa, doada pelo Grupo Gerdau, que abriga os jornalistas que fazem a cobertura da feira. Também foi construído o pavilhão da Agricultura Familiar, que abriga a 5<sup>a</sup> Feira da Agricultura Familiar. O espaço, que foi restaurado, recebeu investimentos do Governo Federal e do Governo do Estado. Outra atração é o novo Boulevard, localizado na rua coberta pelo parque, com uma área de 250 metros. Portanto, vale a pena a visita nos dias que ainda restam de feira.

A Expointer 2005 também conta com a participação de representantes de 10 países. Expositores da Alemanha, Argentina, Áustria, Camarões, Chile, China, Equador, Peru, Reino Unido e Uruguai participam do evento.

Em relação à comercialização de máquinas, calcula-se uma queda de 30% em relação a 2004, quando foram negociados 218 milhões de reais. A redução é inferior à registrada nas demais feiras realizadas no País, que tem sido em média 50%. Mesmo assim, foram investidos quase 900 mil reais no setor de máquinas agrícolas do parque, ampliando a área de 11 para 12 hectares e inaugurando um estacionamento maior, com capacidade para 2.000 veículos. Mais uma vez, a superação falou mais alto do que o pessimismo.

Em artigo publicado no jornal **Zero Hora**, o Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, evoca os participantes da Expointer a seguir o exemplo de Joaquim Francisco de Assis Brasil, que empresta o nome ao parque onde se realiza o evento.

Assim como Assis Brasil, que revolucionou a atividade rural com espírito altivo, resistente, operoso e inovador, a Expointer 2005 ficará na história como um evento que não se deixou abater pelas dificuldades climáticas e econômicas do setor primário.

É como diz uma das canções que simbolizam o espírito gaúcho: “Não está morto quem luta e quem peleia, pois lutar é a marca do campeiro”.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Marcelo Crivella, antes da solicitação de V. Ex<sup>a</sup>, o nobre Líder Antonio Carlos Magalhães havia enviado à Mesa sua inscrição. Se V. Ex<sup>a</sup> concordar – tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> já concorda pela sua sinalização –, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela Liderança da Minoria e, logo em seguida, a V. Ex<sup>a</sup>. Assim, V. Ex<sup>a</sup> poderá continuar seu diálogo com o nobre Senador Edison Lobão que, certamente, é bastante proveitoso.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL**

– BA). Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, não sei o resultado da reunião do Presidente Renan Calheiros com os Presidentes e Relatores de Comissões. As Comissões são independentes, mas, na certa, o Presidente Renan Calheiros quis apenas advertir todos os membros de Comissão, por meio do Presidente, de que não pode haver “operação abafa”, como está existindo por parte do Governo, para que Deputados mensalões, diaristas, anualistas ou semestralistas saiam a salvo dessa vergonha que ocorre no momento no País e que é, sem dúvida alguma, o assunto principal não só das áreas políticas como também de qualquer setor da vida pública nacional.

Eu quero dizer, neste instante, que é preciso vigilância sobre o Presidente Severino Cavalcanti, que não está significando a Câmara dos Deputados com as declarações que tem feito, inclusive insinuando que não vai punir ninguém.

A imprensa brasileira, que está tão atenta a esse assunto, deve logo tomar conhecimento de que o Presidente da Câmara não tem interesse em punir os seus colegas, e o pior é o que dizem: que não tem interesse em punir os seus colegas para que ele também não seja punido.

Conseqüentemente, é uma advertência que eu faço à grande maioria da Câmara dos Deputados, que é formada de gente decente, correta, e que não pode ser maculada por uma minoria presidida pelo Presidente da Câmara.

Depois, confesso a V. Ex<sup>a</sup>, e confesso contristado, eu estou meio estarreido, Senador Siqueira Campos, eu estou um pouco estarreido com o que tenho lido nos jornais: que o Presidente Severino Cavalcanti vai representar também o Congresso Nacional na ONU. É demais! Se a sua eleição foi um absurdo, avaliem na tribuna da ONU como o Brasil vai crescer com a palavra do Severino! Diria até ao Presidente Renan Calheiros, que vai também na comitiva, que não fossem juntos, pelo menos para se distinguir o Senado da Câmara nesse aspecto. Ninguém pode negar que o Presidente Severino foi eleito e que tem que ficar naquele lugar, mas discretamente, não pode aparecer! Não pode! Fica muito mal para o Brasil o Presidente Severino aparecer na tribuna da ONU, representando o Parlamento Nacional!

Neste instante, Sr. Presidente, quero fazer um apelo ao Presidente Renan Calheiros. Não sei se terá coragem de enfrentar o Presidente da Câmara, que tem os poderes naturais de um Presidente da Câma-

ra, mas alguém tem que chegar para o Presidente da Câmara, o Sr. Ciro Nogueira, por exemplo, que dizem que é o maior amigo dele, e dizer: “Severino, adoeça. Não vá para a ONU! Vamos mandar outra pessoa, vamos mandar o Vice-Presidente, vamos mandar um membro da Mesa, mas poupe-se desse problema para si próprio e principalmente para o Brasil!”

De maneira que o Presidente Severino não faça “operação abafa”! Não pode fazer, e o Senado tem que reagir a isso! Se o Congresso Nacional é composto das duas Casas, cabe ao Presidente do Senado, que é o Presidente do Senado, reagir a essa situação. “Operação abafa” não vou fazer! Enquanto estivermos aqui, vamos reagir!

Eu sei que o Senador Eduardo Suplicy está me pedindo o aparte para dizer que não permitiremos operação abafa. Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Estou de pleno acordo com V. Ex<sup>a</sup>, não podemos permitir uma operação abafa. Todo Parlamentar que porventura cometeu ações que nitidamente ofendem o que está na Constituição, sobretudo no que diz respeito aos direitos e deveres dos Parlamentares que não tenham sido cumpridos, deve receber a punição da perda do mandato; temos que obedecer. Gostaria de perguntar algo a V. Ex<sup>a</sup>. Grande parte do PFL não votou no Deputado Severino Cavalcanti para a Presidência? Porque, na verdade, se ele está sendo designado para representar o Brasil na ONU, acredito que seja em decorrência da sua representação como Presidente da Câmara. Portanto, pondero que a responsabilidade cabe aos que votaram nele para ser Presidente da Câmara.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL**

– BA) – O PFL votou no José Carlos Aleluia, que foi derrotado.

Creio que V. Ex<sup>a</sup> queria que eu dissesse isso para me intrigar com o Deputado José Carlos Aleluia.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Mas houve o segundo turno.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL**

– BA) – Votamos no Deputado Aleluia, mas a minha parte da bancada votou no candidato do seu Partido, o Deputado Greenhalgh. Votou e o fez consciente de que estaria votando em um candidato melhor. E hoje está provado que sim.

Portanto, sei que V. Ex<sup>a</sup> quer me felicitar por ter tomado essa atitude de votar em um companheiro de seu Partido. Porque entendo que a Câmara dos Deputados é mais importante do que os próprios partidos políticos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Eu sou testemunha do seu respeito e da sua consideração pelo Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, feita essa advertência, só me cabe esperar que V.Ex<sup>a</sup> transmita ao Presidente Renan Calheiros a minha preocupação quanto a essa viagem à ONU. Pelo menos, que S.Ex<sup>a</sup> se salve.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, farei chegar às mãos do Senador Renan Calheiros as notas taquigráficas, de acordo com a solicitação formulada por V.Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador Marcelo Crivella, na condição de Líder, para uma comunicação de interesse partidário. Em seguida, este Presidente que falará em lugar do Senador Alberto Silva.

V.Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos, Senador Marcelo Crivella.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pergunto se não há um dispositivo, aprovado pela Mesa e pelo Plenário, segundo o qual devem ser alternadas as comunicações de líderes com os inscritos. Lembro apenas que, salvo engano, existe esta medida que normalmente tem sido considerada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Senador Eduardo Suplicy, assiste a V.Ex<sup>a</sup> inteira razão, e a esta Mesa também quando obedece ao critério. Vejamos. O Senador César Borges falou como orador regularmente inscrito. Logo após, falou um Líder, por cessão, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Mas, no momento em que um líder efetivo, como é o Senador Marcelo Crivella, pede a palavra, é regimental, de acordo com essa decisão. Portanto, este é o esclarecimento feito por parte desta Presidência em respeito não só a V.Ex<sup>a</sup>, mas às normas ditadas pela Mesa.

V.Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador Marcelo Crivella.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Venho a este plenário fazer uma comunicação que me preocupa muito.

Neste ano, coloquei todas as minhas emendas para o Ministério das Cidades. Por quê? No Rio de Janeiro existem os temporais de verão. Nós temos muita gente morando em área de risco. Não consegui até

agora, Senador Eduardo Suplicy, liberar uma emenda sequer para meu Estado! Não só eu como também os Senadores que lideram no PL.

O Governo tem praticado superávit primário de 6% do PIB. Ontem, no Rio de Janeiro, tivemos um tiroteio, em Botafogo, e várias pessoas morreram. Não é possível vivermos mais com esse nível de recessão e de desemprego que tem trazido à sociedade brasileira taxas de marginalização e de violência que nunca vivemos.

A ditadura militar sustentou-se politicamente pelo sucesso econômico e o pleno emprego. A democracia do Palocci acha que se sustenta promovendo a recessão e o alto desemprego. Seu mais recente aliado é o Deputado Delfim Netto, que quer fazer déficit orçamentário zero não baixando juros, mas elevando o superávit primário, já no próximo ano, para 6% do PIB. Este mesmo Delfim, quando era o principal Ministro civil da ditadura, patrocinou a maior expansão monetária, 30% reais ao ano, e a maior expansão fiscal da nossa história, cujo efeito ficaria conhecido como milagre brasileiro, entre 1968 e 1973.

Encontramos com o Deputado Delfim, no café do Senado, na semana passada, e em tom de brincadeira e um tanto a sério nós avisamos que iríamos atacar sua proposta de déficit zero na abertura das audiências públicas sobre políticas de pleno emprego, na última quarta-feira. Ele respondeu: Vocês não aprenderam nada! Nós respondemos: O senhor é que se esqueceu de tudo o que praticou.

De fato, só o completo desprezo pela democracia pode explicar por que o grande desenvolvimentista do regime militar se tornou o pregoeiro da estagnação e da contração econômica do Governo Lula, em conluio com a equipe econômica do Ministro Palocci. Quem insiste na atual política econômica quer o aprofundamento da crise social e o caos político.

Como respeito a inteligência do Deputado Delfim, tenho plena certeza de que ele sabe disso. Então, como explicar sua insistência em uma política monetária ótima para os ricos, mas politicamente suicida? É muito simples. Delfim acredita que o Presidente Lula, com sua popularidade, segurará as massas, impedirá que a insatisfação social se transforme em convulsão. A isso chama de fazer uma política econômica responsável. Manter as regras do jogo em que só o capital financeiro ganha equivale a respeitar contratos; querer baixar as taxas de juros, como quer o Vice-Presidente, é populismo.

Essa atitude de Delfim aponta para uma característica universal dos processos políticos desde o desmoronamento da União Soviética. Os liberais econômicos, travestidos de neoliberais, abandonaram

qualquer restrição na defesa dos privilégios dos ricos e dos poderosos. Voltaram a uma ideologia anterior aos anos 30, resgatando o darwinismo social com outros nomes.

Ouvi pessoalmente do Ministro Delfim que ele é contra a idéia do pleno emprego. Se alguém falasse assim nos anos 60 ou 70, seria escorraçado da política. Agora é possível...

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco PL – RJ) – Com o maior prazer. É uma honra ser aparteado por V.Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Quero apartá-lo porque eu o vejo sempre na tribuna, mas – permita-me dizer, é uma opinião minha – hoje V. Ex<sup>a</sup> está diferente pela indignação, que é de todos nós. Está demais isso! Todo esse superávit primário para pagar juros externos, com o desemprego existente, com a saúde inteiramente enfraquecida, com a classe média empobrecendo e com os pobres indo para a miséria. V. Ex<sup>a</sup> tem razão em afirmar isso, ainda mais que representa o Rio de Janeiro, que é hoje uma das mais violentas Unidades da Federação, se não a mais violenta. Como é que vamos ficar pagando juro e cada vez devendo mais, e o povo passando necessidade? Senador, quero abraçá-lo por me permitir comungar de suas idéias, aproveitando a oportunidade para deixar claro o meu pensamento sobre esse assunto, aliás, já manifestado reiteradas vezes aí da tribuna, embora não com tamanha propriedade como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me conceda apenas mais dois minutos para concluir.

Delfim Neto diz que não é a favor do pleno emprego. Se fizesse isso na década de 60 e 70, seria escorraçado da vida pública. Atualmente, pode-se fazer isso porque vivemos uma política que desgraçadamente não reconhece o direito dos pobres.

Os neoliberais se aproveitaram de conceitos econômicos abstratos para justificar um tipo de sociedade que se fosse levada às últimas consequências seria simplesmente intolerável.

Em primeiro lugar, essa sociedade determina que algo como 10 a 20% da sua população ativa fique desempregada permanentemente e, portanto, sem acesso a renda, exceto o salário-desemprego. No nosso caso, como o salário-desemprego é pago por um tempo curto e somente é acessível a uns poucos, o desemprego é uma condenação à inanição.

O Deputado Delfim Neto, principal mentor do Ministro Palocci, considera isso perfeitamente natural.

Ele é contra até mesmo a proposição do pleno emprego. Mas a sociedade ideal para pessoas como ele não é apenas uma sociedade que ignora a solidariedade, despreza a cooperação e desconhece a compaixão. É uma sociedade na qual cada trabalhador deve ver no seu próximo um competidor, alguém que, de repente, se torna fonte de exploração maior do que ele, tornando o seu emprego, o que faz dele um inimigo em potencial. Nessa sociedade, todos lutam contra todos em favor de uns poucos. É a mais odiosa forma de exploração do homem pelo homem, em uma escala que o próprio Marx não previu, já que ela liquida a solidariedade entre os explorados e os torna inimigos uns dos outros.

Algum dia, no futuro, o povo vai compreender e vai reagir. Isso é um acinte, é um tapa na cara do povo brasileiro. Espero que o povo reaja apenas dentro da democracia, aproveitando para aposentar o nosso Deputado Delfim, que sempre foi um homem independente e que agora parece estar independente até do bom-senso.

Quero reiterar, Sr. Presidente, no momento em que concluo, que o Estado do Rio de Janeiro tem, nas chuvas de verão, um problema seriíssimo. Há milhares de pessoas vivendo em áreas de risco. É por isso que os Parlamentares do Rio – incluo-me – colocamos a maioria de nossas emendas no Ministério das Cidades.

Recentemente, veio aqui o Ministro, em uma reunião com o Líder do PMDB, e disse que havia, pela primeira vez no ano, conseguido R\$40 milhões para liberar. Ora, se fosse privilegiada, como é prática de Governos anteriores, apenas a Base do Governo, somando-se 250 Deputados na Câmara dos Deputados mais 40 Senadores aqui, teríamos uma liberação de R\$5 mil para cada Parlamentar levar para seu Estado, para realizar construções, casas novas, ajudar em metrô, transporte, enfim, tudo que está sob a rubrica de transportes no Orçamento da União. Isso é inaceitável.

Ou o nosso Governo retoma o crescimento, as obras, ou não sabemos onde vamos parar com tanta violência e marginalização na sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, por permuta com o Senador Alberto Silva, por dez minutos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB)**

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Senadora Serys Slhessarenko, Srs. Líderes, meus caros Senadores, Srªs Senadoras, meus caros telespectadores da TV Senado, da Rádio Senado em FM e também em ondas curtas, que atinge meu Tocantins, pessoas presentes nas galerias desta Casa, meu nobre Senador Nezinho Alencar, eu gostaria de pedir a atenção do Plenário, porque talvez todos esses acontecimentos do plano nacional estejam deixando escapar alguns fatos que estão ocorrendo nos Estados, que são absolutamente espantosos, inacreditáveis, mas que acontecem.

Quero aqui, na presença do jovem Prefeito Júnior Bandeira, da cidade do Lajeado, acompanhado do Prefeito Ailton Araújo, de Santa Rosa, e do Secretário Municipal da Juventude de Lajeado, Edilson Mascarenhas, trazer aquilo que não é apenas uma denúncia, porque para mim já se tornou uma rotina dizer desta tribuna que o Governador do meu Estado inventou um tal Governo Itinerante, no qual ele faz a seguinte prática: nós perdemos mais de 100 médicos no interior do Estado, dos 139 Municípios. Portanto, ele deixa a população sem médicos, sem atendimento, sem remédio, enquanto todos esperam que, durante tantos meses, ele escolha uma cidade-pólo para fazer o que denomina “Governo mais perto de você”. Então, para dar atendimento àquela população, ele leva alguns médicos para a tal cidade-pólo, onde se formam filas imensas. Isso é substituir a prática regular do atendimento à saúde pública pela prática eleitoreira, desumana, que vai contra todos os princípios da administração pública.

Além disso, Senador Paulo Paim, o Governador emprega a sua tia, irmã de sua mãe, como Secretária da Ação Social; o seu pai como Secretário de Obras; o seu tio, irmão da mãe, como Chefe da Casa Civil; outro primo como secretário particular; a esposa como Secretária do Desenvolvimento de Políticas Públicas. Algo sem precedentes.

Para completar, Senador Paulo Paim, pego o Diário Oficial do Estado do Tocantins e vejo uma contratação, por dispensa de licitação, de uma empresa do interior de São Paulo especializada em lixo, que vai fornecer ao Estado do Tocantins alimentos: prestação de serviços na área de nutrição dietética e também limpeza, conservação, higienização e desinfecção.

Sr. Presidente, existe um dito popular segundo o qual caminhão que transporta água tratada não limpa fossa. Já houve um tempo no Brasil em que isso foi motivo de piada, em que se via um caminhão escrito: “Transporte de água tratada e limpa-fossa”, e o consumidor ficava olhando sem saber que material esta-

va sendo transportado. Pois o Governador do Estado, num período como este, toma essa decisão “familiar” – a propósito, a Secretária de Ação Social, que é tia do Governador, irmã de seu pai, foi flagrada distribuindo alimentos vencidos para os alunos dos programas sociais e disse que não havia nada de mais naquilo.

E agora, Sr. Presidente, terei que encaminhar o caso ao Ministério Público Federal, porque esses recursos são da saúde. Tomamos conhecimento, através do **Diário Oficial**, de que se trata de uma empresa do interior de São Paulo especializada em lixo. Não quero dizer mais nada, Sr. Presidente, porque a opinião pública nacional está tomando conhecimento de fatos muito graves. Não quero aqui culpar a empresa e nem mesmo citar seu nome. Quero apenas estranhar a dispensa de licitação em um contrato de R\$9 milhões, pelo qual se entregam serviços de nutrição dietética, limpeza e conservação para uma empresa que tem tradição em coleta de lixo, dois objetos absolutamente incompatíveis. Esta é uma norma em praticamente todos os Estados: quem cuida do lixo não cuida da alimentação.

Estou requerendo, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, informações a respeito dessa empresa, para saber se ela tem alguma tradição, ou seja, se já forneceu alimento para um Estado qualquer ou para um Município, porque, no interior de São Paulo, ela está listada, juntamente com outras empresas que se tornaram nacionalmente conhecidas agora, como empresa da área de coleta de lixo.

Em um primeiro momento, não posso fazer uma condenação. Empresas que prestam serviço de coleta de lixo no interior de São Paulo, deve haver muitas que certamente prestam um serviço honrado e com qualificação técnica. Entretanto, no meu entendimento, cabe ao Governador do Estado um esclarecimento: por que dispensar a licitação para um serviço que será permanente no Estado com um contrato de seis meses?

O Hospital Geral de Palmas esperou dois anos e meio para ser inaugurado, aguardando a visita do Presidente da República – para juntar e criar um fato –, sendo que a obra já estava pronta, estava apenas sem funcionar. Isso já foi lamentado por toda a população. Além disso, o fato de perdemos médicos no Estado inteiro, mais de cem, leva os habitantes dos Municípios, principalmente os pequenos e médios de Tocantins, a um verdadeiro descalabro. O hospital que foi referência em Araguaína, bem como os postos de saúde estão sem remédios, sem médicos, sem material. Essas são denúncias que recebemos diariamente.

E vem agora essa notícia de que o Governador dispensa a licitação e, coincidentemente, meus nobres Pares, o Município de Palmas, que é também governa-

do pelo PT, escolhe a mesma empresa, dispensando igualmente a licitação para a contratação de serviços. O Diário Oficial é o mesmo, a data é a mesma.

Então, eu diria que, no mínimo, essa é uma empresa de muita sorte, porque ela consegue, de uma hora para outra, que a Prefeitura de Palmas baixe um decreto de emergência, por calamidade pública, sendo uma Prefeitura que não devia 10% do seu orçamento, cidade limpa, cidade organizada, cidade da qual todos nós nos orgulhamos. De repente, a mesma empresa que recebe, sem licitação, um contrato da Prefeitura de Palmas recebe também, sem licitação, um contrato para o fornecimento de alimentos para a saúde do Tocantins e também para a limpeza e desinfecção, entre outras coisas citadas nesse objeto. Seria uma coincidência a Prefeitura e o Estado agirem da mesma forma, com o mesmo procedimento: dispensa de licitação? É algo muito estranho.

Sra Presidente, quero dizer que, entre outras coisas, a titia do Governador do Estado do Tocantins, que é a Secretaria da Ação Social, na cidade onde nós começamos a nossa vida pública, teve a coragem de reunir as primeiras-damas para dizer que nunca houve um investimento no Social e que agora o Social estava bem. Ela não conseguiu ser aplaudida por ninguém, porque todos sabem da sua falta de capacidade e sabem que ela está no cargo apenas porque é tia do Governador, assim como a esposa do Governador só é Secretária do Desenvolvimento de Políticas Públicas porque é esposa do Governador, assim como todos os demais parentes. O Chefe da Casa Civil, o Chefe de Gabinete do Governador só o é porque é tio do Governador. O secretário particular só é secretário particular porque é primo, em primeiro grau, do Governador. Existem outros cargos no primeiro escalão.

Agora estamos assistindo a uma outra prática: pessoas que estão trabalhando em postos fiscais, serventuários da Justiça, serventuários da Secretaria de Segurança Pública estão sendo demitidos. O Diário Oficial traz, a cada dia, uma contratação, com DAS-6, com DAS-10, com DAS-12, com cargos de R\$3 mil, de R\$4 mil, de R\$5 mil, de R\$6 mil, pela Secretaria de Governo! E nós sabemos que eles não vão a nenhuma repartição. Estamos tendo que entregar, no Tocantins, a fotografia de um servidor que está ganhando R\$5 mil para saber qual é a repartição em que ele está trabalhando. Prefeitos que saíram desmoralizados das prefeituras, devendo ao Tribunal de Contas da União, do Estado, que tiveram suas contas rejeitadas, que perderam a eleição, de forma vergonhosa, em seus municípios estão sendo contratados pelo Governo do Estado, enquanto que os concursados não são chamados.

O Tocantins perdeu a classificação “A” do Tesouro Nacional, e lamento esse procedimento nepotista, escuso de dispensar licitação para essa empresa, ao mesmo tempo em que o faz a Prefeitura de Palmas. Por isso, peço ao Ministério Público Federal que abra imediatamente uma investigação, para nós sabermos o que de fato está acontecendo no nosso Estado.

Era o que tinha a dizer, Sra Presidente.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Para uma comunicação inadiável, tem a palavra agora o Senador Rodolpho Tourinho. (Pausa.)

Para uma comunicação inadiável, tem a palavra o Senador Demóstenes Torres, por cinco minutos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Para uma comunicação inadiável.) – Sra Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, “há filósofos que são, em resumo, tenores desempregados” Machado de Assis.

Severino chegou folclórico, saliente e fagueiro. A princípio, estabeleceu séria concorrência com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na hegemonia da necessidade. No exercício da palavra, o primeiro mandatário lançava mão da platéitude em tempo real, enquanto Severino representava o parvo naturalista. Foi quando um indignado Cesare Lombroso, médico e autor de **O Homem Delinquente**, acorreu ao meu gabinete para colóquio informal. Travamos breve diálogo, que passo a reproduzir.

– Quem é esse Severino? indagou o psicanalista, com certa impaciência.

– Um emissário das glórias mundanas e dos sacrilégios explícitos.

– Seria portador de uma filosofia? Por acaso professa doutrina ou esposa ideário qualquer? estranhamente investigou o cientista italiano, pai da Escola Positiva, justamente para quem “o delinquente nato possui uma rica gama de anomalias e estigmas de origens atávica ou degenerativa”.

Mesmo assim, respondi:

– Rigorosamente, pratica a exegese das vantagens indevidas. Se for para o próprio bem, Severino aceita até troco de padaria.

– A que clero pertence?

– Pertence à ordem dos fisiologistas, um baixíssimo clero que o elevou ao panteão da Câmara dos Deputados. Severino é um fauno da chalaça legislativa. Um engano em si mesmo.

– Então, Severino sabia do Mensalão? perguntou um indiscreto Lombroso.

– O Deputado Jose Janene tem a respos-  
ta limitei-me a dizer o que li nos jornais.

– Mas como vetusta Casa assimilou tal  
estupidez crassa?

Ao que respondi de chofre:

– Antes se imaginava que Severino era  
um **tertius** que deu certo, por conta da falta  
de habilidade de um Governo cego de ambi-  
ção pelo poder. Hoje está confirmado que não  
foi a promessa de sinecuras miúdas, como  
o aumento de salário para deputados, que  
consagrou Severino, mas a certeza de que  
na regência da Câmara estava assegurado o  
augustíssimo mensalão.

– Severino tem algum futuro? indagou  
por fim Lombroso, desconfiado da leniência do  
sistema penal brasileiro e da trôpega ordem  
política do País.

Fui obrigado a ser lacônico para preservar as  
instituições:

– Severino é um sublula, e a sua sorte  
está atrelada ao principal. Capaz das maiores  
espertezas, não deve aceitar o abraço de náu-  
frago e pode deixar rápido o banhado. Preso  
ele não será, posso assegurar.

Depois de prestar as respostas requisitadas,  
pedi ao grande cientista do século XIX que me con-  
firmasse algumas características fisiológicas e com-  
portamentais de Severino. Cesare Lombroso, com  
toda cautela e sem fazer juízo de valor, assinalou:  
“Protuberância occipital, órbitas grandes, testa fugidia  
e nariz torcido” foram alguns traços corporais apontados.  
Sobre a personalidade de Severino, Lombroso  
destacou o “caráter impulsivo, o cinismo, a vaidade e  
falta de senso moral”, muito embora tenha destaca-  
do que seria necessário observação empírica para  
traçar o real perfil de Severino, estudo, aliás, que o  
cientista apressou em revelar que começaria imedia-  
tamente. E assim seguiu para o plenário da Câmara  
dos Deputados.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quando o Deputado Seve-  
rino Cavalcanti ascendeu à Presidência da Câmara dos  
Deputados, a sociedade brasileira tinha consciência  
de que lhe faltava estatura para ter assento à cadeira  
que foi ocupada por brasileiros da mais alta qualidade  
política, a exemplo de Nereu Ramos, Pedro Aleixo,  
Marco Maciel, Ulysses Guimarães, Luiz Eduardo Ma-  
galhães e Aécio Neves. Era mais do que sabido que,  
por total falta de escrúpulos, o Presidente da Câmara  
não se encarregaria sequer de polir o mal. Na ordem  
do dia, estaria em pauta degeneração explícita da

atividade pública por intermédio do fisiologismo, do  
patrimonialismo, do toma-lá-dá-cá, do balcão ignomi-  
nioso, do nepotismo e do mensalão. Mas tal univer-  
so devasso parecia ínfimo às pretensões severinas.  
Afinal, não apresentava nada de novo ao cotidiano  
de um parlamentar cevado nos vantajosos porme-  
nores da atividade legislativa. A Severino imaginou  
o Presidente Severino Cavalcanti estava reservada  
uma predestinação. Foi quando, do alto da Câmara  
dos Deputados, veio a mensagem alentadora que a  
predição do oráculo do baixo clero iria se confirmar.  
Severino, então, inopinadamente, pediu a palavra  
e, em entrevista ao jornal **Folha de S.Paulo**, deu o  
garante de que estava estendida a mão que tiraria  
os deputados acusados de receber o mensalão do  
areal do encoberto e da cassação inevitável.

O Presidente da Câmara dos Deputados lidera  
o tal acordão com a finalidade de salvar o mandato  
de delinqüentes políticos e trazer para a vala comum  
todos os homens públicos. Ao preservar os envolvi-  
dos, o Presidente Severino Cavalcanti imagina gal-  
gar interlocução superior com o Palácio do Planalto,  
manter toda a classe política refém da sua boa-von-  
tade e ainda ampliar os domínios da combalida go-  
vernadoria do PT. Esta não é a primeira oportunida-  
de de manifestar a operação abafa que vem sendo  
arquitetada entre o Governo Lula e a base adquirida  
pelo mensalão.

(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)

– Não é demais, contudo, ressaltar que não vou  
comprometer o meu mandato de Senador com rou-  
pa mal-lavada. Não vim para o Senado para homologar  
a desídia e me omitir diante da malversação.  
Sou um homem da lei, não posso tergiversar com o  
crime, com a organização quadrilheira, com as ma-  
las voadoras de real, com o dólar na cueca, com a  
lavagem de dinheiro, com as operações do PT em  
paraíso fiscal, com o mensalão, com o sangramento  
do interesse público, enfim. Tampouco, o PFL vai titu-  
bear em impor restrição robusta ao acordão imundo  
que está sendo preparado pelo abafador-mor, Se-  
verino Cavalcanti.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador  
Demóstenes Torres, permita-me um aparte?

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Blo-  
co/PT – MT) – Não há aparte em comunicação inadi-  
ável, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Parabéns  
pela defesa da dignidade do Congresso Nacional!

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO)  
– Muito obrigado, Senador Jefferson Péres.

Não há que se questionar o caminho da cassação do mandato de todos os parlamentares beneficiados com as indulgências da dupla Delúbio e Valério. As evidências materiais dos saques atestam a prática da corrupção com recibo. A força dos depoimentos testemunhais, inclusive com a delação espontânea dos principais atores do escândalo, completa um conjunto probatório irrefutável. Basta seguir o rito formal do procedimento de cassação, assegurar, naturalmente, a ampla defesa e, por fim, defenestrar o que puder ser alcançado da banda podre de cada bancada. Tenho a mais densa suspeita de que nos impulsos tranqüilizadores do Presidente da Câmara dos Deputados moram instintos de autopreservação. O Deputado Severino Cavalcanti...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª já está com o dobro do seu tempo, Senador.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Para concluir, realmente.

O Deputado Severino Cavalcanti sempre fez a vez do bronco destemido, mas há algum sério temor que lhe corrói as vísceras. Talvez a referência aos caídos seja menos ato de comiseração cristã e mais relevante gesto de sobrevivência, fundada na certeza de que seria tragado pelo abismo.

De qualquer forma, prescrevo o poeta João Cabral de Mello Neto, que, em *Morte e Vida Severina*, poderá ser consolador a todos os envolvidos com o mensalão, depois que fracassarem as tratativas espúrias da última severinagem:

Somos muitos Severinos  
iguais em tudo na vida  
na mesma cabeça grande  
que a custo é que se equilibra  
no mesmo ventre crescido  
sobre as mesmas pernas finas  
e iguais também porque o sangue  
que usamos tem pouca tinta.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, à Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Edison Lobão, por cinco minutos, e, em seguida, pela ordem de inscrição, ao Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável.) – Srª Presidente, Srªs e Srs.

Senadores, quando se aborda em nosso País os problemas relativos à política de saúde, as setas indicadoras apontam, infelizmente, para várias regiões brasileiras que carecem aforitivamente de uma – não digo –aprimorada assistência, mas de uma elementar assistência a que teriam direito os nossos desafortunados patrícios.

Entre essas regiões, estão vários pontos do Estado do Maranhão aonde não chegam recursos, especialmente os federais, que respondam aos pedidos de socorro de tantas e numerosas comunidades.

Essa situação de descalabro da política de saúde não pode ser debitada apenas à falta de dinheiro. Prefiro acreditar que ao menos a metade das nossas carências resulte da mistura de ausência de criatividade e do peso da burocracia, males que continuam comprometendo as ações dos poderes públicos.

O que ocorre no Maranhão confirma minha tese. Há populações no interior do Estado que padecem de assistência e não têm condições financeiras para se deslocarem até a capital e serem atendidas nos hospitais de São Luís.

É grave, por exemplo, a informação da Associação de Amparo aos Pacientes de Câncer da Região Tocantina, segundo a qual 91% da população atingida pelo mal não encontram condições recomendadas de atendimento senão no Centro de Alta Complexidade em Oncologia, situado em São Luís. E que considerável é o número dos que, notadamente por pobreza, não têm como buscar o tratamento recomendado no referido centro médico.

Refiro-me às vítimas do câncer, mas é fácil imaginar o contingente daqueles que, sofrendo outros males, igualmente não encontram assistência nas suas cidades e vilas e estão impossibilitados de deslocamentos, que superam suas condições econômicas.

No entanto, Sr. Presidente – para me fixar apenas na região tocantina –, existem dois hospitais, um em Imperatriz e outro em João Lisboa, razoavelmente estruturados e praticamente ociosos, que poderiam ser comprados ou alugados pelo Poder Público, em ponto de serem ativados para o atendimento de uma ampla região do meu Estado. Trata-se de uma solução criativa, como se vê, de extraordinária valia para centenas de milhares de brasileiros – se é que a sincera intenção do Poder Público Federal é realmente a de levar assistência médica para a citada região tocantina do Maranhão.

Em vez disso, em relação às reivindicações vinculadas às referidas vítimas de câncer da região tocantina, técnicos do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer visitaram Imperatriz, em 2004, e patrocinaram um Protocolo de Intenções visando a implantação de um

novo hospital do câncer, estabelecendo-se requisitos de natureza técnica que, dois anos depois, ainda não foram satisfeitos pelo Estado e pelo Município.

*(A Sr<sup>a</sup> Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Vê-se que a obra de um novo hospital se inclui naquelas “intenções” que serão realizadas no dia de são nunca, tais as dificuldades burocráticas para sua efetivação.

O novo Ministro da Saúde, José Saraiva Felipe, tem todas as condições, pelo seu perfil de homem empreendedor, de superar tais dificuldades, providencian- do as ações legais para compra ou locação, a preços seguramente reduzidos, dos hospitais ociosos de Imperatriz e de João Lisboa, equipando-os para atenderem às populações que, além do Maranhão, se estendem do sul do Pará ao norte de Tocantins.

É o apelo que levo ao Sr. Ministro da Saúde, na esperança de que S. Ex<sup>a</sup> tenha sensibilidade para ativar as ações que iriam minorar consideravelmente a política de saúde tão desejada e proclamada pelo atual Governo.

Sr<sup>a</sup> Presidente, agradeço a tolerância.

Era o que eu tinha a dizer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Blo-  
co/PT – MT) – Concedo a palavra, seguindo a inscri-  
ção, ao Senador Jorge Bornhausen, por dez minutos,  
prorrogáveis por mais dois.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-  
dor.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup>s e Srs. Senadores, dois  
assuntos me fazem vir à tribuna no dia de hoje. Pri-  
meiro, lembro que esta semana estamos realiza-  
ndo as comemorações das associações de pais e  
amigos dos excepcionais. Considero esse um dos  
movimentos mais belos existentes neste País. Tive,  
desde o início da minha vida pública, a oportuni-  
dade de acompanhar muito de perto os que realizam  
esse extraordinário trabalho em todo o País, espe-  
cialmente no meu Estado.

Graças ao conhecimento dessas ações, pude, quando Governador, construir a sede da Federação  
Catarinense de Educação Especial, e dar a ela as  
condições indispensáveis para orientar as APAEs do  
meu Estado. Como Ministro da Educação, sempre  
tive o olhar voltado para aqueles que efetivam esse  
excepcional trabalho. Da mesma forma, desde que  
ficou consignado que cada Senador poderia ter uma  
emenda de bancada, por dois anos consecutivos, ve-  
nho colocando a minha emenda de bancada a favor  
das APAEs de Santa Catarina.

Quero agradecer ao Ministro, que tem feito as li-  
berações, e, de modo também muito especial, ao Se-

nador Flávio Arns, que tem me ajudado a realmente  
liberar para as APAEs de Santa Catarina os recursos  
consignados no Orçamento.

A minha segunda manifestação não tem o mesmo  
cunho da anterior. É mais um protesto que faço quanto  
ao tratamento dado pelo Governo do Presidente Lula  
ao Estado de Santa Catarina.

Tivemos postergado por dois anos o recomeço  
das obras da duplicação da BR-101, no trecho Sul-Pa-  
lhoça, divisa do Rio Grande do Sul. As nossas estradas – a BR-470, a BR-290, a BR-282 – encontram-se em  
condições precárias. Os nossos portos, que são instru-  
mentos das nossas exportações já que Santa Catarina  
é um Estado exportador, não têm sido aquinhoados com  
equipamentos que se fazem indispensáveis para poder  
escoar os nossos produtos e muitos produtos vindos do  
Rio Grande do Sul e do Paraná, especialmente desse  
último Estado, onde há um conflito muito grande entre  
os exportadores e o Porto de Paranaguá.

Saliento que Santa Catarina sofreu abalos com  
uma grande seca na agricultura e que foi tardia a  
ação desenvolvida pelo Governo no socorro aos que  
perderam a safra. Da mesma maneira, vimo-nos cas-  
tigados pelo ciclone Catarina, um fenômeno ainda  
não conhecido na nossa costa, como aconteceu re-  
centemente.

Agora, para completar essa falta de considera-  
ção com o Estado de Santa Catarina, leio no **Diário  
Catarinense**, um dos órgãos mais respeitáveis da  
imprensa de Santa Catarina, um noticiário que me  
choca e me causa repulsa: “Polícia prepara cela para  
Beira-Mar. O homem considerado o maior traficante  
da América Latina pode ser transferido para a capital,  
Florianópolis”. E a matéria, aqui, mostra que estão  
sendo realizados trabalhos e obras na Polícia Fede-  
ral, localizada num dos pontos turísticos mais impor-  
tantes da nossa capital, a Avenida Rubens de Arruda  
Ramos. Já se gastou R\$35 mil para melhorar a cela  
que vai acolher esse bandido, que não tem nada a  
ver com meu Estado, e que causa revolta naqueles  
que querem a ordem, a paz e o progresso, como são  
os catarinenses.

Daí por que venho aqui fazer um apelo veemen-  
te, além de dar o meu repúdio, ao Ministro da Justiça.  
Santa Catarina não merece esse tratamento que lhe  
vem sendo dado pelo Governo do Presidente Lula,  
e o Ministro deve conhecer bem a capital do nosso  
Estado, uma bela ilha, que acolhe a todos com mui-  
ta hospitalidade e que também não aceita, repudia a  
importação de um bandido que está sendo repudiado  
no Brasil todo.

Não é possível que se faça agora a indústria do  
narcoturismo. Isso é lamentável, é triste, e, como re-

presentante do meu Estado, diante dessa notícia, eu não podia me furtar a dar essa palavra de protesto e esperar que o bom senso prevaleça e que essa medida não venha a acontecer, para que não tenhamos que nos revoltar de forma mais efetiva contra aqueles que desmerecem o Estado e não respeitam os catarinenses.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

**O SR. EDUARDO SUPLYC** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, vou fazer hoje um pronunciamento sobre o Ministério dos Esportes. Entretanto, como o Senador César Borges fez aqui um pronunciamento sobre a Controladoria-Geral da União, mencionando as atividades do Ministro Waldir Pires, perguntando-me sobre as ações daquele órgão, vou primeiramente apresentar aqui relatório que me foi gentilmente enviado pelo Ministro Waldir Pires, sempre muito atento a tudo o que se passa no Senado. No relatório, constam as principais ações da Controladoria-Geral da União que envolvem a Secretaria Federal de Controle Interno, as Corregedorias, a Ouvidoria-Geral da União, o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção. Enfim, todo o trabalho articulado para o combate à corrupção, do qual participam, cooperaram também o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e a Polícia Federal.

Relata ainda, neste documento, os principais programas e ações envolvendo o Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, o Programa de Capacitação de Agentes Públicos, o Manual para Agentes Públicos Municipais, a Mobilização da Sociedade, a Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público, o Portal da Transparência, o Programa de Qualificação em Processos Administrativos Disciplinares, o Sistema Nacional de Corregedorias, o Sistema Nacional de Ouvidorias Públicas, a Auditoria na Administração Federal, a Articulação Internacional. Este último levou o Governo brasileiro, em cooperação com a ONU, a se tornar sede do IV Fórum Global de Combate à Corrupção, pois o Brasil foi escolhido pela ONU para, em julho de 2005, realizar este trabalho.

Peço a gentileza, Srª Presidente, de transcrever na íntegra este relatório.

**A SRA. PRESIDENTE** (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Será atendido de conformidade com nosso Regimento.

**O SR. EDUARDO SUPLYC** (Bloco/PT – SP)

– Mas, Srª Presidente, estive recentemente na Cidade Tiradentes, no Município de São Paulo, acompanhando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz, na cerimônia em que se inaugurou uma escola cooperativa de bolas de futebol, roupas esportivas, camisetas e outros itens. Achei aquela iniciativa, a exemplo de outras que o Ministério do Esporte está realizando, como extremamente interessante.

Registro o conjunto de trabalho do Ministério do Esporte a partir de informações que solicitei ao próprio Ministro Agnelo Queiroz.

A situação de desigualdade social em que o Brasil está imerso há décadas, causa aflição a todos. Cerca de 21% do universo populacional do País sofre com a exclusão social. Apesar de ter uma natureza exuberante, o Brasil tem uma geografia que se tornou o eixo das discussões governamentais para a criação de um projeto nacional que resgate os elementos da cultura política e econômica em prol do desenvolvimento humano.

O potencial transformador do esporte está contribuindo para a reversão desse quadro de exclusão e vulnerabilidade social. Está sendo aplicado não somente na atividade de alto rendimento, mas também no esporte, que é capaz de educar e tornar crianças, jovens, adultos e idosos em verdadeiros cidadãos. Os novos caminhos traçados pelo Brasil mostram que o esporte é uma ferramenta fundamental no incremento da economia e ainda contribui para o desenvolvimento local. Esse fato despertou o interesse de outros países em realizar parcerias na área social, e agora o Brasil exporta políticas públicas de inclusão social, idealizadas pelo Ministério do Esporte, como os Programas Segundo Tempo e Pintando a Liberdade.

No Programa Segundo Tempo, cerca de um milhão de crianças matriculadas na Rede Oficial de Ensino Fundamental e Médio, em situações de vulnerabilidade social, têm a oportunidade de ampliar a permanência na escola. Além da prática esportiva, os estudantes recebem esforço escolar e alimentar. Para isso, é utilizada a própria estrutura das escolas, clubes sociais, Forças Armadas e outras entidades filantrópicas parceiras do Programa. Dessa forma, as crianças ficam distantes da violência das ruas e do trabalho infantil. Além disso, o Programa também gera mais de 20 mil empregos só com as pessoas que trabalham diretamente nele em mais de 4 mil núcleos distribuídos pelo Brasil.

Outro Programa de forte caráter econômico e de inclusão social é o Pintando a Liberdade. No pro-

jeto, o trabalho com a reinserção profissionaliza mais de 13 mil detentos do sistema carcerário brasileiro. Há cerca de 70 fábricas de bolas, distribuídas pelas penitenciárias do País, em que presos aprendem a produzir materiais esportivos e ganham um dia de liberdade em troca de três dias trabalhados. Além de afastá-los da vida ociosa, o Programa gera renda, já que os detentos ganham por produção. As parcerias entre os projetos da área esportiva podem multiplicar as vantagens para a sociedade. Todo o material esportivo produzido por esse Programa é distribuído nas escolas públicas onde o Segundo Tempo funciona. São 18 milhões de crianças beneficiadas no Brasil com os diversos itens esportivos produzidos pelo Pintando a Liberdade.

Esse Programa já começa a expandir-se para além da comunidade carcerária. Recentemente estive no seu lançamento, na cidade de Tiradentes, na Zona Leste de São Paulo. Lá, cerca de 320 pessoas – sendo 165 mulheres – estão aprendendo a produzir materiais esportivos. O novo ofício esta movimentando a economia local, já que essas pessoas recebem, em média, R\$800,00 por mês. Além de garantir cidadania e renda para a comunidade, o Ministério do Esporte está conseguindo reduzir em 35% os custos de aquisição de materiais esportivos em relação ao preço de mercado. Com essa economia, um maior número de crianças pode ser beneficiado com o Programa.

As diretrizes desses Programas seguem os objetivos da Política Nacional do Esporte – PNE –, em que está demonstrado que o esporte é tão importante quanto a saúde e a educação. Com o lançamento da PNE, o Brasil vive um momento histórico. Pela primeira vez o esporte tem uma referência em todas as dimensões para ser seguida pelo País como uma espécie de bússola, que poderá orientar as novas ações sobre o tema. Com os traços bem definidos em favor da inclusão social, a Política Nacional do Esporte consolida o preceito constitucional do esporte e do lazer como direito de todos os cidadãos.

O acesso ao esporte e lazer é direito de cada um e dever do Estado, pelo qual deve se garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda população. O maior desafio que o Governo enfrenta é despertar a consciência nacional para o potencial transformador do esporte como fator de fortalecimento desta Nação.

Quero aproveitar para registrar expediente que enviei ao Ministro Agnelo Queiroz, encaminhando-lhe mensagem que me foi endereçada pelo Sr. Toni Cotrim, pai da atleta Maíra Cotrim, campeã brasileira de Canoagem Slalon, que esteve, este mês, representando o Brasil no Campeonato Pan-americano,

na cidade de Kern – Califórnia –, Estados Unidos. Nela, o Sr. Toni Cotrim, que acompanhou a filha, solicita a adoção de providências pelo Presidente da Confederação Brasileira de Canoagem, Argos Rodrigues, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos atletas brasileiros para poderem embarcar com seus equipamentos para competirem nos Estados Unidos.

“Sr. Ministro Agnelo Queiroz, precisamos da atenção de V. Ex<sup>a</sup>, visando minimizar os problemas que são enfrentados pelos atletas em seus deslocamentos para representarem o Brasil nas competições internacionais”.

Senadora Serys Shhessarenko, eu não poderia deixar de, hoje, falar de dois acontecimentos esportivos de extraordinária relevância para todos nós. Primeiro, a entrevista mostrada no Canal 13, na Argentina, no programa intitulado “La Noche del 10”, em que Maradona e Pelé mantiveram um diálogo formidável, inclusive falando a respeito de seus filhos, oportunidade em que Pelé disse que Maradona era um exemplo para o seu filho, Edinho, no que diz respeito aos problemas que vive. Congratulo-me com ambos por terem realizado esse diálogo tão especial.

Sr<sup>a</sup> Presidente, também não poderia deixar de dizer o quanto bela foi a estréia de Robinho no Real Madrid, encantando os espanhóis, os brasileiros, enfim, os amantes do futebol em todo o mundo. Senador Sérgio Guerra, Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup>s devem ter visto aquela matada de bola de Robinho, que encantou a todos, passando para Ronaldo, que, imediatamente, passou para Raúl e explodiu as redes do Cádiz, além do balão que deu e da sua formidável pedalada, que levou um de seus companheiros a chutar na trave, quase marcando outro gol.

Que bom que o Brasil pode ter tantos excepcionais jogadores e atletas, levá-los para o exterior para assombrarem o mundo e ainda, aqui, surgirem tantos outros novos jogadores, inclusive o substituto de Robinho que, com a Camisa 7, marcou dois gols para o Santos Futebol Clube! Que bom que, no Brasil, tivemos atletas tão brilhantes! Está de parabéns o nosso País no esporte!

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**De:** Pedro Almeida Formigli [pedro.formigli@cgu.gov.br]  
**Enviado em:** terça-feira, 30 de agosto de 2005 16:23  
**Para:** Edwiges de Oliveira Cardoso  
**Assunto:** Folder quadrilingue - revisão de texto da Lew

### **Controladoria-Geral da União Principais ações**

A luta contra a corrupção e o rigor no controle dos gastos públicos são duas marcas essenciais do atual Governo Brasileiro. Esse trabalho é orientado pela ação articulada e intercomplementar entre os diversos organismos do Estado e pelo incentivo à participação da sociedade no controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

Instituída em janeiro de 2003, a Controladoria-Geral da União (CGU) tem por missão o combate aos desvios e desperdícios de recursos públicos federais. Sua atuação se faz através da realização de auditorias, fiscalizações, análise de denúncias, implementação de políticas de prevenção à corrupção e promoção da transparência. Sua estrutura conta com a Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), três Corregedorias, a Ouvidoria-Geral da União e o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.

**Secretaria Federal de Controle Interno** – Acompanha e avalia a execução das ações governamentais, a aplicação dos recursos orçamentários na execução dessas ações e a gestão dos agentes públicos responsáveis por sua implementação.

**Corregedorias** – Atuam a partir do recebimento de denúncias e de representações que lhes são enviadas por cidadãos, parlamentares, membros do Ministério Público e outros. Agem, ainda, com apoio em notícias divulgadas na imprensa, das quais constem indícios da prática de ilícitos administrativos ou penais. O âmbito de competência de cada corregedoria corresponde às três grandes funções de governo: as áreas econômica, social e de infra-estrutura.

**Ouvidoria-Geral da União** – Atua como elemento mediador entre o cidadão e os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, aprimorando o processo de prestação do serviço público. Tal trabalho se faz mediante adequada atenção às manifestações dos cidadãos.

**Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção** - Com 20 membros, é composto por representantes do poder público e de entidades da sociedade civil, entre as quais a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, confederações de trabalhadores, de empresários e de igrejas. Sua função é discutir e sugerir medidas que aprimorem as políticas e reforcem os mecanismos de transparência da gestão pública e de combate à corrupção.

### **TRABALHO ARTICULADO**

A CGU trabalha de forma articulada com outras instituições relacionadas ao enfrentamento da corrupção. Atua, freqüentemente, em parceria com o Tribunal de Contas da União, Ministério

Público da União, Ministério Público dos Estados Brasileiros, Ministério da Justiça, Advocacia-Geral da União e Ministério da Fazenda, entre outras instituições. É também desta forma que a Controladoria participa da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro (Encla), que reúne, sob a coordenação do Ministério da Justiça, uma série de órgãos do governo e do Estado Democrático para o efetivo combate à lavagem de dinheiro. Algumas **das metas da Encla** são coordenadas pela Controladoria-Geral da União. Por exemplo: estudos para a criminalização do enriquecimento ilícito; instituição da sindicância patrimonial para agentes públicos; e compartilhamento de dados sigilosos entre órgãos públicos encarregados de fiscalização e investigação.

A participação dos cidadãos no controle sobre a aplicação dos recursos públicos é outra meta fundamental do Governo. A CGU vem incentivando essa participação com o desenvolvimento de um conjunto de programas, instrumentos e ações que visam à formação de uma sociedade vigilante e atuante quanto à lisura dos gastos públicos.

#### **CONHEÇA OS PRINCIPAIS PROGRAMAS E AÇÕES DESENVOLVIDOS PELA CGU**

**Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos:** Através dele, 60 áreas municipais são sorteadas todos os meses, de forma isenta e imposta, para serem fiscalizados quanto à aplicação de recursos federais. Os relatórios dessas fiscalizações são encaminhados aos Ministérios que enviaram recursos às áreas fiscalizadas, aos Ministérios Públicos da União e dos Estados, ao Tribunal de Contas da União, ao Congresso Nacional, à Polícia Federal (conforme o caso), para que sejam tomadas as medidas adequadas.

A participação das comunidades locais no controle dos gastos públicos, através desse programa, tem sido notável. Mais recentemente, a Controladoria ampliou o alcance desse programa, passando a sortear e fiscalizar também grandes programas federais desenvolvidos pelos Governos Estaduais. Da mesma forma isenta e imposta, os sorteios definem os Estados e os programas federais a serem fiscalizados.

**Programa de Capacitação de Agentes Públicos:** A CGU desenvolveu um amplo programa de capacitação para gestores públicos municipais que cometem falhas em consequência do desconhecimento das normas dos programas desenvolvidos nos municípios com recursos federais. Com uma série de seminários, este programa se intensificará em 2005, de modo a alcançar municípios de todas as regiões do País.

**Manual para Agentes Públicos Municipais:** Elaborado pela CGU para apoiar o Programa de Capacitação de Agentes Públicos, o manual contém instruções básicas sobre controle de recursos públicos e gestão dos programas federais desenvolvidos no âmbito dos municípios. Vem sendo distribuída em versão impressa e está disponível no site da CGU na internet.

**Mobilização da Sociedade:** Este programa se dirige às lideranças comunitárias e aos integrantes dos diversos Conselhos Locais encarregados de acompanhar e fiscalizar a execução dos programas sociais executados nos Estados e Municípios com recursos federais. Visa a tornar mais eficaz a ação fiscalizadora dos conselhos e das entidades comunitárias.

**Cartilha Olho Vivo no Dinheiro Público:** Também disponível nas versões impressa e on-line, incentiva a população a cobrar maior atuação e eficácia dos conselhos, ensinando como identificar e onde denunciar os casos mais comuns de desvios de recurso público. Vem sendo distribuída entre lideranças comunitárias de todo o território nacional, principalmente nos pequenos e médios municípios.

**Portal da Transparência:** Por meio desse instrumento, o governo disponibiliza a relação de todos os recursos federais transferidos dentro do País, em linguagem simples e acessível. Aberta a consultas para qualquer cidadão interessado, sem necessidade de senha, através do site

**Programa de Qualificação em Processos Administrativos Disciplinares:**

Devido à insuficiência de servidores capacitados para lidar com os Processos de apuração de desvios e outros delitos por parte de agentes públicos, este programa foi instituído pela CGU com o intuito de formar servidores aptos à realização dessa tarefa. Mais de 2.500 servidores já foram capacitados, contribuindo para a redução da impunidade na administração pública.

**Sistema Nacional de Corregedorias:** Ainda em fase de estudo e estruturação, este sistema busca dotar cada ministério de uma unidade de corregedoria ligada à CGU. Tal sistema tornará mais ágeis os procedimentos de correição no serviço público.

**Sistema Nacional de Ouvidorias:** Também em fase de formatação, visa a dotar os principais órgãos públicos federais que mantêm contato direto com a população de uma unidade de ouvidoria, sob a coordenação da Ouvidoria-Geral da União. Com isso, busca-se assegurar um serviço público de alto nível à população, garantindo eficiência administrativa.

**Auditória na Administração Federal:** Nos dois últimos anos, a CGU realizou mais de 8 mil auditorias em órgãos federais e encaminhou ao Tribunal de Contas da União mais de 3,5 mil Tomadas de Contas Especiais.

**Articulação Internacional:** Tendo assinado a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção, o Governo Brasileiro vem adequando a legislação do país às normas do acordo. O Brasil é signatário também da Convenção Interamericana contra a Corrupção (OEA) e da Convenção contra a Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (OCDE), após sua abertura a países não-membros da organização.

O reconhecimento ao esforço que o Governo Brasileiro vem fazendo no combate à corrupção levou o Brasil a ser escolhido como sede do IV Fórum Global de Combate à Corrupção (Brasília, junho de 2005). O Brasil acredita que o poder da corrupção pode ser anulado com uma atuação integrada e cooperativa entre as nações dispostas a combatê-la.

Controladoria-Geral da União.

O Brasil combate a corrupção.

-----Mensagem original-----

De: Toni Cotrim [mailto:tonicotrim@terra.com.br]  
Enviada em: quarta-feira, 24 de agosto de 2005 17:13  
Para: Sen. Eduardo Suplicy  
Assunto: PAN AMERICANO DE CANOAGEM NOS ESTADOS UNIDOS  
Prioridade: Alta

Boa tarde Sr. Senador.

Sou o pai da atleta Maíra Cotrim, campeã brasileira de Canoagem Slalom (corredeira) que se encontra na cidade de Kern - Califórnia, EUA, para o Campeonato Pan Americano que se realizará nos dias 26 e 27 de agosto, a mesma que teve seu visto negado para os EUA e após intervenção do Ministro dos Esportes e acredito que também do Sr. Senador, finalmente conseguiu a emissão daquele visto.

O que ocorre é que outros fatos de sucederam e que muito tem me incomodado pois demonstram a total falta de respeito a nosso atletas.

Ao ler a carta abaixo, endereçada a Confederação de Canoagem Brasileira o Sr. poderá tirar suas próprias conclusões.

Como até o momento não obtive qualquer resposta daquela Confederação nem sequer para comunicar a chegada ou como se encontram nossos atletas resolvi pedir ajuda ao Sr. Senador para que interceda junto ao Ministério dos Esportes ou a outra Instância que achar conveniente para que não tenhamos surpresas com o retorno destes atletas que além de Competir representando nosso país, que é a sua missão, estão sendo obrigados a passar por estresses desnecessários e fora de sua competência.

(favor ler continuação após a carta à CBCa).

----- Original Message -----

From: Toni Cotrim <mailto:tonicotrim@terra.com.br>  
To: jtomasini@uol.com.br ; Argos Rodrigues <mailto:argos@jiv.cainet.com.br>  
Cc: Alain Jourdan <mailto:alainjourdan@uol.com.br> ; guisouzalobo@yahoo.com.br ; denisterezani@yahoo.com.br ; ascapi@bol.com.br  
Sent: Tuesday, August 23, 2005 2:08 PM

À

Confederação Brasileira de Canoagem

Senhor Superintendente, Argos Rodrigues  
Senhor Presidente, João Tomasini Schwertner

Bom dia.

Me identificando: sou Toni Cotrim, pai da atleta Maíra Cotrim, convocada por esta Confederação para "participação no Campeonato Pan Americano de Canoagem Slalom que será realizado durante o período de 26 a 27 de agosto na Califórnia, Estados Unidos", através do ofício CBCa 147/2005, datado de 20 de julho de 2005.

Fiz o translado (custeado pelos atletas) e acompanhei os atletas de Piracicaba e caiaques até o Aeroporto de Cumbica, onde os mesmos encontraram-se com o atleta Cássio Petri, vindo do sul e praticamente fiz o embarque de todos.

Passo a informar abaixo várias ocorrências fazendo também algumas considerações de ordem crítica:

1. Chegamos ao Aeroporto de Cumbica com três horas e meia de antecedência do horário do voo (21:55h);
2. Os atletas não trajavam uniforme e/ou agasalho que os identificasse como membros de uma

Delegação Brasileira e Oficial da Confederação Brasileira de Canoagem, sendo que parte deles nem possuem tais vestimentas;

3. Não havia qualquer representante ou preposto da CBCa para acompanhar e assessorar o embarque dos atletas e seus caiaques;

4. O atleta Gustavo Selbach, capitão da equipe não compareceu para o check in no Aeroporto de Cumbica;

5. A companhia aérea, American Air Lines, num primeiro momento se recusou a embarcar os caiaques como bagagem alegando norma interna da empresa;

6. A companhia aérea, American Air Lines, declarou que endossaria os bilhetes para qualquer empresa aérea que fizesse o mesmo trecho de vôo desde que aceitassem o embarque dos caiaques como bagagem;

7. A companhia aérea, American Air Lines, consultando todas as empresas que teriam vôo para o mesmo destino (Los Angeles) naquela data, declarou que nenhuma das empresas aceitariam o transporte de caiaque como bagagem, por se tratar de norma, impedindo assim o endosso dos bilhetes;

8. Após uma hora de conversas, a American Air Lines, aceitou em caráter precário e excepcional embarcar os caiaques como bagagem apenas e tão somente para os trecho de ida a Los Angeles, declarando que em hipótese alguma seria aceito o embarque no vôo de volta nas mesmas condições;

9. Foi realizado o check in dos atletas e bagagens como também o pagamento do excesso referente aos caiaques;

10. Na iminência do embarque, atendendo a um chamado pelo alto-falante, as 21:10h, nos dirigimos ao balcão da American Air Lines onde nos foi comunicado pela empresa através da supervisora geral daquele período que o embarque dos caiaques havia sido desautorizado em função das características do equipamento de vôo do trecho Dallas~Los Angeles, que não comportaria o volume dos caiaques;

11. O atleta Cássio Petri, já havia dado embarque;

12. Diante a menção de embarque dos outros atletas, a supervisora cancelou o check in dos mesmos e solicitou via rádio que retirassem o atleta Cássio Petri da aeronave;

13. Os atletas perderam o vôo das 21:55h;

14. Os atletas perderam também a outra possibilidade de vôo, pela American Air Lines, que seria as 23:00h;

15. após muita discussão e intervenção de outro Supervisor da American Air Lines, Sr. Eduardo, a empresa Varig aceitou o endosso dos bilhetes e o embarque dos caiaques em caráter excepcional para o vôo direto a Los Angeles, saído de Cumbica as 24:00h;

16. a Varig declarou que não aceitará o transporte dos caiaques como bagagem na viagem de volta em hipótese alguma;

17. os atletas finalmente embarcaram com seus equipamentos...

Diante do fatos, é urgente que esta CBCa tome medidas para que:

1. a recepção dos atletas em Los Angeles seja feita de forma adequada, em função da mudança do vôo

2. a novela de embarque dos caiaque não se repita na viagem de volta, o que pressupõem um intervenção com antecedência junto à Cia Aérea que trará os atletas, levando em consideração a restrição expressa imposta para o embarque de caiaques pela American Air Lines. Verificar em:

<http://www.aa.com/content/br/informacoesDeViagem/dicasDeViagem/informacoesBagagem/limiteBagagem.html#Limitações%20Dimensionais%20Do%20Avião> ; sob pena da não participação dos mesmos no Sul Americano em Três Coroas caso os caiaques não sejam embarcados a contento e em tempo hábil;

3. todos os atletas tenham agasalho e uniforme que os identifique como a Delegação representante de nosso país no Campeonato Pan Americano 2005, nos Estados Unidos.

4. todos os atletas convocados para competições no exterior recebam com antecedência todas as informações por escrito necessárias tanto para a obtenção de vistos, como para o check in nos Aeroportos como também quanto ao embarque de seus caiaques, em especial para países sabidamente mais exigentes como os Estados Unidos;

5. sempre haja um contato prévio entre a CBCa ou COB, e a representação diplomática do país que sediar Competições, visando abrir caminho para que os vistos dos atletas convocados tenham a merecida atenção e que os atletas sejam encarados como integrantes da Delegação Brasileira e não tão somente como indivíduos descompromissados;

6. todos os embarques de delegações ao exterior sejam acompanhados e assessorados por representante e / ou preposto da CBCa ou ainda por profissional habilitado na área específica de embarques;

7. não se repita o incômodo e estresse sofridos por nossos atletas no Aeroporto de Cumbica, na data de ontem, como também na obtenção dos vistos junto ao Consulado Americano, que poderiam ter sido

evitados caso houvessem sido tomadas medidas preventivas simples tais como a comunicação prévia entre a CBCa e Cia. Aérea e a Representação Diplomática, demonstrando organização e competência.

Por fim, espero que o esforço individual de cada atleta seja no seu dia-a-dia de treinamento árduo, seja na batalha novelística para conseguir seus vistos no Consulado Americano como também para o embarque rumo ao Pan Americano nos Estados Unidos possam sensibilizar os dirigentes desta CBCa no sentido de que nossos atletas possam ser no mínimo respeitados como representantes de nosso país, pois à partir do momento que seguem uma convocação deixam de ser simples indivíduos.

No aguardo da confirmação de medidas urgentes e concretas, ansiando por notícias dos atletas.

Me despeço e me coloco à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente

Toni Cotrim

---

Rua das Araras, 174 - Nova Piracicaba  
13405-108 - Piracicaba, SP  
tel e fax: 19-34131197 - cel: 19-97313309  
e-mail e MSN: tonicotrim@terra.com.br

(continuação)

Devo acrescentar também que verifiquei hoje o site da Varig e encontrei uma contradição. Pelas informações contidas no site o transporte de caiaques é autorizado como bagagem checada. Veja em:

[http://portal.varig.com.br/varig/I18NLayer.2004-05-21.6819594625/I18NLayer.2004-05-24.1202976369/I18NLayer.2004-05-24.1386665882/pt-br/template\\_interna](http://portal.varig.com.br/varig/I18NLayer.2004-05-21.6819594625/I18NLayer.2004-05-24.1202976369/I18NLayer.2004-05-24.1386665882/pt-br/template_interna)

Desta forma não entendo porque compraram os bilhetes aéreos na Aderecan Air Lines que oferece restrições a este tipo de embarque e não na Varig. Me parecendo que cai por terra a declaração da gerente da Varig de que não autorizariam a volta dos caiaques...

No aguardo de um posicionamento de V.Exa., me despeço e agradeço.

Atenciosamente

Toni Cotrim

---

Rua das Araras, 174 - Nova Piracicaba  
13405-108 - Piracicaba, SP  
tel e fax: 19-34131197 - cel: 19-97313309  
e-mail e MSN: tonicotrim@terra.com.br

Ofício n.º 00966/2005

Brasília, 29 de agosto de 2005.

Senhor Ministro,

Apraz-me cumprimentar Vossa Excelência pelo valoroso trabalho que o Ministério vem desenvolvendo em prol do esporte brasileiro.

Ao tempo em que envio mensagem eletrônica que me foi endereçada pelo senhor Toni Cotrim, pai da atleta Maíra Cotrim, campeã brasileira de canoagem slalon que esteve esse mês representando o Brasil no campeonato Pan-americano na Cidade de Kern – Califórnia – EUA.

Conforme poderá observar a mensagem original foi enviada para o Superintendente da Confederação Brasileira de Canoagem, Argos Rodrigues, solicitando providências em razão das dificuldades enfrentadas pelos atletas brasileiros para que pudessem embarcar com seus equipamentos para a referida competição.

Conto com a avaliação de Vossa Excelência às considerações e propostas do senhor Toni Cotrim, pois, visam minimizar os problemas que são enfrentados pelos atletas em seus deslocamentos para representar o Brasil nas competições internacionais.

Certo da atenção de Vossa Excelência reitero meus votos de consideração.

  
Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

Exmo. Senhor  
**AGNELO QUEIROZ**  
Ministro de Estado dos Esportes  
Esplanada dos Ministérios - Bloco A  
70054-900 - Brasília - DF

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, a Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem.) – Solicito a palavra pela Liderança do PSDB após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) – V. Ex<sup>a</sup> já está inscrito exatamente em segundo lugar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) – Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, Srs. Líderes, o Congresso Nacional tem dado manifestações diárias de maturidade, ...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) – Senador Aloizio Mercadante, eu pediria que V. Ex<sup>a</sup> me permitisse uma rápida comunicação à Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) – Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, Srs. Líderes, o Congresso Nacional tem dado manifestações diárias de maturidade, equilíbrio e, principalmente, responsabilidade com o País. Nunca, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, nunca, nunca mesmo, na história brasileira atravessamos um período com a intensidade de investigações que estamos desenvolvendo hoje, por meio das três Comissões Parlamentares de Inquérito, em que há conexão de casos e até de personagens.

Estamos exercendo, na plenitude, nossas obrigações constitucionais. Além da fiscalização – isenta, altiva e transparente –, nossa agenda de votações está sendo mantida rotineiramente. Fechamos o primeiro semestre com mais de mil matérias analisadas – exatamente 1.130 matérias votadas. Agora, ainda sob a forte turbulência da crise política, votamos temas polêmicos que dormitavam aqui também no Senado Federal. Um exemplo recente é a reforma política de emergência que pretende corrigir vícios eleitorais, expostos pelas investigações.

Para fazer um corte mais preciso, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, desde que surgiram as primeiras denúncias tidas como o estopim da crise, exatamente no dia 6 de junho, de lá para cá, já deliberamos sobre 380 matérias, entre projetos e projetos de decretos legislativos. São números eloquentes que revelam a consciência que as Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores têm sobre o atual momento político e a preocupação de mostrar ao País

que é possível, a despeito da desconfiança de outrora, compatibilizar investigação e trabalho legislativo. O que, em última instância, é, sem dúvida, o fortalecimento da própria instituição.

Isso, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, deve-se ao bom senso, à responsabilidade e ao compromisso que o Senado reitera diariamente com as instituições e, por esse motivo, tenho o orgulho de congratular-me com todos os Srs. Senadores, com os Líderes partidários, pelos esforços que estamos fazendo para que este Senado delibere, faça coexistir a investigação com a deliberação, que é nossa obrigação constitucional.

Hoje demos – e era este exatamente o objetivo de falar à Casa – mais um pedagógico passo para valorizar a instituição. O diálogo entre o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional e os Presidentes e os Relatores das Comissões Parlamentares de Inquérito mostrou que é possível – e preferível – a convergência, a sistematização e a racionalidade em oposição à dispersão, à repetição e ao desperdício processual. A objetividade e a agilidade serão a redenção de nossa instituição. A rivalidade significará o triunfo indigesto da impunidade.

Gostaria de informar às Sr<sup>as</sup>s e aos Srs. Senadores que foi criada uma instância de convergência para racionalizar os trabalhos e evitar repetições de procedimentos. Esse comitê de sinergia – é uma espécie de comitê – será consultivo e terá reuniões sistemáticas, todas as segundas-feiras, para diagnosticar previamente os procedimentos que poderão ser feitos conjuntamente quando houver o interesse de duas ou mais Comissões Parlamentares de Inquérito.

Igualmente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, será criado um banco de dados comum, único para que os requerimentos de quebra de sigilos, por exemplo, não tenham duplicidade. Eu próprio estou disposto a colocar o peso do Senado Federal para cobrar documentos ainda não encaminhados por setores da Administração, pela Polícia Federal, pelo Ministério Pùblico Federal, pela Secretaria da Receita, pelo Ministério Pùblico Estadual, pela Anatel e pelos Bancos, principalmente por essas instituições financeiras.

Além da questão política – já disse isto há 40 dias e repito –, vou disponibilizar os meios administrativos e humanos, se necessário por meio de contratação de especialistas externos, para agilizar a checagem de documentos já entregues às Comissões. Priorizar a prova documental é, sem dúvida, um importante passo para dar as respostas que a sociedade nos cobra.

Resultado concreto dessa nova fase, a da sintonia fina, é a iniciativa de duas CPIs – Correios e Mensalão – de elaborar conjuntamente relatórios parciais sobre o possível envolvimento de Deputados beneficiados com

subvenções ilegais. Isso sem prejuízo, obviamente, da continuidade da investigação.

Não houve, Srs. Senadores, na minha percepção, o que se denominou – e muitos temiam e previam que fosse acontecer – de “bateção de cabeça”, sugerindo uma entropia generalizada. Nada disso verdadeiramente aconteceu. O que houve, e ainda há, é a ânsia de se chegar, rápida e cabalmente, à verdade. Desalinhos eventuais podem ser atribuídos a métodos distintos, mas que agora, sem dúvida, serão unificados.

A reunião de hoje mostra ainda a firme e inquestionável disposição de se chegar à verdade, nada além e nada aquém da verdade. A unificação de procedimentos inibe, por si só, as tentações, ainda que sorrateiras, para acobertamentos. Não é função do Congresso Nacional imolar inocentes, mas tampouco é papel do Congresso Nacional proteger os eventuais culpados.

Mais uma vez quero dizer que o que for necessário fazer para ajudar nas investigações, em seu aprofundamento, nós faremos, a fim de que tenhamos, rapidamente, na celeridade que a sociedade cobra, o esclarecimento dos fatos e a responsabilização dessas pessoas que merecem, precisam mesmo, ser responsabilizadas.

As Comissões votaram mais de 220 novos requerimentos para novos depoimentos. Os depoimentos duraram, em média, cinco a sete horas. Precisaríamos de mais de 70 dias ininterruptos, usando todas as horas do dia, para que pudéssemos ouvir essas pessoas. Não há nenhum sentido nisso, como também não há nenhum sentido no fato de não se priorizar a análise dos documentos remetidos às Comissões Parlamentares de Inquérito. A sociedade está cobrando e vai continuar cobrando que apresentemos resultados, com provas cabais, irrefutáveis. E isso, mais do que nunca, precisa acontecer.

Comunico à Casa que, como Presidente do Congresso Nacional e do Senado, tive a honra e a satisfação de fazer uma reunião, que foi de muitos resultados, profícua. Contamos com a colaboração e com a humildade dos Presidentes e dos Relatores das Comissões Parlamentares de Inquérito, o que nos leva, sem dúvida, a confiar na concretização dessas questões que aprovamos e que priorizamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB AL) – Tenho a honra de, pela ordem, conceder a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida, darei a palavra ao Senadores Ramez Tebet e Almeida Lima.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, manifesto a minha satisfação com a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, que, de

forma muito competente e oportuna, marca a posição do Senado dentro da crise que atravessamos, decorrente das investigações que estão sendo feitas nas três CPIs: dos Bingos, do Mensalão e dos Correios, que mobilizam a atenção da sociedade como um todo. O Brasil todo está voltado para essas investigações. Eu digo que V. Ex<sup>a</sup> marcou com propriedade a posição do Senado porque ofereceu ajuda sem ser solicitado.

Reuni a Bancada do PFL ontem e troquei idéias com os companheiros Deputados e Senadores e disse-lhes que era importante aproveitar o aceno de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de que fossem feitos alguns pleitos, algumas demandas, como as que V. Ex<sup>a</sup> acabou de anunciar: a contratação de uma auditoria competente para ordenar, fazer a triagem dos papéis nos quais estão as provas; agilizar o processo de investigação dos documentos; solicitar de V. Ex<sup>a</sup> o empenho pessoal, como Presidente do Congresso, junto aos órgãos que estão demorando a apresentar respostas, no que diz respeito à quebra de sigilos telefônico, bancário, fiscal etc.

A meu ver, essa reunião produziu confluências importantes como, por exemplo, o fato de as duas CPIs, por consenso, elaborarem a primeira relação de possíveis implicados ou de eventuais Parlamentares a serem investigados que será remetida para a Câmara dos Deputados. Isso acaba com a discussão: não, a CPMI dos Correios produz a lista, manda para a do Mensalão; não, manda direto para a Câmara; não, manda para o Conselho de Ética. Não, tudo foi feito consensualmente.

Será votado, na quinta-feira, o relatório, os nomes serão endereçados a quem de direito, que é o Presidente da Câmara dos Deputados, que, por sua vez, evidentemente os remeterá à Comissão de Ética, para a avaliação dos fatos.

Mas gostaria de louvar a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, fazendo um contraponto que lamento ter de fazer, porque uma entrevista publicada no jornal **Folha de S. Paulo** traz opiniões do Presidente da Câmara, que, a meu ver, significam prejulgamento inconveniente e intempestivo.

O Presidente da Câmara que neste momento é a autoridade responsável pelo recebimento dos relatórios dos possíveis implicados tem de agir como magistrado e não poderia jamais falar o que falou. Não quero aqui fazer nenhum julgamento precipitado de S. Ex<sup>a</sup>, mas manifesto a minha opinião: ele foi precipitado, prejulgou e não tinha o direito de fazê-lo.

O Congresso Nacional tem de ser isento na investigação dos fatos. Tem de ser absolutamente altivo, imperativo, implacável, mas tem a obrigação de ser isento. Tem de ser como V. Ex<sup>a</sup> o foi: colaborador. Deve oferecer os meios para que as investigações aconte-

çam na sua plenitude, para que a culpa seja investigada na sua devida profundidade e para que não se punam inocentes. Mas que não deixe de aplicar culpa ou pena sobre culpados. Agora, com isenção; com im- placabilidade, mas com isenção.

Faço este registro do meu desalento com as manifestações de S. Ex<sup>a</sup>, o Presidente da Câmara. Repito: ele não tinha o direito de manifestar, em nome do Congresso Nacional, um prejulgamento de uma matéria importante, fundamental, falando sobre se houve ou se não houve mensalão. Quem vai decidir isso é o Conselho de Ética e suas instâncias de investigação; não é S. Ex<sup>a</sup> que tem de agir como magistrado. O que tem de ser feito é o que todos estamos fazendo: trabalhando de segunda-feira a sexta-feira, oferecendo o melhor da nossa competência para que a investigação seja feita, sabendo também que a sociedade cobra, de cada um de nós, dedicação e isenção. Que assim aconteça.

Começo a inquietar-me, Sr. Presidente, com as cobranças que recebo, eu, que verbalizo a palavra de Oposição, que denuncia, fiscaliza e cobra. Estou começando a assustar-me com as cobranças que recebo na rua e nos correios eletrônicos, com as palavras de inquietação da população com relação à atitude da Oposição, que, no entender de muitos, parece contemplativa, parece contemporizadora. Imagine V. Ex<sup>a</sup> o que não está pensando o cidadão, que me remete um *e-mail* corajoso e forte, sobre as declarações de S. Ex<sup>a</sup>, o Presidente da Câmara. O que esse cidadão não estará pensando?

A nossa obrigação é fiscalizar, denunciar e cobrar. Venho aplaudir a iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, na hora em que critico abertamente a posição manifestada por S. Ex<sup>a</sup>, o Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex<sup>a</sup> deseja falar pela ordem ou como orador inscrito?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Como orador inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima, o próximo orador inscrito. Em seguida, falarão, pela ordem, os Senadores Ramez Tebet, Sérgio Guerra e Alvaro Dias.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, retorno a esta tribuna exatamente depois de oitenta dias para mim, longos oitenta dias, com o objetivo de prestar três esclarecimentos. O primeiro deles diz respeito exatamente a essa ausência.

Como homem público, devo satisfação ao povo brasileiro e, em especial, ao meu querido povo de Sergipe. No dia 7 de junho próximo passado, tive de submeter-me a um internamento hospitalar decorrente de uma crise hipertensiva e de recolher-me posteriormente a minha residência, no aconchego familiar, para recuperação de uma grande estafa.

Faço questão – embora político, porque há uma tradição de o político negar os males de saúde de que é acometido – de publicamente prestar esse esclarecimento, sobretudo porque a minha ausência desta Casa, desta tribuna, coincidiu com a convulsão política em que vive o País nos dias de hoje.

Recebi muitas cobranças e *e-mails*. Brasileiros e sergipanos indagavam o porquê da minha ausência. Já que sempre denunciei, já que sempre fui contundente, exercei minha oposição fiscalizadora, daí a necessidade de prestar esse esclarecimento.

A questão foi de saúde. Tive de recolher-me. Encontro-me em condições e hoje retorno ao convívio nesta Casa. Embora tivesse feito uso da palavra em algumas Comissões, faço-o, pela primeira vez, da tribuna do plenário do Senado Federal.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PMDB – SE) – Permitirei daqui a pouco, Senador; somente desejo dar uma segunda informação, que considero da mais alta importância.

O segundo objetivo é que retorno ao Senado Federal, reencontrando a minha história partidária. Militei, desde a adolescência, no MDB, lá nos idos de 1968, em plena ditadura militar, e, oficialmente, na ala jovem do MDB, em 1972, combatendo a ditadura militar, enfrentando momentos difíceis, ao lado de tantos companheiros. Hoje, devo informar ao povo brasileiro e, em especial, ao povo do meu Estado, Sergipe, que me encontro filiado ao PMDB, Partido que no passado combateu a ditadura e que deve no presente combater a corrupção.

Digo da minha alegria, da minha satisfação de haver sido recebido pelos companheiros do PMDB de Sergipe e pelos companheiros do PMDB nacional. Encontro-me neste Partido de forma confortável, sobretudo porque sempre vi nessa agremiação uma grande frente partidária. No passado, autênticos e moderados, como também vejo ainda hoje, no presente. Mas devo dizer que me aliarei aos autênticos ou aos novos autênticos; não mudarei de posição e continuarei na Oposição, embora votando, como sempre o fiz, em projetos do Governo, quando se apresentarem em benefício da sociedade, sem precisar receber mensalão ou fazer indicação a cargos.

Faço até um registro. No início integrava o PDT, e o então Ministro Miro Teixeira, das Comunicações, de forma correta, oferecia a este Parlamentar a indicação de cargos em Sergipe. Eu os agradeci.

Portanto, estou no PMDB orgulhosamente, pronto para colaborar com seu projeto nacional, que é um projeto de governo para assumir a Presidência da República – e, em Sergipe, com meus companheiros, fazendo a política da forma a mais séria e responsável, como sempre fiz.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE)** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Senador Almeida Lima, assumimos juntos, praticamente, nossos mandatos como Senadores nesta Casa. Se existem Senadores que marcaram presença aqui, V. Ex<sup>a</sup> é uma delas, pela sua posição e pela sua coerência. Estava conversando agora com o Senador Sérgio Guerra afirmando o seguinte: “veja o que o PSDB perdeu”. E disse isso porque todo homem que tem posição, que tem princípios merece ser respeitado em qualquer legenda partidária. Nós, do PSDB, que o tivemos por pouco tempo, certamente, vamos sentir falta lá na frente, nas próximas eleições para Governador no seu Estado. Digo isso também não apenas porque torci pela sua entrada no partido à época, por ter aderido ao PSDB, o que me trouxe felicidade e alegria, mas pelo seu trabalho no Senado Federal, pela sua coerência e pela sua história. O PMDB ganhou um grande parlamentar, um grande homem público. Infelizmente, não conseguimos fazer com que V. Ex<sup>a</sup> permanecesse em nosso Partido. Nós do PSDB o perdemos.

**O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO)** – Permita-me um aparte, Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE)** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Ao final, pronunciar-me-ei a respeito dos apartes.

**O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO)** – V. Ex<sup>a</sup>, realmente, é um dos homens públicos mais ilustres deste País. Conseguiu, como Senador, ter uma trajetória brilhante, uma trajetória bastante contundente. É um homem de posições, independentemente do partido a que pertence. Lembro-me, até com saudades, daqueles pronunciamentos contundentes contra o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Mas tenho certeza de que, mesmo dentro do PMDB, V. Ex<sup>a</sup> vai manter a sua coerência, não no ataque ao Senhor Presidente ou ao Governo, porque isso é ocasional. Naturalmente, o Presidente hoje não é bom; porém, tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> continua-

rá brilhando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no plenário desta Casa, e que os projetos extraordinários que tem certamente vão fazer do Brasil um país cada dia melhor. Da minha parte, vou lamentar não tê-lo, não no PFL, porque V. Ex<sup>a</sup> nunca pertenceu ao Partido, mas na Oposição, com a contundência, com o brilhantismo e com o respeito que sempre teve.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE)** – Agradeço, primeiramente, o aparte do meu querido companheiro Senador Leonel Pavan, pelas suas generosas palavras. Tenha a certeza V. Ex<sup>a</sup> de que não guardo nenhuma mágoa; ao contrário, boas lembranças pela convivência que tive com todos os companheiros do PSDB no plano nacional. V. Ex<sup>a</sup>s sabem muito bem as razões das nossas decisões.

Agradeço da mesma forma as palavras generosas de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Demóstenes Torres.

Tenham a certeza de que continuarei nesta Casa ao lado de todos os senhores e de todas as senhoras, da mesma forma como me comportei até o presente momento.

Antes de concluir, concedo ao aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Primeiro, quero desejar as boas vindas. Fico contente com o seu pronto restabelecimento.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – O Suplicy está no PMDB? Eu não sabia. Boas-vindas ao PMDB?

**O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP)** – Dou as boas-vindas ao Senado, depois do período em que esteve em recuperação, ainda mais sendo aqui o meu vizinho de cadeira. Mas gostaria de transmitir que considero que deve ser seriamente estudada a proposta de emenda à constituição que V. Ex<sup>a</sup>, ainda recentemente, teve oportunidade de apresentar no Programa Jô Soares. Ainda que se trate de um projeto ousado, Jô Soares até com muita simpatia lhe perguntou: “Mas será que os Deputados Federais e os Senadores estariam dispostos a considerar uma diminuição do número de representantes no Congresso Nacional?” Ainda não tenho opinião inteiramente formada a respeito. Mas, é uma idéia a ser considerada com muita seriedade. Quero cumprimentá-lo por isso. V. Ex<sup>a</sup> ali mencionou que alguns Senadores consideraram interessante a proposta, citou, por exemplo, o Senador Jefferson Péres. Penso que a proposta de V. Ex<sup>a</sup> deve ser, sim, considerada por todos nós – não sei se exatamente na forma ou no número que V. Ex<sup>a</sup> propõe. Todavia, considero importante a sua iniciativa.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE)** – Agradeço pela manifestação de V. Ex<sup>a</sup>. Quanto ao projeto, gosta-

ria de frisar, de ressaltar bem que, embora exposto na semana finda no Programa Jô Soares, foi apresentando a esta Casa em 2003, quando aqui cheguei. Digo isso apenas para mostrar que não se trata de uma propositura circunstancial e decorrente da crise que vivenciamos hoje.

Mas, como dizia, Sr. Presidente, quero concluir tratando do último assunto, rapidamente, do último objetivo.

**O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG)** – Senador, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O Sr. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE)** – Concederei o aparte tão logo estabeleça essa explicação. A terceira explicação, de certa forma, traz uma correlação com a primeira. Ou seja: todos se recordam e o País – e muito mais ainda eu pessoalmente, porque sofri na pele, na carne – do pronunciamento que fiz aqui mesmo desta tribuna no dia 02 de março de 2004, quando não estávamos vivenciando a crise que o País hoje assiste assustado. Aqui eu mostrava o envolvimento direto do então Ministro José Dirceu com a corrupção praticada pelo Waldomiro Diniz. Todos se recordam daquele episódio e da tentativa de desqualificação, o massacre que sofri aqui no Parlamento, em todo o País e, particularmente, no meu Estado de Sergipe, por meio, sobretudo, dos meus adversários, que fazem oposição ao meu trabalho.

É evidente que, diante de todos esses fatos e até mesmo da minha ausência, coincidentemente nesse período, por quase oitenta dias, tenho certeza de que, nos corredores do Congresso Nacional e aqui mesmo, no plenário do Senado, alguém deve ter lembrado o meu nome, referindo-se àquele episódio.

Porém, como disse na ocasião, que, para mim, aquele fato não estava encerrado – como, de fato, não se encerrou –, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, a partir deste instante, retornarei à tribuna desta Casa – e, evidente, que não com o objetivo de tripudiar sobre aqueles que tentaram diminuir e desqualificar a imagem de homem público que tenho –, sem dúvida alguma, retomando aqueles fatos na conjugação dos acontecimentos que estamos vivenciando hoje para fazer o reparo à minha imagem, à imagem de homem público que sempre tive.

Antes de deixar a tribuna, Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex<sup>a</sup>, concedo um aparte ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG)** – Senador Almeida Lima, registro o trabalho persistente de V. Ex<sup>a</sup> e sua combatividade, como Senador, no período em que esteve filiado ao PSDB, nosso Partido. Como Presidente do Partido, quero lamentar a sua saída, mas registrar que entendo os motivos

que o levam a essa decisão. Quero, portanto, agradecer o trabalho que V. Ex<sup>a</sup> realizou conosco, com a Bancada do PSDB no Senado Federal. Desejo-lhe muito sucesso na continuidade de sua vida pública, agora no PMDB.

**O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE)** – Agradeço-lhe, nobre Senador Eduardo Azeredo, Presidente do PSDB, pela generosidade de suas palavras. Agradeço-lhe a manifestação. Tenho certeza de que continuarei o exercício do meu mandato somando-me a todos os senhores, dentro daquele perfil político que sempre foi a minha característica.

Com os companheiros de Partido de Oposição, continuarei procurando sustentar, sobretudo, o grande projeto político que esta grandiosa agremiação partidária, o PMDB, possui – agremiação que, como disse e repito, no passado, combateu a ditadura militar e, hoje, com certeza, combate a corrupção encastelada no poder e, em grande parcela, na classe política deste País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir à Presidência que iniciemos a Ordem do Dia. Caso a Presidência encaminhe os trabalhos nessa direção, solicitaria a inclusão de um item extrapauta. Trata-se da apreciação de uma convenção internacional da FAO, que é um organismo da ONU, da qual o Brasil precisa ser signatário. A convenção diz respeito à proteção de vegetais e certificação fitosanitária. Sem essa ratificação, o Brasil não poderá, semana que vem, participar do encontro internacional que a FAO estará realizando.

Eu pediria que a apreciação dessa matéria fosse incluída como primeiro item da pauta, e que, posteriormente, pudéssemos votar uma PEC, em especial a iniciativa da Senadora Maria do Carmo, que trata do problema da licença-maternidade extensiva aos filhos adotivos. Essa emenda precisa ainda ser votada para que concluirmos o processo.

Portanto, eu consultaria a Presidência quanto à possibilidade de darmos início à Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de começarmos a Ordem do Dia, seria importante a presença dos Srs. Líderes partidários para que pudéssemos consultá-los e saber se há ou

não convergência para começarmos efetivamente a votação.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, conversei com o Líder José Agripino, que está presente no plenário, e há acordo de submetermos esses dois itens a votação nesta tarde.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Vou conceder a palavra já a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Como?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Pela ordem, concederei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. Se for para pedir...

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.)

– Após a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– V. Ex<sup>a</sup> está pedindo para ser inscrito após a Ordem do Dia. V. Ex<sup>a</sup> já está devidamente inscrito.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZTEBET** (PMDB – MS. Pela ordem.

Sem revisão do orador.)

– Peço licença ao Senador Aloizio Mercadante, mas não posso deixar de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, dizendo, para resumir minhas breves palavras, que temos um Presidente no Senado da República.

V. Ex<sup>a</sup> comprehende bem a situação do momento, a situação que o País vive: está mergulhado num oceano de denúncias e de corrupção. V. Ex<sup>a</sup> quer resgatar a imagem do Poder Legislativo, quer que o Senado Federal seja respeitado e quer que a lei seja cumprida. Concordo com essa posição, Sr. Presidente, pois, **data venia**, não é possível, depois de quase noventa dias, que os resultados não sejam ainda os esperados pela opinião pública.

Sabe por que afirmo isso, Sr. Presidente? Porque há pessoas, políticos e não-políticos, que são confessos, que já confessaram, que deixaram impressão digital, mas os processos estão andando, nesse particular, a passo de tartaruga.

Não está falando um homem que não aceita o direito de defesa ou que pretende cercear o direito de quem quer que seja, mas, positivamente, o foro competente já deveria ter sido acionado. Alguns já deviam estar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, e outros já deviam estar até no plenário daquela Casa. Não tenho a menor dúvida disso.

Como V. Ex<sup>a</sup> está agindo de acordo com a sua consciência, talvez não seja consolo nenhum, mas quero finalizar dizendo que temos um Presidente. Sr. Presidente Renan Calheiros, continue cobrando mes-

mo, pois fala-se muito em “acordão” pelos quatro cantos do nosso País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Guerra.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Pela ordem.

Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, ouvi com enorme satisfação sua palavra sobre a questão das Comissões de Inquérito. Sempre fui da opinião – e cada vez estou mais convicto – de que, se não houver participação efetiva do Presidente do Senado no encaminhamento desse processo, estamos ameaçados de compor uma cena deprimente para a vida pública brasileira.

Desde o início, não fui a favor de que mais de uma comissão de inquérito trabalhasse esse assunto. Tentei convencer os que podia apresentando argumentos na defesa dessa idéia. Por exemplo, procurei freqüentemente o meu amigo, Líder Aloizio Mercadante, com a forte convicção de que era preciso que houvesse não três CPIs, mas apenas uma, com foco e objetivos claros. A idéia que defendi e que foi sustentada pela Oposição não foi aceita. O PT e o Governo pensaram que seria melhor haver três comissões em vez de uma só.

O fato real é que não há nenhum “acordão”, o que existe é um enorme desacordo, uma grande confusão. Se alguém está interessado em que a confusão não se dê para que os resultados se apresentem, se alguém tem interesse em que o Congresso chegue a uma conclusão concreta, substantiva e justa para que não fique com o Congresso, ou principalmente com ele, o preço, o custo dessa imensa conta, é preciso reagir a isso com grande determinação.

Quanto às Comissões Parlamentares de Inquérito, não é apenas o problema de elas combinarem de fazer audiências conjuntas, é o problema de se instalar, com clareza, um processo de investigação, que não está instalado, de maneira especial quanto à origem dos recursos, às fontes da corrupção. O Congresso jamais foi eficiente na apuração das responsabilidades dos corruptores, não se tem notícia de uma investigação bem-feita nesse campo. Nesse campo não estamos caminhando, Sr. Presidente; sobra a apuração das responsabilidades dos corruptos ou dos que foram corrompidos, e, aí, o problema é remetido, em grande parte, para a Câmara, e os sinais que chegam da Câmara não são positivos: são, ao contrário, preocupantes.

De fato, neste momento, é indispensável que quem defende este Congresso, quem tem consciê-

cia pública acima de qualquer outra coisa, se envolva nessa investigação, nesse tema, e dê a ele consequência, ordem, efetividade, consultoria técnica, sob pena de não chegarmos a conclusões que não se possam sustentar.

Sempre disse que o Senado deve ser, neste momento, centro dessa solução, e sempre acreditei que o Presidente do Senado, eleito por todos, tendo de todos a confiança, era a pessoa indicada para atuar neste instante de maneira incisiva, de maneira firme, para que possamos caminhar na direção que não estamos perseguindo: a de soluções concretas. Há um desgaste, esse desgaste já é público, já foi percebida a falta de objetividade e de planejamento, e não estamos no caminho de uma solução; ao contrário, estamos no caminho de uma certa desordem, com poucas provas, com poucos documentos e com pouca ordem.

Solicito do Presidente do Senado todo o seu empenho, como já o fez, e que continue a fazê-lo de forma firme, para que não fiquemos aqui num processo que não nos remete à democracia, mas, sim, a uma crise que já está nas ruas, que já está no Governo e que não pode ficar no Congresso, até porque o Senado tem condições de ajudar a resolvê-la sob a liderança do Senador Renan Calheiros.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Guerra.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Siqueira Campos e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias. Depois, começaremos a Ordem do Dia.

**O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN)** – Sr. Presidente, também solicito a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas quero buscar junto a V. Ex<sup>a</sup> a confirmação da sessão do Congresso Nacional de amanhã, até para que este Poder possa firmar-se, ter a sua autonomia preservada com relação as suas decisões, para que possamos derrubar alguns vetos que são por demais importantes para a autonomia do Congresso Nacional.

Consulto V. Ex<sup>a</sup> se está confirmada a sessão do Congresso Nacional para amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A sessão do Congresso Nacional de amanhã está confirmada, sim. Fiz um apelo aos Srs. Líderes partidários para que conversem hoje, o que permitirá um avanço com relação a uma pauta consensual. Se isso for possível, organizaremos melhor a votação; do contrário, votaremos um a um todos os 395 vetos.

Temos tempo para perseverar, para que o consenso aconteça.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR)** – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, destaco a importância desta iniciativa de V. Ex<sup>a</sup> em convocar as três CPIs para um entendimento que possibilite a organização dos trabalhos, numa etapa agora fundamental.

É preciso reconhecer o esforço que se fez até aqui e, sobretudo, destacar os resultados alcançados. Não interessa a esta instituição parlamentar a descrença generalizada. Na verdade, o trabalho realizado até aqui pelas CPIs – e falo especialmente pela CPMI dos Correios, da qual participo como membro titular – apresenta resultados extremamente significativos e importantes.

Eu diria, Sr. Presidente, que já há, sim, provas documentais essenciais para a responsabilização civil e criminal de artífices dessa rede organizada de corrupção que se instalou na República. Há confissões, e cito alguns réus confessos: o Sr. Marcos Valério, o Sr. Delúbio Soares, o Sr. Duda Mendonça, o Sr. Maurício Marinho, o Sr. Roberto Jefferson, o Sr. Valdemar Costa Neto.

Portanto, há um elenco de pessoas que confessaram e outras inferiores, como a Sr<sup>a</sup>. Simone Vasconcelos, o Sr. Davi Rodrigues Alves e outros mais, Sr. Presidente. Portanto, já existem réus confessos e provas documentais essenciais relativamente à participação de parlamentares nesse esquema de corrupção num primeiro plano. Seriam 18 parlamentares. São documentos bancários que atestam o saque de recursos na boca do caixa do Banco Rural.

Há elementos suficientes para a instauração de um processo, visando à cassação de mandatos por quebra do decoro parlamentar. Não digam que não há provas! Provas existem e estão consolidadas no relatório parcial que será certamente divulgado nesta semana.

De outro lado, Sr. Presidente, há provas da remessa de recursos para o exterior. São provas documentais: evasão de divisas, lavagem de dinheiro, crimes contra o sistema financeiro, contra a ordem tributária nacional. Há documentos que indicam a remessa de recursos para o exterior a partir das agências SMP&B e DNA, do Sr. Marcos Valério, passando pela Beacon Hill, no Citibank, em Nova Iorque, ou pelo MTB Bank, em outras oportunidades, com destino a várias contas identificadas, numeradas, à disposição para a quebra do sigilo mediante autorização da justiça americana, que pode ser obtida em função de acordo bilateral ce-

lebrado entre Brasil e Estados Unidos para episódio dessa natureza.

Há provas documentais da remessa de dinheiro por intermédio da empresa Guaranhuns, passando por Montevidéu, na Export Trading, chegando ao MTB Bank para a conta em uma agência do Banrisul nas Ilhas Cayman. São provas documentais, Sr. Presidente. Há provas também referentes a irregularidades contratuais.

E aí vem uma questão fundamental para a qual chamo a atenção do Sr. Presidente Renan Calheiros. V. Ex<sup>a</sup> falou da possibilidade de contratar técnicos para essa investigação. É necessária, a meu ver, Sr. Presidente, a contratação de auditoria independente, com a prerrogativa de fornecer laudo técnico, que pode ser utilizado pela CPI como prova documental, para chegarmos, aí sim, comprovadamente, à origem dos recursos utilizados nesse esquema de corrupção.

Eu insisto: muito mais importante do que a contratação de técnicos do setor privado é a contratação de auditorias independentes, autorizadas a fornecer laudos técnicos que comprovem a origem do dinheiro, especialmente para análise dos contratos com superfaturamento e das licitações fraudadas e para análise da movimentação financeira, com a origem e o destino dos recursos que trafegaram por essa rede sistêmica e organizada de corrupção.

Portanto, já temos prova, sim, para o indiciamento e a responsabilização civil e criminal de pessoas e para uma eventual condenação após o julgamento pelo Poder Judiciário. No entanto, poderemos ir além, chegando a comprovar a origem dos recursos utilizados nesse esquema de corrupção.

Por isso, Sr. Presidente, esta iniciativa é providencial: a contratação de empresas de auditoria para o fornecimento de laudos técnicos a respeito da análise da movimentação financeira e dos contratos celebrados por empresas com o Governo Federal.

Mais uma vez, Sr. Presidente, concluindo, os nossos cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> por essa iniciativa fundamental.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra, o último orador que usará da palavra pela ordem.

**O SR. FERNANDO BEZERRA** (PTB – RN). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, ouvi com atenção as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, trazendo ao conhecimento desta Casa as providências que tomou junto às Comissões Parlamentares de Inquérito, para que se produzissem, o mais rapida-

mente possível, os resultados que toda a sociedade brasileira espera de nós.

Associo-me também às preocupações do Senador José Agripino com relação às decisões que estão sendo tomadas pelo Presidente da Câmara.

O povo não nos perdoará, Sr. Presidente, se não tomarmos, a tempo e a hora, as providências necessárias para a punição daqueles que cometem ilícitos e se desviaram, sejam eles Senadores ou Deputados. Cabe ao Congresso Nacional a coragem e a grandeza de se autodepurar, porque se não o fizermos, podem ter certeza todos os parlamentares, o povo é quem irá nos cassar nas eleições do próximo ano. Precisamos, sim, ter a coragem de, a tempo, tomarmos as providências.

Como o Senador Alvaro Dias, faço parte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Sei que há avanços, mas a mim muitas vezes passa a idéia de que não há foco, de que não se vê ainda um final para tudo isso. São decorridos 90 dias. Se há provas – e há –, vamos encaminhá-las para o Judiciário, se a ele couber; à Câmara dos Deputados, se a ela couber; ou ao Senado da República, se nos couber, para que possamos dar uma satisfação à sociedade.

Essa crise é muito grave, Sr. Presidente! Precisamos não apenas agir agora, mas também tomar as providências em relação ao futuro. Temos que analisar em profundidade os fatos ocorridos e tomar providências capazes de banir, de forma definitiva, a corrupção de nosso País. Se isso não for possível, vamos fazer a nossa parte para diminuí-la.

Portanto, Sr Presidente, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e somo-me aos que disseram que cabe a esta Casa uma enorme parcela de responsabilidade na condução dessas providências. E a sociedade espera isso de nós.

Não tenho dúvida de que a firmeza de V. Ex<sup>a</sup>, as decisões que tem tomado, as ações que tem conduzido fazem jus à expectativa que a sociedade tem de nós. Temos de agir, e rapidamente, antes que seja tarde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr Presidente, V. Ex<sup>a</sup> disse que o Senador Fernando Bezerra seria o último orador a falar pela ordem, mas peço a V. Ex<sup>a</sup> que me permita usar da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Recebemos há pouco um telefonema de pessoas de Balneário Camboriú, Município onde resido. A sociedade da cidade está apreensiva, o sindicato da construção civil, o CDL, as entidades públicas e privadas, a imprensa em geral, todos estão preocupados porque souberam que, neste momento, o Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, sua assessoria e pessoas ligadas, infelizmente, ao PT estão tomando uma decisão dura e drástica contra os Municípios de Balneário Camboriú, Brusque e Tijucas, cidades onde há instalações da Delegacia Regional do Trabalho. Esses Municípios têm centenas de empregados e grande importância para a economia de Santa Catarina e do Brasil, em função do turismo. Sr. Presidente, o Ministro Luiz Marinho, ex-Presidente da CUT, filiado ao PT, contradiz-se e, contra toda sua história, contra a história do PT, neste momento está batendo o martelo para extinguir as Delegacias Regionais do Trabalho de Balneário Camboriú, Tijucas e Brusque.

Deixo o nosso repúdio à traição que o PT e esse ex-Presidente da CUT estão fazendo com os trabalhadores brasileiros, principalmente na nossa região de Santa Catarina.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sei que V. Ex<sup>a</sup> está um tanto quanto apressado para votar a Ordem do Dia, mas não poderia deixar, como Líder do PMDB, de louvar a atitude de V. Ex<sup>a</sup> hoje, na reunião dos Presidentes e dos Relatores das CPIs. V. Ex<sup>a</sup> não impôs nada. Com jeito e coordenação, V. Ex<sup>a</sup> foi firme na decisão de que se busque uma solução que agilize os trabalhos. Também foi firme ao dizer que o PMDB não quer que se esconda absolutamente nada, quer que haja transparência e firmeza na punição dos culpados.

Como Líder do PMDB, louvo a atitude de V. Ex<sup>a</sup> e registro que tem sido esta a permanente atitude de V. Ex<sup>a</sup>: sempre, com firmeza, orientar e buscar o consenso. E, por isso, V. Ex<sup>a</sup> tem sido tão feliz nas decisões frente aos trabalhos da Casa. Parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR)** Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, é rápida a minha intervenção, já que vamos votar. Mas, primeiramente, pelo PDT, cumpri-

mento V. Ex<sup>a</sup> não apenas pelo seu posicionamento hoje. Durante toda a crise, V. Ex<sup>a</sup> tem adotado postura serena e equilibrada que, no meu entendimento, tem preservado o Senado, já que a Câmara dos Deputados não tem tido o mesmo cuidado por parte do seu Presidente.

V. Ex<sup>a</sup> tem uma missão muito difícil, mas dará conta dela. E nós, do PDT, confiamos que V. Ex<sup>a</sup> haverá de compensar aquilo que está faltando na Câmara. A população poderá confiar em que o Congresso Nacional perseguirá o objetivo de investigar e punir os responsáveis, sem marola, sem discurso demagógico, mas com serenidade e respeito à população, que está a exigir, neste momento, que o Congresso preste contas daquilo que tem de ser colocado às claras para a Nação brasileira.

Essas palavras são apenas para manifestar o apoio do PDT à conduta de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Osmar Dias.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também fui informado hoje, pelo Presidente da CPI do Mensalão, Senador Amir Lando, do entendimento que V. Ex<sup>a</sup> teve com os Presidentes das Comissões e com os Relatores, e fiquei bastante feliz com o encaminhamento. Quero parabenizá-lo por isso, em nome da nossa Bancada.

A única dúvida que me resta é quanto ao encaminhamento concernente a Deputados, pois os Parlamentares citados na lista são da Câmara dos Deputados, nenhum é do Senado. Porém, as duas Comissões que estão analisando a lista acham que se deve fazer apenas uma pequena recomendação da citação desses nomes. Fico na dúvida se não seria melhor investigarmos um pouco mais e apresentarmos um pouco mais de dados sobre os nomes apresentados naquela lista. Por que digo isso? Porque, se a investigação for para lá de maneira mais tímida, haverá, dentro da Câmara dos Deputados, inevitavelmente, de se fazer uma punição política, para dar uma resposta nacional, e não técnica, o que pode ensejar recurso.

Nesse caso, é apenas uma dúvida de uma pessoa que está acompanhando as duas CPIs. No meu entendimento, seria importante não mandar a lista agora, fazer uma investigação um pouco mais apurada, dar o direito do contraditório a essas pessoas e, a partir daí, mandar uma peça mais bem acabada para a Câmara dos Deputados, que dará a última palavra sobre as punições. Fica aqui a preocupação de minha parte.

Parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o exercício do direito de defesa é permanente, é reconhecido no procedimento jurídico brasileiro. Então, se o processo for para a Câmara dos Deputados, qualquer um terá como exercer o direito de defesa e de apresentar testemunhas e provas.

Sr. Presidente, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela reunião, que considero importante. V. Ex<sup>a</sup> poderia solicitar aos Presidentes das Comissões que, a cada dez dias, remetessesem um relatório a V. Ex<sup>a</sup> sobre o andamento dos trabalhos, sobre as dificuldades, sobre tudo o que ocorre. Realmente, ficamos perdidos dentro de uma disputa que não deveria existir: se a convocação de um depoente deve ser feita numa Comissão e não na outra, quando a prova pode ser emprestada, pois é legal que se busque numa Comissão a prova emprestada da outra.

O que temos que analisar são dois aspectos de prova: a prova material, de que o Senador Alvaro Dias acabou de falar, e a prova ética, de comportamento ético, que não se materializa em papel, mas no comportamento do Parlamentar. Essa prova também tem que ser apresentada, e a defesa tem que se justificar, porque não adianta só exigir prova material, de papel. Nenhum de nós tem interrupção da conduta ética e moral durante a sua vida. Senão, amanhã, todo traficante, todo ladrão, todo assaltante vai querer se eleger Parlamentar para não responder pelos crimes que praticou antes de vir para cá. Então, não há interrupção. Já houve processos anteriores de pessoas que praticaram determinados delitos e foram julgadas aqui, sendo que algumas foram cassadas.

É importante que se ande com velocidade. E V. Ex<sup>a</sup> propõe no acordo que se ouçam a Polícia Federal e o Ministério Público. Poderia haver, a cada dez dias, uma reunião também com o Diretor da Polícia Federal ou com o delegado que preside os inquéritos a respeito do que se apura aqui, e com o Ministério Público, porque eles pedirão, sem dúvida, a abertura dos inquéritos, dos processos, o que cessaria aqui a investigação para o Ministério Público. Ficaria só o aspecto moral e de ética para que realmente possamos alcançar o que é interesse da Casa.

Então, desculpa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção e a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>.

Pela ordem, Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Em nome do Partido Socialista Brasileiro, manifesto aqui o nosso integral apoio à atitude de V. Ex<sup>a</sup> de unificar o trabalho das CPIs, sobretudo quanto à prestação de contas semanal de todas as ações desenvolvidas pelas três CPIs.

A sociedade está atenta, está observando o Parlamento brasileiro. Há um certo desalento, e essa medida que V. Ex<sup>a</sup> tomou hoje é uma demonstração clara de sintonia com a sociedade brasileira.

Por isso quero manifestar aqui o nosso integral apoio e parabenizá-lo por essa atitude. O Parlamento tem que ser aberto ao cidadão. O Parlamento tem que prestar contas de todas as suas ações. E é fundamental, com todos os instrumentos de comunicação de que dispomos hoje e com a decisão política de V. Ex<sup>a</sup>s, tenho certeza de que vamos afastar o fantasma da pizza que certamente é pretendida por alguns.

Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, se V. Ex<sup>a</sup> quiser usar a palavra pela ordem, concederei com muita satisfação.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – É sobre a Ordem do Dia, falarei depois que for lido o expediente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 947, DE 2005

Nos termos do art. 336, III, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005 – Complementar, que “Acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie”.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **Arthur Virgílio – José Agripino – José Jorge.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – De acordo com o disposto no art. 340, III, do Regimento Interno do Senado Federal, o requerimento que acaba de ser lido figurará na Ordem do Dia da sessão deliberativa seguinte.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

São lidos os seguintes:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 301, DE 2005

**Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criminalizar a fraude em concurso público ou em qualquer exame de interesse público.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte artigo:

### Fraude em concurso público

Art. 311-A. Empregar qualquer meio fraudulento com o fim de obter ou facilitar aprovação, para si ou para outrem, em concurso público ou em qualquer exame de interesse público:

Penas – reclusão, de um a cinco anos, e multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem vende, compra ou transaciona de prova ou publicação de nome em lista de aprovação em cargo, emprego ou função para o qual há concurso público ou qualquer exame de interesse público em andamento.

§ 2º A pena aumenta de um terço se o crime é praticado por funcionário público.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

O projeto de lei em apreço vem para reforçar a tutela da fé pública, criminalizando a conduta de quem frauda qualquer exame de interesse público, o que abarcaria concursos públicos, concursos internos de órgãos públicos, exames vestibulares, exames para ingresso em entidades de ensino superior, como o PAS (Programa de Avaliação Seriada), etc. Assim, para que seja possível a subsunção de novas formas delitivas, e em respeito ao princípio da legalidade estrita, propomos a tipificação da conduta de fraude em exames públicos, a qual vem ocupando cada vez mais espaço nos meios de comunicação, e contra a qual a sociedade tem-se colocado de forma veemente.

O projeto de lei em tela busca uma descrição típica que seja a mais completa possível, punindo tanto

aquele que oferece a vantagem ilícita quanto aquele que busca obtê-la, em prejuízo alheio.

Estamos certos que, com essa inovação, contribuímos para o aperfeiçoamento de nossa legislação penal.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **Romeu Tuma.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

**DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

### Código Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte Lei:

### ANTERIORIDADE DA LEI

### PARTE GERAL

#### TÍTULO I

##### **Da Aplicação da Lei Penal**

*(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).*

Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. *(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984).*

.....

Art. 311. Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento: *(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996).*

Penas – reclusão, de três a seis anos, e multa. *(Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996)*

§ 1º Se o agente comete o crime no exercício da função pública ou em razão dela, a pena é aumentada de um terço. *(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).*

§ 2º In corre nas mesmas penas o funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado, fornecendo indevidamente material ou informação oficial. *(Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996).*

.....

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, DE 2005

**Altera o art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para ampliar a competência do Juizado Especial de Cível, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que institui os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, passa a vigorar seguinte redação:

“Art. 3º .....

V – as ações de separação, divórcio, investigação de paternidade, guarda de filhos, regulamentação de direito de visitas, alimentos, busca e apreensão de menores.

.....  
§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e à capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

Ciente da necessidade de entregar a prestação jurisdicional em tempo razoável, o Poder Público editou a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, com que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, de inquestionável sucesso, por se basear em pilares indispensáveis:

- a) prevalência da oralidade;
- b) entrega da prestação jurisdicional em tempo satisfatório;
- c) gratuidade, exceto se uma das partes recorrer; e
- d) limitação dos recursos.

Para resolver as questões de trânsito, os Juizados Especiais, em muitos Estados e no Distrito Federal, fazem-se presentes com a “Justiça Volante”.

Na mesma senda, a 12 de julho de 2001, foi editada a Lei nº 10.259, que estendeu os Juizados Especiais ao âmbito da Justiça Federal. Ali, os Juizados lograram reduzir significativamente o rol de ações federais, que não distinguia a complexidade das causas, e desobstruir a pauta mediante retirada das questões menores, tais como descaminho, colisão de veículos oficiais sem vítima e fraude na emissão de recibos por profissionais liberais.

O Direito de Família, porém, ainda é carecedor de prestação jurisdicional célere. A verdade é que não existe razão para um divórcio direto consensual estender-se por mais de trinta dias, ou que alimentos, de-

mandados ou ofertados, demorem a chegar ao credor por culpa de procedimentos e carimbos.

Estamos convictos, portanto, de que a aprovação da presente proposição será uma importante medida de alcance social, razão pela qual esperamos contar com o apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **César Borges.**

**LEGISLAÇÃO CITADA**  
**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995

**Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.**

Art. 3º O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas:

I – as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo;

II – as enumeradas no art. 275, inciso II, do Código de Processo Civil;

III – a ação de despejo para uso próprio;

IV – as ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente ao fixado no inciso I deste artigo.

§ 1º Compete ao Juizado Especial promover a execução:

I – dos seus julgados;

II – dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta lei.

§ 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.

§ 3º A opção pelo procedimento previsto nesta lei importará em renúncia ao crédito excedente ao limite estabelecido neste artigo, excetuada a hipótese de conciliação.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O projeto será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 948, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 74, de 2005, advindo da MSF nº 102, de 2005, que "pro-

põe ao Senado Federal, seja autorizada a realização de operações financeiras voltadas ao reescalonamento de créditos brasileiros junto ao Banco de Moçambique, no valor equivalente US\$331,686,015.65 (trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares norte-americanos e sessenta e cinco centavos), de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004".

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 102, DE 2005**  
**NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 23/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

*Quintino*

*Ad Hoc / Ana Flávia Carepa*

**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL)	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	6-ROSEANA SARNEY (PFL)
AIEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO	2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO	3-VAGO
MÃO SANTA	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5-ROMERO JUCÁ
CÉLERO MESTRINHO	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	1-IDEI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	2-AELTON FREITAS (PL)
DELcíDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PERES
------------	-------------------

## REQUERIMENTO Nº 949, DE 2005

Nos termos do art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do RISF, requeremos urgência para o PRS nº 75, de 2005, advindo da MSF nº 172, de 2005, que “Propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Nordic Investment Bank – NIB (Banco Nôrdico de Investimento), no valor total equivalente a até US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, destinada a financiar, parcialmente, a segunda fase do “Programa Multissetorial NIB II”.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 172, DE 2005**  
**NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA NA REUNIÃO DE 23/08/05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

**Bloco da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL)	<i>César Borges</i>	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	<i>Edison Lobão</i>	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)		3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	<i>Jorge Bornhausen</i>	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	<i>Rodolpho Tourinho</i>	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	<i>Romeu Tuma</i>	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
AI MEIDA LIMA (PSDB)	<i>Almeida Lima</i>	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)		8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	<i>Lúcia Vânia</i>	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)		10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)		11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET	<i>Ramez Tebet</i>	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO		2-WELLINGTON SALGADO
GARIBALDI ALVES FILHO		3-VAGO
MÃO SANTA	<i>Mão Santa</i>	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL		5- ROMERO JUCÁ
G" BERTO MESTRINHO		6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP		7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO		8-JOÃO BATISTA MOTTA

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT)	<i>Aloizio Mercadante</i>	1-IDEI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT)	<i>Ana Júlia Carepa</i>	2-AELTON FREITAS (PL)
DELcíDIO AMARAL (PT)		3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPLICY (PT)	<i>Eduardo Suplicy</i>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	<i>Fernando Bezerra</i>	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)		6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS)		7-SERYS SHESSARENKO (PT)

**PDT**

OSMAR DIAS	<i>Osmar Dias</i>	1- JEFFERSON PERES
------------	-------------------	--------------------

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que serão votados após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa se posso autorizar a leitura de outro requerimento de urgência, uma vez que o Regimento só permite a leitura de dois requerimentos de urgência e eu não poderia fazê-lo sem consultar previamente a Casa. (Pausa.)

Há objeção do Senador Antonio Carlos Magalhães. Então, deixaremos para a próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Apreciaremos o item extrapauta, em função da inversão da pauta aprovada pelo Senado Federal:

### Item extrapauta:

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 345, DE 2005

*(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2005, que aprova o texto da convenção internacional para proteção dos vegetais aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Parecer favorável sob o número 1.538, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Relator **ad hoc** foi o nobre Senador Pedro Simon.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, as Comissões estão funcionando, não sei se o Regimento determina a suspensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Determino às Comissões Parlamentares de Inquérito e às Comissões permanentes que porventura estiverem funcionando que suspendam imediatamente os seus trabalhos, para que possamos deliberar, como manda o Regimento do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

Mais uma vez, peço aos Presidentes das Comissões Parlamentares de Inquérito que suspendam seus trabalhos. Estamos na Ordem do Dia e deliberando no Senado Federal.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o projeto aprovado:

#### (\*)PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 345, DE 2005

(Nº 1.094, de 2004, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV, aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais – CIPV aprovado na 29ª Conferência da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em 17 de novembro de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos dos quais possam resultar alteração ou revisão da referida Convenção ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(\*) O texto da Convenção encontra-se publicado, na íntegra, no DSF de 22-7-2005.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item 1:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Re-

ladora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve sua apreciação transferida para hoje.

A proposta foi aprovada em 1º turno na sessão do dia 1 de junho, ficando transferida a votação da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**Votação da Emenda nº 1-CCJ.**

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)**

– Está em discussão?

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – Já estamos em processo de votação.

Passamos à votação da Emenda nº 1-CCJ.

Não há encaminhamento, há orientação de Bancada. V. Ex<sup>a</sup> pode fazê-lo em nome do PFL.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)**

– Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a emenda como autor.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – V. Ex<sup>a</sup> poderia encaminhar a votação como Líder do Governo e aproveitar a oportunidade para, de maneira sucinta, fazer o encaminhamento.

Como vota o PFL, Senador Demóstenes Torres?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)** – O PFL vota “sim”, Sr. Presidente, e parabeniza a Senadora Maria do Carmo pelo projeto e o Senador Aloizio Mercadante pela emenda que apresentou.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – Como votar o PMDB, Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB)** – O PMDB vota “sim” e parabeniza a nobre Senadora Maria do Carmo. Cremos que não há, em absoluto, que se fazer nenhuma restrição.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)**

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitei ao meu Partido que me permitisse fa-

zer esse encaminhamento. E o farei de maneira muito breve, mas tão breve quanto emocionada.

Parabenizo a Senadora Maria do Carmo e o Senador Aloizio Mercadante por fazerem um requerimento de urgência para esse projeto.

Quero dizer a esta Casa que Deus colocou em meu caminho um filho de nome Guilherme. Encontrei-o nas condições em que muitos brasileiros ainda se encontram. Não sei, Sr. Presidente, se o Guilherme estaria sequer vivo hoje. Posso dizer que nada fiz por ele, mas que ele tudo fez por mim, por suas irmãs e por nossa família. Recebi das mãos de Deus o meu filho Guilherme, o meu pequeno grande amor, que é você, Guilherme, que, hoje, aos doze anos de idade, é músico, dotado de grande sensibilidade e, diria, Sr. Presidente, razão maior de nossas vidas: da minha, de suas irmãs e de sua mãe.

Por tudo isso, Sr. Presidente, de maneira muito especial, dedico esse projeto a todas as outras mães, a todas as outras famílias, que puderam ter a graça de Deus de adotar um filho em seu lar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC)** – Sr. Presidente, da mesma forma, queremos transmitir a nossa emoção pela abordagem do assunto. Tivemos até a oportunidade de fazer alguns comentários sobre ele.

Mais uma vez, parabenizo a autora dessa matéria, a emenda apresentada pelo Senador Aloizio Mercadante e a compreensão de todos nesta Casa.

A orientação de voto ao PT e ao Bloco é “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC)** – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, ocorreu aquilo que já está se tornando rotineiro: enquanto participamos das comissões de inquérito, perdemos as votações. Só agora, neste momento, fomos alertados de que a Casa estava em processo de votação.

Quero pelo menos que conste, que se registre o meu voto favorável ao texto principal do projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)** – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup> e, mais uma vez, faz questão de dizer publicamente que V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Tão logo fomos informados de que havia trabalhos nas Comissões Parlamentares de Inquérito, determinamos a suspensão dos trabalhos.

Consulto a Secretaria-Geral da Mesa se já houve a suspensão dos trabalhos das respectivas comissões. (Pausa.)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>. Estamos em processo de encaminhamento de votação.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também solicitei a palavra à Liderança do meu Partido. Creio que este momento é extremamente importante, e eu não poderia perder a oportunidade de me pronunciar.

Deus também colocou uma criança no meu caminho. Tenho duas filhas de sangue e uma, do coração. Foi um dos maiores presentes que recebi; um dos maiores privilégios que Deus me deu foi essa criança, por meio de adoção, que, sem dúvida alguma, tem sido a grande alegria da minha casa, das minhas filhas, da minha esposa.

Quero, então, parabenizar, com toda a concordância da minha alma, a Senadora Maria do Carmo e o Senador Aloizio Mercadante, pela emenda, visto que, neste momento, estamos dando um presente dos mais dignos às famílias que se dispõem a abraçar com destreza e a trazer para o seu seio crianças que precisam de amor, que precisam de carinho e que precisam de uma família.

Parabéns à Senadora Maria do Carmo Alves e ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante para encaminhar a votação.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero parabenizar a Senadora Maria do Carmo Alves, porque essa emenda constitucional que assegura o direito e as prerrogativas da licença-maternidade a todas as mães de filhos adotivos no Brasil é um tema que seguramente estimulará a adoção nas condições em que esperamos que ocorra.

A adoção de uma criança tem o mesmo significado de um parto. Só que o parto vai sendo construído ao longo dos nove meses, e, depois, a mãe tem o período de adaptação, de amamentação e de convivência com o bebê, tão importantes na vida de uma família. Na adoção, não existe aquele processo prévio de preparação, mas é um imenso desafio para a família adaptar-se, envolver-se e acolher crianças que, muitas vezes, já viveram situações de grandes adversidades: crianças que foram abandonadas, que passaram por privações. Por isso, o contato humano, a presença e o

vínculo afetivo são fundamentais, especialmente nos primeiros momentos da convivência familiar e, sobretudo, nos primeiros momentos da vida da criança, em que a união da família e o relacionamento marcam definitivamente a formação da sua personalidade.

Quero dizer a esta Casa que convivo com essa situação há mais de 25 anos. Eu era Presidente da Associação de Professores da PUC, quando fizemos o primeiro acordo, em 1979, que permitiu a extensão da licença-maternidade às mães de filhas e filhos adotivos. Naquela ocasião, fiz um pronunciamento sobre a ampliação do período da licença-maternidade e a extensão da licença-paternidade para os pais de filhos adotivos.

A minha motivação foi a experiência que tive no meu primeiro casamento. Fiquei viúvo em 1982, mas a minha mulher já tinha uma filha, a Juliana – a Jane. E, dessa experiência de vivência e convivência, nasceu o mesmo amor que tenho pelos meus filhos, Pedro e Mariana, que, respectivamente, têm 21 e 19 anos.

Todos que já viveram essa experiência sabem que a paternidade é um gesto de amor tanto quanto o é a maternidade, muito mais do que a experiência biológica.

Lutei por isso durante muitos anos, inclusive na Constituinte de 1986. Lembro-me de que escrevi um artigo na revista **Veja** exatamente criticando a atitude de alguns Parlamentares que consideravam a licença-paternidade um tema menor, sobretudo a extensão da respectiva licença aos pais e mães de filhos adotivos.

Portanto, hoje, 25 anos depois, estamos completando um ciclo de amadurecimento em uma dimensão fundamental da existência, no âmbito da família, que é a adoção.

Parabenizo a Senadora Maria do Carmo Alves, que não pôde estar presente para assistir à aprovação da emenda constitucional, mas hoje está aqui, no momento da aprovação da nossa emenda.

A extensão da licença-paternidade aos pais de filhos adotivos seguramente é um passo importante para que possamos construir uma identidade masculina não machista e para que o homem possa também participar desse gesto tão importante, de solidariedade, de fraternidade e de amor, que é a adoção.

Por isso, parabenizo o Senado pela aprovação dessa emenda constitucional.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Jorge, como vota a Bancada da Minoria no Senado Federal?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu

gostaria de encaminhar, como Líder da Minoria, favoravelmente à aprovação dessa emenda constitucional.

Eu gostaria de parabenizar a Senadora Maria do Carmo e o Senador Aloizio Mercadante também pela iniciativa da emenda.

Na realidade, considero essa emenda uma espécie de correção da Constituição. Na verdade, nós, como Constituintes, em 1988, de certa forma, erramos ao não estabelecer a licença-maternidade tanto para a mãe biológica como para a mãe adotiva. A situação é absolutamente idêntica nos dois casos, e não haveria nenhuma razão para que não tivéssemos estendido esse direito às mães adotivas.

Creio que este é um momento importante para o Congresso Nacional. Demorou um bocado, cerca de quinze, dezessete anos para se corrigir o erro. Porém, nós o estamos fazendo hoje. O trabalho da mãe adotiva com a criança que chega à sua casa é idêntico – senão mais difícil – ao da mãe biológica, que dá à luz.

Peço a todas as Sras e aos Senadores do Bloco da Minoria que votem favoravelmente a essa proposta, que, sem dúvida, corrige e acrescenta um ponto importante na nossa Constituição.

Muito obrigado.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (S/Partido – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Patrícia Saboya Gomes.

**A SRA. PATRÍCIA SABOYA GOMES** (S/Partido – CE) – Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu gostaria, em primeiro lugar, de parabenizar a Senadora Maria do Carmo Alves por essa iniciativa, que vem fazer justiça a tantas mães que tiveram a oportunidade e o privilégio de adotar uma criança. Parabenizo o Senador Aloizio Mercadante pela iniciativa de incluir também, por meio de uma emenda, a licença-paternidade.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para falar de um projeto que começa a tramitar nesta Casa e que já recebeu o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, quando recebeu tanto o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil como o Presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria. Trata-se de um projeto, de minha autoria, que prorroga a licença-maternidade de quatro para seis meses. Essa prorrogação da licença, na verdade, não obriga o empresário a concedê-la, mas facilita àqueles que o fizerem a percepção de incentivos fiscais.

Na semana passada, em São Paulo, tivemos um encontro com alguns empresários, inclusive com o Presidente da Fiesp, que se sensibilizou com o projeto.

Portanto, aproveito esta oportunidade para, parabenizando tanto a Senadora Maria do Carmo como o Senador Aloizio Mercadante, fazer um apelo a todas as Senadoras e Senadores desta Casa, bem como da Frente Parlamentar pelos Direitos de Criança e do Adolescente, no sentido de que começem também a pensar com muito carinho na prorrogação da licença-maternidade, que já conta com o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em seguida, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio Cabral, bem como o Senador João Capiberibe.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, primeiramente, quero parabenizar com entusiasmo a Senadora Maria do Carmo. Esse é um gesto extremamente importante. Sabemos que existem coisas maravilhosas que se conquistam na legislação mas que, infelizmente, há um abismo entre elas e a realidade de vida de milhares de pessoas, especialmente as mais pobres. No entanto, quero saudar com entusiasmo essa iniciativa.

Lembro-me que, na primeira sessão de discussão, houve, na Casa, relatos belíssimo. O Senador Motta, que não se encontra aqui neste momento, fez uma declaração lindíssima de como, tendo sido uma criança adotada, foi acolhido e abraçado, emocionando a todos nós.

Sabemos que o filho é o reflexo e o fruto de uma relação de amor. Mais amorosa ainda é quando se acolhe uma criança que não nasceu do próprio útero, mas que se passa a cuidar, a abraçar e, em muitos casos, Senadora Lúcia Vânia, a amamentar. O aparelho reprodutor feminino é belíssimo e, muitas vezes, a mulher amamenta a criança novinha que acolheu e adotou, mesmo não a tendo gerado.

Quero parabenizar essa iniciativa com entusiasmo, porque sempre acreditei que ser mãe é criar filhos. Também parabenizo todos que – mulheres e homens, casais e pessoas solteiras – acolhem as crianças filhas da pobreza com todo o carinho, como se fossem os seus próprios filhos.

Parabenizo a Senadora Maria do Carmo, o Congresso Nacional e, especialmente, o Senado e espero que a aprovação seja a mais rápida possível e que essa proposta não fique nas gavetas da Câmara, como está a da creche. Se já tivesse sido aprovada a PEC que garante a obrigatoriedade da creche, amanhã não estariámos, a Senadora Patrícia Saboya Gomes, a Se-

nadora Lúcia Vânia e todas as Senadoras e Deputadas da Frente Parlamentar de Defesa da Criança, lutando pela incorporação, no Fundeb, de uma questão tão essencial como a creche.

Parabéns à Senadora Maria do Carmo, a todos os que foram parte da construção desse projeto e, de uma forma muito especial, a todas as mulheres que são mães. Ser mãe em plenitude não é, necessariamente, gerar em seu útero ou fecundar. Ser mãe ou pai é criar filhos e essas pessoas vão ter, agora, aquilo que lhes é de direito por amarem em plenitude aqueles que são suas menininhas, seus menininhos, bebezinhos ou já maiores, adotados como filhos.

Portanto, parabenizo este momento tão importante do Senado.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Cabral.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Quero, também, parabenizar a nobre Senadora Maria do Carmo e o Senador Aloizio Mercadante pela emenda ao Projeto de Emenda Constitucional.

No Estado do Rio de Janeiro, dentro da minha limitação de legislar como Deputado Estadual, aprovei uma lei, que está em vigor para os servidores públicos do Estado há alguns anos, concedendo o benefício das licenças maternidade e paternidade aos que adotarem uma criança.

Sinto muita satisfação por ver o Senado Federal, neste momento, votando uma matéria tão humana e solidária. Em meio a tantas coisas ruins e desagradáveis que estão ocorrendo no nosso País, estamos produzindo uma matéria legislativa de amplo alcance social e extremamente positiva para a população brasileira.

Quero parabenizar a iniciativa e repetir que, no meu Estado, há alguns anos, existe uma lei beneficiando os servidores estaduais que porventura adotem uma criança.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu gostaria de me associar aos colegas Parlamentares para cumprimentar, com muito carinho, esse trabalho da Senadora Maria do Carmo, que significa a presença da mulher nesta Casa e leva atenção àquela mãe que, mesmo não tendo gerado e amamentado seu filho, tem o desprendimento de criá-lo com todo amor. A oportunidade que a Senadora Maria do Carmo oferece a essa mãe

é muito boa para que ela possa estreitar o relacionamento de amor e de carinho com o filho.

Portanto, quero parabenizá-la, bem como elogiar a postura do Senador Mercadante, autor da emenda que confere a licença-paternidade, pois, assim como a mulher, o homem também tem o direito de estar ao lado dessa criança nos seus primeiros dias de vida.

Assim, ganham com isso a Casa, a sociedade e, acima de tudo, a mulher brasileira.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro votará favoravelmente à matéria e quero aproveitar a oportunidade para fazer uma reflexão sobre a necessidade do equilíbrio de gênero nesta Casa.

É fundamental que, nos próximos pleitos, amplie-se a bancada feminina no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, porque esse projeto é uma demonstração clara da sensibilidade feminina.

Quero parabenizar a Senadora Maria do Carmo e incentivar as mulheres para a militância política, pois ainda há um desequilíbrio gritante na representação feminina nessa área. Quando se encaminham projetos como o da Senadora, de emendas à Constituição que estimulem a adoção, mexe-se exatamente com esse lado que é uma preocupação claramente feminina, ficando patente a necessidade do equilíbrio de gênero e de uma representação cada vez mais importante da mulher no Parlamento.

Parabéns à Senadora Maria do Carmo. Esse é um exemplo e um incentivo à militância da mulher na política.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria, mais do que sobre o mérito, de tecer um comentário rápido sobre a importância dessa matéria e da iniciativa da Senadora Maria do Carmo.

São muitos poucos os Parlamentares que conseguem lograr êxito com a proposta de emenda à Constituição, porque para a sua aprovação fazem-se necessários 49 votos. Não se muda a Constituição com idéia marota, nem com proposta que não seja idéia forte ou coisa justa e correta, e a Senadora Maria do Carmo, nossa digníssima companheira do Estado de Sergipe, tomou, caladinha, uma iniciativa que está, neste momento, recebendo a consagração da Casa.

Trata-se da consagração a uma idéia, a uma proposta e a uma iniciativa que tem nome: Maria do Carmo Alves, uma Senadora que orgulha os quadros do Partido da Frente Liberal, que propõe que seja estendido para aqueles que adotam uma criança a licença-maternidade ou paternidade, de quatro ou dois meses, estimulando a adoção. No duro, no duro, ela estimula a adoção. Quantas crianças, a partir da iniciativa da Senadora Maria do Carmo Alves, não terão um porvir mais venturoso, uma expectativa de futuro mais consistente? E tudo por conta de uma idéia que alguém teve, e esse alguém foi a Senadora Maria do Carmo Alves.

Vou votar entusiasticamente, pela idéia, pela sua consistência e pela sua autora, a quem quero home-

nagear não como autora de um projeto de lei que se vai aprovar por consenso – não creio que vá haver um único voto contrário –, mas pelo consenso que aqui conseguiu estabelecer a partir de uma idéia que ninguém se lembrou de ter, mas que a Senadora Maria do Carmo, em muito boa hora, teve e vai aprovar como proposta de emenda à Constituição.

O meu voto é, entusiasticamente, "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Todos os Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

## VOTAÇÃO NOMINAL

### EMENDA N° 1-CCJ À PEC N° 31, DE 2000 (1º TURNO)

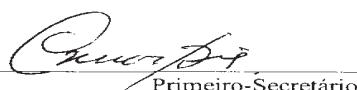
Num. Sessão:	1	Num. Votação:	1	Abertura:	30/8/2005 17:47:47
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	30/8/2005 18:10:50

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVÂM BURARQUE	SIM
PFL	GO	DÉMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERTSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDEI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	PE	JOSE JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVENTÍCIO DA FONSECA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÁNIA	SIM
PMDB	PA	LUÍZ OTÁVIO	SIM
	MT	LUIZ SOARES	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCA	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	SIM
Bloco-PT	AC	SÍBÁ MACHADO	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PP	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM :** 62  
**Votos NÃO :** 00  
**Votos ABST. :** 00      **Total : 62**

  
 Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 62 Srs. Senadores.

Não houve abstenção.

Total: 62 votos.

Como disse o Senador José Agripino, trata-se de uma verdadeira consagração para a feliz proposta, a grande idéia, da Senadora Maria do Carmo em aprovar licença maternidade para mães adotivas.

Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a fim de se redigir a redação para o segundo turno da votação constitucional.

É a seguinte a matéria aprovada:

#### EMENDA N<sup>º</sup> 1 – CCJ

Dê-se ao art. 1º da PEC nº 31, de 2000, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 7º da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º.....

XVIII – Licença à gestante, com a duração de cento e vinte dias e, nos termos da lei, licença-maternidade, com duração mínima de trinta e máxima de cento e vinte dias, à mulher a que for concedida a adoção de criança, sem prejuízo do emprego e do salário das beneficiárias de qualquer das licenças.

XIX – Licença-paternidade, inclusive em caso de adoção, nos termos fixados em lei:

.....(NR)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Osmar Dias.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO N<sup>º</sup> 950, DE 2005

**Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.**

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para o Item 4, PEC nº 87 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – Senadora Fátima Cleide.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP).

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, sou totalmente favorável ao encaminhamento para votarmos a PEC da Senadora Fátima Cleide, com o destaque que apresentamos a essa matéria.

Eu gostaria de saber se não poderíamos, em seguida, logo após a votação dessa matéria, votar também a Convenção Internacional da FAO, que trata da proteção fitossanitária.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 4:**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

*(Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 950, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade.)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob o nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, quando teve a sua apreciação transferida para hoje.

A discussão da Proposta encerrou-se no dia 30 de junho.

Passa-se à votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR).

Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tendo sido o Relator dessa Proposta de Emenda à Constituição, encaminho a votação, pelo PTB, favoravelmente. Registro tratar-se de uma conquista dos servidores do ex-Território Federal de Rondônia, que precisavam, já há muito, ver essa lacuna, essa falha resol-

vida. Tenho a satisfação de ter colaborado, como Relator, com a iniciativa proposta pela Senadora Fátima Cleide.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, vou enviar requerimento à Mesa no sentido de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> a inversão da pauta para votarmos a Emenda Constitucional nº 6, que está na Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, estou inscrito para encaminhar a votação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para encaminhar a votação.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, de forma breve e direta, venho pedir a atenção dos nobres Colegas para o assunto que trago à consideração desta Casa. Posso assegurar-lhes, sem a menor sombra de dúvida, que se trata de uma proposta cuja razão de ser é, antes e acima de qualquer outra consideração, a aplicação do mais cristalino princípio de justiça.

Sou co-autor, juntamente com a Senadora Fátima Cleide, dessa Proposta de Emenda à Constituição que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O que se pretende com ela é regularizar a situação dos servidores civis e militares que se encontravam prestando serviço ao ex-Território de Rondônia na data de sua constituição em Estado.

Em primeiro lugar, a PEC não inova em sua postulação. Ela apenas caracteriza, de maneira justa e isonômica, a situação funcional desses servidores. Com efeito, a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, inclui, nos quadros da União, os servidores civis e militares dos ex-Territórios do Amapá e de Roraima. Portanto, o que propomos, neste momento, nada mais é que a justiça se faça em relação aos servidores civis rondonienses.

Óbice de espécie alguma existe para que a Proposta seja aprovada. As próprias autoridades governamentais da área fazendária sabem que o impacto da medida seria irrisório, podendo ser fácil e plenamente absorvido pela União.

Acima de tudo, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, essa Proposta de Emenda Constitucional corresponde a uma tomada de decisão do Congresso Nacional, que repara uma injustiça ao preencher lacuna existente no dispositivo constitucional inserido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nada do que aqui se propõe representa algo que pudesse ser entendido como benesse ou privilégio.

Se, correta e adequadamente, servidores civis e militares do Amapá e de Roraima foram atendidos em sua demanda, nada há que possa sustentar o não-atendimento ao pleito de Rondônia.

A Constituição de 1988 foi sábia o bastante para erigir o princípio da isonomia como um dos sustentáculos do Estado brasileiro. O que pretendemos com essa PEC nada mais é que fortalecer tal princípio, no pressuposto de que dele decorrem práticas mais consistentes de cidadania e o próprio fortalecimento do ideal de justiça que deve balizar a ação do Poder Público.

Por isso, Sr. Presidente, peço o apoio do Senado da República a essa causa. Em Rondônia, homens e mulheres que ajudaram a fazer a história do ex-Território e que desempenharam importante papel para a consolidação do novo Estado esperam ansiosamente pela manifestação positiva desta Casa em relação ao pleito do qual sou intérprete.

Confio no discernimento, no espírito público e na vontade de fazer o melhor para o País que tão bem caracteriza o Senado Federal. Acredito, pois, no apoio que essa PEC aqui receberá.

A todos, o meu muito obrigado e a certeza de que, uma vez mais, saberemos fazer justiça!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar a votação, tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, pedimos ao Bloco e ao Partido dos Trabalhadores que votem “sim” a essa proposta que visa unicamente ao reconhecimento, por parte da União, da juridicidade e da igualdade de tratamento que deve haver entre os entes federativos. Tal atendimento já foi dado aos servidores dos Estados do Amapá e de Roraima, como bem tratou o Relator dessa matéria na Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sr. Presidente, o Bloco e o PT, ao votarem “sim”, pedem também aos demais Pares desta Casa que se sensibilizem com a situação dos 12 mil servidores públicos do Estado de Rondônia, que, chamados pela União, se dispuseram a sair de seus Estados de origem para construírem aquele que, hoje, é um dos Estados mais ricos deste País, mas que não prestigia os seus funcionários públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Fátima Cleide.

Concedo a palavra, para encaminhar a votação, ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero também juntar a minha voz à da Bancada de Rondônia, à voz de todos aqueles que entendem que é preciso fazer justiça e que, portanto, é preciso dar aos servidores federais do Estado de Rondônia o mesmo tratamento que demos aos servidores do Amapá e de Roraima.

Quero registrar que foi no meu Governo, quando eu era Governador do ex-Território, que conseguimos o enquadramento de servidores dos ex-Territórios na União. Esse foi um passo importante e decisivo para que Roraima pudesse se estruturar. Nada mais justo que o Estado de Rondônia, agora, possa também ter esse atendimento.

Apenas chamaria a atenção da Bancada de Rondônia no que diz respeito ao texto ao se referir aos servidores admitidos por força de lei federal ou estadual, porque temo que, dependendo da interpretação, alguém possa levantar a constitucionalidade sobre uma lei estadual referenciar despesas para o Governo Federal.

Então, é uma questão a ser analisada, mas, sem dúvida nenhuma, é justa, e o nosso encaminhamento é favorável à PEC da Senadora Fátima Cleide.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que determine a abertura do painel de votação para que os Senadores possam votar. Aproveito para expressar a minha concordância com o mérito da ma-

téria apresentada pela Senadora Fátima Cleide e os Senadores Valdir Raupp e Amir Lando.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa acata, com satisfação, a sugestão do Senador Tião Viana.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna. Em seguida, à Senadora Ana Júlia Carepa.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, o PMDB apóia a PEC da Senadora Fátima Cleide, com muita alegria, mas nos moldes e nos termos em que falou o Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, sei que já foi dito para suspenderem as reuniões das CPIs, mas quero só justificar e pedir para registrar em ata o meu voto em relação à PEC anterior, a da Senadora Maria do Carmo Alves, fundamental para todas as crianças em nosso País, que é a garantia da licença-maternidade às mães que adotarem.

Quero também defender a PEC da Senadora Fátima Cleide.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr<sup>a</sup> 1<sup>a</sup> Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para inclusive organizar melhor a votação, já que o Senador Tião Viana solicitou que mandássemos abrir o painel.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 951, DE 2005

##### **Destaque de disposição para votação em separado.**

Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno, requeiro destaque, para votação em separado, da expressão: “ou estadual” constante do art. 89 na relação dada pelo art. 1º PEC nº 87, de 2003.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – Senador **Aloizio Mercadante**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei a palavra pela ordem. Só vou prosseguir no processo de votação para que não percamos o fio da meada.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PE) – Sr. Presidente, na votação nominal o meu voto foi “sim”. Peço que seja registrado em ata a intenção de voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O voto de V. Ex<sup>a</sup> será devidamente registrado.

Votação da proposta, em primeiro turno, ressalvada a parte destacada.

De acordo com o disposto no art. 60, § 2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feito pelo processo eletrônico.

Os Srs. Líderes já podem orientar suas Bancadas.

Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para registrar o voto “sim” na PEC de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves. Eu estava ausente, em compromisso externo, mas quero fazer o registro do voto “sim”.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, da mesma forma que registrou seu voto o Senador Flexa Ribeiro, registro meu voto “sim” na votação da PEC da Senadora Maria do Carmo Alves.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup> e também o voto da Senadora Ana Júlia Carepa.

A Sr<sup>as</sup>s e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pelo P-SOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em meu próprio nome e em nome do P-SOL, parabenizo a Senadora Fátima Cleide pelo projeto apresentado, importante e de grande relevância para milhares de servidores civis e militares do vizinho Estado de Rondônia, que encontram, no bojo desse projeto, uma situação jurídica mais confortável e mais tranquilizadora para que cumpram sua jornada de servidores públicos até suas aposentadorias.

Portanto, em nome da Senadora Heloísa Helena, em meu próprio nome e do P-SOL, votamos prazerosamente com a Senadora Fátima Cleide para a aprovação desse importante projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, encaminho pela Liderança do Governo favoravelmente à PEC da Senadora Fátima Cleide em homenagem aos servidores federais de Roraima.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senador Romero Jucá encaminha a votação pela Liderança do Governo.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, a justiça chega tardia, mas chega. O importante é que o Congresso Nacional, por meio desta Casa, o Senado da República, hoje opta por votar essa emenda da Senadora Fátima Cleide. Era uma esperança, uma expectativa e, por que não dizer, uma angústia de milhares de servidores. Todos eles participaram da construção do Estado de Rondônia, enquanto Rondônia era ainda uma instância federal. Não há dúvidas de que, no momento em que os servidores eram pagos pelo Tesouro Federal, prestavam um serviço à União. Ao reconhecemos esse ví-

culo, faz-se justiça. Esperava-se que tal já tivesse acontecido, mas a história, às vezes, dá voltas. É importante que, neste momento, apesar das vicissitudes, aprovemos a matéria.

Quero agradecer a todos os Parlamentares, Senadores e Senadoras, a sensibilidade de entenderem a mão aos servidores federais do Estado de Rondônia.

Ao fazer este agradecimento, quero parabenizar os servidores que, depois de tanto tempo, alcançam a realização de um sonho, mas a realização, sobretudo, da justiça, da ordem e do que prega a Constituição Federal.

Parabéns ao Senado e aos servidores do Estado de Rondônia!

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge para encaminhar a votação, em nome da Liderança.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança da Minoria, gostaria de encaminhar o voto “sim”.

Creio que essa emenda constitucional de autoria da Senadora Fátima Cleide e de outros Senadores vem atender a essa reivindicação antiga, que dá, hoje, um passo importante com sua aprovação pelo Plenário desta Casa.

Mostramos também que, mesmo com três CPIs, o Senado continua funcionando tranquilmente. Com três CPIs, aprovamos, hoje, duas emendas constitucionais e alguns projetos de lei que requerem maioria. Amanhã, iremos aprovar, em segundo turno, a emenda constitucional que foi aprovada na semana passada. As CPIs funcionam e o resto do Senado também.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Jorge.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo PSDB, quero também orientar e encaminhar no sentido do voto positivo, do voto a favor dessa conquista dos ex-funcioná-

rios do ex-Território de Rondônia, hoje Estado de Rondônia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se todos já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Sérgio Cabral, como vota V. Ex<sup>a</sup>?

Senador Heráclito Fortes, como vota V. Ex<sup>a</sup>? V. Ex<sup>a</sup> já votou.

Senador Demóstenes Torres. (Pausa.)

Senador Teotônio Vilela, como vota V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL) – Sim, Sr. Presidente. O PSDB vota “sim” nessa matéria.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – O PMDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota “sim” também.

Senador Gerson Camata, V. Ex<sup>a</sup> já votou?

Se todos já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. (Pausa.)

Senador Garibaldi Alves Filho. (Pausa.)

Na anterior, votaram 62 Senadores. Faltam dois Senadores.

Ainda haverá outra votação sobre a mesma matéria. É importante fazermos um esforço para manter o **quorum**, a fim de aprovarmos a matéria de iniciativa da Senadora Fátima Cleide.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, solicitamos que já encerre a votação, porque todas as manifestações foram favoráveis. Poderíamos, assim, votar o destaque, que é muito importante para garantir a constitucionalidade da matéria, e, depois, o Projeto de Conversão da FAO.

Falta o voto do Senador Leonel Pavan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leonel Pavan, como vota V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – O Senado agora, com a presença do Senador Leonel Pavan, sente-se totalmente contemplado. Mudou a qualidade da votação.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Voto com o Governo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – O primeiro voto de uma longa caminhada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

# VOTAÇÃO NOMINAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 87, DE 2003 (1º TURNO)

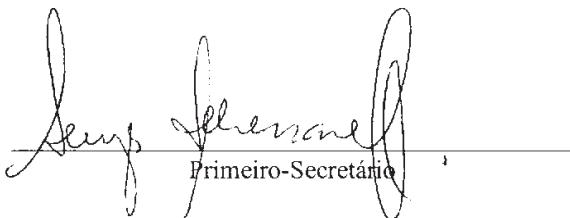
ALTERA O ARTIGO 89 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS (DISPÕE SOBRE A CARREIRA DOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DO EX-TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA).

Num. Sessão: 1  
Data Sessão: 30/8/2005 Num. Votação: 2  
Hora Sessão: 14:00:00 Abertura: 30/8/2005 18:21:27  
Encerramento: 30/8/2005 18:32:55

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM
PFL	BA	CÉSAR BORGES	SIM
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM Buarque	SIM
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	SIM
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	SIM
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	SIM
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CABIBERIBE	SIM
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	SIM
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	SIM
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
	MT	LUIZ SOARES	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	SIM
PMDB	MA	MAURO FECURY	SIM
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	SIM
Bloco-PT	MT	SERYS SLEHESARENKO	SIM

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM : 60**  
**Votos NÃO : 01**      **Total : 61**  
**Votos ABST. : 00**

  
 Presidente: RENAN CALHEIROS  
 Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 60 Srs. Senadores; e, NÃO, 1.

Não houve abstenção.

Total: 61 votos.

Está aprovada a matéria.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– A emenda faz parte do acordo. É um destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos à votação da parte destacada.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Lúcia Vânia.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, votei “sim”, mas creio que me atrapalhei, e acabou saindo “não”. Queria que isso fosse registrado em Ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa retificará o voto da Senadora Lúcia Vânia, que terá uma próxima oportunidade de confirmar essa retificação.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro que considero da maior importância. Agradeço a colaboração e a atenção do Senador Aloizio Mercadante, nosso Líder, do Senador José Jorge, que contribuiu muito para que pudéssemos votar esta matéria agora, enfim, de todos os Líderes que deram sua contribuição.

Com certeza, um agradecimento especial dos funcionários públicos do Estado de Rondônia a todos os Senadores presentes que votaram “sim”. Cada um aqui morará no fundo do coração deles.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma orientação ao Plenário.

Há um entendimento com a Senadora Fátima Cleide no sentido de que é preciso suprimir a expressão “lei estadual” dessa PEC. Então, é importante que o voto agora seja “não”. O voto é “não”, exatamente, para suprimi-la e dar efetividade ao enquadramento dos servidores, que eram federais.

Alerto, portanto, o Plenário, para que não vote equivocadamente. O voto agora é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Romero Jucá, agradecemos a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, mas ainda vamos anunciar a parte destacada para a votação.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Mas já estão votando.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não, não.

Peço à Secretaria da Mesa que, por favor, paralise o painel de votação. Ainda vamos anunciar a parte destacada.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que o destaque que será votado agora é justamente para tornar a PEC constitucional. Eu tinha entrado, há alguns meses, com um projeto semelhante, já sabendo que haveria esse problema. Ainda bem que foi possível salvar a matéria em plenário, apresentando-se esse destaque, para tornar a lei constitucional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passamos à votação do destaque.

“Nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da expressão “ou estadual”, constante do art. 89, na redação dada pelo art. 1º da PEC nº 87.”

O autor do destaque é o Senador Aloizio Mercadante, que tem a palavra neste instante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se não aprovarmos esse destaque para retirar a expressão “lei federal ou estadual”, estaremos aprovando uma PEC que será inconstitucional, porque não podemos outorgar à Assembléia Legislativa a prerrogativa de legislar sobre despesas do orçamento federal. Sem a retirada dessa expressão, a PEC é inconstitucional, por isso é indispensável a aprovação desse destaque, na direção do que manifestaram os Senadores Valdir Raupp e Amir Lando e a própria Senadora Fátima Cleide.

Temos de aprovar a emenda, para dar constitucionalidade e prosseguimento a essa PEC, que é muito importante para o Estado de Rondônia.

Parabenizo a Senadora Fátima Cleide pela luta, pelo compromisso e pela vitória.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para aprovar o destaque, ou seja, para retirar do texto a expressão, é importante que se vote “não”.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – O acordo é votar “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – “Não” para retirar do texto a referida expressão e, consequentemente, aprovar o destaque.

As Srs e os Srs. Senadores já podem votar.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – O PMDB vota favoravelmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O voto “não” retira do texto a expressão “ou estadual”.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Perdão. O PMDB vota favoravelmente à PEC, portanto vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do que estabelece o destaque.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, para deixar bem claro, mais uma vez insisto com os colegas para votarem “não”, conforme as razões já apresentadas pelos demais colegas que me antecederam.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, para não cometer inconstitucionalidade, o PFL recomenda o voto “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradecemos muito a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Leonel Pavan, como vota o PSDB?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o PSDB, por entender que a expressão é inconstitucional, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB também recomenda o voto “não”, na forma do acordo, a exemplo do que fizeram o PFL, o PMDB, o PT e os demais partidos.

Senador João Capiberibe, como vota o PSB?

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – O PSB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSB também vota “não”, na forma do acordo, em homenagem à Senadora Fátima Cleide.

Como vota o P-SOL?

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Como diz V. Ex<sup>a</sup>, em homenagem à Senadora Fátima Cleide e aos servidores que serão beneficiados, o P-SOL vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Amir Lando.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Hoje, na Comissão dos Bingos, votamos o requerimento convocando o Sr. Paulo Okamotto. Embora o Senador Garibaldi Alves Filho estivesse presente, a Radiobrás faz declarações aqui sobre a ausência de S. Ex<sup>a</sup>. Não é verdade! E eu peço um desmentido público, porque a Agência do Governo não pode mentir. O Sr. Paulo Okamotto foi convocado, inclusive com o voto do Sr. Garibaldi Alves. Se o Sr. Garibaldi Alves, depois, se arrependeu, é outra coisa; mas a convocação está feita – e eu não retiro o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esclareço que, realmente, estava presente, mas fui pego de surpresa, porque, quando cheguei da reunião promovida por V. Ex<sup>a</sup>, a proposição foi colocada em votação, e eu não pude fazer as ponderações que posteriormente fiz ao Senador Antonio Carlos Magalhães. A proposta de S. Ex<sup>a</sup> o Senador Antonio Carlos Magalhães não se identifica com as finalidades da CPI dos Bingos, daí por que resolvi fazer a ponderação a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente, peço a palavra por força do art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães, com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho motivos para declinar porque foi feita a convocação e dentro do espírito da CPI dos Bingos. Eu o farei em qualquer reunião da CPI dos Bingos, e o assunto, para mim, está encerrado. Trata-se apenas de marcar a data, e isso eu posso combinar com o Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado, se todos os Srs. Senadores já votaram.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

## VOTAÇÃO NOMINAL

## EXPR. "OU ESTADUAL" (ART.89 C. F.) CONSTANTE ART.1º DA PEC 87/03 (1º TURNO)

EXPRESSÃO "OU ESTADUAL" (ART. 89 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL) CONSTANTE DO ART. 1º DA PEC Nº 87, DE 2003

Num. Sessão:	1	Num. Votação:	3	Abertura:	30/8/2005 18:37:30
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	14:00:00	Encerramento:	30/8/2005 18:42:49

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	NÃO
PMDB	RO	AMIR LANDO	NÃO
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	NÃO
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	NÃO
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	NÃO
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
PFL	BA	CÉSAR BORGES	NÃO
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	NÃO
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	NÃO
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	NÃO
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	NÃO
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	SIM
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	NÃO
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	NÃO
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JUNIOR	NÃO
PMDB	ES	GERSON CAMATA	NÃO
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	NÃO
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	NÃO
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	NÃO
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	NÃO
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	NÃO
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	NÃO
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	NÃO
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	NÃO
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	NÃO
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	NÃO
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	NÃO
PFL	PE	MARCO MACIEL	NÃO
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	NÃO
PMDB	MA	MAURO FECURY	NÃO
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	NÃO
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	NÃO
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	NÃO
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	NÃO
	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	NÃO
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	NÃO
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	NÃO
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	NÃO
PFL	BA	RODOLPHO TÔURINHO	NÃO
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	NÃO
PFL	SP	ROMEU TUMA	NÃO
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	NÃO
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	NÃO
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	NÃO
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	NÃO
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	NÃO

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	NÃO
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	NÃO

Presidente: RENAN CALHEIROS

Votos SIM : 06  
 Votos NÃO : 53  
 Votos ABST. : 00

Total : 59

Assinatura de Hélio Ferreira Lima

Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 06 Srs. Senadores; e, NÃO, 53. Não houve abstenção.

Total: 59 votos.

Está, portanto, rejeitada a expressão “ou estadual”, na forma do acordo e na forma do requerimento.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para a redação do texto para o segundo turno constitucional.

É a seguinte a matéria aprovada:

**(\*)PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003**

**Altera o artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O artigo 89 do Ato das Disposições Constitucionais passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89. Os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções prestando serviço àquele ex-território na data que foi transformado em Estado, bem como os servidores públicos, civis e militares, admitidos por força de lei federal ou estadual, mas que foram custeados pela União até 31 de dezembro de 1991, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurando os direitos e vantagens a eles inerentes, vedado o pagamento a qualquer título, de diferenças remuneratórias, bem como resarcimento ou indenizações de qualquer espécie, anteriores à promulgação desta Emenda.”

Parágrafo único. Os servidores civis e militares continuarão prestando serviço ao Estado de Rondônia na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que estão sujeitas, observadas as atribuições compatíveis com o grau hierárquico, se servidor militar.

(\*)Em destaque a expressão “ou estadual”, rejeitada.

**O SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para fazer uma correção: o meu voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O voto da Senadora Fátima Cleide é “não”.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, Senador Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.) – V. Ex<sup>a</sup> é testemunha de que eu aqui recomendei à Bancada do PSDB o voto “não”. Mas, embalado por já ter votado com o Governo, achei que tinha que votar “sim”; mas o voto é “não”. Assim, apenas para retificar: o voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Capiberibe, pela ordem V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, encaminhei pelo “não”, de sorte que peço a correção do meu voto. Meu voto é “não”. Encaminhei pelo “não” e terminei votando no “sim”. Peço a correção de meu voto.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Constará da Ata a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também desejo pedir a V. Ex<sup>a</sup> que proceda à correção do meu voto para “não”. Foi esta minha intenção original.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pela ordem.) – Eu também solicitaria à Presidência que fizesse a correção do meu voto. O meu voto é “não”. Registrei erradamente o voto “sim”. O meu voto, re-pito, é “não”.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ MARANHÃO** (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço que registre em Ata que o meu voto era “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Prorrogó a sessão por mais uma hora, para concluirmos a Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Stihes-sarenko.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 952, DE 2005

##### Preferência para apreciação de matéria antes de outras da Ordem do Dia.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para o item 6 a fim de ser apreciado antes da matéria constante do item nº 2 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – Senador **José Jorge**.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, sem prejuízo de encaminhar o Item 6, eu havia solicitado, no início da sessão, que, após a votação dessa PEC, votássemos – acordo que tínhamos feito com o Senador José Agripino pela Oposição – a Convenção Internacional da FAO.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Já foi votado. Foi o primeiro item da pauta.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Votamos o Item 6 agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– É porque o acordo era votar só dois itens.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É para discutir o Item 6.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– É para a discussão?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É uma proposta de emenda que vai contar prazos e interstícios.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Sem problema. Perfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 6:**

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

##### Nº 42, DE 2003

*(Incluído na pauta nos termos do Requerimento nº 952, de 2005, lido e aprovado nesta oportunidade)*

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parecer sob nº 1.530, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Transcorre hoje a primeira sessão de discussão.

Em discussão a Proposta (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Informo à Casa que faltam duas sessões de discussão. Uma será realizada amanhã às 10 horas e outra às 14 horas, quando será votada.

Se não houver objeção do Plenário, poderemos convocar a sessão para hoje, logo após o término desta sessão; evitaremos a convocação de amanhã.

Trata-se da PEC que altera a compulsoriedade.

Vamos fazer isso com a aquiescência do Plenário para queimarmos etapas e avançarmos na votação.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, V. Exª não poderia colocar logo em votação? A matéria já foi mais que encaminhada. Penso que poderíamos votar logo.

Desculpe-me, Presidente, mas, do contrário, todos vão querer falar outra vez e isso não vai adiantar nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª só ajuda. Mais uma vez, agradecemos muito a colaboração e a recomendação de V. Exª.

Consulto a Casa se posso transferir os itens 5, 3 e 2 para a sessão ordinária de amanhã, uma vez que exigem **quorum** qualificado. Assim, concluiríamos o Item 6 da pauta hoje e já queimaríamos essa etapa, aproveitando o **quorum** existente. Como é um assunto pacífico que caminhou muito bem na votação anterior, poderíamos concluir a votação hoje. (Pausa.)

Será cumprida a deliberação do Plenário.

São os seguintes os itens adiados:

2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)*.

3

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

5

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### REQUERIMENTO Nº 953, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2002, com o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **Romero Jucá**.

### REQUERIMENTO Nº 954, DE 2005

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 258, do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei nº 394, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 98, de 2005, por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2005. – **Romero Jucá**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, c, 8, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados nos termos do disposto art. 203, combinado com o Inciso I e § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup>s serão atendidos.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PP – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>s e Srs. Senadores, nosso calendário de efemérides dedica o dia 28 de agosto aos bancários, justa homenagem a uma laboriosa categoria profissional.

Os bancos são, freqüentemente, execrados pelos elevados lucros que auferem e pela suposta insensibilidade social com que realizam seus negócios. Seus empregados, contudo, não são os responsáveis por suas políticas empresariais. Ao contrário, realizam, amiúde, estafante trabalho de atendimento ao público, procurando, na medida de suas atribuições,

equacionar os problemas com que se defrontam os clientes.

Quem não se lembra dos anos 60, 70 e 80, décadas de inflação desenfreada, em que éramos obrigados a enfrentar filas infundáveis nas caixas dos bancos, na tentativa de salvar nossos parcos salários da corrosão implacável da desvalorização monetária. Mesmo assim, os atendentes procuravam ser, a despeito do caos reinante, gentis e corteses. Apesar da crescente desorganização social e econômica, os bancários sempre se pautaram pelo respeito ao público.

Vieram os anos de retomada do controle inflacionário e, com eles, o aperto das políticas de pessoal e a implantação maciça da automação bancária. O número de bancários caiu drasticamente nesse período, agravando, ainda mais, o já crônico desemprego no Brasil. Ainda assim, os bancários se portaram com galhardia, enfrentando os tempos difíceis sem que houvesse piora no relacionamento com os clientes.

Com a racionalização da economia brasileira, chegou até nós uma nova forma de lidar com o público, modificando totalmente o sistema de atendimento dos bancos. As grandes fusões e incorporações de bancos reduziram substancialmente o número de instituições no mercado, dando-lhes maior credibilidade e confiabilidade. Um novo perfil de bancários surgiu, mais qualificado, com melhor formação para o trato com o público, com capacidade de lidar com as múltiplas operações que um cliente, mesmo pessoa física, pode efetuar num banco.

Hoje, Sr. Presidente, todos nós lidamos com nosso gerente de conta, quase uma espécie de clínico geral para nossos interesses bancários. Frequentemente, nem sequer precisamos ir à nossa agência, bastando um simples telefonema para que nosso gerente realize as operações que desejamos. Muitas vezes, ir trocar dois dedos de prosa com seu interlocutor no banco é uma prazerosa atividade de senhoras e senhores de idade. Houve, decerto, uma humanização da relação cliente-bancário, em proveito de ambos.

Sr. Presidente, mesmo que possamos, por opção política e projeto de sociedade, ter críticas à forma como operam os bancos, não podemos negar o inegável serviço que prestam à economia nacional e ao povo em geral.

No caso específico dos bancos públicos, além das atividades típicas do sistema financeiro, exercem a importante função de agentes das políticas sociais de governo. Trata-se de relevante papel no processo

de desenvolvimento e de correção dos desequilíbrios sociais e regionais, para o que muito contribui o trabalho de seus servidores. Servidores empenhados em atender às demandas sociais fazem parte, pois, do grande grupamento dos bancários.

Sr. Presidente, Sr. Senadores, numa época em que a valorização do trabalho qualificado é uma exigência da sociedade, não podemos deixar de elogiar o importante papel representado pelos bancários. Selecionados segundo critérios cada vez mais rigorosos, constantemente chamados a se recicarem e a se aperfeiçoarem, os empregados dos bancos merecem nossos parabéns pela passagem do dia a eles dedicado.

Esperamos, todos nós, que utilizamos os serviços dos bancos, dos pequenos clientes individuais aos grandes clientes corporativos, que os bancários se mostrem sempre mais eficientes, corteses e preservativos no seu trabalho de atendimento.

Sr. Presidente, a consciência do papel social que desempenha deve ser uma característica preeminente na formação e na atitude de todo agente que lida com público, principalmente os bancários. Mesmo os que só trabalham com serviços internos dos bancos devem ter a exata medida da repercussão de suas ações sobre a vida de seus clientes e da sociedade em geral.

Sr. Presidente, Sr. Senadores, concluo este pronunciamento, enviando meus sinceros votos de paz e prosperidade a todos os bancários do Brasil, augurando que continuem a nos prestar bons serviços, para o bem e o progresso de toda a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr. Senadores, é com grande prazer que ocupo a tribuna do Senado Federal, no dia de hoje, para homenagear uma instituição que, ao longo de sua existência, veio a constituir, por legado da população brasileira, um destacado patrimônio de confiança, de respeito e de admiração: a polícia rodoviária federal.

Já vão longe os tempos do governo Washington Luiz, em 1928, quando foi criada a chamada “Polícia de Estradas”, embrião histórico do que viria a ser o atual Departamento de Polícia Rodoviária Federal. A primeira missão efetiva do novo Órgão, assinalada em 1935, foi a vigilância das rodovias Rio-Petrópolis, Rio-São Paulo e União e Indústria que, especialmente na época das chuvas, demandavam a criação de desvios ao desabamento de barreiras, de forma a evi-

tar a interrupção do tráfego, e o reforço à sinalização, nos trechos críticos, por meio do uso de lampiões de luz vermelha.

Vários desses trabalhos eram então realizados com o uso de motocicletas, tais como as duas **Harley-Davidson** inicialmente colocadas à disposição de Antônio Félix Filho, o “Turquinho”, considerado o primeiro Patrulheiro Rodoviário Federal.

Tal era o prestígio e o fascínio que a atividade exercia no imaginário popular, àquela época, que a figura do policial do DPRF foi, inclusive, utilizada como inspiração para uma das primeiras séries televisivas genuinamente nacionais. Quem da minha geração não se recorda do célebre vigilante rodoviário Carlos, que, junto com seu leal cão Lobo, patrulhava as estradas do Brasil, prendendo criminosos, desbaratando quadrilhas e protegendo os viajantes?

E é isso, basicamente, o que ainda faz a nossa Polícia Rodoviária, sem embargo do maior **status** institucional que lhe foi outorgado pela Constituição de 1988: proteger os viajantes que se deslocam nas estradas nacionais, por meio do patrulhamento ostensivo, impedindo que as nossas rodovias sejam palco ou instrumento do crime.

Assim é que, somente nestes 8 primeiros meses do ano de 2005, apenas para citar alguns números, as diligências feitas pela Polícia Rodoviária Federal já contabilizam, em termos de mercadorias e de bens contrabandeados, a apreensão de mais de 1 milhão, 250 mil CD's e de mais de 1 milhão de pacotes de cigarro, todos de origem ilegal.

No âmbito das drogas, a atuação do Departamento logrou impedir que chegassem ao consumidor final, por meio do tráfico criminoso, 200 toneladas de macona e mais de mil e seiscentos quilos de cocaína.

A repressão ao transporte rodoviário ilegal de armamento apresentou, também neste período, um desempenho significativo, como demonstram as 345 armas apreendidas, em conjunto com mais de 7 mil e 400 unidades de munição.

O total de veículos recuperados ultrapassou 2 mil e duzentos automóveis, caminhões e utilitários roubados, numa atuação expressiva também na área de proteção ao patrimônio popular e empresarial. O quantitativo de detenções excedeu a 4 mil e 600 pessoas, suspeitas de envolvimento em atividades ilegais e em situações que levavam risco ao trânsito rodoviário.

Outra atribuição destacada da Polícia Rodoviária Federal é a coordenação do socorro às vítimas de

acidentes rodoviários, atuação essa especialmente importante dado o precário estado de conservação de nossas estradas, que – em conjunto com os demais fatores de risco, tais como a imprudência, a imperícia e o consumo exagerado de bebidas alcoólicas – redundou, durante o ano de 2005, em quase 115 mil ocorrências, responsáveis por 4 mil e 200 mortes e por um grande número de feridos, superior, no mesmo período, a 43 mil casos.

É dessa magnitude, Sr. Presidente, a importância dos policiais rodoviários federais para a vida nacional, sendo justa a modesta homenagem que presto, neste dia, à dedicação, à coragem e ao profissionalismo desses brasileiros, cidadãos comuns como qualquer um de nós, mas que têm, entretanto, uma contribuição tão destacada para a manutenção da segurança e da ordem, em nosso País.

Importante também repisar, neste momento, Senhoras e Senhores Senadores, a relevância de que esta Casa continue a apoiar, como até o momento tem apoiado, os esforços de modernização que, já há algum tempo, vem sendo encaminhados pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal. É certo que, sem esses esforços, será difícil manter – ou mesmo ampliar, como é necessário – a atuação do Departamento na consecução de sua missão constitucional e na garantia da segurança pública, ao longo dos mais de 55 mil quilômetros que constituem as rodovias federais.

Ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal e aos mais de 8 mil policiais rodoviários federais, expresso os meus sinceros agradecimentos, em nome dos milhões de brasileiros a quem servem de forma tão destacada e singular. Expresso também, estou certo, o agradecimento e as homenagens de toda esta Casa, uma vez que sei do alto conceito que mantém a nossa Polícia Rodoviária junto aos Senadores da República e ao conjunto dos servidores do Senado Federal.

É o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – V. Ex<sup>a</sup> suspenderia a sessão?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a presente sessão, convocando uma extraordinária para às 18 horas e 50 minutos, portanto, daqui a dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)*

# Ata da 147<sup>a</sup> Sessão Deliberativa Extraordinária, em 30 de agosto de 2005

## 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 52<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Renan Calheiros*

ÀS 18 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESEN-  
TES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES

### REGISTRO DE COMPARCIMENTO

#### SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 18.53 HORAS

Período : 30/8/2005 07:32:22 até 30/8/2005 20:30:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	X
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CABIBERIBE	X	X
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSE AGRIPIINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEÔNEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
-	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	X
-	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RÉNAN CALHEIROS	X	X
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	X	X
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAÍ	X	X
Bloco-PT	MT	SÉRYS SHLESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		

*Compareceram: 79 Senadores*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item único:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentaria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.*

Parecer sob nº 1.530, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em face de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Portanto, esta é a segunda sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência vai encerrar a sessão, convocando sessão extraordinária para às 18 horas e 53 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrando a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos).*

# Ata da 148<sup>a</sup> Sessão Deliberativa Extraordinária, em 30 de agosto de 2005

## 3<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária da 52<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Tião Vieira*

**ÀS 18 HORAS E 53 MINUTOS, ACHAM-  
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-  
NADORES**

## REGISTRO DE COMPARCIMENTO

### SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA ÀS 18.53 HORAS

Período : 30/8/2005 07:32:22 até 30/8/2005 20:30:05

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AÉLTON FREITAS	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	X
Bloco-PT	MS	DELCIODÍO AMARAL	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	X
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X
PFL	PI	HÉRACLITO FORTES	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X	X
PFL	SC	JÓRGE BÖRNHAUSEN	X	X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
	MT	LUIZ SOARES	X	X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X
PMDB	MA	MAURO FECURY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	X
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	X
	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	X	X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PFL	SP	RÔMEO TUMA	X	X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAÍ	X	X
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	X	X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PP	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAS		

**Compareceram: 79 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item único:

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera o art. 40 da Constituição Federal, relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*.

Parecer sob nº 1.530, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, oferecendo a redação para o segundo turno.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 363 do Regimento Interno, a matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas ordinárias consecutivas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Esta é a terceira e última sessão de discussão. Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

Determino à Secretaria da Mesa a abertura do painel.

Os Srs. Líderes já podem orientar as suas Bancadas.

Senador Ney Suassuna, como vota o PMDB?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – O PMDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PMDB vota “sim”.

Como vota o Líder do PSDB?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”. É uma medida muito justa, acompanhando a expectativa de vida do brasileiro que cresceu bastante, felizmente. É muito bom, pois pessoas com grande sabedoria poderão continuar a trabalhar em favor do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PSDB vota “sim”. É a recomendação para a Bancada, do nobre Senador Eduardo Azeredo.

Como vota o Líder do PFL?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, o PFL vota “sim”.

Pessoalmente, lamento que a matéria não seja estendida também aos conselheiros e presidentes dos tribunais regionais, os estaduais. Mas o voto do PFL é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o Líder do PSB?

**O SR. JOÃO CAIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, o Partido Socialista Brasileiro vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o Líder do PTB?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – Sr. Presidente, o PTB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Perdão. Houve um problema aqui no sistema de votação, e vamos retomar a votação.

Vou passar a presidência ao Senador Tião Viana, para que eu possa repetir o gesto que tive na primeira votação, participando pessoalmente desse esforço de votação.

*O Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Determino à Mesa que abra o painel de votação.

As Srs. e os Srs. Líderes poderão orientar as suas Bancadas.

Como vota o Líder do PT?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pedimos aos colegas da Bancada do PT e do Bloco para acompanhar a orientação geral da Casa pelo voto “sim” nessa matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Bloco vota “sim”.

Como vota o Líder do PSDB?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PSDB vota “sim”.

Como vota o Líder do PTB?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PTB – RR) – O PTB reitera o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PTB reitera o voto “sim”.

Como vota o Líder do Governo?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – O Governo encaminha o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Governo vota “sim”.

Como vota o Senador Edison Lobão, pelo PFL?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Sr. Presidente, a minha alegria só não é completa ao votar “sim” pelo fato de não ter sido incluído também o desembargador – os desembargadores estaduais e os desembargadores federais. Aliás, esse tinha sido um acerto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania quando votamos a reforma do Poder Judiciário. No passo seguinte, incluiríamos todos os desembar-

gadores no benefício da aposentadoria aos 75 anos. Lamentavelmente, isso foi convertido numa idéia de se apresentar ainda uma lei complementar para regulamentar a matéria.

De toda maneira, votarei "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Edison Lobão, o PFL vota "sim".

Como vota o Líder do PSB?

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)

– Sr. Presidente, o PSB vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O PSB vota "sim".

A Mesa pede que as Sr<sup>a</sup>s e os Srs. Senadores que estão nos gabinetes venham ao plenário votar, porque trata-se de matéria com **quorum** qualificado.

Como vota o Líder do PFL, Senador Demóstenes Torres?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Sr. Presidente, o PFL vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Como vota o Senador Ney Suassuna?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – O PMDB vota "sim" e pede aos Senadores que estejam fora do plenário, nos gabinetes ou no cafezinho, que venham votar, pois essa matéria é importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Líder do PMDB apela aos Srs. Senadores que estejam nos gabinetes que venham ao plenário votar a matéria. Na última votação, houve mais de 65 votantes sobre esse item. Precisamos de 49 votos. Em primeiro turno, 62 Srs. Senadores votaram na última semana sobre a matéria. (Pausa.)

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

Vou encerrar a votação.

O Senador José Sarney está a caminho. S. Ex<sup>a</sup> deve estar tendo dificuldades com o elevador do Anexo. Vamos esperar que S. Ex<sup>a</sup> chegue aqui. A Mesa aguarda mais um minuto.

A Mesa esclarece que ainda haverá três matérias com votação nominal.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

## VOTAÇÃO NOMINAL

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 42, DE 2003 (2º TURNO)

ALTERA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELATIVO AO LIMITE DE IDADE PARA A APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DO SERVIDOR PÚBLICO EM GERAL, E ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Num. Sessão:	4	Num. Votação:	1	Abertura:	30/8/2005 18:56:41		
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	18:53:00	Encerramento:	30/8/2005 19:04:03		
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	SIM				
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	ABST.				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	SIM				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	SIM				
PFL	BA	CÍSAR BORGES	SIM				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM Buarque	SIM				
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	SIM				
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	SIM				
PSDB	TO	EDUARDO SIEQUEIRA CAMPOS	SIM				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM				
Bloco-PT	RO	FATIMA CLEIDE	SIM				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	SIM				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	SIM				
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	NÃO				
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	SIM				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	SIM				
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	SIM				
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM				
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM				
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	SIM				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	SIM				
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	SIM				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM				
	MT	LUIZ SOARES	SIM				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM				
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM				
PMDB	MA	MAURO FECURY	SIM				
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	SIM				
PMDB	AP	PAPALEO PAES	SIM				
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	SIM				
PMDB	MS	RAMEZ TEbet	SIM				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	SIM				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM				
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUENE	SIM				
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM				
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	SIM				
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	SIM				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	SIM				
Bloco-PT	MT	SÉRYS SLHESSARENKO	SIM				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	SIM				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	SIM				
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	SIM				

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Votaram SIM 55 Srs. Senadores, e, NÃO, 1.

Houve uma abstenção.

Total: 57 votos.

Aprovada a matéria.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2003

**Altera o art. 40 da Constituição relativo ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do público em geral, e dispositivo ao Ato das Constitucionais Transitórias.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 40 de Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. ....  
§ 1º.....

II – Compulsoriamente, com provenientes proporcionais ao tempo de contribuição, aos setenta anos de idade, ou aos setenta e cinco, anos de idade, na forma de lei complementar;

..... ”(NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias será acrescido do seguinte art. 95:

“Art. 95. Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal.”

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Em votação o requerimento de urgência, **Requerimento nº 948, de 2005**, lido no Expediente para o **Projeto de Resolução nº 74, de 2005**.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, que será na próxima quinta-feira.

Em votação o requerimento de urgência, **Requerimento nº 949, de 2005**, lido no Expediente para o **Projeto de Resolução nº 75, de 2005**.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, que será na próxima quinta-feira.

Convidado o eminente Senador Renan Calheiros, Presidente da Casa, para reassumir os trabalhos.

*O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se não houver objeção do Plenário, votaremos a indicação de três embaixadores rapidamente. Apelo à Casa para que isso possa acontecer.

**O SR. EDUARDO SUPILY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Octávio. Em seguida, concederei a palavra a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão o orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estou sentindo uma inquietação muito grande na Casa por parte dos funcionários do Legislativo – e são muitos os que contribuem com o nosso trabalho todos os dias – em razão da posição tomada por V. Exª de colocar amanhã em votação o veto do Presidente da República relativo ao aumento de 15% concedido aos servidores desta Casa. Sabemos que esse aumento é justo, que todos já contavam com isso – e já o estavam recebendo em seus contracheques – e que, de repente, o veto presidencial prejudicou mais de trinta mil famílias.

Como se comenta que o Governo estaria fazendo um esforço para retirar esse veto da votação de amanhã, eu gostaria de saber de V. Exª se existe algum compromisso nesse sentido.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Octávio, não há, pelo menos que eu saiba, nenhum esforço para impedir a votação. A sessão do Congresso foi convocada para amanhã, quando pretendemos apreciar 395 vetos. Convoquei uma reunião de Líderes para hoje ainda. Se houver um acordo com relação à pauta de votação, será melhor. Se não houver esse acordo, vamos votar um a um to-

dos os vetos; para isso, já distribuímos a cédula com bastante antecedência.

Desse modo, quero tranqüilizar V. Ex<sup>a</sup> e todos no sentido de que não há nada, absolutamente nada, que possa impedir essa votação.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – V. Ex<sup>a</sup> tranqüiliza não só a mim, mas certamente aos funcionários desta Casa e da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O que pode impedir a deliberação é, evidentemente, a ausência de **quorum**, mas espero sinceramente que isso não aconteça.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Certamente, haverá **quorum** amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPILCY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eu queria uma informação sobre a ordem segundo a qual são votadas as propostas de emenda à Constituição.

Vou pedir atenção para o seguinte fato. Acabamos de votar, em segundo turno, a PEC nº 42, de autoria do Senador Pedro Simon – votei “sim”, e ela obteve grande maioria aqui. A matéria foi votada, em primeiro turno, no dia 24 de agosto. Estamos em 30 de agosto, e a PEC já foi votada em segundo turno – fico muito satisfeito que tenha sido votada com bastante rapidez.

Entretanto, gostaria de me referir à PEC nº 64, de 1999, cuja votação em primeiro turno, quase consensual, aconteceu em 23 de fevereiro. A Proposta de Emenda à Constituição foi, então, encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, que normalmente é muito expedito em encaminhar as coisas. Parece-me foi atribuída ao Senador Aloizio Mercadante a responsabilidade de dar parecer à matéria. Eu gostaria de fazer um apelo público, para que o Líder do Governo pudesse encaminhar logo o parecer. Não sei se houve diálogo do Presidente da Comissão com S. Ex<sup>a</sup> para que pudesse ser logo feita a apreciação.

Do que trata essa PEC? Da presença do Presidente da República, por ocasião de sua mensagem ao Congresso Nacional, todo dia 15 de fevereiro: em vez de ser encaminhada por meio do Ministro-Chefe da Casa Civil, ela será encaminhada, falada e dita pelo próprio Presidente. Isso inclusive já ocorreu, por entendimento entre o Presidente da República e o Presidente do Congresso, por ocasião do último ano e última mensagem presidencial do então Presidente José Sarney, assim como também em 15 de fevereiro de 2003, quando o Presidente Lula veio aqui.

Então, agradeceria se o Presidente do Senado, o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Líder do Governo pudesse entender-se

para que a delonga entre o primeiro e o segundo turno da votação dessa PEC não seja tão grande.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Como Presidente da CCJ, declaro ao Plenário que não pode haver maior homenagem ao Senador Eduardo Suplicy do que designar o Líder do Governo para relatar a sua emenda. Foi o que fiz, e creio que fiz muito bem.

V. Ex<sup>a</sup>, Senador, deve estar satisfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma do disposto no art. 364, encerrada a discussão em segundo turno com a apresentação de emendas, a matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para parecer. Após o parecer, será reinserida na Ordem do Dia.

Foi exatamente o que aconteceu: para emitir parecer, o Senador Antonio Carlos Magalhães designou o Senador Aloizio Mercadante. Tão logo chegue, vamos inserir a matéria na Ordem do Dia, como deseja V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje à noite, o PMDB terá uma reunião de sua Bancada e um dos itens de discussão refere-se exatamente aos 15% dos funcionários, que vinham recebendo regularmente em novembro, dezembro e no 13º, mas foram suspensos.

A nossa propensão é de apoiar o aumento dos 15%, mas vamos discutir isso com a Bancada e tomar uma posição definitiva de todo o PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

#### **MENSAGEM Nº 161, DE 2005** (Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 161, de 2005 (nº 356/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Luciano Ozorio Rosa, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil na República

de Malta, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Concedo a palavra à Srª 1ª Secretária, em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para a leitura do parecer.

### PARECER Nº 1.544, DE 2005-CRE

#### A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MS)

Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Luciano Ozorio Rosa obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser precedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Srªs e Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

## VOTAÇÃO SECRETA

### MENSAGEM Nº 161, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)

Sr. LUCIANO OZORIO ROSA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À GRANDE JAMAHIRIYA ÁRABE POPULAR SOCIALISTA DA LÍBIA, E, CUMULATIVAMENTE, O DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE MALTA, DESDE QUE OBTIDO O AGRÉMENT DO GOVERNO DESSE PAÍS

Num. Sessão:	4	Num. Votação:	2	Abertura:	30/8/2005 19:14:03		
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	18:53:00	Encerramento:	30/8/2005 19:17:07		
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou				
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou				
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou				
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou				
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou				
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou				
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou				
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM Buarque	Votou				
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	Votou				
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou				
PSDB	TO	EDUARDO SÍQUEIRA CAMPOS	Votou				
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou				
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou				
Bloco-PT	RO	FATIMA CLÉIDE	Votou				
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou				
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou				
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou				
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou				
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou				
PMDB	ES	JOAO BATISTA MOTTA	Votou				
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou				
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou				
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou				
	MT	LUIZ SOARES	Votou				
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou				
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou				
PMDB	MA	MAURO FECURY	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou				
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou				
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou				
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou				
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou				
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou				
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUEENE	Votou				
PFL	SP	ROMEU TUMA	Votou				
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou				
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAI	Votou				
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou				
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou				
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou				
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou				
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou				
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou				

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM :** 45

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 19:17:08

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e, NÃO, 5. Não houve abstenções.

Total: 50 votos.

Aprovado o nome do Sr. Embaixador Luciano Ozorio Rosa.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

**MENSAGEM N° 169, DE 2005**  
(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 169, de 2005 (nº 381/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Luiz Sérgio Gama Figueira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Finlândia, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil na República da Estônia, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Concedo da palavra à Srª 1ª Secretária, em exercício, Senadora Serys Shhessarenko, para a leitura do parecer.

**PARECER N° 1.545, DE 2005-CRE**

**A SRA. SERYS SHHESSARENKO** (Bloco/PT – MS).

Para leitura do parecer.) – Sr. Presidente, a indicação do nome do Sr. Luiz Sérgio Gama Figueira obteve a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário; portanto, pela unanimidade dos Membros presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser precedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

Em votação.

Esclareço ao Plenário que a votação será pelo sistema eletrônico.

As Srªs e Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

**VOTAÇÃO SECRETA**

**MENSAGEM N° 169, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

Sr. LUIZ SÉRGIO GAMA FIGUEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA FINLÂNDIA, E, CUMULATIVAMENTE, O DE EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ESTÔNIA, DESDE QUE OBTIDO O AGREMENTO DO GOVERNO DESSE PAÍS

Num. Sessão:	4	Num. Votação:	3	Abertura:	30/8/2005 19:17:56
Data Sessão:	30/8/2005	Hora Sessão:	18:53:00	Encerramento:	30/8/2005 19:21:27
Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou	Votos NÃO :	07
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou	Votos ABST. :	00
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA	Votou	<b>Total : 50</b>	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MACALHÃES	Votou		
Bloco-PSB	SP	ANTONIO CARLOS VALADARES	Votou		
PFL	RR	Augusto César LTELHO	Votou		
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou		
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM Buarque	Votou		
Bloco-PT	MS	DELCIODIO AMARAL	Votou		
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou		
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou		
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou		
PFL	PB	EDUARDO SOARES	Votou		
Bloco-PT	PE	EDUARDO GOMES	Votou		
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou		
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou		
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou		
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou		
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou		
PFL	PI	HERACLITO FORTES	Votou		
PMDB	GO	JOAO ALEXANDRE	Votou		
PMDB	EE	JOAO BATISTA MOTTA	Votou		
Bloco-PSB	AP	JOAO CABERIBERI	Votou		
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	Votou		
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou		
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou		
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou		
PSDB	SC	LEONEL FIDAN	Votou		
PMDB	PA	LEONEL TAVARES	Votou		
	MT	LUIZ SOARES	Votou		
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	Votou		
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou		
PFL	PE	MARCO MACIEL	Votou		
PMDB	MA	MAURO FECURY	Votou		
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou		
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou		
PMDB	AP	PAULO GOMES	Votou		
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	Votou		
PMDB	MS	RAMEZ TEbet	Votou		
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou		
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou		
PMDB	MA	RIBAMAR FIQUEENE	Votou		
PFL	SP	ROMEO TUMA	Votou		
PSDB	PR	SÉRGIO GOMES	Votou		
PTB	RS	SEBASTIÃO AMBASI	Votou		
Bloco-PT	MT	SERYS SHHESSARENKO	Votou		
Bloco-PT	AC	SIBA MACHADO	Votou		
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou		
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou		
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou		

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM :** 43

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 30/8/2005 19:21:28

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou encerrar a votação e proclamar o resultado.

Votaram SIM 43 Srs. Senadores; e, NÃO, 7.

Não houve abstenções.

Total: 50 votos.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Luiz Sérgio Gama Figueira.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

#### MENSAGEM Nº 183, DE 2005

(Escolha de Chefe de Missão Diplomática)

Mensagem nº 183, de 2005 (nº 474/2005, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *Isnard Penha Brasil Júnior*, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, os de Embaixador do Brasil no Sultanato de Omã e na República do Iêmen, desde que obtidos os **agrément**s dos governos desses países.

Concedo a palavra à Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko, para leitura do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

#### PARECER Nº 1.546, DE 2005-CRE

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MS. Para leitura do parecer.) – Sr. Isnard Penha Brasil Júnior, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, obteve na Comissão de Relações Exteriores 16 votos favoráveis e nenhum voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão o parecer, que é favorável. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com a deliberação do Senado do dia 6 de maio de 1998, e nos termos do disposto no art. 383, inciso VII, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto, em sessão pública.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

*(Procede-se à votação nominal e secreta pelo sistema eletrônico.)*

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Sr. Presidente, para uma consulta a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Exª, Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pela ordem.) – Segundo informação de V. Exª ao Plenário, teremos, de imediato, após a votação, o encerramento da sessão. Amanhã teremos uma sessão do Congresso, e está mantida a sessão deliberativa ordinária do Senado às 14h?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sim. Está mantida. Vamos cancelar apenas a sessão do Senado Federal convocada para às 10h.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Esta está cancelada?

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Teremos a sessão ordinária das 14 horas e está mantida, mais do que mantida, a sessão do Congresso Nacional, para as 11 horas, para apreciarmos os vetos e, se for a vontade do Plenário do Senado Federal, alguns créditos suplementares.

Estou pedindo o apoio do nobre Líder José Agripino para que isto efetivamente aconteça, para que possamos votar principalmente um crédito do Ministério da Defesa, que é muito importante.

Se todos já votaram, vou encerrar a votação.

*(Procede-se a apuração.)*

**VOTAÇÃO SECRETA****MENSAGEM N° 183, DE 2005 (ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA)**

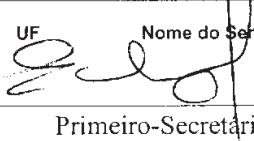
Sr. JSNARD PENHA BRASIL JÚNIOR, PARA EXERCER O CARGO DE EMB. DO BRASIL JUNTO AO REINO DA ARÁBIA SAUDITA, E, CUMULATIVAMENTE, OS DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO SULTANATO DE OMÃ E NA REP. DO IÊMEN, DESDE QUE OBTIDOS OS AGREEMENTOS DOS GOVERNOS DESSES PAÍSES

Num. Sessão: 4  
Data Sessão: 30/8/2005

Num. Votação: 4  
Hora Sessão: 18:53:00

Abertura: 30/8/2005 19:22:20  
Encerramento: 30/8/2005 19:25:04

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	Votou
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	Votou
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
PFL	BA	CÉSAR BORGES	Votou
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	Votou
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPILCY	Votou
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	Votou
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	Votou
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	Votou
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	Votou
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	Votou
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	Votou
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	Votou
	MT	LUÍZ SOARES	Votou
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	Votou
PMDB	MA	MAURO FECURY	Votou
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	Votou
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	Votou
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
PMDB	MA	РИБАМАР ФИКУНЕ	Votou
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	Votou
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIAZI	Votou
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	Votou
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	Votou
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
			Primeiro-Secretário

Presidente: RENAN CALHEIROS

**Votos SIM : 37**  
**Votos NÃO : 06      Total : 44**  
**Votos ABST. : 01**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Votaram SIM 37 Srs Senadores; e, NÃO, 6.

Houve uma abstenção.

Total: 44 votos.

Está aprovado, portanto, o nome do Embaixador Isnard Penha Brasil Júnior.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

**O SR PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fica cancelada a sessão extraordinária do Senado Federal convocada para amanhã, às 10 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14horas , a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2004

*(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 937, de 2004 – art. 336, II)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004 (nº 3.846/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e dá outras provisões*.

Pareceres favoráveis, sob nºs

– 1.538, de 2005, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (em audiência, nos termos do Requerimento nº 448, de 2005), Relator: Senador Delcídio Amaral;

– 1.539, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator: Senador Delcídio Amaral;

– 1.540, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, com voto contrário, em separado, do Senador Marcelo Crivella; e

– nº 1.541, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Heráclito Fortes.

2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)*.

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004- COMPLEMENTAR (Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

5

**REQUERIMENTO Nº 947, DE 2005**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 340, III, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subseqüentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.*

6

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 357, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2005 (nº 1.024/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bulgária sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Sófia, em 10 de abril de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 1.523, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator Senador Flexa Ribeiro.

7

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 367, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2005 (nº 1.322/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Dispensa de Tradução para Documentos Administrativos para Efeitos de Imigração entre os Estados Partes do Mercosul, celebrado em Florianópolis, em 15 de dezembro de 2000.*

Parecer favorável, sob nº 1.524, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino.

8

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 369, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2005 (nº 1.376/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aquicultura, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 1.527, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

9

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 371, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 371, de 2005 (nº 1.422/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Tcheca sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Praga, em 29 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 1.525, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa.

10

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 373, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 373, de 2005 (nº 632/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.526, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)*

**(OS Nº 15973/05)**

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS**  
**PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas**  
**AO**  
**PROJETO DE LEI**  
**N.º 35/2005-CN**

**MENSAGEM**  
**N.º 00094, de 2005 – CN**  
**(Nº 0530/2005, na origem)**

**Ementa:** “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 255.974.234,00 (duzentos e cinqüenta e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro mil, duzentos e trinta e quatro reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orcamentária viciante.”

**Índice de Emendas**  
**PLN: 035/2005 EMENDA**

**Total por Parlamentar**

<b>ANÍBAL GOMES</b>	00069 a 00074	6
<b>ANIVALDO VALE</b>	00030 a 00049	20
<b>BISMARCK MAIA</b>	00079 a 00083	5
<b>CARLOS SOUZA</b>	00001 a 00005	5
<b>EDUARDO SCIARRA</b>	00075 a 00078	4
<b>EFRAIM MORAIS</b>	00084 e 00085	2
<b>JOÃO GRANDÃO</b>	00014 a 00017	4
	00062 e 00063	2
<b>JOSÉ CARLOS MACHADO</b>	00050 a 00055	6
<b>JOSÉ DIVINO</b>	00006 a 00013	8
<b>LUIZ BITTENCOURT</b>	00019 a 00022	4
<b>MARCELO CASTRO</b>	00056 a 00059	4
<b>MARCELO TEIXEIRA</b>	00064 a 00068	5
<b>PEDRO CHAVES</b>	00018	1
<b>ROSE DE FREITAS</b>	00090 a 00101	12
<b>VANDER LOUBET</b>	00023	1
<b>WELINTON FAGUNDES</b>	00102 a 00104	3
<b>WILSON SANTIAGO</b>	00024 a 00029	6
<b>ZÉ GERALDO</b>	00060 e 00061	2
<b>ZÉ GERARDO</b>	00086 a 00089	4

**Total de Emendas: 104**

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00001**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN – 35/2005 - CN****01 PÁGINA  
DE 01**

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL – NACIONAL.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.0465.11HB.0001

GND: 4

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 10.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.0465.11HB.0001

GND: 3

MODALIDADE: 80

VALOR R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS DE RECURSOS FINANCEIROS, IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEPUTADO CARLOS SOUZA****AM PP**

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 035/2005-CN**  
Mensagem 094/2005-CN**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 35/2005 - CN****01 DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL - NACIONAL.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.0465.11HB.0001

GND: 3

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 10.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.0465.11HB.0001

GND: 3

MODALIDADE: 80

VALOR R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL.

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO CARLOS SOUZA****AM PP****DATA****ASSINATURA**

**EMENDA - 00003****PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 35/2005 - CN****01 PÁGINA  
DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTES RECREATIVO DE LAZER - NACIONAL.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1250.2667.0001

GND 3

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 5.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1250.2667.0001

GND: 3

MODALIDADE: 50

VALOR R\$ 5.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR OS MUNICÍPIOS DO ESTADO AMAZONAS DE RECURSOS FINANCEIROS FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTES RECREATIVO DE LAZER.

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO CARLOS SOUZA****AM PP****DATA****ASSINATURA**

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00004

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 35/2005 - CN

01 PÁGINA  
DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE  
ESCOLARES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.363.1062.7109.0001

GND3

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.363.1062.7109.0001

GND: 3

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR OS MUNICÍPIOS DO AMAZONAS,  
DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA A IMPLANTAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES DE EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO CARLOS SOUZA

AM PP

DATA

ASSINATURA

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00005

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 35/2005 - CN

PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE NUCLEOS DE ESPORTES E DE LAZER - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1250.5450.3116

GND4

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.363.1062.0A13.0001

GND: 3

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

TEM POR OBJETIVO, AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR OS MUNICIPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS DE RECURSOS FINANCEIROS PARA IMPLANTAÇÃO DE NUCLEOS DE ESPORTES E DE LAZER.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO CARLOS SOUZA

AM PP

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00006****PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚM

PLN - 35 - CN - 2005

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A RESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA - NACIONAL.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.122.0750.2000.0053

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 51101

GND:4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 20.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL, APOIAR A RESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA DE ENSINO, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

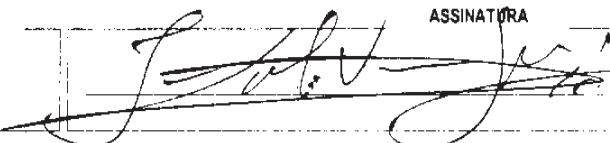
PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00007**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 35 - CN - 2005	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		

**INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A IMPLANTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO E EXPANSÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA - PROINFO - NACIONAL.**

**SUPLEMENTAR:**

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

GND: 3

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.126.1061.6372.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 10.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

UNIDADE: 26298

GND: 3

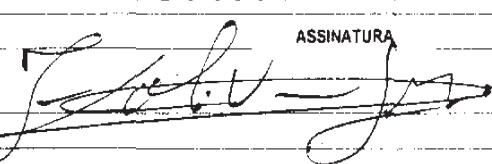
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.126.1061.6372.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

**PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL, APOIAR A IMPLANTAÇÃO DE INTEGRAÇÃO E EXPANSÃO DO USO TECNOLÓGICO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ**

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	<b>DEPUTADO JOSÉ DIVINO</b>		RJ PMDB
DATA		ASSINATURA	

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00008**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

**PLN - 35 - CN - 2005**

PÁGINA

**01 DE 01**

TEXTO

**INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE  
FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E LAZER - NACIONAL.**

**SUPLEMENTAR:**

**ÓRGÃO: 51000**

**UNIDADE: 51101**

**GND: 3**

**FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1230.2667.0060**

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50**

**VALOR R\$ 10.000.000,00**

**CANCELAMENTO:**

**UNIDADE: 51101**

**GND:3**

**FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002**

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90**

**VALOR R\$ 10.000.000,00**

**JUSTIFICAÇÃO**

**PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL,  
APOIAR FUNCIONAMENTO DE ESPORTE RECREATIVO E LAZER , NO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO - RJ**

**CÓDIGO**

**NOME DO PARLAMENTAR**

**UF**

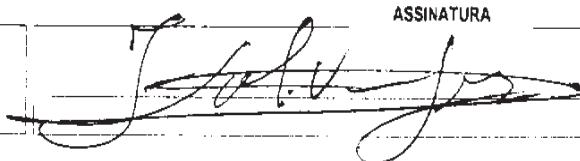
**PARTIDO**

**DEPUTADO JOSÉ DIVINO**

**RJ PMDB**

**DATA**

**ASSINATURA**



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00009**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN - 35 - CN - 2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE FOMENTO DE ESPORTE DE BASE - NACIONAL.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

GND: 3

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 10.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 51101

GND:4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL, APOIAR FOMENTO A PROJETOS DE ESPORTE DE BASE, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

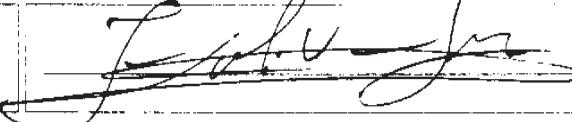
PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00010**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

<b>INSTRUÇÕES NO VERSO</b>	<b>PROJETO DE LEI NÚMERO</b> <b>PLN - 35 - CN - 2005</b>	<b>PÁGINA</b> <b>01 DE 01</b>
----------------------------	---	----------------------------------

**TEXTO**

**INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NACIONAL.**

**SUPLEMENTAR:**

**ÓRGÃO:** 26000

**UNIDADE:** 26101

**GND:** 3

**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** 12.364.1073.0048.0000

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 50

**VALOR R\$ 20.000.000,00**

**CANCELAMENTO:**

**UNIDADE:** 26000

**GND:** 3

**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** 12.813.1377.09EM.0001

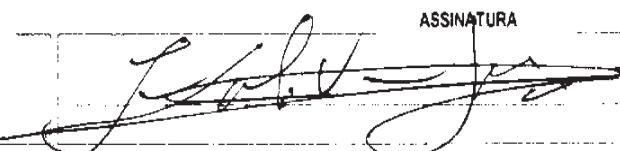
**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 90

**VALOR R\$ 20.000.000,00**

**JUSTIFICAÇÃO**

**PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL, APOIAR APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ**

<b>CÓDIGO</b>	<b>NOME DO PARLAMENTAR</b>	<b>UF</b>	<b>PARTIDO</b>
	<b>DEPUTADO JOSÉ DIVINO</b>		<b>RJ PMDB</b>

<b>DATA</b>	<b>ASSINATURA</b>
	

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00011**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

**PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 35 - CN - 2005**

**PAGINA  
01 DE 01**

**TEXTO**

**INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – APOIO A ENTIDADES DE ENSINO  
SUPERIOR NÃO FEDERAIS - NACIONAL.**

**SUPLEMENTAR:**

**ÓRGÃO: 26000**

**UNIDADE: 26101**

**GND: 4**

**FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.364.1073.0048.0000**

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50**

**VALOR R\$ 20.000.000,00**

**CANCELAMENTO:**

**UNIDADE: 26000**

**GND:4**

**FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.813.1377.09EM.0001**

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90**

**VALOR R\$ 20.000.000,00**

**JUSTIFICAÇÃO**

**PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL,  
APOIAR APOIO A ENTIDADES DE ENSINO SUPERIOR NÃO FEDERAIS, NO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO - RJ**

**CÓDIGO**

**NOME DO PARLAMENTAR**

**UF**

**PARTIDO**

**DEPUTADO JOSÉ DIVINO**

**RJ PMDB**

**DATA**

**ASSINATURA**



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00012**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

PLN - 35 - CN - 2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – APOIO A PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL – UNIDADE MÓVEL PARA CAPACITAÇÃO TECNOLOGICA EM INFORMATICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26311

GND: 3

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.1008.6492.0368

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

VALOR R\$ 20.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 26311

GND: 3

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.1008.6492.0368

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL, APOIAR A PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL – UNIDADE MÓVEL PARA CAPACITAÇÃO TECNOLOGICA E INFORMATICA, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

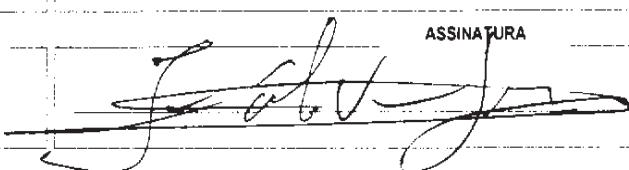
PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00013**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

**PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 35 - CN - 2005**

**PÁGINA  
01 DE 01**

**TEXTO**

**INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - FOMENTO A ELABORAÇÃO E  
IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - UNIDADE MÓVEL PARA  
CAPACITAÇÃO TECNOLOGICA EM INFORMATICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIO  
DE JANEIRO.**

**SUPLEMENTAR:**

**ÓRGÃO: 24000**

**UNIDADE: 24101**

**GND: 4**

**FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.1008.6492.0368**

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99**

**VALOR R\$ 20.000.000,00**

**CANCELAMENTO:**

**UNIDADE: 24000**

**GND:4**

**FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.571.0475.6909.0001**

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90**

**VALOR R\$ 20.000.000,00**

**JUSTIFICAÇÃO**

**PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL,  
APOIAR A FOMENTO A ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL  
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ**

**CÓDIGO**

**NOME DO PARLAMENTAR**

**UF**

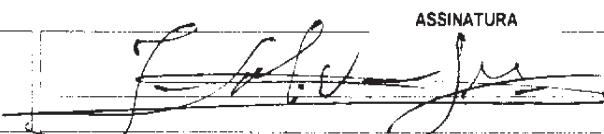
**PARTIDO**

**DEPUTADO JOSÉ DIVINO**

**RJ PMDB**

**DATA**

**ASSINATURA**



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00014**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 35 - CN - 2005

01 DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE INCLUSÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL - NACIONAL.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 24000

UNIDADE: 24101

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.0465.11HB.0001

VALOR R\$ 5.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

UNIDADE: 24101

GND: 3

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.0465.11HB.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 80

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A IMPLANTAÇÃO DE INCLUSÃO DIGITAL

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO GRANDÃO

MS

PT

DATA

ASSINATURA

23/8/05



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00015**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE: PLN - 35 - CN - 2005	DATA 01 DE 01
TEXTO		
INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - FOMENTO A PROJETOS DE ESPORTE DE BASE - NACIONAL.		
<b>SUPLEMENTAÇÃO:</b> ÓRGÃO: 51000 UNIDADE: 51101 GND: 3 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002 VALOR R\$ 5.000.000,00		
<b>CANCELAMENTO:</b> UNIDADE: 51101 GND: 4 FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002 MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90 VALOR R\$ 5.000.000,00		

## JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A IMPLANTAÇÃO DE FOMENTO A PROJETOS DE ESPORTE DE BASE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOÃO GRANDÃO	MS	PT
DATA	ASSINATURA		
23/8/08			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00016****PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN - 35 - CN - 2005	01 DE 01

## TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NACIONAL.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1250.2667.0060

VALOR R\$ 5.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

UNIDADE: 51101

GND: 4

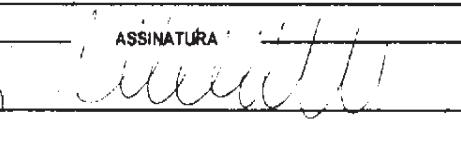
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A FUNCIONAMENTO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOÃO GRANDÃO	MS	PT
DATA	ASSINATURA		
23/8/05			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00017**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI**

PLN - 35 - CN - 2005

**PÁGINA**

01 DE 01

**TEXTO**

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE NUCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER - NACIONAL.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1250.5450.1132

VALOR R\$ 5.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

UNIDADE: 51101

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A PRESENTE EMENDA, VISA DOTAR VARIOS MUNICÍPIO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL DE RECUSOS FINANCEIROS PARA A IMPLANTAÇÃO DE NUCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOÃO GRANDÃO

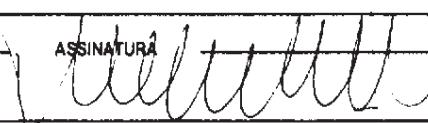
MS

PT

DATA

ASSINATURA

23/08/05



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00018**

**PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN - 35 - CN - 2005	PÁGINA 01 DE 01
TEXTO		

**INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - FUNCIONAMENTO DE NUCLÉOS DE ESPORTES RECREATIVO DE DE LAZER NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA - GO.**

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1250.0080

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 50

VALOR R\$ 1.000.000,0

**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 28.811.0181.2E02.0002

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 1.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO COM ESTA EMENDA, AUMENTAR OS RECURSOS FINANCEIROS DA EMENDA DE MINHA AUTORIA, PARA O INSTITUTO BRASIL SOCIAL, COM SEDE EM LUZIANIA - GOIAS, PARA O FUNCIONAMENTO DE NUCLÉOS DE ESPORTE E DE LAZER NO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO PEDRO CHAVES	GO	PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00019****PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

PL nº 35/2005

DE

TEXTO

**Suplementar**

51000 – Ministério do Esporte

51101 – Ministério do Esporte

27.812.1250.5450.3752 – Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Construção e Equipamento de Quadra de Esporte Coberta – Inhumas - GO

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

51000 – Ministério do Esporte

51101 – Ministério do Esporte

27.811.0181.2E02.0002 – Fomento a Projetos de Esporte de Base - Nacional

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 3

MD: 90

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem o objetivo de destinar recursos para o projeto de construção e equipamento de quadra de esporte coberta do Município de Inhumas, no Estado de Goiás.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

LUIZ BITTENCOURT

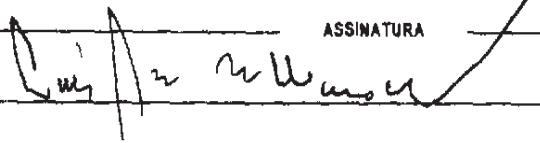
GO

PMDB

DATA

23/08/05

ASSINATURA



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00020

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL nº 35/2005

DE

TEXTO

## Suplementar

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.571.0471.0862.0042 – Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social –  
Em Municípios do Estado de Goiás

Valor: R\$ 1.000.000,00

GND: 3

MD: 40

## Cancelar

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.126.0465.1E14.0002 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados  
de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

Valor: R\$ 1.000.000,00

GND: 4

MD: 99

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de destinar recursos para o apoio à pesquisa e inovação para o desenvolvimento social de municípios do Estado de Goiás, visando melhoria de qualidade de vida para a população local.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

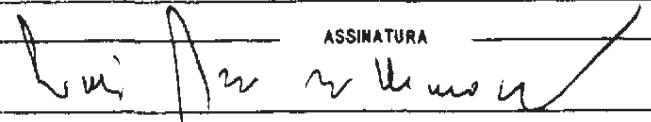
GO

PMDB

DATA

23/08/05

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00021**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL nº 35/2005	DE

TEXTO

**Suplementar**

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.571.0471.10RJ.0002 – Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento de Projetos para Viabilizar a Produção e o Uso de Biodiesel - Nacional

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.126.0465.1E14.0002 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

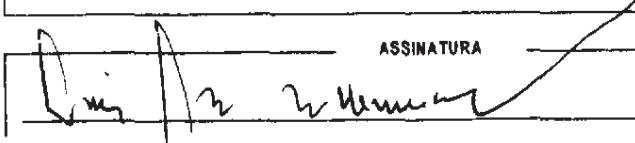
Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 99

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de destinar recursos fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de projetos para viabilizar a produção e o uso de biodiesel em municípios do Estado de Goiás, visando melhoria de qualidade de vida da população local.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
DATA	ASSINATURA		

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00022

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PL nº 35/2005	PÁGINA DE
---------------------	---------------------------------	--------------

TEXTO

## Suplementar

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.573.0465.11HB.0001 – Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social - Nacional

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

## Cancelar

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.126.0465.1E14.0002 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

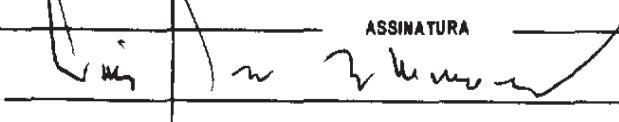
Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 99

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de destinar recursos para a implantação de centros de inclusão digital em setores de impacto social em municípios do Estado de Goiás, visando melhoria de qualidade de vida da população local.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	LUIZ BITTENCOURT	GO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00023**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

35/2005-CN

TEXTO

CANCELAR O CANCELAMENTO PREVISTO NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12 364 1073 12EM 0054, RELATIVA À IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS.

COMO COMPENSAÇÃO AO PROPOSTO POR ESTA AÇÃO SUGERE-SE REDUZIR EM R\$ 3.000.000,00 A SUPLEMENTAÇÃO PROPOSTA NA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 12 122 0750 2000 0053, RELATIVA À ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NO DISTRITO FEDERAL.

## JUSTIFICAÇÃO

A Universidade da Grande Dourados é um sonho que ora se materializa. A sua implantação, prometida pelo Governo Lula, nas mentes Sul-mato grossenses já é uma realidade, nota-se isso ao se observar a felicidade estampada nos rostos de nosso povo. A região da Grande Dourados é a segunda maior em população de nosso estado e carece de investimentos deste porte na área educacional, assim sendo, não podemos permitir o cancelamento destes recursos visto que, certamente os valores restantes, consignados em saldo, serão insuficientes para as metas físicas programadas para este exercício relativas à sua implantação.

CÓDIGO

VANDER LOUBET

NOME DO PARLAMENTAR

UF

MS

PARTIDO

PT

DATA

22/8/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00024**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

PROJETO DE LEI

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

**PLN - 35-2005 - CN**

**PÁGINA**

**01 DE 01**

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS NO ESTADO DA PARAÍBA.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26240

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.364.1073.6373.0025

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26240

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.364.1073.6373.0025

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA, DE MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS..

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

*Wilson Santiago*

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00025

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
PLN - 35-2005 - CN

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE NUCLEOS DE ESPORTES RECREATIVO E DE LAZER EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAIBA.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1250.5450.3990

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAIBA, DE IMPLANTAÇÃO DE NUCLEOS DE ESPORTES RECREATIVO E DE LAZER.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

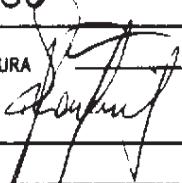
DEPUTADO WILSON SANTIGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00026**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 35-2005 - CN

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - MODERNIZAÇÃO DE NUCLÉOS DE ESPORTES E DE LAZER - MODERNIZAÇÃO DE NUCLEÓS DE ESPORTES E DE LAZER - ESTADO DA PARAIBA.

**SUPLEMENTAÇÃO:**

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.1250.3073.0024

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

ÓRGÃO: 51000

UNIDADE: 51101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.0181.2E02.0002

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 3.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAIBA, DE MODERNIZAÇÃO DE NUCLEOS DE ESPORTES E DE LAZER - ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

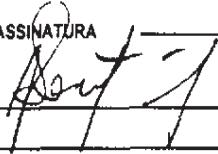
PARTIDO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00027

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 35-2005 - CN

PÁGINA

01 DE 01

## TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL EM SETORES DE IMPACTO SOCIAL - NACIONAL.

## SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 24000

UNIDADE: 24101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.573.0465.11HB.000

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

## CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 24000

UNIDADE: 24101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.571.0475.6909.0001

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 3.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE IMPLANTAÇÃO DE CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL DO MEU ESTADO QUE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

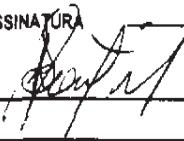
DEPUTADO WILSON SANTIGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00028**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

PROJETO DE LEI

PÁGINA

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

**PLN - 35-2005 - CN**

**01 DE 01**

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - INTEGRAÇÃO E EXPANSÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.126.1061.6372.0001

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 12.126.1061.6372.0001

MODALIDADE: 90

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE INTEGRAÇÃO E EXPANSÃO DO USO DE TECNOLOGIA, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA - PROINFO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

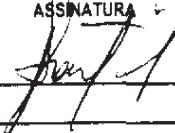
DEPUTADO WILSON SANTIGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00029

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLN - 35-2005 - CN

01 DE 01

TEXTO

INCLUA - SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO A ESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA - NACIONAL.

SUPLEMENTAÇÃO:

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.361.1061.09CW.0001

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 5.000.000,00

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 26000

UNIDADE: 26298

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.361.1061.09CW.0001

MODALIDADE: 40

VALOR R\$ 5.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

PRETENDE-SE AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE APOIO A RESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA MUNICIPAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

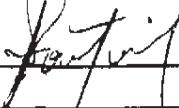
DEPUTADO WILSON SANTIGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00030

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PL N° 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.3878

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Construção e equipamento de ginásio Poliesportivo em Ananindeua - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 500.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes no Município de Ananindeua no Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

3123-1

ANIVALDO VALE

PA

PSDB

DATA

ASSINATURA

24/08/05

/ / / /

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00031

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.0024

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Construção e equipamento de quadra de esporte no Estado do Pará - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes nos Municípios do Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

3123-1

ANIVALDO VALE

PA

PSDB

DATA

ASSINATURA

24/08/05

[Signature]

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00032

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26212 – CEFET - PA

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.2992.0015

Subtítulo: Funcionamento da Educação Profissional No Estado do Pará

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Ampliar a oferta da educação profissional, tecnológica e da educação superior, com melhoria da qualidade, incorporando novos contingentes sociais ao processo de formação profissional, tecnológica e universitária, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00033**

**PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

**PLNº 35/2005-CN**

PÁGINA

**1 DE 1**

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.0020

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Construção e equipamento de quadra poliesportivo em Breu Branco - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes no Município de Breu Branco no Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO

**3123-1**

NOME DO PARLAMENTAR

**ANIVALDO VALE**

UF

**PA**

PARTIDO

**PSDB**

DATA

**24/08/05**

ASSINATURA

**21**

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00034

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.0028

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Construção e equipamento de quadra coberta em Curralinho - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes no Município de Curralinho no Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/04

ASSINATURA

100

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00035

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.0908

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Construção e equipamento de ginásio Poliesportivo em Itaituba - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes no Município de Itaituba no Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00036**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.3544

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Construção e equipamento de quadra de esporte em Medicilândia - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes no Município de Medicilândia no Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA

2

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00037

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL N° 35/2005-CN	1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.3546

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Construção e equipamento de quadra de esporte em Santa Bárbara do Pará - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes no Município de Santa Bárbara do Pará - PA; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO	3123-1	NOME DO PARLAMENTAR	ANIVALDO VALE	UF	PARTIDO
DATA	24/08/05	ASSINATURA	PA PSDB		

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00038

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26212 – CEFET - PA

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.2992.0015

Subtítulo: Funcionamento da Educação Profissional No Estado do Pará

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 250 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Ampliar a oferta da educação profissional, tecnológica e da educação superior, com melhoria da qualidade, incorporando novos contingentes sociais ao processo de formação profissional, tecnológica e universitária, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

CÓDIGO

3123-1

ANIVALDO VALE

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00039

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

PROJETO DE LEI

PLNº 35/2005-CN

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26212 – CEFET - PA

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.6374.0015

Subtítulo: Modernização e recuperação de infra-estrutura física de instituições federais de educação profissional no Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 250 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Ampliar a oferta da educação profissional, tecnológica e da educação superior, com melhoria da qualidade, incorporando novos contingentes sociais ao processo de formação profissional, tecnológica e universitária, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA

2005

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00040

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26311 – EAF – Castanhal - PA

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.6374.0015

Subtítulo: Modernização e recuperação de infra-estrutura física de instituições federais de educação profissional no Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 1.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Ampliar a oferta da educação profissional, tecnológica e da educação superior, com melhoria da qualidade, incorporando novos contingentes sociais ao processo de formação profissional, tecnológica e universitária, visando democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00041

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.3854

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Construção e equipamento de Ginásio Poliesportivo em Municípios do Estado do Pará - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes nos Municípios do Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA

51

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00042**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26253 – UF Rural da Amazônia

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.6373.0015

Subtítulo: Modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino – No Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa destinar recursos, à modernização e ampliação da infra-estrutura das instituições, à manutenção de seu funcionamento, à realização de vestibulares, à assistência hospitalar e ambulatorial à população, à prestação de serviços à comunidade e, por fim, ao atendimento das diversas necessidades enfrentadas pelas instituições federais de ensino superior.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00043

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26239 - UFPA

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.6373.0015

Subtítulo: Modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino – No Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa destinar recursos, à modernização e ampliação da infra-estrutura das instituições, à manutenção de seu funcionamento, à realização de vestibulares, à assistência hospitalar e ambulatorial à população, à prestação de serviços à comunidade e, por fim, ao atendimento das diversas necessidades enfrentadas pelas instituições federais de ensino superior.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

3123-1

ANIVALDO VALE

PA

PSDB

DATA

ASSINATURA

24/08/05

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00044

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

1 DE 1

PÁGINA

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26239 - UFPA

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.6373.0184

Subtítulo: Modernização e recuperação da infra-estrutura física das instituições federais de ensino superior e dos hospitais de ensino-Construção da casa do estudante em Altamira – No Estado do Pará

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa destinar recursos, à modernização e ampliação da infra-estrutura das instituições, à manutenção de seu funcionamento, à realização de vestibulares, à assistência hospitalar e ambulatorial à população, à prestação de serviços à comunidade e, por fim, ao atendimento das diversas necessidades enfrentadas pelas instituições federais de ensino superior.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

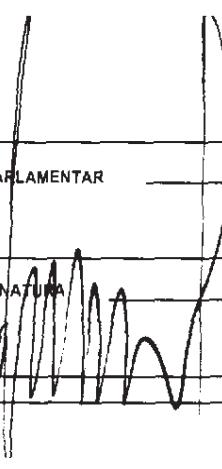
PARTIDO

PSDB

DATA

24/08/05

ASSINATURA



## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00045**

**PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLNº 35/2005-CN	1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26253 – UF Rural da Amazônia

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.4009.0015

Subtítulo: Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Pará

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 250 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

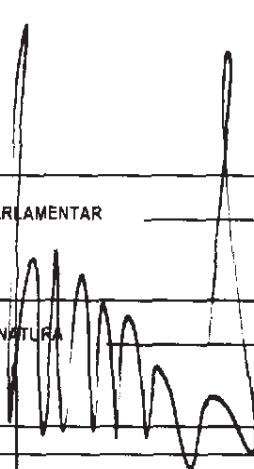
Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa destinar recursos, para o funcionamento de cursos de graduação no Estado do Pará, beneficiando a Universidade Federal Rural da Amazônia.

CÓDIGO	3123-1	NOME DO PARLAMENTAR	ANIVALDO VALE	UF	PA	PARTIDO	PSDB
DATA	24/08/05	ASSINATURA					

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00046

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

PLNº 35/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 26239 - UFPA

Programa: 1073 – Universidade do Século XXI

Funcional Programática: 12.364.1073.4009.0015

Subtítulo: Funcionamento de Cursos de Graduação - No Estado do Pará

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 250 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 26101 – Ministério da Educação

Programa: 1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

Funcional Programática: 12.363.1062.7109.0001

Subtítulo: Implantação e recuperação de centros escolares de educação profissional – PROEP - Nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte 112 / Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa destinar recursos, para o funcionamento de cursos de graduação, beneficiando a Universidade Federal do Pará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

3123-1

ANIVALDO VALE

PA

PSDB

DATA

ASSINATURA

24/08/05

P-00000000000000000000000000000000

## EMENDA - 00047

EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLNº 35/2005-CN	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	-----------------------------------	------------------

## TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.3078

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer-Implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer em Municípios do Estado do Pará - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 2.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes nos Municípios do Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO 3123-1	ANIVALDO VALE	NOME DO PARLAMENTAR	UF PA	PARTIDO PSDB
DATA 21/08/05	ASSINATURA			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00048**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI  
**PLNº 35/2005-CN**

PÁGINA  
**1 DE 1**

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.3692

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer em Belém - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 500.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes no Município de Belém no Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO

**3123-1**

NOME DO PARLAMENTAR

**ANIVALDO VALE**

UF

**PA**

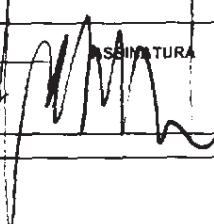
PARTIDO

**PSDB**

DATA

**24/08/05**

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00049**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI

**PLNº 35/2005-CN**

PÁGINA

**1 DE 1**

TEXTO

Acrescentar ao Projeto de Lei nº 35/2005-CN, Crédito suplementar - Programa de Trabalho do Ministério do Esporte, UO: 51101 – Programa: 1250-Esporte e Lazer da Cidade, o seguinte subtítulo:

**Suplementar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.3800

Subtítulo: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer Em Municípios do Estado do Pará - PA

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 2.000.000,00

**Cancelar:**

UO: 51101 – Ministério do Esporte

Programa: 1250 – Esporte e Lazer da Cidade

Funcional Programática: 27.812.1250.3073.0001

Subtítulo: Modernização de núcleos de esporte e de lazer - nacional

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 40 / Fonte 100 / Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, visa a necessidade de viabilizar a construção de núcleos de esportes nos Municípios do Estado do Pará; a modernização, ampliação, reforma e funcionamento de espaços esportivos já existentes, tais como quadras e ginásios poliesportivos; a renovação de convênios que possibilitarão o atendimento de crianças, jovens, idosos e portadores de necessidades especiais, usuários de núcleos de esporte recreativo e de lazer; e apoiar projetos de esporte de base.

CÓDIGO	3123-1	NOME DO PARLAMENTAR	ANIVALDO VALE	UF	PA	PARTIDO	PSDB
DATA	24/08/05	ASSINATURA					

**EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

**EMENDA - 00050**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

**PROJETO DE LEI**

**PÁGINA**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

**35/2005**

**1/1**

**TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 51000 – MINISTÉRIO DO ESPORTE**

**UNIDADE: 51101 – MINISTÉRIO DO ESPORTE**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 27.812.1250.5450.3298-Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer em Municípios - Estado de Sergipe**

<b>ESF</b>	<b>GND</b>	<b>RP</b>	<b>MOD</b>	<b>IU</b>	<b>VALOR</b>
F	4	2	40	0	600.000

Como consequência, solicito o cancelamento de recursos de igual valor do Anexo I (Suplementação) que passará a ter a seguinte redação na Funcional Programática alterada:

**ÓRGÃO: 51000 – MINISTÉRIO DO ESPORTE**

**UNIDADE: 51101 – MINISTÉRIO DO ESPORTE**

**PROGRAMA: 0181 – BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 27.811.0181.2E02.0002 – Fomento a Projetos de Esporte de Base - Nacional**

<b>ESF</b>	<b>GND</b>	<b>RP</b>	<b>MOD</b>	<b>IU</b>	<b>FTE</b>	<b>VALOR</b>
F	3	2	90	C	100	10.400.000
F	3	2	90	C	118	4.000.000

**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda tem por objetivo construir núcleos de esporte recreativo e de lazer em municípios carentes do Estado de Sergipe.

A aprovação desta emenda contribuirá para minimizar as desigualdades existentes entre a população das diversas regiões brasileiras onde, sobretudo no Nordeste, um grande número de crianças e jovens não dispõe de opções de lazer.

Com mais razão ainda, há a necessidade de implementar-se ações na área esportiva que tem se mostrado eficaz como meio de diminuir a violência, o vandalismo e o uso de drogas.

**CÓDIGO**

— — —

**NOME DO PARLAMENTAR**

**JOSÉ CARLOS MACHADO**

**U F**

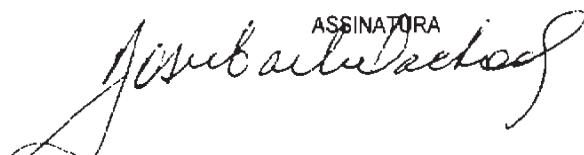
**PARTIDO**

**PFL**

**DATA**

**23/08/2005**

**ASSINATURA**



**EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO  
SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

**EMENDA - 00051**

**PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

**35/2005**

**1/1**

**TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIDADE: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.573.1008.6492.0048 - Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital em Municípios do Estado de Sergipe.**

<b>ESF</b>	<b>GND</b>	<b>RP</b>	<b>MOD</b>	<b>IU</b>	<b>VALOR</b>
F	3	2	40	0	120.000
F	4	2	40	0	80.000
Total da Funcional Programática inserida					200.000

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos constantes do Anexo I (Suplementação) que passará a ter a seguinte redação na Funcional Programática alterada:

**ÓRGÃO: 24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**UNIDADE: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.126.0465.1E14.0002 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisas Federais – RNP - Nacional**

<b>ESF</b>	<b>GND</b>	<b>RP</b>	<b>MOD</b>	<b>IU</b>	<b>VALOR</b>
F	3	2	50	0	1.870.000

**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda tem por objetivo permitir que a comunidade carente do Município de Nossa Senhora do Socorro em Sergipe tenha acesso à informação através da inclusão digital.

A intenção de efetivar a inclusão digital em todos os municípios brasileiros tem sido foco de bastante atenção do Governo Federal. Assim, parece acertado a aprovação desta emenda em benefício de um grande município sergipano de modo a alcançar uma grande parte da população.

**CÓDIGO**

**NOME DO PARLAMENTAR**

**UF**

**PARTIDO**

\_\_\_\_\_

**JOSÉ CARLOS MACHADO**

**SE**

**PT**

**DATA**

17/08/2005

**ASSINATURA**

*José Carlos Machado*

**EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO  
SUPLEMENTAR E ESPECIAL**
**EMENDA - 00052**
**PL 035/2005-CN**
**PROJETO**
**Mensagem 094/2005-CN**
**PÁGINA**
**INSTRUÇÕES NO VERSO**
**35/2005**
**1/1**
**TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
**UNIDADE: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.573.1008.6492.0052 - Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital em Escolas dos Municípios do Estado de Sergipe.**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
F	3	2	40	0	120.000
F	4	2	40	0	80.000
Total da Funcional Programática inserida					200.000

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos constantes do Anexo I (Suplementação) que passará a ter a seguinte redação na Funcional Programática alterada:

**ÓRGÃO: 24000 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
**UNIDADE: 24101 – MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.126.0465.1E14.0002 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisas Federais – RNP - Nacional**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
F	3	2	50	0	1.870.000

**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda tem por objetivo permitir que a comunidade carente do Município de Nossa Senhora do Socorro em Sergipe tenha acesso à informação através da implantação de centros de inclusão digital em escolas.

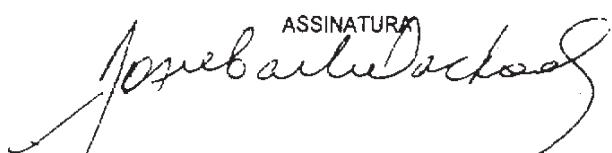
A experiência com a implantação destes centros vem demonstrando a melhoria na qualidade de vida da população que vivia à margem do processo de informatização.

Assim, a intenção de efetivar a inclusão digital em todos os municípios brasileiros tem sido foco de bastante atenção do Governo Federal, parecendo acertado a aprovação desta emenda em benefício de um grande município sergipano de modo a alcançar uma grande parte da população.

**CÓDIGO**
**NOME DO PARLAMENTAR**
**UF**
**PARTIDO**

--

**JOSÉ CARLOS MACHADO**
**SE**
**PFL**
**DATA**  
17/08/2005

**ASSINATURA**


**EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

**EMENDA - 00053**

PROJETO **PL 035/2005-CN**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

Mensagem 094/2005-CN

**TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.363.1062.2994.0028 – Assistência ao Educando da Educação Profissional no Estado de Sergipe**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
F	3	2	30	0	200 000

Como consequência solicito o cancelamento dos seguintes recursos constantes do Anexo I (Suplementação) que passara a ter a seguinte redação na Funcional Programática alterada:

**ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**

**FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.122.0750.2000.0053 – Apoio Administrativo da Unidade no Distrito Federal**

ESF	GN	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	D					
F	3	2	90	0	100	1.266.608
F	4	2	90	0	100	1.866.592
Total da Funcional Programática						3.133.200

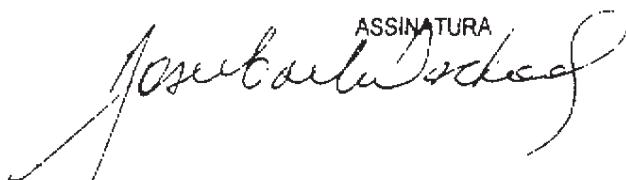
**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda tem por objetivo assistir os educandos profissionais no Estado de Sergipe, contribuindo para a melhoria da qualificação profissional e, por fim, da própria qualidade de vida gerada com a conquista de melhores colocações profissionais

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	JOSÉ CARLOS MACHADO	SE	PFL

DATA  
23/08/2005

ASSINATURA



**EMENDA - 00054**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉD  
SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

PROJETO DE LEI

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

35/2005

**PAGINA**

1/1

**TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.364.1073.4009.0028 – Funcionamento de Cursos de Graduação no Estado de Sergipe.**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
F	3	2	90	0	500.000

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos constantes do Anexo I (Suplementação) que passara a ter a seguinte redação na Funcional Programática alterada:

**ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.122.0750.2000.0053 – Apoio Administrativo da Unidade no Distrito Federal.**

ESF	GN	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	D					
F	3	2	90	0	100	1.266.608
F	4	2	90	0	100	1.566.592
Total da Funcional Programática						2.833.200

**JUSTIFICATIVA**

Esta emenda tem por objetivo apoiar os cursos de graduação no Estado de Sergipe.

É sabido que as Universidades Federais sofrem com a carência de recursos, razão porque esta emenda visa minimizar as dificuldades da Universidade Federal de Sergipe.

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****U F****PARTIDO**

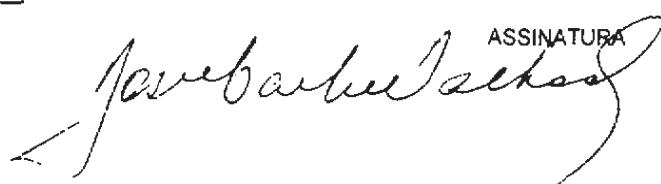
--

JOSÉ CARLOS MACHADO

SF

PFL

**DATA**  
23/08/2005

**ASSINATURA**


## EMENDA - 00055

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDI  
SUPLEMENTAR E ESPECIAL**

## PROJETO DE LEI

INSTRUÇÕES NO VERSO

35/2005

PÁGINA

1/1

## TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo I (Suplementação), recursos na forma abaixo especificada:

**ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.364.1073.4008.0028 – Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino no Estado de Sergipe**

ESF	GND	RP	MOD	IU	VALOR
F	3	2	90	0	200.000

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos constantes do Anexo I (Suplementação) que passara a ter a seguinte redação na Funcional Programática alterada:

**ÓRGÃO: 26000 – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****UNIDADE: 26298 – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO****FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.122.0750.2000.0053 – Apoio Administrativo da Unidade no Distrito Federal**

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	3	2	90	0	100	1.266.608
F	4	2	90	0	100	1.866.592
Total da Funcional Programática						3.133.200

## JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem por objetivo ampliar o acervo bibliográfico da Universidade Federal de Sergipe de modo a beneficiar os estudantes em seus trabalhos e pesquisas necessários ao aperfeiçoamento profissional.

CÓDIGO	Nome do Parlamentar	UF	Partido
	JOSE CARLOS MACHADO	SE	PFL

DATA  
23.08.2005

ASINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00056**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI**

PL nº 35/2005

**PÁGINA**

DE

**TEXTO****Suplementar**

26000 – Ministério da Educação

26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

12.367.1374.09FD.0001 – Apoio à Aquisição de Veículos Escolares para a Educação

Especial - Nacional

Valor: R\$ 1.000.000,00

GND: 4

MD: 99

**Cancelar**

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.126.0465.1E14.0002 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

Valor: R\$ 1.000.000,00

GND: 4

MD: 99

**JUSTIFICAÇÃO**

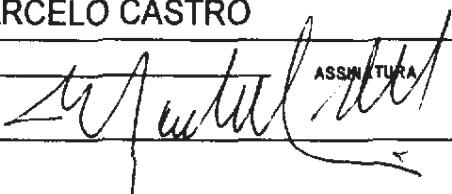
A presente emenda tem o objetivo de destinar recursos para a aquisição de veículos escolares em municípios do Estado do Piauí, visando melhorar o atendimento prestado por essas instituições e beneficiando a população local.

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO**

MARCELO CASTRO

PI

PMDB

**DATA****ASSINATURA**

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00057****PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL nº 35/2005	DE

TEXTO

**Suplementar**

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.573.1008.6492.0404 – Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital – Implantação de Centro de Acesso à Internet em Ariquemes - RO

Valor: R\$ 250.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.126.0465.1E14.0002 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

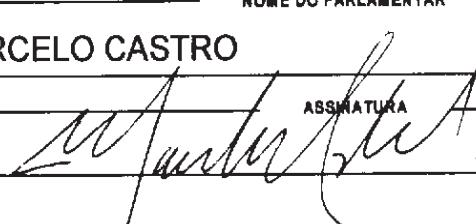
Valor: R\$ 250.000,00

GND: 4

MD: 99

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de destinar recursos para a implantação de centro de acesso à internet no Município de Ariquemes, no Estado de Rondônia, visando melhoria de qualidade de vida para a população local.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	MARCELO CASTRO	PI	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00058**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI**

PL nº 35/2005

**PÁGINA**

DE

**TEXTO****Suplementar**

51000 – Ministério do Esporte

51101 – Ministério do Esporte

27.812.1250.5450.3216 – Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Construção e Equipamento de Ginásio Poliesportivo em Municípios do Estado do Piauí

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

51000 – Ministério do Esporte

51101 – Ministério do Esporte

27.811.0181.2E02.0002 – Fomento a Projetos de Esporte de Base - Nacional

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 3

MD: 90

**JUSTIFICAÇÃO**

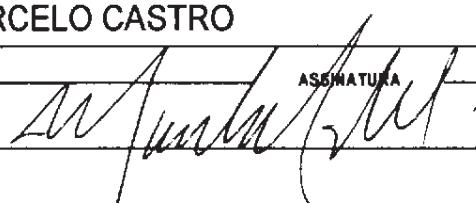
A presente emenda tem o objetivo de destinar recursos para o projeto de construção e equipamento de ginásio poliesportivo em Municípios do Estado do Piauí.

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO**

MARCELO CASTRO

PI

PMDB

**DATA****ASSINATURA**

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00059****PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PL nº 35/2005	DE

TEXTO

**Suplementar**

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.573.0465.11HB.0001 – Implantação de Centros de Inclusão Digital em Setores de Impacto Social - Nacional

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

24000 – Ministério da Ciência e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciência e Tecnologia

19.126.0465.1E14.0002 – Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

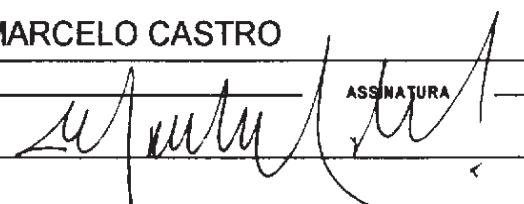
Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4

MD: 99

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de destinar recursos para a implantação de centros de inclusão digital em setores de impacto social em municípios do Estado do Piauí, visando melhoria de qualidade de vida da população local.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	MARCELO CASTRO		PI	PMDB
DATA	ASSINATURA			
				

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00060**  
**PL 035/2005-CN**  
**Mensagem 094/2005-CN**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

35/2005

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se ao Programa de Trabalho da Escola Agrotécnica Federal do Pará - Castanhal (EAF-Castanhal-PA), (26.311), do Ministério da Educação, o seguinte subprojeto:  
12.363.1062.6374.0015

Acrescentar.

UO: 26.311 - EAF - Castanhal - PA

Título: Modernização e Recuperação de Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Educação Profissional - No Estado do Pará

Valor: R\$ 300.000,00

Modalidade: 90

GND: 4

Fonte: 112

Cancelar:

UO: 26.237 - Universidade Federal de Juiz de Fora

Funcional Programática: 12.364.1073.6368.0094

Modalidade: 90

GND: 4

Fonte: 100

**JUSTIFICAÇÃO**

Para que a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal (EAF-Castanhal), Estado do Pará, possa desempenhar a contento o seu papel de formadora de recursos humanos para apoiar o Desenvolvimento Rural Sustentável se faz necessário a aprovação destes recursos.

Além do que a EAF- Castanhal é a única alternativa de capacitação nessa área para que possam voltar ao meio rural e promover o Desenvolvimento Local.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERALDO

PA PT

DATA

ASSINATURA

*Zé Geraldo Fernandes*

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00061**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem C94/2005-CN**

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

**PROJETO DE LEI NÚMERO**

**35/2005**

**PÁGINA  
01 DE 01**

**TEXTO**

Inclua-se ao Programa de Trabalho da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA (26.253), do Ministério da Educação, o seguinte subprojeto: 12.571.0461.8667.0015

Acrescentar:

UO: 26.253 - Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA

Título: Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados - No Estado do Pará

Valor: R\$ 300.000,00

Modalidade: 90

GND: 3

Fonte: 112

Cancelar:

UO: 26.290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Funcional Programática 12.573.3067.4000.0001

Modalidade: 90

GND: 3

Fonte: 112

**JUSTIFICAÇÃO**

Faz-se necessário a aprovação destes recursos, para que a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) possa desempenhar a contento o seu papel de pesquisa e formadora de recursos humanos com o objetivo de apoiar o Desenvolvimento Rural Sustentável.

**CÓDIGO**

**NOME DO PARLAMENTAR**

**UF**

**PARTIDO**

**ZÉ GERALDO**

**PA PT**

**DATA**

**ASSINATURA**

*Zé Geraldo Távora da Silveira*

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

**EMENDA - 00062**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI  
35/2005

PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

Suprimir no Programa de Trabalho do Ministério da Educação o seguinte cancelamento:

### **CANCELAMENTO:**

UO: 26.101 – Ministério da Educação

Funcional Programática: 12.364.1073.12EM.0054

Subtítulo: Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados – No Estado do Mato Grosso do Sul  
Valor: R\$ 3.000.000,00

Como compensação da supressão do cancelamento acima, reduza-se a seguinte suplementação:

### **SUPLEMENTAÇÃO:**

UO: 26.101 – Ministério da Educação

Funcional Programática: 12.122.0750.2000.0053

Subtítulo: Administração da Unidade – No Distrito Federal

GND: 3

Modalidade de aplicação: 90

Fonte: 100

Valor: R\$ 3.000.000,00

### **JUSTIFICAÇÃO**

A Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD é projeto prioritário do Governo Federal e possui potencial de grande impacto social positivo junto à população do Estado do Mato Grosso do Sul. Ademais, o cronograma de implantação da Universidade conta com os recursos que estão sendo propostos para cancelamento neste projeto de lei, o que comprometerá o andamento de suas obras. Assim, apresentamos emenda visando a impedir o cancelamento de recursos alocados no Orçamento para a Implantação UFGD.

CÓDIGO

Nome do Parlamentar

JF

Partido

Deputado João Grandão

MS

PT

DATA

Assinatura

25/8/2005

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

**EMENDA - 00063**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

### INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
35/2005

PÁGINA  
1 DE 1

#### TEXTO

Suprimir no Programa de Trabalho do Ministério da Educação o seguinte cancelamento:

#### CANCELAMENTO:

UO: 26.101 – Ministério da Educação

Funcional Programática: 12.364.1073.12EM.0054

Subtítulo: Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados – No Estado do Mato Grosso do Sul

Valor: R\$ 3.000.000,00

Como compensação da supressão do cancelamento acima, reduza-se a seguinte suplementação:

#### SUPLEMENTAÇÃO:

UO: 26.101 – Ministério da Educação

Funcional Programática: 12.122.0750.2000.0053

Subtítulo: Administração da Unidade – No Distrito Federal

GND: 3

Modalidade de aplicação: 90

Fonte: 100

Valor: R\$ 3.000.000,00

#### JUSTIFICAÇÃO

A Implantação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD é projeto prioritário do Governo Federal e possui potencial de grande impacto social positivo junto à população do Estado do Mato Grosso do Sul. Ademais, o cronograma de implantação da Universidade conta com os recursos que estão sendo propostos para cancelamento neste projeto de lei, o que comprometerá o andamento de suas obras. Assim, apresentamos emenda visando a impedir o cancelamento de recursos alocados no Orçamento para a Implantação UFGD.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado João Grandão

MS

PT

DATA

ASSINATURA

25/8/2005



## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00064**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NUMERO  
35/05PAGINA  
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no plano de trabalho do Ministério dos Esportes – Ministério dos Esportes 51101 – recursos necessários para Implantação de Núcleos de Esporte – Recreativo e de Lazer em Penaforte-Ceará.

**ACRÉSCIMO:**

Unidade Orçamentária: 51101

Título: Implantação de Núcleos de Esporte em Penaforte-Ceará

Modalidade de Aplicação: 40

GND: 4

Valor: R\$ 100.000,00

**CANCELAMENTO:**

Unidade Orçamentária: 51101

Valor: R\$ 100.000,00

Funcional Programática: 27.812.1250.3073

GND: 4

**JUSTIFICAÇÃO**

O esporte além de função precipua de lazer integração e identidade cultural, funciona ainda como fator de desenvolvimento físico e mental. Esta emenda tem como objetivo alocar recurso para implantação de Núcleo de Esporte.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

JF

PARTIDO

MARCELO TEIXEIRA

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

24/08/2005

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

### INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
35/05

PÁGINA  
01 DE 01

### TEXTO

Inclua-se onde couber no plano de trabalho do Ministério dos Esportes – Ministério dos Esportes 51101 – recursos necessários para Implantação de Núcleos de Esporte – Recreativo e de Lazer em Caririáçu-Ceará.

### ACRÉSCIMO:

Unidade Orçamentária: 51101

Título: Implantação de Núcleos de Esporte em Caririáçu-Ceará

Modalidade de Aplicação: 40

GND: 4

Valor: R\$ 100.000,00

### CANCELAMENTO:

Unidade Orçamentária: 51101

Valor: R\$ 100.000,00

Funcional Programática: 27.812.1250.3073

GND: 4

### JUSTIFICAÇÃO

O esporte além de função precípua de lazer, integração e identidade cultural, funciona ainda como fator de desenvolvimento físico e mental. Esta emenda tem como objetivo alocar recurso para implantação de Núcleo de Esporte.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

MARCELO TEIXEIRA

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

24/08/2005

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00066

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

### INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
35/05

PÁGINA  
01 DE 01

### TEXTO

Inclua-se onde couber no plano de trabalho do Ministério dos Esportes – Ministério dos Esportes 51101 – recursos necessários para Implantação de Núcleos de Esporte – Recreativo e de Lazer em Alto Santo-Ceará.

### ACRÉSCIMO:

Unidade Orçamentária: 51101

Título: Implantação de Núcleos de Esporte em Alto Santo-Ceará

Modalidade de Aplicação: 40

GND: 4

Valor: R\$ 100.000,00

### CANCELAMENTO:

Unidade Orçamentária: 51101

Valor: R\$ 100.000,00

Funcional Programática: 27.812.1250.3073

GND: 4

### JUSTIFICAÇÃO

O esporte além de função precípua de lazer, integração e identidade cultural, funciona ainda como fator de desenvolvimento físico e mental. Esta emenda tem como objetivo alocar recurso para implantação de Núcleo de Esporte.

CÓDIGO

MARCELO TEIXEIRA

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

CE

PMDB

DATA

24/08/2005

ASSINATURA

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

**EMENDA - 00067**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**PROJETO DE LEI NÚMERO  
35/05PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no plano de trabalho do Ministério dos Esportes – Ministério dos Esportes 51101 – recursos necessários para Implantação de Núcleos de Esporte – Recreativo e de Lazer em Barro-Ceará.

**ACRÉSCIMO:**

Unidade Orçamentária: 51101

Título: Implantação de Núcleos de Esporte em Barro-Ceará

Moeda/Unidade de Aplicação: 40

GND: 4

Valor: R\$ 100.000,00

**CANCELAMENTO:**

Unidade Orçamentária: 51101

Valor: R\$ 100.000,00

Funcional Programática: 27.812.1250.3073

GND: 4

**JUSTIFICAÇÃO**

O esporte além de função precípua de lazer, integração e identidade cultural, funciona ainda como fator de desenvolvimento físico e mental. Esta emenda tem como objetivo alocar recurso para implantação de Núcleo de Esporte.

CÓDIGO:

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

MARCELO TEIXEIRA

CE

PMDB

DATA:

24/08/2005

ASSINATURA:

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00068

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚM.  
35/05

PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se onde couber no plano de trabalho do Ministério dos Esportes – Ministério dos Esportes 51101 – recursos necessários para Implantação de Núcleos de Esporte – Recreativo e de Lazer em Brejo Santo-Ceará.

### ACRÉSCIMO:

Unidade Orçamentária: 51101

Título: Implantação de Núcleos de Esporte em Brejo Santo-Ceará

Modalidade de Aplicação: 40

GND: 4

Valor: R\$ 100.000,00

### CANCELAMENTO:

Unidade Orçamentária: 51101

Valor: R\$ 100.000,00

Funcional Programática: 27.812.1250.3073

GND: 4

### JUSTIFICAÇÃO

O esporte além de função precipua de lazer, integração e identidade cultural, funciona ainda como fator de desenvolvimento físico e mental. Esta emenda tem como objetivo alocar recurso para implantação de Núcleo de Esporte.

CÓDIGO

1  
NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

MARCELO TEIXEIRA

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

24/08/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00069**

**PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 35/05	01 DE 01

TEXTO

**SUPLEMENTAR NO PLN 35:**

27.812.1250.5450.3876

IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

**CANCELAMENTO:**

27.812.1250.3073.0001

MODERNIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

COM A EXECUÇÃO DESSA OBRA, PROCURAMOS ADOTAR O MUNICÍPIO DE ALTO SANTO DE UMA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA A PRÁTICA DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS, FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICO-SOCIAL DA JUVENTUDE LOCAL, QUE DE UM MODO GERAL, ENCONTRA-SE VOLTADA PARA O CONSUMO DE BEBIDAS E DROGAS. ESTE PODER MUNICIPAL, FORTEMENTE PREOCUPADO COM O GRAU DE OCIOSIDADE DE NOSSOS JOVENS, BUSCA ATENDÉ-LOS OBJETIVANDO O COMBATE A PRÁTICA DE ATIVIDADES PERNICIOSAS VISANDO AINDA A REDUÇÃO VINDOURA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE SAÚDE E NO COMBATE A VIOLENCIA

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
	ANÍBAL GOMES		CE	PMDB
DATA	ASSINATURA			
26/8/2005				

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00070**

**PL 035/2005-CN**

**Mensagem 094/2005-CN**

<b>INSTRUÇÕES NO VERSO</b>	<b>PROJETO DE LEI</b>	<b>PÁGINA</b>
	PLN 35/05	01 DE 01

TEXTO

**SUPLEMENTAR NO PLN 35:**

27.812.1250.5450.3876

IMPLEMENTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

**CANCELAMENTO:**

27.812.1250.3073.0001

MODERNIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

COM A EXECUÇÃO DESSA OBRA, PROCURAMOS ADOTAR O MUNICÍPIO DE VIÇOSA DO CEARÁ DE UMA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA A PRÁTICA DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS, FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICO-SOCIAL DA JUVENTUDE LOCAL, QUE DE UM MODO GERAL, ENCONTRA-SE VOLTADA PARA O CONSUMO DE BEBIDAS E DROGAS.

ESTE PODER MUNICIPAL, FORTEMENTE PREOCUPADO COM O GRAU DE OCIOSIDADE DE NOSSOS JOVENS, BUSCA ATENDÊ-LOS OBJETIVANDO O COMBATE A PRÁTICA DE ATIVIDADES PERNICIOSAS VISANDO AINDA A REDUÇÃO VINDOURA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE SAÚDE E NO COMBATE A VIOLENCIA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

26/8/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

*EMENDA - 00071*

*PL 035/2005-CN  
Mensagem 094/2005-CN*

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE	PÁGINA
	PLN 35/05	C1 DE 01

TEXTO

**SUPLEMENTAR NO PLN 35:**

27.812.1250.5450.3792

IMPLEMENTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER – CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

**CANCELAMENTO:**

27.812.1250.3073.0001

MODERNIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR 500.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

COM A EXECUÇÃO DESSA OBRA, PROCURAMOS ADOTAR O MUNICÍPIO DE MUCAMBO DE UMA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA A PRÁTICA DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS, FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICO-SOCIAL DA JUVENTUDE LOCAL, QUE DE UM MODO GERAL, ENCONTRA-SE VOLTADA PARA O CONSUMO DE BEBIDAS E DROGAS.

ESTE PODER MUNICIPAL, FORTEMENTE PREOCUPADO COM O GRAU DE OCIOSIDADE DE NOSSOS JOVENS, BUSCA ATENDÉ-LOS OBJETIVANDO O COMBATE A PRÁTICA DE ATIVIDADES PERNICIOSAS VISANDO AINDA A REDUÇÃO VINDOURA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE SAÚDE E NO COMBATE A VIOLENCIA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

26/8/2005

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00072**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 35/05	01 DE 01

TEXTO

**SUPLEMENTAR NO PLN 35:**

27.812.1250.5450.3792

IMPLEMENTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER – CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

**CANCELAMENTO:**

27.812.1250.3073.0001

MODERNIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

COM A EXECUÇÃO DESSA OBRA, PROCURAMOS ADOTAR O MUNICÍPIO DE ITAREMA DE UMA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA A PRÁTICA DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS, FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICO-SOCIAL DA JUVENTUDE LOCAL, QUE DE UM MODO GERAL, ENCONTRA-SE VOLTADA PARA O CONSUMO DE BEBIDAS E DROGAS.

ESTE PODER MUNICIPAL, FORTEMENTE PREOCUPADO COM O GRAU DE OCIOSIDADE DE NOSSOS JOVENS, BUSCA ATENDÊ-LOS OBJETIVANDO O COMBATE A PRÁTICA DE ATIVIDADES PERNICIOSAS VISANDO AINDA A REDUÇÃO VINDOURA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE SAÚDE E NO COMBATE A VIOLENCIA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

26/8/2005

**EMENDA - 00073****PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	01 DE 01
	PLN 35/05	

TEXTO

**SUPLEMENTAR NO PLN 35:**

27.812.1250.5450.3792

IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER – CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

**CANCELAMENTO:**

27.812.1250.3073.0001

MODERNIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

COM A EXECUÇÃO DESSA OBRA, PROCURAMOS ADOTAR O MUNICÍPIO DE CRUZ DE UMA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA A PRÁTICA DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS, FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICO-SOCIAL DA JUVENTUDE LOCAL, QUE DE UM MODO GERAL, ENCONTRA-SE VOLTADA PARA O CONSUMO DE BEBIDAS E DROGAS.

ESTE PODER MUNICIPAL, FORTEMENTE PREOCUPADO COM O GRAU DE OCIOSIDADE DE NOSSOS JOVENS, BUSCA ATENDÉ-LOS OBJETIVANDO O COMBATE A PRÁTICA DE ATIVIDADES PERNICIOSAS VISANDO AINDA A REDUÇÃO VINDOURA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE SAÚDE E NO COMBATE A VIOLENCIA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ANÍBAL GOMES

CE

PMDB

DATA

26/8/2005

ASSINATURA



EMENDA - 00074

PL 035/2005-CN

Inc 094/2005-CN

JETA

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	PLN 35/05	01 DE 01

TEXTO

**SUPLEMENTAR NO PLN 35:**

27.812.1250.5450.3792

IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER – CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

**CANCELAMENTO:**

27.812.1250.3073.0001

MODERNIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER NACIONAL

GND: 4

FTE: 100

VALOR: 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

COM A EXECUÇÃO DESSA OBRA, PROCURAMOS ADOTAR O MUNICÍPIO DE ACARAÚ DE UMA INFRA-ESTRUTURA ADEQUADA A PRÁTICA DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS, FAVORECENDO O DESENVOLVIMENTO FÍSICO E PSICO-SOCIAL DA JUVENTUDE LOCAL, QUE DE UM MODO GERAL, ENCONTRA-SE VOLTADA PARA O CONSUMO DE BEBIDAS E DROGAS.

ESTE PODER MUNICIPAL, FORTEMENTE PREOCUPADO COM O GRAU DE OCIOSIDADE DE NOSSOS JOVENS, BUSCA ATENDÉ-LOS OBJETIVANDO O COMBATE A PRÁTICA DE ATIVIDADES PERNICIOSAS VISANDO AINDA A REDUÇÃO VINDOURA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS ÁREAS DE SAÚDE E NO COMBATE A VIOLENCIA

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

26/8/2005

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00075**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094.2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE

PL nº 35, de 2005

1 DE 1

TEXTO

**Suplementar**

24000 – Ministério da Ciéncia e Tecnologia

24101 – Ministério da Ciéncia e Tecnologia

19.573.1008.6492.0246 – Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital – Implantação de Centro de Inclusão digital em Municípios do Estado do Paraná

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

UNIDADE : 24101 – MINISTÉRIO DA CIÉNCIA E TECNOLOGIA

19.126.0465.1E14.0002 – REVITALIZAÇÃO DE REDES INTERNAS DE COMUNICAÇÃO DE DADOS DE UNIVERSIDADES E UNIDADES DE PESQUISAS FEDERAIS – RNP NACIONAL

Valor: R\$ 500.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda possui a finalidade de apoiar a implantação de projetos de inclusão digital em municípios do Paraná, ampliando o número de municípios atendidos.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

**DEP. EDUARDO SCIARRA****PR****PFL**

DATA

ASSINATURA

29/8/2005



## EMENDA - 00076

EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIALPL 035/2005-CN  
Mensagem 094 2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL nº 35, de 2005PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

**Suplementar**

26000 – Ministério da Educação

26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

12.361.1376.0E02.0028 – Apoio à Aquisição de Veículos Escolares para o Ensino Fundamental – Em Municípios do Estado do Paraná

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar****UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO**

12.361.1061.09CW.0001 – APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA NACIONAL

Valor: R\$ 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui a finalidade de apoiar o desenvolvimento de ação de apoio à aquisição de veículos escolares para municípios do Estado do Paraná, possibilitando o melhor atendimento das demandas apresentadas nessa área.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEP. EDUARDO SCIARRA

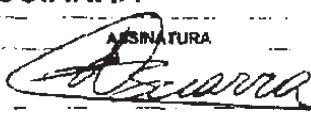
PR

PFL

DATA

ASSINATURA

29/8/2005



EMENDA - 00077

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE  
PL nº 35, de 2005PÁGINA  
1 DE 1

TEXTO

**Suplementar**

51000 – Ministério do Esporte

51101 – Ministério do Esporte

28.812.1250.3073.0104 – Modernização de Núcleos de Esporte e Lazer – Reforma, Ampliação e Equipamentos de Quadra de Esporte – Estado do Paraná

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

**Cancelar**

51101 – Ministério do Esporte

27.812.1250.2667.0001 – Funcionamento de Núcleos de Esporte recreativo e de lazer - nacional

Valor: R\$ 500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui a finalidade de apoiar a implantação de projetos de núcleos de esporte recreativo e de lazer, estendendo estes benefícios para as populações carentes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

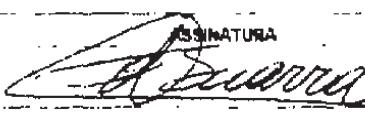
DEP. EDUARDO SCIARRA

PR PFL

DATA

ASSINATURA

29/8/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00078**

**PL 035/2005-CN**

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE  
PL nº 35, de 2005

**1 DE 1**

TEXTO

**Suplementar**

26000 – Ministério da Educação

26258 – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

12.363.1062.6374.0041 – Modernização e Recuperação de Infra-estrutura física de  
Instituições Federais de Educação Profissional do Estado do Paraná

Valor: R\$ 700.000,00

GND: 3

MD: 90

**Cancelar**

**UNIDADE : 26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO**

12 361 1061 09CW 0001 – APOIO À REESTRUTURAÇÃO DA REDE FÍSICA PÚBLICA  
NACIONAL

Valor: R\$ 700.000,00

GND: 9

MD: 99

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda possui a finalidade de apoiar a modernização e recuperação da infra-estrutura física do CEFET – Paraná, especialmente o campus de Medianeira.

**CÓDIGO**

**NOME DO PARLAMENTAR**

**UF**

**PARTIDO**

**DEP. EDUARDO SCIARRA**

**PR**

**PFL**

**DATA**

**ASSINATURA**

**29/8/2005**



**EMENDA - 00079****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN 35/2005****PÁGINA  
01 DE 01****TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo ao PLN 35/2005, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 51000 – Ministério do Esporte

Unidade: 51101 – Ministério do Esporte

Funcional Programática: 27.812.1250.5450.3792 – Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Em municípios – Estado do Ceará

GND: 4; Fonte: 100; Valor: R\$ 4.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 51000 – Ministério do Esporte

Unidade: 51101 – Ministério do Esporte

Funcional Programática: 27.811.0181.2E02.0002 – Fomento a Projetos de Esporte de Base - Nacional

GND: 3; Fonte: 100; Valor: R\$ 4.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda tem por objetivo destinar recursos para melhoria da infra-estrutura esportiva dos municípios de Aiuaba, Aquiraz, Aracati, Barroquinha, Catarina, Chaval, Eusébio, Fortim, Icapuí, Iguatu, Ipueiras, Jaguaribara, Mombaça, Pacoti, Palhano, Poranga, Potiretama e Tianguá, por intermédio da implantação de núcleos de esporte recreativo e de lazer.

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****1239      Deputado Bismarck Maia****CE      PSDB****DATA****29/08/2005****ASSINATURA**

EMENDA - 00080

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

PL 035/2005-CN  
Mensagem 094-2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN 35/2005

PÁGINA  
01 DE 01

TEXTO

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo ao PLN 35/2005, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Funcional Programática: 12.367.1374.0959.0001 – Apoio à Adequação de Prédios Escolares para a Educação Especial - Nacional

GND: 3; Fonte: 113; Valor: R\$ 5.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Funcional Programática: 12.361.1061.09CW.0001 – Apoio a reestruturação da rede física pública - Nacional

GND: 4; Fonte: 113; Valor: R\$ 5.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para assegurar as condições básicas de acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais ao ensino ministrado no ambiente escolar comum ou especial, por intermédio da adequação dos prédios escolares com vistas à eliminação de barreiras arquitetônicas, nos municípios de Aiuba, Aquiraz, Aracati, Barroquinha, Catarina, Chaval, Eusébio, Fortim, Icapuí, Iguatu, Ipueiras, Jaguaribara, Mombaça, Pacoti, Palhano, Poranga, Potiretama e Tianguá, do estado do Ceará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

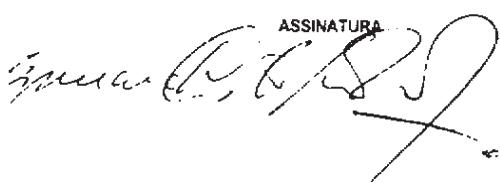
1239 Deputado Bismarck Maia

CE PSDB

DATA

ASSINATURA

29/08/2005



**EMENDA - 00081****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN 35/2005****PÁGINA  
01 DE 01****TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo ao PLN 35/2005, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Funcional Programática: 12.366.1060.0507.0001 – Apoio a Projetos Especiais para Oferta de Educação Básica a Jovens e Adultos - Nacional

GND: 3; Fonte: 113; Valor: R\$ 2.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

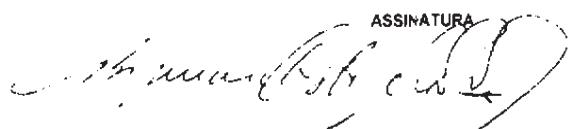
Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Funcional Programática: 12.361.1061.09CW.0001 – Apoio a reestruturação da rede física pública - Nacional

GND: 4; Fonte: 113; Valor: R\$ 2.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para a ampliação do acesso e correção progressiva das disparidades de acesso e garantia de padrão mínimo de qualidade da Educação de Jovens e Adultos mediante o desenvolvimento de projetos especiais, nos municípios de Aiuaba, Aquiraz, Aracati, Barroquinha, Catarina, Chaval, Eusébio, Fortim, Icapuí, Iguatu, Ipueiras, Jaguaribara, Mombaça, Pacoti, Palhano, Poranga, Potiretama e Tianguá, do estado do Ceará.

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****1239      Deputado Bismarck Maia****CE      PSDB****DATA****ASSINATURA****29/08/2005**

**EMENDA - 00082****EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN 35/2005****PÁGINA  
01 DE 01****TEXTO**

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo ao PLN 35/2005, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Funcional Programática: 12.367.1374.09FD.0001 – Apoio à Aquisição de Veículos Escolares para a Educação Especial - Nacional

GND: 4; Fonte: 113; Valor: R\$ 5.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

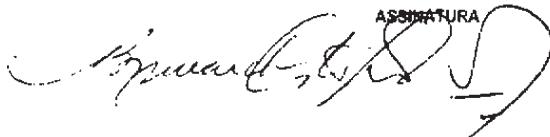
Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Funcional Programática: 12.361.1061.09CW.0001 – Apoio a reestruturação da rede física pública - Nacional

GND: 4; Fonte: 113; Valor: R\$ 5.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para oferecer transporte escolar diário aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, de modo a garantir-lhes o acesso e a permanência na escola, nos municípios de Aiuaba, Aquiraz, Aracati, Barroquinha, Catarina, Chaval, Eusébio, Fortim, Icapuí, Iguatu, Ipueiras, Jaguariaba, Mombaça, Pacoti, Palhano, Poranga, Potiretama e Tianguá, do estado do Ceará.

**CÓD GO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****1239****Deputado Bismarck Maia****CE****PSDB****DATA****29/08/2005****ASSINATURA**


## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

### INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN 35/2005

TEXTO

EMENDA - 00083

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA  
01 DE 01

Suplementar no Programa de Trabalho do Anexo ao PLN 35/2005, recursos, na forma abaixo especificada:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Funcional Programática: 12.365.1065.09HJ.0001 – Apoio à Reestruturação da Rede Física de Educação Infantil - Nacional

GND: 4; Fonte: 113; Valor: R\$ 4.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento dos seguintes recursos, constantes do Anexo I:

Órgão: 26000 – Ministério da Educação

Unidade: 26298 – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE

Funcional Programática: 12.361.1061.09CW.0001 – Apoio a reestruturação da rede física pública - Nacional

GND: 4; Fonte: 113; Valor: R\$ 4.000.000,00

### JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda tem por objetivo, destinar recursos para construção, recuperação (reformas), ampliações, adaptações e adequações para estabelecimentos de ensino público no nível de Educação Infantil, nos municípios de Aiuba, Aquiraz, Aracati, Barroquinha, Catarina, Chaval, Eusébio, Fortim, Icapuí, Iguatu, Ipueiras, Jaguaribara, Mombaça, Pacoti, Palhano, Poranga, Potiretama e Tianguá, do estado do Ceará.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

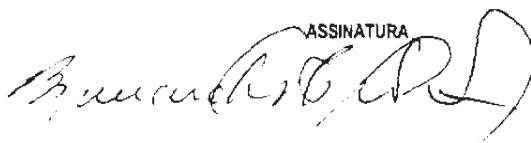
1239 Deputado Bismarck Maia

CE PSDB

DATA

29/08/2005

ASSINATURA



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00084

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI	PÁGINA
	35/2005-CN	01 DE 01

TEXTO

## SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO

**SUPLEMENTAR** no PL 35/2005-CN, na U.O. 26.240 – *Universidade Federal da Paraíba*, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

12.364.1073.6373.0025

*Modernização e Recuperação da Infra-estrutura Física das Instituições Federal de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – No Estado da Paraíba*

Valor:

R\$500.000,00

**CANCELAR** no PL 35/2005-CN, na U.O. 26.298 - FNDE, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

12.361.1061.09CW.0001

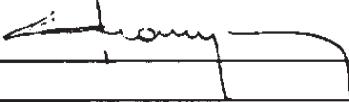
*Apoio a Reestruturação da Rede Física Pública – Nacional*

Valor:

R\$500.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende suplementar recursos destinados à modernização do Hospital Universitário Lauro Wanderley, localizado em João Pessoa-PB e vinculado à Universidade Federal da Paraíba, de forma a melhorar sua capacidade de atendimento.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2027	Senador EFRAIM MORAIS	PB	PFL
DATA	ASSINATURA		
26/08/2005			

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00085

PL 035/2005-CN

Mensagem: 094/2005-CN

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

35/2005-CN

01 DE 01

TEXTO

## SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO

**SUPLEMENTAR** no PL 35/2005-CN, na U.O. 51.101 – *Ministério do Esporte*, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

27.812.1250.5450.3702

*Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - em Municípios - Estado da Paraíba*

Valor:

R\$1.000.000,00

**CANCELAR** no PL 35/2005-CN, na U.O. 51.101 - *Ministério do Esporte*, constante do Anexo I, a seguinte dotação:

27.812.1250.3073.0001

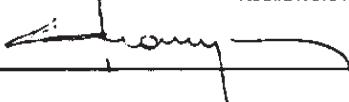
*Modernização de Núcleos de Esporte e de Lazer – Nacional*

Valor:

R\$1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende suplementar a dotação oriunda de aprovação de emenda de minha autoria, visando implantar núcleos esportivos em município da Paraíba.

CÓDIGO 2027	NOME DO PARLAMENTAR Senador EFRAIM MORAIS		UF PB	PARTIDO PFL
DATA 26/08/2005	ASSINATURA 			

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00086

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI nº 35/2005-CN	TEXT
---------------------	---------------------------------	------

TEXT

- Incluir no Projeto “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer”, da programação do Ministério do Esporte (Unidade 51105), o crédito de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:
- 27.812.1250.5450.XXXX – Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Construção e Equipamento de Ginásio Poliesportivo no município de Caucaia - Estado do Ceará.
- Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40; RP: 2; IU: 0
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais):
- 27.811.0181.2E02.0002 – Fomento a Projetos de Esporte de Base - Nacional.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo a complementação de recursos financeiros ao OGU 2005, com vistas a construção de Ginásio Poliesportivo, bem como a aquisição de equipamentos para o município de Caucaia, Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ZÉ GERARDO	CE	PMDB

DATA	ASSINATURA
29/08/05	

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00087  
PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJETO DE LEI  
nº 35/2005-CN  
PÁGINA  
1 DE 1

INSTRUÇÕES NO VERSO

TEXTO

nº 35/2005-CN

- Incluir no Projeto “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer”, da programação do Ministério do Esporte (Unidade 51105), o crédito de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:
- **27.812.1250.5450.3876 – Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Construção e Equipamento de Ginásio Poliesportivo em municípios do Estado do Ceará.**  
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40; RP: 2; IU: 0
- Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 1.500.000,00 ( um milhão e quinhentos mil reais ):
- **27.811.0181.2E02.0002 – Fomento a Projetos de Esporte de Base - Nacional.**

### JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo a complementação de recursos financeiros ao OGU 2005, com vistas a construção de Ginásio Poliesportivo, bem como a aquisição de equipamentos para os municípios abaixo relacionados:

Apiaíres  
Barreira  
Canindé  
Choró  
Itapajé  
Morrinhos  
Mulungu  
Pacoti  
Paramoti  
Pedra Branca  
Potengi  
Tejuçuoca  
Guaramiranga  
Monsenhor Tabosa

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ZÉ GERARDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/05

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00088

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI  
nº 35/2005-CNPÁGINA  
1 DE 1

## TEXTO

- Incluir no Projeto “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer”, da programação do Ministério do Esporte (Unidade 51105), o crédito de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) na seguinte funcional programática:
  - **27.812.1250.5450.0506 – Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Construção e Equipamento de Quadra de Esporte coberta em municípios do Estado do Ceará.**  
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40; RP: 2; IU: 0
  - Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 1.000.000,00 ( um milhão e quinhentos mil reais ):
  - **27.811.0181.2E02.0002 – Fomento a Projetos de Esporte de Base - Nacional.**

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo a complementação de recursos financeiros ao OGU 2005, com vistas a construção de quadra de esporte coberta, bem como a aquisição de equipamentos para os municípios abaixo relacionados:

Apiaíres  
Barreira  
Canindé  
Choró  
Itapajé  
Morrinhos  
Mulungu  
Pacoti  
Paramoti  
Pedra Branca  
Potengi  
Tejuçuoca  
Guaramiranga  
Monsenhor Tabosa

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

CE

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/05



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00089****PL 035/2005-CN****OGU 094/2005-CN****PÁGINA  
1 DE 1****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI  
nº 35/2005-CN**

- TEXTO
- Incluir no Projeto “Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer”, da programação do Ministério do Esporte (Unidade 51105), o crédito de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na seguinte funcional programática:
  - **27.812.1250.5450.XXXX – Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Construção e Equipamento de Quadra de Esporte coberta no município de Caucaia – Estado do Ceará.**  
Esfera: 1 ; GND: 4 ; Fonte: 100; Modalidade de Aplicação: 40; RP: 2; IU: 0
  - Cancele-se na funcional programática abaixo o montante de R\$ 1.000.000,00 ( um milhão de reais ):
  - **27.811.0181.2E02.0002 – Fomento a Projetos de Esporte de Base - Nacional.**

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda tem por objetivo a complementação de recursos financeiros ao OGU 2005, com vistas a construção de quadra de esporte coberta, bem como a aquisição de equipamentos, no município de Caucaia, Estado do Ceará.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ZÉ GERARDO	CE	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/08/05			

## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN

EMENDA - 00090

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA  
1 de 1

TEXTO

### Suplementar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia – 24101

Funcional Programática : 19.571.0471.0862.0072

Ação: Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social – em Municípios do Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

### Cancelar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia – 24101

Funcional Programática :19.126.0465.1E14.0002

Ação: Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

GND: 3 ; MD:50 ; Valor R\$ 100.000,00

### JUSTIFICAÇÃO

O Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social no município de Divino de São Lourenço, localizado no Estado do Espírito Santo, irá possibilitar uma melhoria no desenvolvimento social do referido município.

Divino de São Lourenço carece de melhorias no seu setor social, sendo então muito importante o acatamento da presente emenda, uma vez que esta verba irá melhorar a qualidade de vida da sua população.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/2005



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN

TEXTO

PÁGINA  
1 de 1

EMENDA - 00091

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

## Suplementar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia – 24101

Funcional Programática : 19.571.0471.0862.0072

Ação: Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social – em Municípios do Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

## Cancelar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia – 24101

Funcional Programática :19.126.0465.1E14.0002

Ação: Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

GND: 3 ; MD:50 ; Valor R\$ 100.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social no município de Afonso Cláudio, localizado no Estado do Espírito Santo, irá possibilitar uma melhoria no desenvolvimento social do referido município.

Afonso Cláudio carece de melhorias no seu setor social, sendo então muito importante o acatamento da presente emenda, uma vez que esta verba irá melhorar a qualidade de vida da sua população.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/2005



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00092

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CNPÁGINA  
1 de 1

TEXTO

## Suplementar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24101

Funcional Programática : 19.571.0471.0862.0072

Ação: Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social – em Municípios do Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

## Cancelar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24101

Funcional Programática :19.126.0465.1E14.0002

Ação: Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

GND: 3 ; MD:50 ; Valor R\$ 100.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social no município de Boa Esperança, localizado no Estado do Espírito Santo, irá possibilitar uma melhoria no desenvolvimento social do referido município.

Boa Esperança carece de melhorias no seu setor social, sendo então muito importante o acatamento da presente emenda, uma vez que esta verba irá melhorar a qualidade de vida da sua população.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/2005



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

## INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN

TEXTO

EMENDA - 00093

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA  
1 de 1

## Suplementar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24101

Funcional Programática : 19.571.0471.0862.0046

Ação: Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social – Apoio à Implantação de Tecnologias Apropriadas para Agricultura Familiar – Alto Rio Novo - ES

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

## Cancelar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24101

Funcional Programática :19.126.0465.1E14.0002

Ação: Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

GND: 3 ; MD:50 ; Valor R\$ 100.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

O município de Alto Rio Novo, situado no Estado do Espírito Santo, possui uma população que sobrevive graças a agricultura familiar. O apoio à implantação de tecnologias apropriadas para a agricultura familiar fará com que estas famílias melhorem suas condições tendo, então, mais acesso aos meios necessários a sua sobrevivência como melhores condições de trabalho. O acatamento desta emenda é de grande importância para este município que, como dito acima, carece de melhores meios para sua produção na sua agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/2005



## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

### INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN

TEXTO

EMENDA - 00094

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA  
1 de 1

### Suplementar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia – 24101

Funcional Programática : 19.573.1008.6492.0082

Ação: Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital – Iúna - ES

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

### Cancelar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia – 24101

Funcional Programática :19.126.0465.1E14.0002

Ação: Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

GND: 3 ; MD:50 ; Valor R\$ 100.000,00

### JUSTIFICAÇÃO

Nos tempos atuais a inclusão digital de jovens e adultos é de fundamental importância para que estes não fiquem fora do mercado de trabalho. O município de Iúna, que está localizado no Estado do Espírito Santo, é composto de uma população de jovens que ainda não foram incluídos nos novos meios tecnológicos. Sendo, então, muito importante ao município o acatamento desta emenda uma vez que este irá direcionar verbas para que esta inclusão digital se torne uma realidade neste município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/2005



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

## INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN

TEXTO

EMENDA - 00095

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA  
1 de 1

### Suplementar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte – 51101

Funcional Programática : 27.812.1250.5450.3940

Ação: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

### Cancelar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.811.0181.2E02.0002

Ação: Fomento a projetos de Esporte de Base- Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

### JUSTIFICAÇÃO

A implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de lazer no município de Santa Maria Jetibá, situado no Estado do Espírito Santo, vem propiciar a sua população uma melhor qualidade de vida uma vez que a implantação deste centro de lazer estimula uma convivencia social entre jovens e adultos e, também, estimula a população para se dedicar, em tempos de lazer, ao esporte e não ao estado de ociosidade. Irá também melhorar na saúde de seus habitantes que poderão se exercitar de maneira correta e com os meios próprios para a prática dos esportes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

E.S

PMDB

DATA

29/08/2005

ASSINATURA



## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/2005 - CN

EMENDA - 00096

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA  
1 de 1

TEXTO

### Suplementar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.812.1250.5450.3940

Ação: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Construção e Equipamento de Quadra de Esporte Coberta - São Gabriel da Palha - ES

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

### Cancelar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.811.0181.2E02.0002

Ação: Fomento a projetos de Esporte de Base- Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

### JUSTIFICAÇÃO

A implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de lazer no município de São Gabriel da Palha, situado no Estado do Espírito Santo, vem propiciar a sua população uma melhor qualidade de vida uma vez que a implantação deste centro de lazer estimula uma convivencia social entre jovens e adultos e, também, estimula a população para se dedicar, em tempos de lazer, ao esporte e não ao estado de ociosidade. Irá também melhorar na saúde de seus habitantes que poderão se exercitar de maneira correta e com os meios próprios para a prática dos esportes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

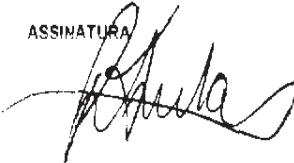
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/2005



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN****TEXTO****PÁGINA  
1 de 1****Suplementar**

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.812.1250.5450.3940

Ação: Implantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional -

Implantação de Infra-Estrutura para o desenvolvimento do Esporte - Alegre - ES

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

**Cancelar**

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.811.0181.2E02.0002

Ação: Fomento a projetos de Esporte de Base- Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

A implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do Esporte Educacional no município de Alegre, situado no Estado do Espírito Santo, vem propicia a sua população uma melhor qualidade de vida, uma vez que esta implantação estimula uma convivência social entre jovens e adultose e, também, estimula a população para se dedicar, em tempos de lazer, ao esporte e não ao estado ao estado de ociosidade. Irá também melhorar na saúde de seus habitantes que poderão se exercitar de maneira correta e com os meios próprios para a prática dos esportes.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas	E.S	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/08/2005			

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN

EMENDA - 00098

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA  
1 de 1

TEXTO

## Suplementar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.812.1250.5450.3940

Ação: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

## Cancelar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.811.0181.2E02.0002

Ação: Fomento a projetos de Esporte de Base- Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

A implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de lazer no município de Santa Teresa, situado no Estado do Espírito Santo, vem propiciar a sua população uma melhor qualidade de vida uma vez que a implantação deste centro de lazer estimula uma convivencia social entre jovens e adultos e, também, estimula a população para se dedicar, em tempos de lazer, ao esporte e não ao estado de ociosidade. Irá também melhorar na saúde de seus habitantes que poderão se exercitar de maneira correta e com os meios próprios para a prática dos esportes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

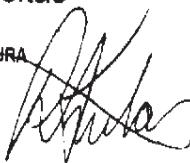
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

29/08/2005



## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

### INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN

TEXTO

PÁGINA  
1 de 1

EMENDA - 00099

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

### Suplementar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.812.1250.5450.3940

Ação: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

### Cancelar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.811.0181.2E02.0002

Ação: Fomento a projetos de Esporte de Base- Nacional

GND: 3 ; MD: 90 ; Valor R\$ 100.000,00

### JUSTIFICAÇÃO

A implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de lazer no município de Itaguaçu, situado no Estado do Espírito Santo, vem propiciar a sua população uma melhor qualidade de vida uma vez que a implantação deste centro de lazer estimula uma convivencia social entre jovens e adultos e, também, estimula a população para se dedicar, em tempos de lazer, ao esporte e não ao estado de ociosidade. Irá também melhorar na saúde de seus habitantes que poderão se exercitar de maneira correta e com os meios próprios para a prática dos esportes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

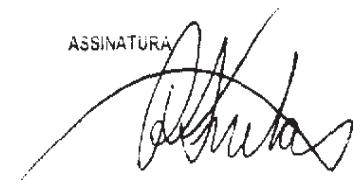
E.S

PMDB

DATA

29/08/2005

ASSINATURA



## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/ 2005 - CN

EMENDA - 00100

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA  
1 de 1

TEXTO

### Suplementar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.812.1250.5450.3464

Ação: Implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer - Construção e Equipamento de Quadra de Esporte - Brejetuba - ES

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 300.000,00

### Cancelar

Órgão: Ministério do Esporte - 51000

Unidade: Ministério do Esporte - 51101

Funcional Programática : 27.811.0181.2E02.0002

Ação: Fomento a projetos de Esporte de Base- Nacional

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A implantação de Núcleos de Esporte Recreativo e de lazer no município de Brejetuba, situado no Estado do Espírito Santo, vem propiciar a sua população uma melhor qualidade de vida uma vez que a implantação deste centro de lazer estimula uma convivencia social entre jovens e adultos e, também, estimula a população para se dedicar, em tempos de lazer, ao esporte e não ao estado de ociosidade. Irá também melhorar na saúde de seus habitantes que poderão se exercitar de maneira correta e com os meios próprios para a prática dos esportes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Rose de Freitas

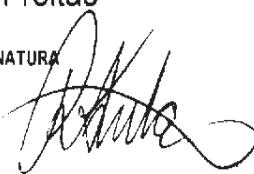
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

22/08/2005



## EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PL Nº 35/2005 - CNPÁGINA  
1 de 1

TEXTO

EMENDA - 00101

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

### Suplementar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24101

Funcional Programática : 19.571.0471.0862.0072

Ação:Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social – em Municípios do Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MD: 40 ; Valor R\$ 100.000,00

### Cancelar

Órgão: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24000

Unidade: Ministério da Ciencia e Tecnologia - 24101

Funcional Programática : 19.126.0465.1E14.0002

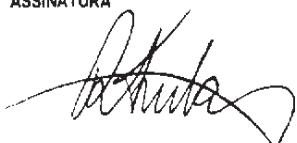
Ação: Revitalização de Redes Internas de Comunicação de Dados de Universidades e Unidades de Pesquisa Federais – RNP - Nacional

GND: 3 ; MD:50 ; Valor R\$ 100.000,00

### JUSTIFICAÇÃO

O Apoio à Pesquisa e Inovação para o Desenvolvimento Social no município de Dores do Rio Preto, localizado no Estado do Espírito Santo, irá possibilitar uma melhoria no desenvolvimento social do referido município.

Dores do Rio Preto carece de melhorias no seu setor social, sendo então muito importante o acatamento da presente emenda, uma vez que esta verba irá melhorar a qualidade de vida da sua população.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Rose de Freitas	E.S	PMDB
DATA	ASSINATURA		
29/08/2005			

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00102

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO	PÁGINA
	35/2005	1 DE 1

TEXTO

Orgão: 51000

Unidade: 51101

**Inclua-se:**

Ao Plano de Trabalho do Ministério do Esporte, o seguinte sub-projeto;

- IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE RECREATIVO E DE LAZER EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO.
- FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 27.812.1250.5450
- VALOR: 1.000.000,00

**Cancelamento:**

Orgão: 51000

Unidade: 51101

- MODERNIZAÇÃO DE NÚCLEOS DE ESPORTE E DE LAZER – NACIONAL

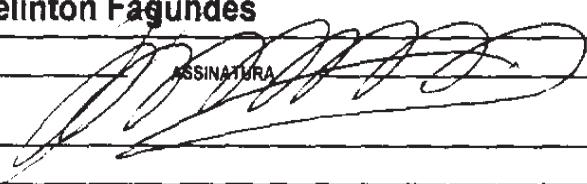
- FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 27.812.1250.3073.0001

- VALOR: 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

**Senhor Relator:**

O objetivo dessa emenda é a implantação de núcleos esportivos para crianças e adolescentes na iniciação de atividades esportivas, contribuindo para afastar as mesmas da exposição a situações de risco social, e proporcionando um alto nível de avaliação do esporte educacional no País.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1831	Deputado Welinton Fagundes	MT	PL
DATA	ASSINATURA		
29/8/2005			

# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00103

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PROJ

35/2005

1 DE 1

TEXTO

Orgão: 26000

Unidade:

**Inclua-se;**

Ao Plano de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte sub-projeto;

- Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – Modernização da Infraestrutura do Campus de Rondonópolis -MT
- FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.364.1073.6373.0144
- VALOR: 1.000.000,00

**Cancelamento;**

Orgão: 26000

Unidade: 26298

- Integração e Expansão do Uso de Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação Pública – PROINFO – NACIONAL
- FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.126.1061.6372.0001
- VALOR: 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Relator;

O objetivo dessa emenda é a implantação e melhoria nas instituições Federais de Ensino para o dar o academico condições de estudo e desenvolvimento de pesquisas científicas oferecendo também aos Professores mais infra-estrutura para ministrar suas disciplinas.

CÓDIGO

1831

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Welinton Fagundes

UF

Mt

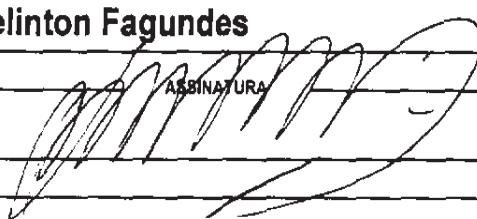
PARTIDO

PL

DATA

29/8/2005

ASSINATURA



# EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00104

PL 035/2005-CN

Mensagem 094/2005-CN

PÁGINA

1 DE 1

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

35/2005

TEXTO

Orgão: 26000

Unidade:

**Inclua-se:**

Ao Plano de Trabalho do Ministério da Educação, o seguinte sub-projeto;

- Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – Modernização da Infraestrutura do Campus de Rondonópolis -MT
- FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.364.1073.6373.0144
- VALOR: 1.000.000,00

**Cancelamento:**

Orgão: 26000

Unidade: 26271

- Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino – No Distrito Federal
- FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 12.364.1073.6373.0053
- VALOR: 1.000.000,00

## JUSTIFICAÇÃO

Senhor Relator:

O objetivo dessa emenda é a implantação e melhoria nas instituições Federais de Ensino para o dar o academicoo condições de estudo e desenvolvimento de pesquisas científicas oferecendo também aos Professores mais infra-estrutura para ministrar suas disciplinas.

CÓDIGO

1831

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Welinton Fagundes

UF

Mt

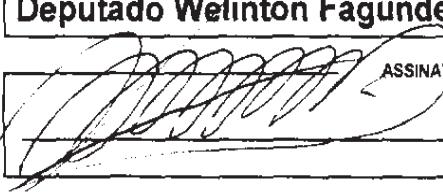
PARTIDO

PL

DATA

29/8/2005

ASSINATURA



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas  
AO  
PROJETO DE LEI  
N.º 36/2005-CN  
MENSAGEM  
N.º 00095, de 2005 – CN  
(Nº 0531/2005, na origem)**

**Ementa:** "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 33.468.999,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente."

**Índice de Emendas  
PLN: 036/2005 EMENDA**

**Total por Parlamentar**

---

JOSÉ DIVINO

00001 e 00002

2

---

**Total de Emendas: 2**

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00001**

**PL 036/2005-CN**

Mensagem 095/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO

**PLN - 36 - CN - 2005**

**PÁGINA  
01 DE 01**

TEXTO

**INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES  
DO FORUM TRABALHISTA DA 1<sup>a</sup> INSTANCIA, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.**

**SUPLEMENTAR:**

**ÓRGÃO: 15000**

**UNIDADE: 15101**

**GND: 4**

**FUNCIONAL PROGRAMATICA: 02.122.0571.7872.0101**

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90**

**VALOR R\$ 20.000.000,00**

**CANCELAMENTO:**

**UNIDADE: 15000**

**GND: 4**

**FUNCIONAL PROGRAMATICA: 02.061.0571.09HB.0035**

**MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90**

**VALOR R\$ 20.000.000,00**

**JUSTIFICAÇÃO**

**PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL,  
APOIAR A RECUPERAÇÃO DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DA 1<sup>a</sup> REGIÃO, DO TRABALHO NO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ**

**CÓDIGO**

**NOME DO PARLAMENTAR**

**UF**

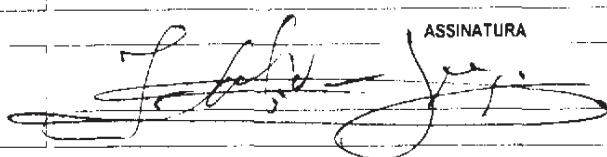
**PARTIDO**

**DEPUTADO JOSÉ DIVINO**

**RJ PMDB**

**DATA**

**ASSINATURA**



**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL**

**EMENDA - 00002**

PL 036/2005-CN

Mensagem 095/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO**

PROJETO DE LEI NÚMERO  
PLN - 36 - CN - 2005

**PÁGINA**  
01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - RECUPERAÇÃO DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1<sup>a</sup> REGIÃO, NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO.

SUPLEMENTAR:

ÓRGÃO: 15000

UNIDADE: 15101

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 02.122.0571.5373.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 20.000.000,00

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 15000

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 02.061.0571.09HB.0035

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL, APOIAR A RECUPERAÇÃO DA SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL DA 1<sup>a</sup> REGIÃO, DO TRABALHO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

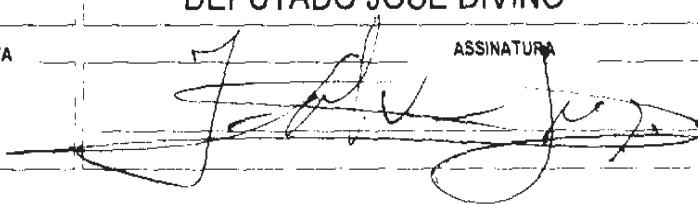
PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PMDB

DATA

ASSINATURA



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS  
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas  
AO  
PROJETO DE LEI  
N.º 37/2005-CN  
MENSAGEM  
N.º 00096, de 2005 – CN  
(Nº 0532/2005, na origem)**

**Ementa:** “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R\$ 55.072.347,00 (cinquenta e cinco milhões, setenta e dois mil, trezentos e quarenta e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.”

**Índice de Emendas  
PLN: 037/2005 EMENDA**

**Total por Parlamentar**

JOSÉ DIVINO

00001

1

**Total de Emendas:** 1

**EMENDA A PROJETO DE LEI  
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR  
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 037/2005-CN**

Mensagem 096/2005-CN

**INSTRUÇÕES NO VERSO****PROJETO DE LEI NÚMERO****PLN - 37 - CN - 2005****PÁGINA  
01 DE 01****TEXTO**

INCLUA-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE BANCOS ORÇAMENTÁRIOS REGIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS - NACIONAL.

**SUPLEMENTAR:**

ÓRGÃO: 47000

UNIDADE: 47101

GND: 4

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.1210795.5918.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 10.000.000,00

**CANCELAMENTO:**

UNIDADE: 47101

GND: 4

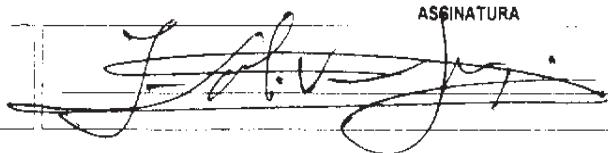
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.1210795.5918.0001

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 10.000.000,00

**JUSTIFICAÇÃO**

PRETENDO AO APRESENTAR A PRESENTE EMENDA, DOTAR DIVERSOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE ORGULHOSAMENTE REPRESENTO NO CONGRESSO NACIONAL, APOIAR . DESENVOLVIMENTO DE BANCOS ORÇAMENTÁRIOS REGIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ

**CÓDIGO****NOME DO PARLAMENTAR****UF****PARTIDO****DEPUTADO JOSÉ DIVINO****DATA****ASSINATURA****PMDB**

**PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 122, DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**RESOLVE:** Designar o Servidor **José Expedito de Andrade Fontes**, mat. 55314, para integrar, como membro, a Comissão Especial de que trata a Portaria nº 042/2005-DGER. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005.

**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL N° 3405 , DE 2005**

**O DIRETOR GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Ato do Presidente nº 174, de 2003, RESOLVE designar o servidor **ANTÔNIO PEREIRA DE PAULA**, matrícula nº 50985, para exercer a Função Comissionada de Consultor-Geral Legislativo Adjunto, Símbolo FC-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 22 de agosto de 2005.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

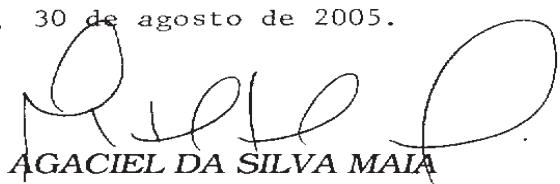
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3406 , de 2005**

*O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013229/05-2,*

*RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a JURUSALENA CALDAS LEITE, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor JORGE TEIXEIRA LEITE, matrícula 4355-ERGON, a partir da data do óbito, 20/07/2005.*

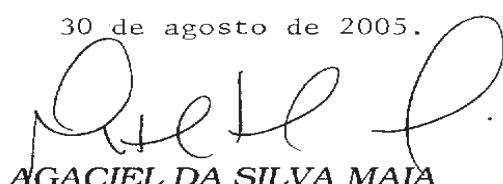
*Senado Federal, 30 de agosto de 2005.*

*Diretor-Geral***ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 3407 , de 2005**

*O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013197/05-3,*

*RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a MP nº 167, de 20/02/2004, conceder pensão vitalícia a ROSA MARIA COLINS MARIZ, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento), dos proventos que percebia o ex-servidor EDUARDO LUIZ MOUZINHO MARIZ, matrícula 10653-ERGON, a partir da data do óbito, 17/08/2005.*

*Senado Federal, 30 de agosto de 2005.*

*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 3408 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES, matrícula nº 25772 e, FRANCISCO MARIO RIBEIRO BARROS, matrícula nº 42472, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 011.790/04-0 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3409 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013068/05-9,

RESOLVE dispensar a servidora SANDRA DA SILVA RODRIGUES, matrícula 41844, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Secretaria de Recursos Humanos, a partir de 22 de agosto de 2005, e lotá-la na Subsecretaria de Administração e Suprimento de Almoxarifados, a partir da mesma data.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
*Diretor-Geral*

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3410 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013126/05-9,

RESOLVE dispensar a servidora CRISTIANE DE LUCENA CARNEIRO, matrícula 51333, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Capiberibe, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 23 de agosto de 2005.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3411 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013261/05-3,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO LOURENÇO RODRIGUES, matrícula 48413, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Nezinho Alencar, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Comissões, a partir de 01 de Setembro de 2005.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 3412 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013283/05-7,

RESOLVE designar o servidor ROBSON JOSÉ DE MACEDO GONÇALVES, matrícula 53070, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Segurança Legislativa, a partir de 25 de agosto de 2005.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
Nº. 3413 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013282/05-0,

RESOLVE designar o servidor ANTÔNIO VANDIR DE FREITAS LIMA, matrícula 52374, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Segurança Legislativa, a partir de 25 de agosto de 2005.

Senado Federal, 30 de agosto de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3414, DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013350/05-6,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARNALDO AUGUSTO SETTI**, matrícula n.º 181472, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador Paulo Octávio, a partir de 27 de julho de 2005.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2005.



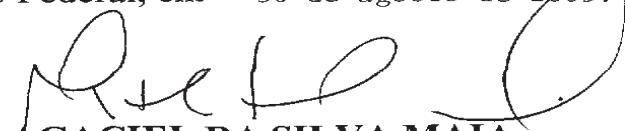
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3415, DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.349/05-8,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **GABRIELA CAROLINA DREHER DE ANDRADE**, matrícula n.º 181769, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 29 de agosto de 2005.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3416 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013.291/05-0,

**R E S O L V E** exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso II, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ RONALDO MONTENEGRO DE ARAÚJO**, matrícula n.º 143860, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Romero Jucá, a partir de 1º de setembro de 2005.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2005.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3417 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 013161/05-9,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ELAINE CRISTINA SANTOS CARVALHO**, matrícula n.º 189630, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 1º de setembro de 2005.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2005.



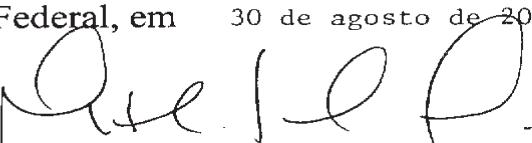
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3418 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013161/05-9**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FÁTIMA MENESSES DE OLIVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2005.



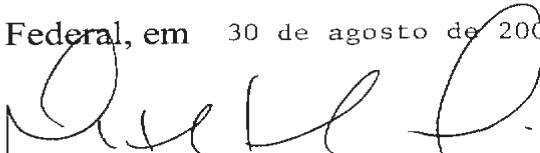
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3419 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **012742/05-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCOS LUIS NASCIMENTO ROSETTI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Educação.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2005.



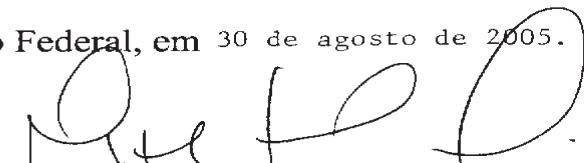
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3420 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **010.059/05-9 e 013.048/05-8**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JÚLIO PAIXÃO FERREIRA CASTELO BRANCO** para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Capiberibe.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2005.



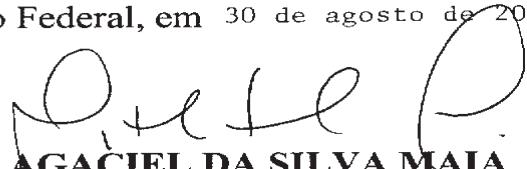
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 3421 , DE 2005

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013377/05-1**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CESAR MAURÍCIO RODRIGUES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Paulo Paim.

Senado Federal, em 30 de agosto de 2005.

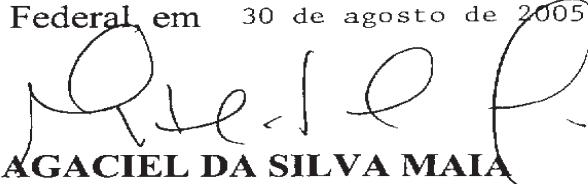


**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3422 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013348/05-1**,

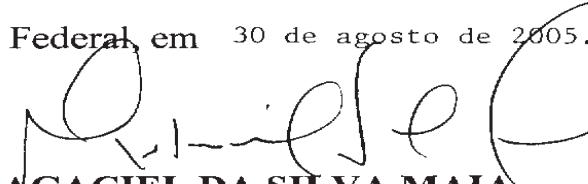
**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARCELO RASO DE PAIVA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

Senado Federal em 30 de agosto de 2005.  
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3423 , DE 2005**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013317/05-9**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JACIARA GOMES DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Marcelo Crivella.

Senado Federal em 30 de agosto de 2005.  
  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

PFL	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa	
PFL	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra	
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB	Garibaldi Alves Filho	
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino	
PL	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>		
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen	
<b>MARANHÃO</b>		BLOCO - PT	Ideli Salvatti	
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan	
PFL	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>		
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena	
<b>PARÁ</b>		PMDB	Renan Calheiros	
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho	
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	<b>SERGIPE</b>	
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves	
<b>PERNAMBUCO</b>		BLOCO - PSB	Almeida Lima	
PFL	José Jorge	PMDB	Antonio Carlos Valadares	
PFL	Marco Maciel	PSDB	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho	
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB	Arthur Virgílio	
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres	
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PSDB	<b>PARANÁ</b>	
PFL	Romeu Tuma	PDT	Alvaro Dias	
<b>MINAS GERAIS</b>		BLOCO - PT	Flávio Arns	
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias	
PSDB	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>		
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana	
<b>GOIÁS</b>		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior	
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado	
PFL	Demóstenes Torres	PDT	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB	Lúcia Vânia	BLOCO - PT	Juvêncio da Fonseca	
<b>MATO GROSSO</b>		PMDB	Delcídio Amaral	
Sem Partido	Luiz Soarez	PDT	Ramez Tebet	
PFL	Gilberto Goellner	PP	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
BLOCO - PT	Serys Shessarenko	BLOCO - PT	Valmir Amaral	
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PFL	Cristovam Buarque	
PMDB	Pedro Simon	PSDB	Paulo Octávio	
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSB	<b>TOCANTINS</b>	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Eduardo Siqueira Campos	
<b>CEARÁ</b>		PSDB	Nezinho Alencar	
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha	
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PDT	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB	Tasso Jereissati	BLOCO - PSB	José Sarney	
<b>PARAÍBA</b>		PMDB	João Capiberibe	
PMDB	Ney Suassuna	PDT	Papaléo Paes	
PFL	Efraim Morais	PMDB	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB	José Maranhão	PMD	Amir Lando	
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		BLOCO - PT	Fátima Cleide	
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp	
PMDB	Gerson Camata	PTB	<b>RORAIMA</b>	
PL	Magno Malta	PDT	Mozarildo Cavalcanti	
<b>PIAUÍ</b>		PMDB	Augusto Botelho	
PMDB	Alberto Silva	<b>RORAIMA</b>		
10-8-2005				

<b>SECRETARIA DE COMISSÕES</b>		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</b>		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS</b>		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

<b>SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES</b>			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

## COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

**Presidente:** Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA  
**Vice-Presidente:** Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA  
**Relator:** Demóstenes Torres – PFL/GO

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Slhessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO****(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
 E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE  
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
 E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO  
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB  
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:  
VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
 E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
	<b>PDT</b>

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT  
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
	<b>PMDB</b>
	<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>
	<b>PDT</b>

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
 E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)**

**COMPOSIÇÃO**  
**(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)**

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995  
**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001  
**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA<sup>13</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES<sup>2</sup>**

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL<sup>5</sup></b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
<b>PT<sup>1</sup></b>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB<sup>5</sup></b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB<sup>1</sup></b>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
<b>PSB<sup>1</sup>, PL<sup>1-15</sup> e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051					

(atualizada em 09.08.2004)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)  
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal

**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<b>PRESIDENTE</b> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<b>PRESIDENTE</b> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<b>1º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Tião Viana (PT-AC)
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<b>2º VICE-PRESIDENTE</b> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<b>1º SECRETÁRIO</b> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<b>1º SECRETÁRIO</b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b>2º SECRETÁRIO</b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b>2º SECRETÁRIO</b> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<b>3º SECRETÁRIO</b> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<b>3º SECRETÁRIO</b> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<b>4º SECRETÁRIO</b> Deputado João Caldas (PL-AL)	<b>4º SECRETÁRIO</b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	<b>LÍDER DA MAIORIA</b> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<b>LÍDER DA MINORIA</b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b>LÍDER DA MINORIA</b> Senador José Jorge (PFL-PE)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</b> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</b> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<b>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</b> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier  
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

**01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação**

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**04 - Comissão de TV por Assinatura**

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

## **COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**

Representação Brasileira

### **COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

<b>Presidente:</b> Senador SÉRGIO ZAMBIASI	<b>Vice-Presidente:</b> Senador PEDRO SIMON
<b>Secretário-Geral:</b> Deputado DR. ROSINHA	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> Deputado LEODEGAR TISCOSKI

### **MEMBROS NATOS**

#### **Senador CRISTOVAM BUARQUE**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

#### **Deputado AROLDO CEDRAZ**

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

### **SENADORES**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTES**

##### **BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)**

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

##### **PMDB**

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

##### **BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)**

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

##### **PDT**

	1.
--	----

##### **P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)**

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

### **DEPUTADOS**

#### **TITULARES**

#### **SUPLENTES**

##### **PT**

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

##### **PMDB**

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

##### **Bloco PFL/Prona**

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

##### **PSDB**

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

##### **PP**

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

##### **PTB**

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

##### **PL**

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

##### **PPS**

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE**  
**INTELIGÊNCIA**  
**(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)**

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>  NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u>  JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>  CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311- 5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY  
RIBEIRO”**

**Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos  
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001**

**Composição**

**(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)**

**Presidente: RENAN CALHEIROS<sup>(1)</sup>**

<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
	Renan Calheiros <sup>(2)</sup>

Atualizada em 24.2.2005

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

<sup>(2)</sup> Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5255  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



EDIÇÃO DE HOJE: 260 PÁGINAS